

coleção  didáticos

Editora da UFF



MACROECONOMIA I  
**AS CONTAS  
NACIONAIS**

*Claudio Monteiro Considera*  
*Roberto Olinto Ramos*  
*Heloísa Valverde Filgueiras*

# coleção didáticos

Editora da UFF

Para garantir a disseminação do conhecimento, além do ensino oral e das notas de aula, as “editoras” nasceram ao redor das primeiras universidades (Bolonha, Paris, Oxford, Salamanca etc.) que surgiram entre o final do século XVII e o início do século XVIII.

Primeiramente, eram profissionais que copiavam, a bico-de-pena, livro por livro, para atender a mestres e discípulos.

Assim, não seria injusto dizer que as editoras, tal qual conhecemos hoje, foram “criadas” para forjarem livros para serem usados nas atividades de ensino-aprendizagem, ou seja, para fazerem livros didáticos.

Com o passar do tempo e o advento da revolução tecnológica (tipografia com Gutemberg, nos meados do século XV), os livros passaram a ser impressos em série e alcançaram novos ambientes sociais.

Segundo a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, do Instituto Pró-Livro, apenas a Bíblia supera o livro didático em número de leitores em nosso país. E como forma de reconhecimento da importância de obras desse gênero, a Editora da Universidade Federal Fluminense inaugura a Coleção Didáticos, cujos textos inscritos por edital público, são selecionados pela Comissão Editorial da Editora da UFF e por pareceristas convidados.

As edições deste selo são totalmente financiadas com recursos da Universidade Federal Fluminense, parte pela Editora da UFF, parte pela Pró-reitoria de Assuntos Acadêmicos. O corpo docente, o corpo discente e nossas bibliotecas terão muito a lucrar com essa realização.

Desta forma, a Editora da UFF contribui para que nossa universidade cumpra a sua missão: ser um espaço plural, socialmente referenciado, para a formação de cidadãos e profissionais críticos e competentes; para a produção e disseminação de conhecimento, pluri, inter e transdisciplinar, contribuindo com a diminuição das desigualdades e com o desenvolvimento do país.

Claudio Monteiro Considera, formado em economia pela Universidade Federal Fluminense, titulouse mestre em economia pela Universidade de Brasília e fez seus cursos de doutoramento na Universidade de Oxford, Inglaterra; foi chefe do departamento de Contas Nacionais do IBGE, diretor de pesquisa do IPEA, e secretário de acompanhamento econômico do Ministério da Fazenda; é atualmente professor da UFF onde já ocupou a chefia do departamento de economia e a direção da Faculdade de Economia



Roberto Luís Olinto Ramos é coordenador de Contas Nacionais do IBGE, doutor em engenharia de produção pela COPPE/UFRJ, consultor do departamento de Estatísticas do Fundo Monetário Internacional para contas nacionais e membro do Advisory Expert Group das Nações Unidas que participa na revisão do manual de contas nacionais de 1993.



Heloiisa Valverde Filgueiras, pós-graduada em economia pela EPGE/FGV; 1974/1988, analista do Centro de Contas Nacionais da FGV; 1988/1998, assistente e chefe de divisão da Coordenação de Contas Nacionais do IBGE; 1999/2007, consultora da coordenação de Contas Nacionais do IBGE e 2008 – consultora do Núcleo de Desenvolvimento de Projetos do IBRE/FGV.



ISBN 852280465-6



9 788522 804658



Universidade  
Federal  
Fluminense



Editora da UFF

Mario Henrique Simonsen costumava dizer que um bom conhecimento das contas nacionais é meio caminho andado para ser um bom economista. De fato, relações do tipo: ativo = passivo, receita = despesa, renda = produto = demanda, poupança = investimento são matéria-prima essencial para um bom entendimento das magnitudes econômicas e de suas inter-relações.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) iniciou a compilação das contas nacionais brasileiras na década de 1950, com uma série que começa em 1947, consistindo de um sistema de quatro contas consolidadas e quadros complementares. A partir de 1985, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) assumiu integralmente a responsabilidade pela produção das contas nacionais, dando continuidade ao trabalho anterior, com o desenvolvimento de um novo sistema de contas dentro das recomendações e práticas internacionais. Recentemente, em março de 2007, o IBGE introduziu várias alterações metodológicas e incorporou diversas estatísticas ao sistema de contas – tendo como resultado alterações profundas dos resultados anteriormente obtidos; por exemplo, em alguns anos, o valor monetário do PIB brasileiro elevou-se em até 10% por cento. Essa nova série inicia-se em 1995, sua compatibilização com a antiga série das contas nacionais a partir de 1947 ainda está por se fazer.

Os autores deste livro têm tido papel relevante no desenvolvimento das contas nacionais produzidas pelo IBGE e, portanto, podem oferecer aos estudantes um texto de contabilidade nacional que incorpora as mais recentes práticas e procedimentos contábeis adotados no país. A idéia do texto é ensinar os alunos a construir, passo a passo, as contas da nação. Ao final desse trabalho, os alunos deverão estar aptos a ler e utilizar as contas nacionais brasileiras, e fazer análises dos fenômenos econômicos do país com a utilização do novo sistema de contas produzidos pelo IBGE.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2008

**Edmar Lisboa Bacha**

*Diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica, Casa das Garças; e ex-Presidente do IBGE, 1995-96*

Material didático

(exercícios e slides) disponível no site  
[www.professores.uff.br/claudioconsidera](http://www.professores.uff.br/claudioconsidera)



**MACROECONOMIA I:**  
**AS CONTAS NACIONAIS**

*Claudio Monteiro Considera*  
*Roberto Olinto Ramos*  
*Heloísa Valverde Filgueiras*

# MACROECONOMIA I: AS CONTAS NACIONAIS



Editora da UFF  
Niterói, 2009

Copyright © 2009 by Claudio Monteiro Considera, Roberto Olinto Ramos e Heloísa Valverde Figueiras

Direitos desta edição reservados à EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense - Rua Miguel de Frias, 9 - anexo - sobreloja - Icaraí - CEP 24220-900 - Niterói, RJ - Brasil - Tel.: (21) 2629-5287 - Fax: (21) 2629- 5288 - <http://www.editora.uff.br> - E-mail: [eduff@vm.uff.br](mailto:eduff@vm.uff.br)

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Normalização: Caroline Brito de Oliveira

Edição de texto e revisão: Maria das Graças C.L.L. Carvalho, Icléia Freixinho e Tatiane de Andrade Braga

Capa: Ildo Nascimento

Editoração eletrônica: Margret Gouveia Engel

Projeto gráfico e diagramação Indesigne CS3: José Luiz Stalleiken Martins

Supervisão gráfica: Káthia M. P. Macedo

---

Dados Internacionais de Catalogação-na-Fonte - CIP

---

C755 Considera, Claudio Monteiro; Ramos, Roberto Olinto; Figueiras, Heloísa Valverde.

Macroeconomia I: as contas nacionais/Claudio Monteiro Considera, Roberto Olinto Ramos, Heloísa Valverde Figueiras. Niterói : EdUFF, 2009.

248 p. : 23 cm. — (Coleção Didáticos EdUFF, 2008)

Bibliografia. p. 245

ISBN 978-85-228-0499-3

1. Macroeconomia. 2. Contas nacionais. I. Título. II. Série.

CDD 336

---

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: Roberto de Souza Salles

Vice-Reitor: Emmanuel Paiva de Andrade

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Pró-Reitor de Assuntos Acadêmicos: Sidney Luiz de Matos Melo

Diretor da EdUFF: Mauro Romero Leal Passos

Diretor da Divisão de Editoração e Produção: Ricardo Borges

Diretora da Divisão de Desenvolvimento e Mercado: Luciene Pereira de Moraes

Assessora de Comunicação e Eventos: Ana Paula Campos

Comissão Editorial

Presidente: Mauro Romero Leal Passos

Gesmar Volga Haddad Herdy

Gisálio Cerqueira Filho

Hildete Pereira Melo

João Luiz Vieira

José Walkimar de Mesquita Carneiro

Lívia Reis

Márcia Menendes Motta

Maria Laura Martins Costa

Mariângela Rios de Oliveira

Silvia Maria Baeta Cavalcanti

Vânia Glória Silami Lopes

Editora filiada à



Editora da UFF

*Este livro é dedicado a:*

*Daniela, Marina, Tomás e Luísa, filhos de Claudio  
Paulo, Marcos, André e Ricardo, filhos de Roberto e*

*Bárbara, filha de Heloísa*

# SUMÁRIO

**PREFÁCIO, 11**

**INTRODUÇÃO, 13**

## **CAPÍTULO I – A PRODUÇÃO, 19**

OS FATORES DE PRODUÇÃO E A FUNÇÃO DE PRODUÇÃO, 19

O TRABALHO, 19

OS RECURSOS NATURAIS, 26

A FUNÇÃO DE PRODUÇÃO, 28

O TERRITÓRIO ECONÔMICO, 29

A UTILIZAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS, 30

## **CAPÍTULO II – A CLASSIFICAÇÃO**

**DAS UNIDADE ECONÔMICAS E DE SUAS TRANSAÇÕES, 37**

O SISTEMA PRODUTIVO E AS UNIDADES ECONÔMICAS, 38

AS ATIVIDADES ECONÔMICAS, 39

A CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS, 43

OS SETORES INSTITUCIONAIS, 48

AS TRANSAÇÕES OU OPERAÇÕES ECONÔMICAS, 49

AS OPERAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS, 51

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS, 53

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DA RENDA, 58

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE ALOCAÇÃO DA RENDA PRIMÁRIA, 61

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA DA RENDA, 62

AS OPERAÇÕES FINANCEIRAS, 65

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS, 65

## **CAPÍTULO III – OS MERCADOS, 73**

O MERCADO DE BENS E SERVIÇOS DE CONSUMO, 75

O MERCADO DE FATORES DE PRODUÇÃO, 76

O MERCADO DE TRABALHO, 81

O MERCADO DE RECURSOS NATURAIS, 82

O MERCADO DE BENS DE CAPITAL, 83

O MERCADO FINANCEIRO, 84

Conclusão, 88

## **CAPÍTULO IV – OS CIRCUITOS ECONÔMICOS, 93**

O CIRCUITO ECONÔMICO POR SETORES INSTITUCIONAIS, 93

O CIRCUITO ECONÔMICO POR SETORES DE ATIVIDADE, 98

OS AGREGADOS MACROECONÔMICOS, 99

ESTRUTURA DAS TABELAS DE RECURSOS E USOS, 102

DESCRIÇÃO DO CIRCUITO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS, 105

O CIRCUITO ECONÔMICO DAS OPERAÇÕES, 106

## **CAPÍTULO V – ESTRUTURA GERAL**

**DO SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS, 109**

AS IDENTIDADES DO SISTEMA DE CONTAS, 109

O SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS COMPLETO, 114  
AS CONTAS DE DISTRIBUIÇÃO DA RENDA, 117  
CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS – UMA VISÃO DE CONJUNTO, 132

**CAPÍTULO VI – AS TABELAS DE RECURSOS E USOS  
PARA UMA ECONOMIA FECHADA E SEM GOVERNO, 145**

A CONSTRUÇÃO DA TABELA DE RECURSOS E USOS, 146  
A CONTA DE PRODUÇÃO, 147  
A CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA, 148  
A CONTA DE OFERTA E DEMANDA DE BENS E SERVIÇOS, 149  
INFORMAÇÕES SOBRE OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA, 151  
A TABELA DE RECURSOS E USOS DESAGREGADA, 169  
AS CONTAS POR SETORES DE ATIVIDADE E A TABELA DE RECURSOS E USOS AGREGADA, 169

**CAPÍTULO VII – AS TABELAS DE RECURSOS E USOS  
PARA UMA ECONOMIA FECHADA E COM GOVERNO, 177**

O PAPEL DO SETOR INSTITUCIONAL ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 177  
A CONTABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS, 179  
AS CONTAS DAS ATIVIDADES PARA UMA ECONOMIA FECHADA COM GOVERNO, 186  
INFORMAÇÕES PARA UMA ECONOMIA FECHADA E COM GOVERNO, 188

**CAPÍTULO VIII – AS TABELAS DE RECURSOS E USOS  
PARA UMA ECONOMIA COMPLETA, 199**

O RESTO DO MUNDO, 199  
A CONTABILIZAÇÃO DAS TRANSAÇÕES COM O RESTO DO MUNDO, 200  
AS CONTAS DAS ATIVIDADES PARA UMA ECONOMIA COMPLETA, 206  
INFORMAÇÕES PARA UMA ECONOMIA COMPLETA, 210

**CAPÍTULO IX – AS CONTAS DOS SETORES INSTITUCIONAIS  
PARA UMA ECONOMIA FICTÍCIA**

**AS CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS – CONTAS CORRENTES  
E DE CAPITAL, 221**

BASE CONCEITUAL, 221  
AS CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS (CEI), 227

**CAPÍTULO X – ANÁLISE VOLUME X PREÇO NAS CONTAS NACIONAIS, 231**

VALORES CORRENTES E CONSTANTES, 231  
IMPACTO DA ADOÇÃO DA BASE FIXA E DA BASE MÓVEL, 235  
ANEXO: FORMULAÇÕES CLÁSSICAS DE NÚMEROS – ÍNDICE, 242

**REFERÊNCIAS, 245**

## APRESENTAÇÃO

Mario Henrique Simonsen costumava dizer que um bom conhecimento das Contas Nacionais é meio caminho andado para ser um bom economista. De fato, relações do tipo: ativo = passivo, receita = despesa, renda = produto = demanda, poupança = investimento são matéria-prima essencial para um bom entendimento das magnitudes econômicas e de suas interrelações.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) iniciou a compilação das Contas Nacionais brasileiras na década de 1950, com uma série que começa em 1947, consistindo de um sistema de quatro contas consolidadas e quadros complementares. A partir de 1985, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) assumiu integralmente a responsabilidade pela produção das Contas Nacionais, dando continuidade ao trabalho anterior, com o desenvolvimento de um novo sistema de contas dentro das recomendações e práticas internacionais. Recentemente, em março de 2007, o IBGE introduziu várias alterações metodológicas e incorporou diversas estatísticas ao sistema de contas – tendo como resultado alterações profundas dos resultados anteriormente obtidos; por exemplo, em alguns anos, o valor monetário do PIB elevou-se até 10%. Essa nova série inicia-se em 1995, e sua compatibilização com a antiga série das Contas Nacionais a partir de 1947 ainda está por se fazer.

Os autores deste livro têm tido papel relevante no desenvolvimento das Contas Nacionais produzidas pelo IBGE e, portanto, podem oferecer aos estudantes um texto de contabilidade nacional que incorpora as mais recentes práticas e procedimentos contábeis adotados no país. A idéia do texto é ensinar os alunos a construir, passo a passo, as contas da nação. Ao final desse trabalho, os alunos deverão estar aptos a ler e utilizar as Contas Nacionais brasileiras e fazer análises dos fenômenos econômicos do país com a utilização do novo sistema de contas produzido pelo IBGE.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2008

***Edmar Lisboa Bacha***

Diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica,  
Casa das Garças; ex-Presidente do IBGE, 1995-96.

## PREFÁCIO

A idéia de escrever este texto surgiu com a alteração do currículo do curso de economia da Universidade Federal Fluminense. Com esta alteração, as disciplinas Introdução à Economia (parte de Macroeconomia) e Contabilidade Nacional foram substituídas por Macro I. Desta forma, os fundamentos do processo econômico e dos agregados macroeconômicos, com ênfase nas Contas Nacionais brasileiras, passaram a ser cobertos na disciplina Macro I.

Por melhores que sejam os livros de introdução à macroeconomia, nenhum deles dá suficiente atenção às contas nacionais, em particular, às Contas Nacionais brasileiras. Esse assunto dificilmente será abordado novamente em qualquer outra disciplina obrigatória. Logo, o aluno deverá fazer um grande esforço para aprender a ler e a trabalhar as contas econômicas brasileiras.

Por essas razões resolvemos preparar este texto que se constitui, em grande parte, em um resumo de um texto anterior, intitulado Contas Nacionais. Não será, portanto, uma explicação tão detalhada, mas suficiente para que o aluno, enquanto estudante ou mesmo profissional, ao se deparar com a necessidade de consultar as Contas Nacionais brasileiras, o faça com desenvoltura.

Chamamos a atenção para o fato de estarem incorporadas neste texto as modificações metodológicas da nova série de Contas Nacionais adotadas pelo IBGE em 2007, que retroagem ao ano de 1995.

*Claudio Monteiro Considera*

*Roberto Olinto Ramos*

*Heloísa Valverde Filgueiras*

## INTRODUÇÃO

Historicamente o desenvolvimento das Contas Nacionais está ligado à ampliação do papel do Estado na gerência da economia, durante a crise econômica dos anos 1930, e à redescoberta da importância da análise macroeconômica, graças à contribuição seminal de John Maynard Keynes em seu livro de 1936, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*.<sup>1</sup> Neste contexto, a base teórica das Contas Nacionais está essencialmente centrada na teoria keynesiana, enquanto sua base conceitual e metodológica teve em Richard Stone seu principal artífice.<sup>2</sup>

As Contas Nacionais representam uma resposta à necessidade de a sociedade mensurar o processo econômico de forma a possibilitar sua atuação sobre ele. É evidente que a produção sistemática de estatísticas econômicas, já bastante desenvolvidas na década de 1930, poderia pretensamente atender a essa necessidade de mensuração. Entretanto, estatísticas dispersas sobre produção, distribuição, consumo, acumulação e financiamento, por mais numerosas que sejam, são insuficientes. É necessário que elas sejam teoricamente fundamentadas e que estejam inscritas em um esquema coerente, que ponha em evidência suas relações recíprocas. O surgimento da teoria keynesiana forneceu o modelo teórico de análise integrando os principais fatos econômicos mencionados. A representação daquelas operações na forma de um sistema econômico possibilitou organizar a captação de informações para a sua representação e utilização analítica. A criação de um Sistema de Contas Nacionais propiciou uma visão global e articulada da totalidade dessas relações econômicas.

São múltiplos os usos das Contas Nacionais. Como meio de informação permitem o conhecimento da estrutura e da evolução da economia por intermédio de um quadro de informações macroeconômicas integradas e coerentes no tempo. Como instrumento de planejamento e de previsão econômica de longo prazo possibilitam o estudo dos efeitos, sob certas condições, das medidas de política econômica, contribuindo para a tomada de decisões mais racionais. Ou, ainda, a exploração, na forma de construção de cenários de curto prazo acerca do comportamento dos agentes econômicos, em resposta às medidas de política econômica. Permitem, também, comparações intertemporais e internacionais dos agregados macroeconômicos.

---

<sup>1</sup> KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1992.

<sup>2</sup> A contribuição de Stone ao pensamento econômico e uma ampla lista de seus trabalhos, encontram-se em: COSTA, Margaret Hanson. Prêmio Nobel de Economia, 1984: Richard Stone. *Literatura Econômica*, [S.l.], v.8, n. 1, p. 41-46, fev. 1986.

Mais recentemente, o Sistema de Contas Nacionais passou a representar um novo papel: servir de quadro de referência para a organização e o desenvolvimento do sistema estatístico, papel esse já amplamente difundido nos países com sistemas estatísticos modernos, mas que só recentemente ganhou força no Brasil. A organização dos principais fatos econômicos na forma de um sistema apresenta uma série de vantagens, pois permite identificar os dados básicos que o sistema requer; controlar a precisão das informações utilizadas, descobrindo incompatibilidades entre dados e fontes existentes; determinar em que grau os dados existentes se adaptam às necessidades analíticas, identificando, a partir daí, a necessidade de dados mais adequados e estabelecendo prioridades na produção de estatísticas. Salienta-se assim que, como um sistema integrado, e já testado, de informações econômicas, o Sistema de Contas Nacionais é certamente uma âncora segura.

Isso não significa que as estatísticas do país tenham sua organização e produção associadas unicamente ao Sistema de Contas Nacionais, já que este é, basicamente, um sistema de contas econômicas que não engloba as estatísticas sociais e as relativas ao meio ambiente. É inegável, entretanto, que conceitos, classificações, cadastro de informantes, âmbito das pesquisas, unidade e universo de investigação possam e devam ter como referência um sistema comum, de maneira a possibilitar a análise integrada dos fenômenos relativos aos três níveis de análise mencionados, sempre que se deseje e consiga estabelecer categorias analíticas globalizantes do funcionamento da sociedade na sua multiplicidade de relações. Salientamos que a abordagem metodológica funcionalista, necessária à produção de estatísticas, não pode ser empecilho à análise dialética da sociedade

Os trabalhos sistemáticos de Contas Nacionais datam do pós-guerra. As Nações Unidas desenvolveram, desde então, trabalhos de normatização dos desenvolvimentos na área, num esforço para definir um modelo conceitual uniforme que, tomado como referência, garanta tanto a difusão de conhecimentos atualizados, quanto a comparabilidade das informações entre países. A versão de 1968 do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas<sup>3</sup> incorporou progressos alcançados nas duas décadas anteriores, quando nos países mais desenvolvidos evoluiu-se, de modo geral, da postura tradicional de mensuração dos agregados macroeconômicos e apresentação dos resultados em contas consolidadas para a construção de um sistema amplo e articulado de informações voltado para a descrição completa do processo econômico.

---

<sup>3</sup> UNITED NATIONS. *System of National Accounts – SNA*. Revision 3. New York, 1968.

A compilação das Contas Nacionais brasileiras é atribuição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1973, quando, por lei, tornou-se o coordenador do Sistema Estatístico Nacional. Esta responsabilidade só foi de fato assumida pelo IBGE a partir de 1986, já que até aquela data, esta tarefa estava, por delegação do IBGE, a cargo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A FGV iniciou a compilação das Contas Nacionais brasileiras na década de 1950 com uma série que se inicia em 1947, a qual consistia de um sistema de Quatro Contas Consolidadas para a Nação e quadros complementares, adaptados da proposta de contas-padrão, baseado, ainda, na versão de 1952 do SNA.<sup>4</sup> Apesar da constante incorporação de recomendações internacionais quanto ao tratamento de dados, o trabalho desenvolvido na FGV não previa a implantação das concepções formuladas na proposta de 1968 das Nações Unidas.

Na década de 1970, o IBGE iniciou os trabalhos de compilação de matrizes de insumo-produto quinquenais, referentes aos anos de Censos Econômicos. Isto permitiu a montagem de uma base metodológica e conceitual para, num segundo momento, integrá-la a um sistema completo de Contas Nacionais. A elaboração de contas consolidadas para a nação e de matrizes de insumo-produto por duas instituições, separadamente, sem que seus agregados coincidissem, não atendia às recomendações internacionais nem às necessidades de informações macroeconômicas do país. Em meados de 1985, o IBGE estabeleceu um programa para desenvolvimento e implantação de um Sistema de Contas Nacionais completo e atualizado.

Para a realização deste projeto, o IBGE contou desde o início com a colaboração de técnicos franceses, viabilizada por meio de convênio de cooperação técnica entre os governos da França e do Brasil, executado pelo Institut National de la Statistique et des Études Économiques – INSEE. Este novo Sistema de Contas Nacionais brasileiro (SCN-IBGE) foi desenvolvido dentro das recomendações e práticas internacionais conhecidas, com as devidas adaptações às condições e características do país. Sua base conceitual e sua abrangência tiveram como referência o sistema preconizado pelas Nações Unidas (SNA-68),<sup>5</sup> adaptado e modernizado de acordo com os sistemas francês e europeu. Sendo o INSEE uma das instituições que por intermédio de seus técnicos liderou o processo de revisão do Sistema de Contas

<sup>4</sup> UNITED NATIONS. *System of National Accounts – SNA*. Revision 2. New York, 1952.

<sup>5</sup> As referências básicas são: INSEE. *System Elargi de Compatibilité Nationale*, base 1980, Méthodes. Paris, 1987; EUROSTAT. *Sistema Europeu de Contas Econômicas Integradas – SEC*. Tema: Economia e Finanças. Luxemburgo, 1978. (Série Métodos, Serviço de Estatística das Comunidades Européias)

Nacionais das Nações Unidas,<sup>6</sup> cuja proposta foi aprovada na Conferência de Estatísticas das Nações Unidas de fevereiro de 1993 (SNA-93), o SCN-IBGE tem características compatíveis com a nova versão do SNA da ONU.

O IBGE publicou, sob a forma de texto para discussão, a metodologia e os resultados preliminares do SCN-IBGE para o ano-base de 1980 e a série corrente de 1981 a 1985.<sup>7</sup> Posteriormente, em abril de 1995, foram completados os trabalhos de elaboração do novo ano base de 1985 e resolveu-se abandonar a construção das séries correntes posteriores, conforme o projeto original que previa resultados até abril de 1992. Com isso, decidiu-se que o ano-base de 1990 seria projetado a partir do ano-base de 1985. Os resultados dessa nova série, até 1996 desagregados por atividades, foram publicados em dezembro de 1997.<sup>8</sup> Em novembro de 2000, o IBGE publicou a série 1990-1996 de contas econômicas integradas, não-financeiras, por setores institucionais, que vem sendo atualizada anualmente. Recentemente, em março de 2007, o IBGE introduziu várias alterações metodológicas e incorporou diversas estatísticas ao sistema de contas que alteraram profundamente os resultados anteriormente conhecidos – em alguns anos, o valor monetário do PIB brasileiro elevou-se em até 10%. Estas alterações melhoraram bastante a mensuração de nossa economia. No que diz respeito à antiga série das Contas Consolidadas para a Nação, iniciada em 1947, cuja metodologia desenvolvida pela FGV havia sido absorvida e aperfeiçoada pelo IBGE, foi interrompida no ano de 1995, com a implantação do novo Sistema de Contas Nacionais.

Tendo em vista a situação atual das Contas Nacionais, acima descrita, este texto visa a transmitir ao leitor toda a concepção do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas na sua nova forma, já adotada em vários países, especialmente da Europa, além de alguns da América Latina. Esta nova concepção altera muitos aspectos metodológicos e conceituais na forma de se pensar o processo econômico. Por exemplo, muitos economistas devem se perguntar por que o novo SCN-IBGE, com alterações importantes nos procedimentos de análise da economia brasileira, levou quase 30 anos para se implantar no país. Muitos atribuirão a culpa à FGV ou ao IBGE, mas a razão principal para isso deve ser buscada na própria acomodação da academia brasileira. Poucos são os trabalhos nessa área no Brasil, o que

<sup>6</sup> UNITED NATIONS. *System of National Accounts – SNA*. New York, 1993. (SNA-93)

<sup>7</sup> IBGE. DPE. DECNA. *Novo Sistema de Contas Nacionais: ano-base 1980: metodologia e resultados provisórios*. Rio de Janeiro, dez. 1988. (Texto para Discussão, 10); IBGE. DPE. DECNA. *Novo Sistema de Contas Nacionais: séries correntes, 1981-1985: metodologia, resultados provisórios e avaliação do projeto*. Rio de Janeiro, jul. 1991. (Texto para Discussão, 51).

<sup>8</sup> IBGE. DPE. DECNA.

pode ser verificado com uma rápida consulta aos periódicos brasileiros ou, ainda aos Anais dos Encontros da Associação Nacional de Pós-graduação em Economia – ANPEC. Poucos são, ainda, os economistas brasileiros que são membros da International Association for Research in Income and Wealth que desde 1949 realiza encontros sistemáticos sobre o tema e publica uma revista trimestral dedicada a este assunto, na qual não há sequer um artigo escrito por um autor brasileiro acerca do tema Contas Nacionais. Essa acomodação por parte da academia impossibilitou a formulação de críticas e sugestões de usuários visando à melhoria do sistema de Contas Nacionais. Um interesse, por menor que fosse, em conhecer o SNA-68 poderia ter gerado pressões, ainda na década de 1970, que obrigassem a FGV e o IBGE a, pelo menos, compatibilizarem as Matrizes de Insumo-Produto com as Contas Consolidadas para a Nação.

Tal desinteresse faz com que professores de disciplinas básicas de economia ainda ignorem o novo Sistema de Contas Nacionais que o IBGE publica há alguns anos. A maioria desses professores perpetua conceitos como “PIB a custo de fator e a preços de mercado”; “a economia informal não é medida no PIB brasileiro”; “as Contas Nacionais brasileiras não são confiáveis, pois o consumo das famílias é um saldo”. Outros erros não são cometidos apenas porque se dedica um tempo mínimo ao ensino dos agregados básicos necessários ao aprendizado de macroeconomia.

Acreditamos que o aluno de macroeconomia I deva ter inicialmente noções básicas de contabilidade nacional, que introduz conceitos básicos para todo o curso e prepara os alunos para todas as disciplinas da área, por isso, este texto está organizado em duas partes. A primeira tem por objetivo construir metodológica e conceitualmente o processo econômico, abordando as questões relativas à produção, à classificação de agentes econômicos e de suas transações e operações econômicas e financeiras, e o funcionamento dos mercados, agrupando, então, estes conceitos em circuitos econômicos. Nesta parte ainda é apresentada a concepção geral do Sistema de Contas Nacionais. A segunda parte do livro apresenta o Sistema de Contas Nacionais conforme construído no Brasil. O objetivo é fazer os alunos aprenderem Contas Nacionais, ensinando-os a construírem, passo a passo, as contas da nação. Para isso, utilizam-se informações para uma economia fictícia. Inicia-se com uma economia com dois agentes econômicos (que nas contas nacionais são chamados de setores institucionais): famílias e empresas, e adicionam-se posteriormente as administrações públicas e o resto do mundo. Nestes três capítulos são construídas apenas as contas de produção e geração de renda dos setores de atividade, e de oferta e demanda de bens e

serviços: as denominadas tabelas de recursos e usos. A seguir, o livro ensina a construir as principais contas sinóticas, mensurado a totalidade do processo econômico,<sup>9</sup> contas estas que apresentam, para o total da economia, as contas de bens e serviços, a de produção, renda e capital, e a de operações correntes com o resto do mundo. O passo seguinte é ensinar aos alunos a construir estas contas anteriores por setor institucional. Evidencia-se, então, a riqueza de informações que o novo sistema produz para uma análise macroeconômica completa: quem produz e quem se apropria do PIB; quem investe, quem poupa e as respectivas capacidades e necessidades de financiamento. Finaliza-se com a apresentação das contas trimestrais.

Ao final desta disciplina, os alunos estarão aptos a ler e a utilizar as Contas Nacionais brasileiras, percebendo com o curso de macroeconomia que a análise real dos fenômenos econômicos brasileiros é possível de ser feita com a utilização do novo Sistema de Contas Nacionais produzido pelo IBGE.

---

<sup>9</sup> Embora previsto no sistema de contas das Nações Unidas, o IBGE ainda não produz contas financeiras e patrimoniais.

# Capítulo I

## A PRODUÇÃO

Entendem-se como produção todas as atividades socialmente organizadas visando à criação de bens e serviços, destinados a satisfazer direta ou indiretamente as necessidades humanas. A produção representa papel fundamental no processo econômico: nela são gerados todos os bens e serviços necessários à vida humana e, concomitantemente, é gerada toda a renda que será distribuída entre os agentes econômicos.

### OS FATORES DE PRODUÇÃO E A FUNÇÃO DE PRODUÇÃO

A realização da produção é possível por meio da utilização dos *fatores de produção*: trabalho, capital e recursos naturais. A combinação destes três elementos segundo uma determinada tecnologia de produção, embutida nas máquinas e equipamentos que compõem o estoque de capital de uma sociedade, na qualificação do trabalhador e, na própria organização do processo produtivo, permite gerar os bens e serviços necessários à satisfação das necessidades humanas.

### O TRABALHO

A disponibilidade e a qualidade do fator de produção trabalho dependem de diversos aspectos relativos à população. O primeiro destes aspectos refere-se a sua *composição etária*. É possível representar graficamente esta composição da população por faixas de idade e por sexo: assim é que a *pirâmide etária* mostra do lado esquerdo a população de sexo masculino e do lado direito a de sexo feminino, ambas distribuídas por faixas de idade.

As pirâmides a seguir referem-se à população brasileira segundo a apuração dos Censos Demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos de 1940 a 2000 e uma previsão para o ano 2020. A mudança do perfil demográfico brasileiro em 60 anos é notável: houve aumento do percentual de população jovem (menores de 10 anos) de 1940 (29,6%) para 1960 (30,5%). Entretanto, esse índice sofre redução considerável em 1980 (26,2%), 1991 (23,2%), 1996 (20,7%) e 2000 (17,8%). Esta diminuição pode ser observada nas pirâmides com o alargamento das bases até 1960 e seu posterior encolhimento após 1970. Trata-se, inicialmente, do reflexo da elevada *taxa de natalidade* e seu posterior decréscimo. A *taxa de natalidade* é definida como o número de habitantes nascidos vivos, divi-

dados pelo total de habitantes do país, em determinado ano e, geralmente, é expressa por mil habitantes.

$$\text{Taxa de natalidade} = \frac{\text{número de habitantes nascidos vivos}}{\text{total de habitantes (em mil pessoas)}}$$

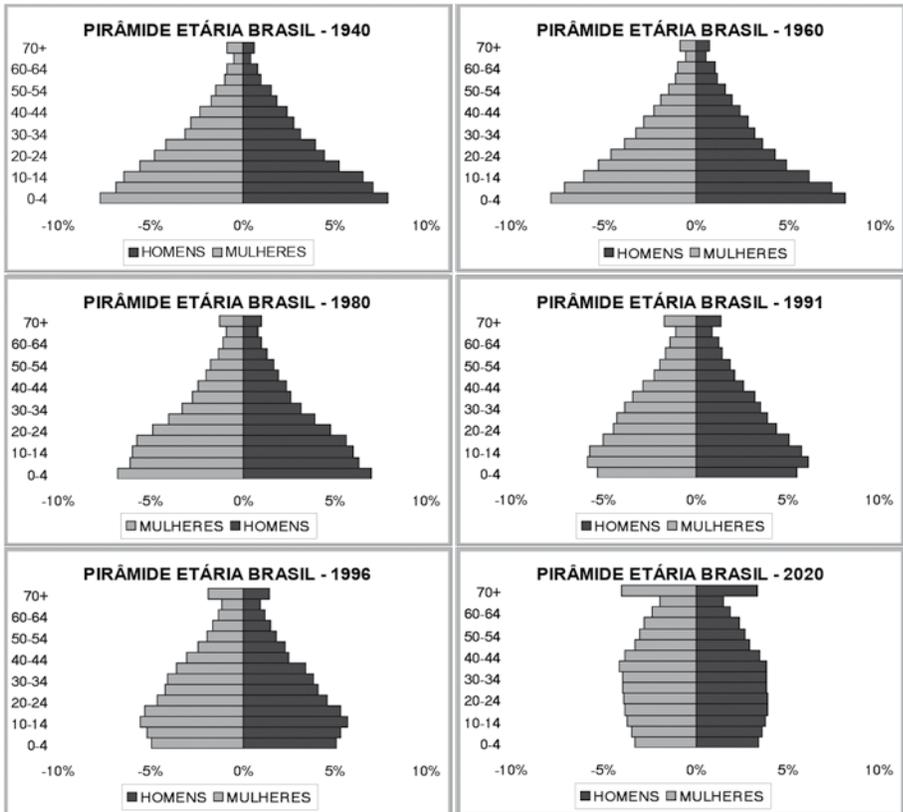
Com a queda da natalidade, cai também a taxa anual de crescimento da população: ela era de 2,39% ao ano na década de 1940, cresce para 2,89% na década de 1960, reduz-se para 2,48% na década de 1970, para 1,93% na década de 1980, para 1,63% na década de 1990, para 1,40% em 1996, para 1,33% em 2000, para 1,22% em 2006 com projeção de 1,08% em 2010. Uma medida que também influencia o crescimento da população é a taxa de fecundidade; ela traduz o número de nascidos vivos por mulheres em idade fértil (geralmente definida na faixa de 15 a 49 anos). Na Tabela 1.1 verifica-se que a taxa de fecundidade era de 6,2 filho por mulher em 1940 e se reduz para 2,4 em 2000.

$$\text{Taxa de fecundidade} = \frac{\text{número de nascidos vivos}}{\text{número de mulheres em idade fértil}}$$

Por sua vez, observa-se durante o período mencionado um amadurecimento da população, que se reflete no alargamento do meio da pirâmide. Isto revela uma queda da *taxa de mortalidade infantil* e nas faixas de população mais jovem. A *taxa de mortalidade infantil* é definida como o quociente da divisão do número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade pelo número de nascimentos durante um determinado ano, expressa por mil nascidos vivos. Pode-se, portanto, definir *taxas de mortalidade específicas* para cada faixa etária. Pode-se, ainda, definir uma *taxa bruta de mortalidade* como o total de óbitos de um determinado ano dividido pelo total da população daquele ano.

$$\text{Taxa de mortalidade infantil} = \frac{\text{número de óbitos de crianças com menos de 1 ano}}{\text{número de nascidos vivos}}$$

Figura 1.1 – Brasil: Pirâmides Etárias



Anos	População total do Brasil (em 1 de julho)
1940	40.332,010
1960	65.100,531
1980	118.562.549
1991	146.825.475
1996	161.323.169
2000	169.799.170
2007	183.987.291
2010	196.834.086
2020	219.077.729

A taxa de mortalidade infantil (TMI) tem se reduzido no Brasil durante o período: observa-se na Tabela 1.1 que em 1940 era de 144,73; passa para 116,94 em 1960; para 69,1 em 1980; para 45,19 em 1991; para 38,63 em 1995; e em 2000, para 30,43 para cada mil nascidos vivos. A previsão é que esta taxa continue se reduzindo, chegando a 15,96 em 2020. A taxa bruta de mortalidade também tem se reduzido, o que deve continuar ocorrendo por alguns anos devido ao aumento da longevidade do brasileiro, tal qual observa-se no alargamento do topo da pirâmide.

Este conjunto de ocorrências é reflexo do desenvolvimento econômico, da industrialização, da urbanização, e da melhoria na infra-estrutura social, por meio de medidas tais como saneamento, controle de doenças endêmicas etc., que possibilitaram um aumento *da esperança de vida ao nascer*. Esta taxa é definida como o número médio de anos de vida do brasileiro e vem se elevando continuamente: na década de 1960 era de 52,67 anos, eleva-se para 52,7 na década de 1970, para 61,76 na década de 1980, para 66,93 em 1991, e em 2000 passa a 70,44. A previsão é que essa taxa alcance 76,16 anos, em 2020.

**Tabela 1.1 – Taxas de natalidade, fertilidade, mortalidade e esperança de vida ao nascer**

Anos	TBN (por mil)	TBM (por mil)	Esperança de Vida ao Nascer	TMI (por mil)	TFT (filhos por mulher)
1940	–	–	42,74	144,73	6,2
1960	–	–	52,67	116,94	5,9
1980	31,23	9,00	61,76	69,10	4,8
1991	24,67	7,03	66,93	45,19	2,9
1995	23,65	6,75	68,50	38,63	2,7
2000	21,37	6,41	70,44	30,43	2,4
2020	13,06	6,61	76,16	15,96	1,6

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1996: Brasil – Total (IBGE, 2006); Indicadores Sóciodemográficos (IBGE, 2006)

TBN – Taxa bruta de natalidade; TBM – Taxa bruta de mortalidade; TMI – Taxa e mortalidade infantil; TFT – Taxa de fertilidade total.

Estabelecida a composição etária, pode-se definir a parcela da *população produtiva e a dependente*. A população apta para a produção, conceituada como *população em idade de ativa* (PIA), é aquela geralmente compreendida entre 15 e 60 anos. Evidentemente que essa faixa etária depende de vários aspectos sociais e não pode ser tomada rigidamente. Nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento é comum verem-se menores de 15 e maiores de 60 anos, por necessidade de sobrevivência, exercendo atividades remuneradas enquanto, nos países desenvolvidos, a lei proíbe

o trabalho para menores de 15 anos, obrigando-os a freqüentarem a escola até o término do Ensino Médio. No Brasil, o IBGE rendeu-se à realidade e passou a adotar para suas pesquisas de emprego a idade inicial de dez anos sem idade final delimitada.

No trabalho *Indicadores Sociodemográficos* (IBGE, 2006) uma delimitação diferente para a população dependente é adotada. Os limites estabelecidos são de 15 e 64 anos para a população em idade ativa e 0-14 e 65 anos ou mais para os dependentes. A divisão, em população dependente e população em idade ativa, dá origem a uma taxa conhecida como razão de dependência que é o quociente da divisão da população dependente pela população em idade ativa. No Brasil, com as mudanças demográficas, ela tem se reduzido continuamente: era de 54,93 em 2000, mas já foi de 87,4 em 1940, de 83,2 em 1960, de 73,18 em 1980, de 65,43 em 1991 e de 58,69 em 1996.

Esse intervalo define, então, *a priori e teoricamente*, uma parcela da população dependente que será mantida pela população apta para o trabalho. Entretanto, nem todos os indivíduos que compõem a PIA podem ser efetivamente computados como força de trabalho. Dela devem ser excluídos vários segmentos da população que não se constituem em oferta de mão-de-obra. São eles, por exemplo, os estudantes em tempo integral, as pessoas dedicadas a atividades domésticas não remuneradas e diversos outros grupos que, por variadas razões, não se constituem em oferta de trabalho.

O número de indivíduos que compõem estes grupamentos depende, também, do grau de desenvolvimento econômico do país, de sua história e evolução social etc. Da mesma maneira, depende de crenças religiosas ou costumes sociais. Um exemplo disso é o aumento da participação das mulheres na força de trabalho no Brasil, que continua sendo inferior ao índice norte-americano, mas é superior ao de países muçulmanos do Oriente Médio, por exemplo.

Portanto, dentro do contingente da população em idade ativa (idade para trabalhar) pode-se distinguir um subgrupo denominado *população economicamente ativa (PEA)* definida como a parcela da população empregada ou procurando trabalho, ou seja, que se encontra efetivamente voltada para o mercado de trabalho, isto é, a oferta efetiva de mão-de-obra. No Brasil, em 2006, este contingente era de pouco mais de 96 milhões de pessoas para uma população total de cerca de 180 milhões.

Deste contingente da população economicamente ativa, uma parcela está empregada constituindo-se, portanto, em *população ocupada (PO)*, enquanto o restante permanece desempregado, constituindo-se em *população não ocupada (PNO)*. Logo, a população ocupada compreende a parcela da

população economicamente ativa que exerce atividade profissional remunerada ou sem remuneração direta, como é o caso de membros da família não remunerados que realizam algum trabalho em atividades econômicas inseridas em algum mercado.

Pode-se, então, definir a *taxa de ocupação* como o quociente da divisão do total de pessoas ocupadas pela população economicamente ativa, e a *taxa de desemprego* como o seu complemento.

$$\text{Taxa de ocupação} = PO / PEA$$

$$\text{Taxa de desemprego} = PNO / PEA$$

$$PEA = PO + PNO$$

Essas informações são coletadas e organizadas pelo IBGE e divulgadas no Censo Demográfico (CD) para o universo da população, com periodicidade, geralmente, decenal; na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), com periodicidade anual; e, mensalmente, na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), para seis regiões metropolitanas. Estas pesquisas trabalham com conceitos e metodologias definidos pelas Nações Unidas (United Nations Population Fund – UNPFA) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), aceitas universalmente e, portanto comparáveis internacionalmente. Os resultados para a taxa de desemprego no Brasil estão no *site* do IBGE, <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> e dos países da OCDE, <[www.ocde.org](http://www.ocde.org)>.

Alguns órgãos de estatísticas estaduais realizam pesquisas semelhantes à PME para seus estados, embora suas amostras tenham abrangência inferior às do IBGE e, muitas vezes, trabalhem com conceitos diferentes. Este é o caso da Pesquisa de Emprego e Desemprego com conceitos e metodologia desenvolvidos pela Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados, <[www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)> em associação com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos).

No caso específico da taxa de desemprego, o IBGE define o *desemprego aberto* como as pessoas que embora não tenham tido trabalho na semana de referência, estavam dispostas a trabalhar, e para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais etc). A Fundação SEADE trabalha com duas *taxas de desemprego: total e aberto*. Como *desemprego aberto* definem-se as pessoas que, desempregadas, procuraram emprego de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhuma atividade remunerada nos últimos sete dias. A taxa de *desemprego total*, por sua vez, inclui, adicionalmente ao desemprego aberto, também pes-

soas que se encontram numa situação definida como de *desemprego oculto*. Este conceito engloba as pessoas que realizaram de forma irregular algum trabalho remunerado, ou pessoas que realizaram trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram no máximo nos 12 meses antecedentes (desemprego oculto pelo trabalho precário); e, as pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram trabalho nos 12 meses anteriores (desemprego oculto pelo desalento e outros).

As taxas de desemprego aberto do IBGE na Pesquisa Mensal de Emprego para o Brasil e as regiões metropolitanas, comparadas com as taxas de desemprego aberto e total da Fundação SEADE para São Paulo, mostram que as taxas de desemprego aberto do IBGE, referentes a São Paulo, diferem das do SEADE (em quase 50%); este fato é explicável pela diferença de conceito do tempo de procura de trabalho (últimos sete dias no IBGE e últimos 30 dias no SEADE). Evidentemente que no caso do desemprego total a diferença é bem maior, pois vários indivíduos que são considerados empregados pelo IBGE estão em situação de desemprego oculto para o SEADE.

Definido o contingente do fator de produção trabalho, há que se considerar também seus diferentes *níveis de qualificação*. Em princípio, considera-se para essa definição a educação formal que determina, de certa forma, o grau em que os indivíduos, a partir de uma formação geral e abstrata em alguns aspectos, estão habilitados a adquirir treinamentos específicos. Finalmente, há que se considerar também a *capacidade física de trabalho* do contingente populacional, que pode ser mensurada por índices referentes à expectativa de vida, às condições de saúde (doenças endêmicas erradicadas, saneamento básico etc.) e de alimentação (volume de proteínas ingeridas etc.).

Estas informações estão disponíveis nos Censos Demográficos ou em pesquisas amostrais anuais, tal como a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) ou, ainda, na Enquete Nacional de Despesa Familiar (ENDEF) e na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). A esse respeito, o IBGE disponibiliza em seu *site* a publicação *Síntese de Indicadores Sociais*.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU) desenvolveu há alguns anos um indicador chamado *Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)* que procura medir o progresso da população humana de forma mais abrangente do que o tradicional Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* que considera apenas a renda monetária. Este indicador, além do PIB

*per capita*, pondera também a longevidade e o nível educacional. Anualmente é publicado um Relatório do Desenvolvimento Humano – Mundial com o IDH de cada país. Em 1996, pela primeira vez o PNUD/Brasil em associação com o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, elaborou um Relatório do Desenvolvimento Humano – Brasil, comparando regiões e unidades da federação brasileira. Ainda mais recentemente foram publicadas também IDH para os municípios brasileiros (ver site do IPEA, <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)> e do pnud, <[www.pnud.org](http://www.pnud.org)>).

## OS RECURSOS NATURAIS

Para a realização da produção, o trabalho atua sobre os recursos naturais disponíveis no país. Estes recursos se constituem em solos agriculturáveis, florestas, jazidas minerais, recursos hídricos etc. acessíveis para utilização. Portanto, a disponibilidade de recursos naturais de um país não depende apenas de que esses recursos existam. É necessário, também, que eles possam ser utilizados. Isto depende de vários fatores, entre eles: o avanço da ocupação territorial, as facilidades de transporte e do avanço na tecnologia de sua exploração. Alguns exemplos disto são a exploração de petróleo em plataformas submarinas, possível a partir dos anos 1980 e a ocupação do território amazônico e a exploração de suas riquezas minerais a partir dos anos 1970.

Por sua vez, a escassez de recursos naturais pode ser resolvida pela sua aquisição em países onde sua existência seja abundante. O exemplo mais notável é o caso do Japão que é obrigado a importar de outros países todo o petróleo que utiliza.

A partir da década de 1970, as Nações Unidas, por meio do relatório *Limites para o Crescimento*,<sup>1</sup> passou a ter uma preocupação a mais na utilização dos recursos naturais, uma vez que eles são limitados. Além disso, uma constatação já antiga dos economistas, manifestada, por exemplo, por Georgescu Roegen,<sup>2</sup> põe em evidência o fato de que a produção se realiza por meio da destruição de recursos naturais. Logo, despertou-se a necessidade de sua preservação para as gerações futuras, o que passa a trazer uma série de limitações ao seu uso, dando origem à noção de desenvolvimento sustentável. Esta situação ganhou contornos mais dramáticos recentemente com o trabalho do ex-vice-presidente americano Al Gore, popularizado no filme *Uma Verdade Inconveniente*.

---

<sup>1</sup> Georgescu-Roegen, *The entropy Law and the economic process*, 1971.

<sup>2</sup> Clube de Roma, *Limits to Growth*, 1970.

## O CAPITAL

A ação do trabalho sobre os recursos naturais nos primórdios da civilização humana era exercida sem qualquer utilização de outros meios de produção. Com a evolução gradativa, passou-se a utilizar equipamentos rudimentares que permitiam aumentar a capacidade produtiva do trabalho, tornando-o mais eficiente. De formas embrionárias de ferramentas, instrumentos para caça e pesca etc., evoluiu-se para as modernas máquinas e equipamentos que hoje povoam o universo da produção.

O fator de produção capital, portanto, constitui-se de todos os bens e serviços que visam à produção de outros bens e serviços. Sua natureza é diversa e compreende instalações agropecuárias, industriais e de serviços, tais como os celeiros e as cercas de uma exploração agrícola, o prédio de uma indústria, o prédio de uma escola ou de um hospital. Compreende, ainda, os meios de transportes, máquinas, equipamentos etc.

O total desses bens de produção constitui o *estoque de capital* do país. Este estoque de capital é sistematicamente alterado, aumentando em razão da acumulação de novos bens de capital produzidos, ou diminuindo, tanto em razão do seu consumo (desgaste na sua utilização) ou, ainda, por sua obsolescência.

A *acumulação de novos bens de capital*, ou simplesmente *investimento*, chama-se, nas Contas Nacionais, de *formação bruta de capital*. Como se verá mais adiante, a formação bruta de capital se compõe do *capital fixo* e da *variação de estoques*. O capital fixo se constitui de construções (públicas e privadas, instalações produtivas ou prédios residenciais) e seus serviços de manutenção, e de máquinas e equipamentos e seus serviços de instalação e manutenção. A variação de estoques (não confundir com o estoque de capital) é constituída por bens de qualquer categoria produzidos durante um determinado período e não utilizados, que permanecem nas mãos do produtor ou do comerciante e que são considerados como formação bruta de capital até que tenham sua verdadeira destinação final. Não inclui os estoques em poder das famílias, já que uma vez adquiridos por elas, os bens e serviços em seu poder são tratados como consumo final das famílias.

Tendo em vista que uma parcela do capital fixo é consumida na produção de bens e serviços de um período, uma parte do investimento se destina a repor o estoque de capital inicial do país; apenas a outra parte constitui efetivamente a acumulação líquida de capital. Pode-se, então, distinguir o investimento em bruto e líquido. O *investimento bruto* inclui a parcela des-

tinada à reposição do capital consumido, enquanto o *investimento líquido* exclui essa parcela.

O *consumo do capital fixo* é geralmente conhecido como *depreciação*. Em economia este termo tem conceito diferente daquele da contabilidade das empresas. Para esta, a parcela de depreciação é definida por lei, e nada tem a ver com o efetivo desgaste do estoque de capital. Para a nação, o que importa é o desgaste efetivo (incluindo a obsolescência) do estoque de capital que definirá sua capacidade produtiva, que é, em última instância, o objeto da análise econômica.

Conhecido o estoque de capital do país, é possível definir duas importantes relações econômicas: a *relação capital-produto média* e a *incremental*. A relação média capital-produto indica a quantidade média de capital necessária para produzir uma unidade de produto, enquanto a relação incremental indica a quantidade adicional de capital necessária para produzir uma unidade adicional de produto. Estas duas relações são fundamentais em diversos modelos teóricos de crescimento econômico.

Uma outra relação importante é a *relação média capital-trabalho* que indica a quantidade média de capital disponível por unidade de trabalho, consistindo num indicador do potencial de produtividade de cada unidade de trabalho do país.

Embora a quantidade de capital existente seja um importante aspecto da economia de um país, a qualidade desse capital é ainda mais importante, ou seja, a *tecnologia* embutida nas máquinas e equipamentos disponíveis. Desde os primórdios da civilização, a sociedade humana desenvolveu novos métodos de produção por meio de contínuas *inovações tecnológicas*, ao colocar a serviço da produção suas sucessivas invenções. Dessa maneira, os investimentos visando repor ou ampliar a capacidade produtiva raramente são feitos reproduzindo os bens de capital já existentes. Eles incorporam continuamente novos conhecimentos técnicos e, de tempos em tempos, agregam grandes transformações. A indústria de computadores é um bom exemplo disso.

As mudanças tecnológicas alteram não apenas os produtos e as técnicas produtivas, mas toda uma gama de fenômenos envolvendo a produção: sua organização, transporte, comercialização, financiamento, utilização dos recursos naturais e as próprias características da força de trabalho.

## A FUNÇÃO DE PRODUÇÃO

A combinação dos três fatores de produção possibilita a produção de uma infinidade de bens e serviços. Para cada um dos tipos de bens e serviços

haverá uma combinação ótima desses fatores de produção na proporção necessária e suficiente à sua obtenção. Pode-se representar esta combinação por uma expressão matemática:

$$p_i = f(\text{Tr}, \text{RN}, \text{K})$$

onde  $p_i$  representa uma unidade do produto  $i$ , qualquer; e  $\text{Tr}$ ,  $\text{RN}$  e  $\text{K}$  representam, respectivamente, as quantidades de trabalho, recursos naturais e capital, necessários à produção de cada unidade do produto  $i$ .

A proporção de fatores de produção necessária para produzir diferentes quantidades de um mesmo produto será, certamente, diferente conforme a quantidade produzida e a tecnologia utilizada, em razão do que se conhece como *economias de escala na produção*. Assim é que se podem economizar fatores de produção por cada unidade produzida do bem ou serviço na medida em que esses fatores estejam sendo utilizados em maiores escalas de produção.

Um exemplo claro é o transporte de passageiros por ônibus, quando se está utilizando proporcionalmente menos capital, trabalho e petróleo, do que se este transporte fosse feito em automóveis. Um outro exemplo, associado à tecnologia, foi a introdução, por Henry Ford, de técnicas padronizadas na produção de automóveis em série, no início do século XX.

De forma semelhante a da definição de uma função de produção para cada bem ou serviço, pode-se definir uma *função macroeconômica de produção* na qual todos os bens e serviços do país ( $P$ ), bem como todos os fatores de produção estariam agregados obtendo-se, então, a expressão:

$$P = f(\text{Tr}, \text{RN}, \text{K})$$

### O TERRITÓRIO ECONÔMICO

A mensuração da produção e da renda geradas num país é um dos objetivos das Contas Nacionais. Para isso, o primeiro passo consiste em definir o território econômico, ou seja, a fronteira entre a economia nacional e o resto do mundo.

A primeira referência utilizada é a geográfica. Entretanto, esta não é suficiente, pois existe a possibilidade de o país ter interesses em espaços extraterritoriais, como, por exemplo, as áreas de pesquisa na Antártica ou em águas internacionais, ou possuir enclaves extraterritoriais, tais como embaixadas em outros países. Há, ainda, a possibilidade de um país ter em

seu território enclaves de outros países (embaixadas) ou de organismos internacionais.

A economia nacional é, portanto, definida como o conjunto de fatos e transações econômicas realizadas pelas unidades residentes, que podem: ter ou não a nacionalidade do país em que se encontram; ter ou não personalidade jurídica; e estar ou não presentes no território geográfico. As transações entre a economia nacional e a de outros países são, portanto, transações entre residentes e não-residentes.

Entende-se por unidade residente aquela que possui o centro de interesse no país, isto é, realiza suas operações ou transações econômicas no país por um período normalmente superior a um ano. Se uma empresa opera em vários países, somente a parcela de suas operações realizada no território econômico nacional é considerada residente. Tampouco são considerados residentes os turistas estrangeiros no país, os homens de negócio em visita de trabalho, membros de tripulação ligados a empresa de transporte com bandeira estrangeira etc.

Portanto, o território econômico nacional abrange: o território geográfico do país; as zonas francas; o espaço aéreo nacional; as águas territoriais e a plataforma continental em águas internacionais; os enclaves extraterritoriais; as jazidas minerais situadas em águas internacionais, fora da plataforma continental do país, exploradas por unidades residentes.

## A UTILIZAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS

Os bens e serviços que circulam numa economia podem ser destinados a dois tipos de utilização: utilização final ou utilização intermediária. Deve-se enfatizar que não se trata de uma qualidade intrínseca do bem ou serviço, mas da utilização que lhe é dada, como se verá adiante. E é evidente que alguns bens e serviços, por suas próprias características, só podem ter um único uso.

Os bens e serviços têm utilização intermediária quando são consumidos durante o processo de produção, logo, eles desaparecem e são transformados em outros tipos de bens e serviços.

Os bens e serviços de utilização final podem ser usados de três formas básicas: para o consumo final, para a formação bruta de capital e para a exportação. São considerados de consumo final quando utilizados pelas famílias para a satisfação de suas necessidades e pelas administrações públicas para produzir bens e serviços destinados a atender às necessidades da sociedade.

Os bens e serviços de capital são aqueles utilizados pelas empresas para produzir outros bens e serviços, como é caso das construções residenciais e não-residenciais, máquinas, equipamentos, veículos das empresas, etc., ou ainda os serviços de instalação e reparação dos bens de capital. A Figura 1.2 esclarece bem esses conceitos. Observe o seguinte:

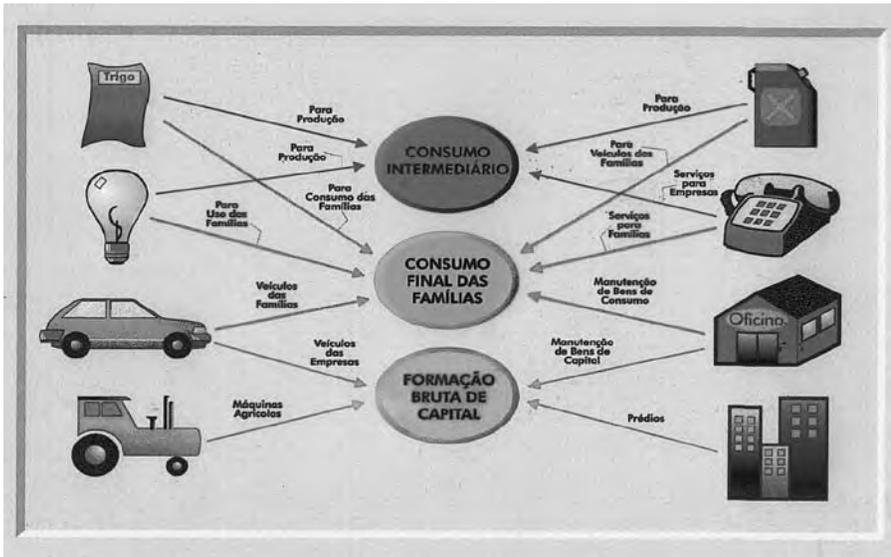
- Os grãos de trigo colhidos na atividade agropecuária são utilizados para consumo intermediário, quer se destinem a servir de semente para a própria produção agrícola, quer se destinem à fabricação de algum derivado.
- A gasolina, se consumida por máquinas agrícolas no processo de produção ou pelos ônibus ou automóveis das empresas, é um bem intermediário, enquanto se utilizada nos automóveis das famílias é um bem de consumo final (não-durável).
- A energia elétrica e os serviços de telefonia são considerados consumo final quando consumidos pelas famílias. Quando consumidos pelas empresas, são considerados serviços intermediários.
- Os automóveis, quando adquiridos pelas famílias, tratam-se de bens de consumo final (duráveis). Se adquiridos pelas empresas, são bens de capital.
- Os serviços de manutenção e reparo, se realizados em bens de consumo, são serviços de consumo final, entretanto, se realizados em bens de capital, são serviços da formação de capital.
- As máquinas agrícolas, bem como os prédios residenciais ou de empresas, e outras construções são sempre tratados como bens de capital.

Chama-se a atenção para o fato de o dinheiro, as ações, os títulos públicos etc., não serem bens de capital, mas sim ativo (ou capital) financeiro. Alguns deles, como as ações, representam valores dos bens de capital que financiam.

O IBGE publica as estatísticas de produção industrial (Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física) classificando os bens por categorias de uso. Além das categorias acima definidas, os bens de consumo são subdivididos em duráveis, semiduráveis e não-duráveis. Os bens duráveis não são destruídos logo após serem consumidos, como os elétricos e eletrônicos para uso doméstico, automóveis para uso das famílias etc. Por sua vez, os não-duráveis são destruídos imediatamente após serem consumidos, como

é o caso dos alimentos, da gasolina etc. A classificação de semiduráveis se aplica aos artigos do vestuário, pneus, utensílios domésticos etc.

**Figura 1.2 – O uso dos bens e serviços**



**RESUMO**

- 1) A realização da produção é possível por meio da utilização dos *fatores de produção*: trabalho, capital e recursos naturais. A combinação destes três elementos segundo uma determinada tecnologia de produção, embutida nas máquinas e nos equipamentos que compõem o estoque de capital de uma sociedade, na qualificação do trabalhador e na própria organização do processo produtivo, permite gerar os bens e serviços necessários à satisfação das necessidades humanas.
- 2) A disponibilidade e a qualidade do fator de produção trabalho dependem de diversos aspectos relativos à população. O primeiro desses aspectos refere-se a sua *composição etária*. A *pirâmide etária* mostra do lado esquerdo a população de sexo masculino e do lado direito a de sexo feminino, ambas distribuídas por faixas de idade.
- 3) Vários aspectos determinam a composição etária da população. Entre eles, a *taxa de natalidade* é definida como o número de habitantes nascidos vivos, divididos pelo total de habitantes do país em um determinado ano e, geralmente, é expressa por mil habitantes. Uma medida que também influencia o crescimento da população é a taxa de fecundidade.

Ela traduz o número de nascidos vivos por mulheres em idade fértil (geralmente definida na faixa de 15 a 49 anos).

- 4) Outro elemento da composição etária é a *taxa bruta de mortalidade*, definida como o total de óbitos em um determinado ano dividido pelo total da população daquele ano. Pode-se definir *taxa de mortalidade infantil* como o quociente da divisão do número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade pelo número de nascimentos durante um determinado ano, expressa por mil nascidos vivos.
- 5) Estabelecida a composição etária, pode-se definir a parcela da *população produtiva e a dependente*. A população apta para a produção, conceituada como *população em idade ativa* (PIA), é aquela compreendida, geralmente, entre 15 e 60 anos. No Brasil, o IBGE rendeu-se à realidade, e passou a adotar para suas pesquisas de emprego a idade inicial de dez anos, sem limite na idade final.
- 6) Dentro do contingente da população em idade ativa (idade de trabalhar) pode-se distinguir um subgrupo conceituado como *população economicamente ativa* (PEA), definida como a parcela da população empregada ou procurando trabalho, ou seja, que se encontra efetivamente voltada para o mercado de trabalho. Em outras palavras, a oferta efetiva de mão-de-obra.
- 7) Deste contingente de população economicamente ativa, uma parcela está empregada e constitui-se, portanto, em *população ocupada* (PO), enquanto o restante permanece desempregado, constituindo-se em *população não ocupada* (PNO). A população ocupada, portanto, compreende a parcela da população economicamente ativa que exerce atividade profissional remunerada ou sem remuneração direta, como é o caso de membros da família não remunerados que realizam algum trabalho em atividades econômicas que operam em algum mercado.
- 8) Pode-se, então, definir uma *taxa de ocupação* como o quociente da divisão do total de pessoas ocupadas pela população economicamente ativa, e a *taxa de desemprego* como seu complemento.
- 9) Definido o contingente do fator de produção trabalho, há que se considerar também seus diferentes *níveis de qualificação*. Em princípio, considera-se para essa definição os anos de escolaridade formal. Finalmente, há que se considerar também a *capacidade física de trabalho* do contingente populacional, que pode ser mensurado por índices referentes à expectativa de vida, às condições de saúde (doenças endêmicas erradicadas, saneamento básico etc.), e de alimentação (volume de proteínas ingeridas, etc.).

- 10) O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU) desenvolveu, há alguns anos, um indicador chamado *Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)* procurando medir o progresso da população humana de forma mais abrangente do que o tradicional Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* que considera apenas a renda monetária. Este indicador, além do PIB *per capita*, pondera também a longevidade e o nível educacional.
- 11) Para a realização da produção o trabalho atua sobre os recursos naturais disponíveis no país. Esses recursos são formados pelos solos agricultáveis, florestas, jazidas minerais, recursos hídricos etc. acessíveis. Isto depende de vários fatores, entre eles: o avanço da ocupação territorial, as facilidades de transporte e o avanço na tecnologia de sua exploração. Por sua vez, a não disponibilidade de recursos naturais pode ser resolvida pela importação.
- 12) O fator de produção capital, portanto, corresponde a todos os bens e serviços que visam à produção de outros bens e serviços. Sua natureza é diversa, e compreende: instalações agropecuárias, industriais e de serviços, tais como os celeiros e as cercas de uma exploração agrícola, o prédio de uma indústria, o prédio de uma escola ou de um hospital; compreende, ainda, os meios de transportes, máquinas, equipamentos etc.
- 13) O total desses bens de produção constitui o *estoque de capital* do país. Este estoque de capital é sistematicamente alterado, aumentando em razão da acumulação de novos bens de capital produzidos, ou diminuindo, tanto em razão do seu consumo (desgaste na sua utilização) quanto de sua obsolescência. A *acumulação de novos bens de capital*, ou simplesmente *investimento*, chama-se, nas Contas Nacionais, de *formação bruta de capital* que se compõe do *capital fixo* e da *variação de estoques*.
- 14) Pode-se classificar o investimento como bruto e líquido. O *investimento bruto* inclui a parcela destinada à reposição do capital consumido, enquanto o *investimento líquido* exclui essa parcela. O *consumo do capital fixo* é geralmente conhecido como *depreciação*.
- 15) É possível, ainda, definir duas importantes relações econômicas: a *relação capital-produto média* e a *incremental*. A relação média capital-produto indica a quantidade média de capital necessária para produzir uma unidade de produto, enquanto a relação incremental indica a quantidade adicional de capital necessária para produzir uma unidade adicional de produto. Uma outra relação importante é a *relação média capital-trabalho*, que indica a quantidade média de capital disponível

por unidade de trabalho, consistindo num indicador do potencial de produtividade de cada unidade de trabalho do país.

- 16) A combinação dos três fatores de produção possibilita a produção de uma infinidade de bens e serviços. Para cada um dos tipos de bens e serviços haverá uma combinação ótima desses fatores de produção na proporção necessária e suficiente à sua obtenção. Pode-se representar esta combinação por meio de uma expressão matemática, conhecida como função de produção.
- 17) A mensuração da produção e da renda geradas num país é um dos objetivos das Contas Nacionais. Para isso, o primeiro passo consiste em definir o território econômico, vale dizer, a fronteira entre a economia nacional e o resto do mundo. A economia nacional é definida como o conjunto de fatos e transações econômicas realizadas pelas unidades residentes, que podem: ter ou não a nacionalidade do país em que se encontram, ter ou não personalidade jurídica e estar ou não presentes no território geográfico. As transações entre a economia nacional e a de outros países são, portanto, transações entre residentes e não-residentes.
- 18) O território econômico nacional abrange: o território geográfico do país; as zonas francas; o espaço aéreo nacional; as águas territoriais e a plataforma continental em águas internacionais; os enclaves extraterritoriais; as jazidas minerais situadas em águas internacionais, fora da plataforma continental do país, exploradas por unidades residentes.
- 19) Os bens e serviços que circulam numa economia podem ser demandados para dois tipos de utilização: utilização final ou utilização intermediária. Os bens e serviços de utilização final podem ser usados de três formas básicas: para o consumo final, para a formação bruta de capital e para a exportação.

## Capítulo II

# A CLASSIFICAÇÃO DAS UNIDADES ECONÔMICAS E DE SUAS TRANSAÇÕES

Em razão da ampla divisão social do trabalho, a atividade econômica, nas economias modernas, se traduz em inúmeras transações realizadas por uma infinidade de agentes. O entendimento desse processo só é possível se ele for reduzido a grupos de agentes e transações essenciais, passíveis de serem analisados. O registro sistemático e organizado desse processo exige uma *nomenclatura ou sistema de classificação* prévio que possibilite o ordenamento exaustivo de todos os seus elementos (por exemplo, as atividades econômicas ou os bens e serviços), garantindo que nenhum deles fique ausente ou que haja a inclusão de elementos desnecessários e indesejáveis. A classificação também permite determinar previamente a localização correspondente a cada elemento e o grau em que este se inter-relaciona com os demais.

Desta forma, cumprem-se dois dos objetivos básicos de um sistema de classificação: o primeiro, identificar seus elementos com precisão; e o segundo, permitir graus sucessivos de agregação, reduzindo-se o campo de observação.

Duas qualidades são imprescindíveis a um sistema de classificação: a primeira, permitir que os diferentes âmbitos a que se refira estejam integrados, ou seja, se comuniquem (por exemplo, a classificação das ocupações por atividade econômica nas pesquisas econômicas e sociais). Vale lembrar que a classificação não pode representar um impedimento para a integração das informações econômicas, sociais e relativas ao meio físico em que elas ocorrem. A segunda qualidade deve ser possibilitar a comparação dessas intertemporal e internacionalmente.

Um exemplo importante da adoção de classificações comuns nos registros administrativos e nas pesquisas estatísticas de um país pode ser observado no sistema de Contas Nacionais brasileiro. Como as declarações do imposto de renda pessoa jurídica têm, hoje, a mesma classificação de atividade econômica que as pesquisas do IBGE, estas fontes tornaram-se comparáveis e, assim, foi possível ampliar a base de dados sobre a qual se calcula o Sistema de Contas Nacionais incorporando os dados do imposto de renda.

Entretanto, quando essas informações (econômicas, sociais e ambientais) são analisadas isoladamente, fornecem um esquema analítico insuficiente. Para serem úteis em sua plenitude, é necessário que estejam

organizadas dentro de um esquema conceitual coerente, que ponha em evidência sua inter-relação, permitindo que se avalie a contribuição de cada uma. No âmbito das atividades econômicas esse papel é exercido pelo Sistema de Contas Nacionais.

## ○ SISTEMA PRODUTIVO E AS UNIDADES ECONÔMICAS

O sistema produtivo pode ser observado sob dois aspectos. O primeiro permite analisar os aspectos técnicos da produção, isto é, as estruturas de insumo, linhas de produção, pessoal ocupado etc., independentemente da forma jurídica ou tipo de proprietário em que a unidade sob observação se inscreve.

Pelo segundo aspecto, analisa-se a unidade capaz de tomar decisões econômicas tais como: investimento – quanto, em que atividade, se no país ou no exterior; endividamento, pagamento de dividendos etc. Para essa análise, a organização jurídica, o tipo de proprietário e principalmente o comportamento econômico da unidade passam a ser os elementos relevantes. Essa abordagem é denominada institucional e muitas vezes se confunde com a organização jurídica adotada.

Atendendo às características das transações realizadas e visando facilitar distintos tipos de análise relacionados aos aspectos produtivos e financeiros da economia, as Contas Nacionais classificam as unidades econômicas em duas classes: uma referente às unidades produtivas que são classificadas em *atividades econômicas* segundo o bem ou serviço que produzem e a forma como participam da produção e utilização de bens e serviços. Esta classificação é a mais adequada para a representação do processo produtivo e a análise dos fluxos de bens e serviços. A outra classe de unidades econômicas refere-se às unidades institucionais que são caracterizadas por autonomia de decisão e unidade patrimonial e classificadas, segundo seu comportamento econômico principal, em *setores institucionais*. Esta classificação é a mais apropriada para a análise da redistribuição, apropriação e uso da renda, da acumulação e do financiamento, embora seja também possível analisar a produção por setor institucional, como se verá adiante.

Pode-se, então, dizer que as unidades produtivas são classificadas em atividades econômicas segundo suas características técnico-econômicas, enquanto as unidades institucionais são classificadas em setores institucionais segundo suas características econômico-financeiras.

Para que as possíveis análises sobre o aparelho produtivo sejam amplas e profundas, é necessário que os elementos classificados em um determinado item sejam homogêneos em relação aos fenômenos que se pretende analisar. Infelizmente, para a análise econômica, não é possível definir uma forma única de investigação. Os dois tipos de unidades econômicas acima mencionados (unidades produtivas e unidades institucionais) pretendem criar grupamentos homogêneos quanto aos fenômenos econômicos que pretendem analisar. Ainda assim, essa homogeneidade fica condicionada à forma de organização e normas de registro contábil dos agentes econômicos e também à metodologia da coleta de dados definida pelos órgãos de estatísticas.

## AS ATIVIDADES ECONÔMICAS

### O SISTEMA BRASILEIRO DE CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES

O sistema de classificação de atividades econômicas é, já há algum tempo, padronizado para todos os países que participam da Conferência de Estatísticas das Nações Unidas. Essa classificação padrão denomina-se *International Standard Industrial Classification of all Economic Activities* (Rev. 3).<sup>1</sup> Este sistema de classificação encontra-se atualmente na sua quarta versão e denomina-se *Revision 3* ou, abreviadamente, Rev. 3.

O IBGE, órgão oficial de estatística do Brasil, encarregado de definir o sistema de classificação de atividades econômicas brasileiras, instituiu um sistema de classificação de atividades econômicas integrado com a ISIC Rev. 3, a chamada Classificação Nacional de Atividades Econômicas 1.0 – CNAE 1.0 – publicada no Diário Oficial da União, em 26/12/1994, que é o resultado de trabalho coordenado pelo IBGE com participação de diversas entidades públicas e privadas envolvidas com cadastros e informações de agentes econômicos dentro dos seguintes objetivos:

- 1) atualização do sistema classificatório de forma a melhor refletir a estrutura produtiva do país, guardando, ao mesmo tempo, compatibilidade com a classificação-padrão internacional e garantindo, desta forma, a comparabilidade internacional;

<sup>1</sup> UNITED NATIONS. *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities*. Revision 2. New York, 1975; UNITED NATIONS. *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities*. Revision 3. New York, [19-]. O termo industrial não significa que a classificação se refira apenas à indústria; neste caso tem o significado de setor e sua tradução seria Classificação Internacional Padronizada para todos os Setores de Atividade Econômica.

- 2) definição de uma classificação padrão de atividades econômicas para uso generalizado pelos produtores de informações econômicas do país, abrangendo tanto o sistema estatístico como os registros administrativos, com vista à articulação das informações provenientes de diferentes fontes.

De acordo com o IBGE:<sup>2</sup>

A CNAE resultou de um processo de revisão das classificações de atividades econômicas, mais extenso que os procedimentos periódicos de atualização e aperfeiçoamento até então adotados pelo IBGE como parte do planejamento dos censos econômicos. A participação dos órgãos gestores de cadastros e registros da Administração Pública, de entidades privadas e de outros produtores de informação refletiu uma nova postura com relação à gestão da classificação e ao compromisso de padronização nacional e de harmonização internacional.

A partir do entendimento de que as classificações são instrumentos cujo uso excede o interesse exclusivo da instituição de estatística, foi instituída a Comissão Nacional de Classificação – CONCLA –, criada pelo Decreto nº 1.264, de 11 de outubro de 1994, e instalada em 25 de abril de 1995.<sup>3</sup> Essa comissão tem por finalidade estabelecer normas e padronizar as classificações e tabelas de códigos usadas no Sistema Estatístico e nos cadastros e registros da Administração Pública.

Em 2002, a estrutura da CNAE foi atualizada e as notas explicativas aperfeiçoadas, adaptando-se às alterações da revisão 2002 da ISIC 3.1 e in-

<sup>2</sup> IBGE. *Classificação Nacional de Atividades Econômicas*. Versão 2.0. Rio de Janeiro, dez. 2006. Introdução. (1ª edição, provisória).

<sup>3</sup> A Concla foi criada em outubro de 1994 como um órgão colegiado no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento (Decreto 1.264, de 11/10/1994). Em função da reorganização da Presidência da República e dos Ministérios, em 1999, foi reinstalada na nova estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Decreto nº 3.500 de 9/6/2000, publicado no Diário Oficial da União em 12/6/2000. A Comissão Nacional de Classificação foi instituída como um órgão colegiado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, agrupando representantes de 15 ministérios e do IBGE, sob a presidência deste Instituto, que é também o responsável pelo funcionamento da Secretaria Executiva. Os ministérios que compõem a Comissão são: Ministério da Agricultura e Abastecimento; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério da Educação; Ministério do Esporte e Turismo; Ministério da Fazenda; Ministério do Meio Ambiente; Ministério de Minas e Energia; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Previdência e Assistência Social; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério dos Transportes.

corporando ajustes adicionais pontuais, resultando na versão 1.0 da CNAE (Resolução Concla nº 6, de 9/10/2002).

A Comissão Nacional de Classificação referendou a CNAE como classificação oficial para uso tanto no sistema estatístico como nos registros administrativos. Isto significa que as instituições públicas que, por força de suas obrigações institucionais, geram informações sob a forma de registros administrativos, se obrigam a adotar esta classificação de atividades econômicas. Por exemplo, a Secretaria da Receita Federal pelas informações coletadas pelo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Além disso, todo um trabalho de convencimento é feito junto a instituições privadas para que adotem, voluntariamente, esta mesma classificação nos seus registros de informações, a exemplo do que já faz a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), e outras.

Uma atualização da CNAE que incorpora recomendações internacionais, a CNAE 2.0, já está definida e começará a ser implantada nas pesquisas do IBGE a partir de 2008. A implantação da nova classificação foi prevista para 2007 com sua implementação no cadastro de empresas do IBGE e nos registros da Administração Pública. A médio prazo, a CNAE 2.0 será implantada em todas as pesquisas do IBGE de forma gradativa para que se faça uma transição gradual entre as duas versões da classificação.<sup>4</sup>

A CNAE 1.0, atualmente vigente, está estruturada em quatro níveis hierárquicos, a saber:

NOME	NÍVEL	NÚMERO DE GRUPAMENTOS	IDENTIFICAÇÃO
Seção	Primeiro	17	Código alfabético de 1 dígito
Divisão	Segundo	59	Código numérico de 2 dígitos
Grupo	Terceiro	218	Código numérico de 3 dígitos(*)
Classe	Quarto	562	Código numérico de 4 dígitos(*)
Os códigos com (*) estão integrados no nível imediatamente anterior. Exemplo:			
	Seção	D	Indústria de Transformação
	Divisão	17	Fabricação de produtos têxteis
	Grupo	17.3	Tecelagem
	Classe	17.31	Tecelagem de algodão

A partir do segundo nível, o sistema de codificação reflete a integração piramidal da classificação. Assim, o código da classe (quatro dígitos) incor-

<sup>4</sup> Informações detalhadas sobre sistemas de classificação podem ser obtidas em <<http://unstat.un.org/unsd/class/family/default.htm>> e especificamente sobre o sistema brasileiro de classificações, cf. <<http://www.ibge.gov.br/concla/default.php>>.

pora o código do grupo (três dígitos) a que pertence, e este o da respectiva divisão (dois dígitos). O dígito referente a desagregações específicas a cada nível segue ordem numérica crescente, com o 9 (nove) usado para categorias com especificações genéricas (outras). Quando uma divisão ou grupo não tem subdivisão, o código é seguido de um zero (0) no nível imediatamente inferior. O quinto dígito é o Dígito Verificador (DV), gerado por operação aritmética, com finalidade exclusiva de controle da qualidade.

A classificação é algo dinâmico e é constantemente atualizada para incluir novas atividades. Quando se atualiza uma classificação, o procedimento padrão é a publicação dos resultados da nova pesquisa com as duas classificações, de forma a evitar o rompimento da série, possibilitando alguma comparação intertemporal. Esse procedimento, entretanto, foi rompido quando o IBGE mudou a concepção do seu sistema de pesquisas econômicas. Ao mesmo tempo em que foi alterada a classificação, o IBGE reformulou totalmente a sua concepção de sistema estatístico nacional, notadamente no âmbito das estatísticas econômicas. A razão principal apresentada para esta reformulação é a de que “o modelo tradicional de produção de estatísticas econômicas do IBGE, organizado sob a égide dos censos econômicos quinquenais, mostrou-se progressivamente inadequado ao perfil das novas demandas, sobretudo no que diz respeito à atualidade dos dados e à articulação entre fontes distintas”.<sup>5</sup> Custo, demora e complexidade são as características de um levantamento censitário. Além disso, o recorte da unidade informante era desvinculado da organização empresarial; este é o caso principalmente do Censo Industrial em que a definição da unidade produtiva adotada no censo, o estabelecimento<sup>6</sup> e a identificação dentro da contabilidade das empresas de informações detalhadas por estabelecimento acarretava uma série de dificuldades e eventualmente imperfeições.

Por essas razões, o IBGE decidiu-se pela adoção de um modelo de produção de estatísticas econômicas que tem como marco um sistema de pesquisas desenhadas a partir de um Cadastro Central de Empresas legalmente registradas. As pesquisas baseadas neste cadastro terão como *locus* de informação a empresa e, em algumas pesquisas, obtêm informação também

<sup>5</sup> GÓES, Magdalena Cronemberger. *A modernização das estatísticas econômicas, IBGE*. Texto apresentado no Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais; Sessão Temática: Novo Modelo de Estatísticas Econômicas do IBGE. Rio de Janeiro, 1996. Mimeo. Sobre essa inadequação para o desenvolvimento de um sistema moderno de Contas Nacionais é citado VANOLI, André. *Rapport de Mission au Brésil*. 29 mai/ 8 juin. 1995.

<sup>6</sup> Uma empresa ou parte de uma empresa que se dedica única ou predominantemente a um tipo de atividade econômica, em uma área geográfica restrita, para a qual há disponibilidade ou possibilidade de estimação dos dados necessários ao cálculo do excedente operacional.

por unidade local,<sup>7</sup> não incorporando o segmento da economia que não tem referência legal (CNPJ). Atualmente a parcela não coberta pelas pesquisas econômicas é obtida por meio de pesquisas domiciliares anuais como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, ou por pesquisas específicas, como a Pesquisa da Economia Informal Urbana.

As pesquisas – levantamento de informações – passaram a ser organizadas por atividades econômicas: indústria, comércio, serviços e indústria da construção. As pesquisas estruturais passaram a ter algumas características metodológicas em comum: a empresa é a unidade informante, um desenho amostral com estrato certo para as grandes empresas, representatividade nacional e infranacional ao nível de classe ou grupo da classificação de atividades e com periodicidade anual.

Para completar a classificação das operações realizadas em uma economia, a classificação de atividades econômicas é insuficiente, pois não contempla os produtos – bens e serviços – que são produzidos e consumidos. Assim, completando a CNAE, há uma classificação de produtos chamada de PRODLIST.

## A CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS

O Sistema de Contas Nacionais, também responsabilidade do IBGE, adota uma classificação de atividades e produtos própria, mas integrada com a CNAE e a PRODLIST. O sistema atual, cujos resultados estão disponíveis para 1990 em diante, divide a economia em três grandes atividades: Agropecuária, Indústria e Serviços e os subdivide em 55 atividades conforme listado em anexo.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Todas as atividades econômicas exercidas por uma empresa em uma área geográfica de atuação. Assim, as exigências principais a este tipo de unidade são a propriedade ou controle único e sua localização em uma área geográfica. Pode, entretanto, ser heterogênea em relação a sua atividade econômica.

<sup>8</sup> Note-se que não existe nem nunca existiu na classificação brasileira de atividades (quicá na internacional) a identificação de setores de atividade como primário, secundário e terciário. Esta identificação difere da pretensa equivalência com agropecuária, indústria e serviços por considerar a atividade de extração de minerais como uma atividade primária e não secundária (industrial). Aparentemente, essa classificação foi adotada pela interpretação cepalina (CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe das Nações Unidas, com sede em Santiago do Chile) do processo de desenvolvimento latino-americano, pelo qual, numa etapa histórica passamos por um modelo de desenvolvimento primário-exportador, quer dizer, exportador de matérias-primas, tanto agropecuárias (Brasil com café, Argentina com pecuária etc.), como da extrativa mineral (Chile com cobre e Venezuela com petróleo etc.).

A partir da divulgação da revisão da série do Sistema de Contas Nacionais de março de 2007, os dados passaram a ser publicados em três níveis de classificação. De acordo com as Notas Metodológicas publicadas pelo IBGE, a série com referência 2.000 está disponível para os anos posteriores a 2.000 com o seguinte detalhamento:

O SCN referência 2.000 adota dois níveis de agregação para a classificação adotada. A compilação das Tabelas de Recursos e Usos – TRU é realizada no chamado nível de trabalho (N3) com 293 produtos e 149 atividades. No entanto, sua divulgação será com 110 produtos e 55 atividades. Para que seja disponível uma série que integre a classificação do SCN anual, com o sistema de contas trimestrais adota-se, também, uma classificação com 12 atividades comuns a ambos os sistemas.

Para que se disponha de uma série mais longa de Tabelas de Recursos e Usos, as tabelas dos anos de 1995 até 1999 foram reestimadas; para 1990 até 1994, não houve alterações nas tabelas já publicadas. Com isso, está também disponível para o período de 1990 em diante, uma série de Tabelas de Recursos e Usos numa agregação de atividades semelhante à do antigo Sistema de Contas, com 43 atividades e 80 grupos de produtos. Tais publicações possibilitam comparações entre informações antigas e atuais.

Entretanto, cria-se um problema típico de séries mais amplas de dados econômicos. Quando se realiza um aperfeiçoamento de uma série de informações econômicas, um dilema se apresenta: o que fazer com os períodos anteriores? Duas alternativas são possíveis: ou não se alteram os dados já publicados, ou incorporam-se nestes dados os aperfeiçoamentos possíveis. No entanto, ambas as soluções fazem com que a comparabilidade entre diferentes períodos de tempo não seja a ideal. Porém, será sempre a melhor possível dentro da disponibilidade de dados para cada época.

Adicionalmente são divulgadas tabelas anuais de recursos e usos com apenas 12 atividades econômicas. Estes quadros resumidos são compatíveis com a classificação adotada no sistema de contas trimestrais.

**QUADRO 2.1 – Classificação de Atividades e Produtos SCN – referência 2.000**

	AGRICULTURA
	EXTRATIVA MINERAL
INDÚSTRIA	TRANSFORMAÇÃO
	CONSTRUÇÃO CIVIL
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELTRICIDADE, GÁS E ÁGUA
	COMÉRCIO
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO
SERVIÇOS	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS
	OUTROS SERVIÇOS
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS E ALUGUEL
	ADMINISTRAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO PÚBLICAS

A classificação dos bens e serviços em grupos de produtos procura manter a homogeneidade de cada grupamento no que diz respeito à origem – atividade produtora e procedência nacional ou importada – e ao destino – tipo de consumidor e/ou usos específicos. A definição da classificação de produtos é o ponto de partida básico para a análise dos fluxos de bens e serviços na economia, para obtenção de estimativas coerentes e consistentes quanto ao equilíbrio entre recursos (produção, importação, margens de transporte e comercialização e impostos) e usos (consumo intermediário e demanda final) de cada produto.

Existe estreita vinculação entre as classificações de produtos e de atividades: não são somente os produtos que caracterizam as atividades, assim como seu nível de detalhamento leva a diferentes avaliações da homogeneidade nas estruturas de produção e consumo; por outro lado, classificações mais agregadas de atividades tornam assemelhados bens e serviços quanto à sua origem e destino.

**Quadro 2.1.1 – Classificação de atividades**

ATIVIDADES	
Agricultura, silvicultura, exploração florestal	Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos
Pecuária e pesca	Eletrodomésticos
Petróleo e gás natural	Máquinas para escritório e equipamentos de informática
Minério de ferro	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos
Outras da indústria extrativa	Material eletrônico e equipamentos de comunicações
Alimentos e Bebidas	Aparelhos/instrumentos médico-hospitalares, medida e óptico
Produtos do fumo	Automóveis, camionetas e utilitários
Têxteis	Caminhões e ônibus
Artigos do vestuário e acessórios	Peças e acessórios para veículos automotores

<b>ATIVIDADES</b>	
Artefatos de couro e calçados	Outros equipamentos de transporte
Produtos de madeira – exclusive móveis	Móveis e produtos das indústrias diversas
Celulose e produtos de papel	Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana
Jornais, revistas, discos	Construção
Refino de petróleo e coque	Comércio
Álcool	Transporte, armazenagem e correio
Produtos químicos	Serviços de informação
Fabricação de resina e elastômeros	Intermediação financeira e seguros
Produtos farmacêuticos	Serviços imobiliários e aluguel
Defensivos agrícolas	Serviços de manutenção e reparação
Perfumaria, higiene e limpeza	Serviços de alojamento e alimentação
Tintas, vernizes, esmaltes e lacas	Serviços prestados às empresas
Produtos e preparados químicos diversos	Educação mercantil
Artigos de borracha e plástico	Saúde mercantil
Cimento	Outros serviços
Outros produtos de minerais não-metálicos	Educação pública
Fabricação de aço e derivados	Saúde pública
Metalurgia de metais não-ferrosos	Administração pública e seguridade social
Produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos	

### **Quadro 2.1.2 – Classificação de produtos**

<b>Produtos</b>	
Arroz em casca	Gasoálcool
Milho em grão	Óleo combustível
Trigo em grão e outros cereais	Óleo diesel
Cana-de-açúcar	Outros produtos do refino de petróleo e coque
Soja em grão	Álcool
Outros produtos e serviços da lavoura	Produtos químicos inorgânicos
Mandioca	Produtos químicos orgânicos
Fumo em folha	Fabricação de resina e elastômeros
Algodão herbáceo	Produtos farmacêuticos
Frutas cítricas	Defensivos agrícolas
Café em grão	Perfumaria, sabões e artigos de limpeza
Produtos da exploração florestal e da silvicultura	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas
Bovinos e outros animais vivos	Produtos e preparados químicos diversos
Leite de vaca e de outros animais	Artigos de borracha
Suínos vivos	Artigos de plástico
Aves vivas	Cimento
Ovos de galinha e de outras aves	Outros produtos de minerais não-metálicos
Pesca e aquicultura	Gusa e ferro-ligas

<b>Produtos</b>	
Petróleo e gás natural	Semi-acabados, laminados planos, longos e tubos de aço
Minério de ferro	Produtos da metalurgia de metais não-ferrosos
Carvão mineral	Fundidos de aço
Minerais metálicos não-ferrosos	Produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos
Minerais não-metálicos	Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos
Abate e preparação de produtos de carne	Eletrodomésticos
Carne de suíno fresca, refrigerada ou congelada	Máquinas para escritório e equipamentos de informática
Carne de aves fresca, refrigerada ou congelada	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos
Pescado industrializado	Material eletrônico e equipamentos de comunicações
Conservas de frutas, legumes e outros vegetais	Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e óptico
Óleo de soja em bruto e tortas, bagaços e farelo de soja	Automóveis, camionetas e utilitários
Outros óleos e gordura vegetal e animal exclusive milho	Caminhões e ônibus
Óleo de soja refinado	Peças e acessórios para veículos automotores
Leite resfriado, esterilizado e pasteurizado	Outros equipamentos de transporte
Produtos do laticínio e sorvetes	Móveis e produtos das indústrias diversas
Arroz beneficiado e produtos derivados	Sucatas recicladas
Farinha de trigo e derivados	Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana
Farinha de mandioca e outros	Construção
Óleos de milho, amidos e féculas vegetais e rações	Comércio
Produtos das usinas e do refino de açúcar	Serviços de manutenção e reparação
Café torrado e moído	Serviços de alojamento e alimentação
Café solúvel	Transporte de carga
Outros produtos alimentares	Transporte de passageiro
Bebidas	Correio
Produtos do fumo	Serviços de informação
Beneficiamento de algodão e de outros têxteis e fiação	Intermediação financeira e seguros
Tecelagem	Serviços imobiliários e aluguel
Fabricação outros produtos Têxteis	Aluguel imputado
Artigos do vestuário e acessórios	Serviços prestados às empresas
Preparação do couro e fabricação de artefatos – exclusive calçados	Educação pública
Fabricação de calçados	Educação mercantil
Produtos de madeira – exclusive móveis	Saúde pública
Celulose e outras pastas para fabricação de papel	Saúde mercantil
Papel e papelão, embalagens e artefatos	Serviço público e seguridade social
Jornais, revistas, discos e outros produtos gravados	Serviços prestados às famílias

Produtos	
Gás liquefeito de petróleo	Serviços associativos
Gasolina automotiva	Serviços domésticos

Fonte: IBGE. Nota metodológica n. 4: classificação de produto e atividade. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/default\\_SCN.shtml](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/default_SCN.shtml)>.

## OS SETORES INSTITUCIONAIS

As operações econômicas e financeiras associadas aos atos de produzir, consumir ou poupar, investir e financiar a acumulação são frutos de decisões tomadas no âmbito de uma infinidade de unidades econômicas individuais, caracterizadas por unicidade de comportamento, autonomia de decisão e unidade patrimonial, nomeadas *unidades institucionais*.

As unidades institucionais são agrupadas e classificadas, segundo sua função principal, a natureza e a origem dos seus recursos e sua unidade patrimonial, nos seguintes *setores institucionais*: empresas não-financeiras, privadas e públicas; instituições financeiras, privadas e públicas; instituições de seguros, privadas e públicas; administrações públicas; instituições privadas sem fins lucrativos; famílias; e, o grupamento de unidades institucionais do resto do mundo, que reúne indiscriminadamente as unidades institucionais não-residentes.

O Manual de Contas Nacionais de 1993 (SNA 93) se refere aos principais setores institucionais da seguinte maneira:<sup>9</sup>

As unidades institucionais são agrupadas para formar os setores institucionais, atendendo às suas funções, comportamento e objetivos principais:

- *Sociedades não-financeiras*: unidades institucionais que se dedicam principalmente à produção de bens mercantis e serviços não-financeiros;
- *Sociedades financeiras*: unidades institucionais que se dedicam principalmente à intermediação financeira ou a atividades financeiras auxiliares;
- *Administrações públicas*: unidades institucionais que, para além de cumprirem as suas responsabilidades políticas e o seu papel de reguladores da economia, produzem essencialmente serviços não mercantis (e, eventualmente bens) para consumo individual ou coletivo e redistribuem o rendimento e a riqueza;

<sup>9</sup> SNA-1993, parágrafo 2.20. O *System of National Accounts* 1993 – SNA 93 é uma profunda revisão dos manuais anteriores e foi elaborado sob a responsabilidade conjunta das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, da Comissão da Comunidade Européia, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e do Banco Mundial. Atualmente, um intersecretariado das Nações Unidas com representação de vários organismos internacionais e de alguns especialistas prepara a primeira revisão do SNA 93 a ser publicada em 2008.

- *Famílias*: conjunto das pessoas físicas da economia; a unidade institucional no setor das famílias corresponde a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos. De acordo com os critérios estabelecidos para definir uma unidade institucional, a família de um proprietário de uma empresa em nome individual, em geral, inclui esta empresa, que não é considerada uma unidade institucional (exceto sob determinadas condições). As principais funções das famílias são a oferta de mão-de-obra, o consumo final e, enquanto empresários, a produção de bens mercantis e serviços não financeiros (e, eventualmente, financeiros);
- *Instituições, sem fins lucrativos, a serviço das famílias (ISFLSF)*: entidades legais que estão principalmente envolvidas na produção de serviços não mercantis para as famílias e cujos principais recursos são contribuições voluntárias das famílias.

Para distinguir entre empresas públicas e privadas, consideram-se empresas públicas somente aquelas controladas pelos governos, federal, estadual ou municipal, nas quais mais de 50% dos recursos provêm de receita de vendas ao público em geral. As empresas públicas que não satisfazem essa condição são classificadas no setor institucional administração pública. Já as empresas privadas são aquelas que não são controladas por unidades da administração pública.

Na série anterior das Contas Nacionais, o setor institucional famílias, além das famílias propriamente ditas (setor famílias puro), incluía também: empreendimentos individuais não constituídos como sociedades, em que o patrimônio do negócio e o de seu dono se confundem e que, portanto, não se constituem unidades institucionais separadas do proprietário enquanto família; empreendimentos societários com pequeno faturamento (tais como microempresas), isentos de imposto de renda; e, ainda, os empreendimentos agropecuários, de educação e de saúde mercantis, que, mesmo se constituindo enquanto sociedades, não possuem seus registros contábeis facilmente acessíveis. Na nova série das Contas Nacionais, com a expansão da base de dados disponíveis, foi possível retirar do setor institucional famílias as pequenas empresas, assim como as empresas agrícolas e reclassificá-las no setor de empresas não-financeiras.

## AS TRANSAÇÕES OU OPERAÇÕES ECONÔMICAS

As inúmeras unidades produtivas e unidades institucionais existentes numa economia realizam uma infinidade de transações ou operações econômicas. Essas transações são de natureza diversa para cada uma delas.

As unidades produtivas realizam operações de produção, nomeadas *operações de bens e serviços*, que são mais de caráter técnico-econômico, na medida em que nelas são combinados os fatores de produção em proporções adequadas ao tipo de produto que se pretende obter e à tecnologia de produção disponível, que confere seu aspecto técnico. O aspecto econômico é dado pelos custos de produção ou de utilização dos fatores de produção e pelo valor da produção dos bens e serviços fabricados.

As unidades produtivas utilizam trabalho, recursos naturais ou matérias-primas semi-elaboradas e capital, produzindo bens e serviços com utilizações diversas. Esses fatores podem ser de origem interna ou importados do resto do mundo. Os bens e serviços produzidos podem ter *utilização final (consumo final, formação de capital ou exportação)* ou serem reutilizados como *consumo intermediário* (matérias-primas, serviços gerais).

A produção gera a renda que irá remunerar os serviços dos fatores de produção, através das *operações de repartição*. Note-se que, no âmbito da unidade produtiva, o trabalho é o único fator cuja remuneração pode ser identificada. O restante da renda gerada correspondente à contribuição dos outros fatores à produção, não é atribuível nem apropriado no âmbito das unidades produtivas. De fato, parte dessa renda é remuneração dos serviços dos fatores de produção restantes, na verdade rendimentos de propriedade.

No âmbito das unidades produtivas, portanto, esse diferencial ou saldo da renda gerada em relação ao total de remuneração do trabalho, não tem suas apropriações identificadas, sendo agrupado e nomeado excedente operacional. Realiza-se aí apenas uma *distribuição primária ou operacional da renda*.

É no âmbito das unidades institucionais que o excedente operacional é apropriado, complementando-se as operações de repartição, quando a renda gerada passa por um amplo processo de redistribuição, e se define o que cada unidade institucional possui de *renda disponível* para suas decisões de *consumir ou poupar, acumular e financiar a acumulação*. Note-se que as operações de produção e de geração da renda, com a identificação do valor adicionado, podem ser representadas também no âmbito das unidades institucionais; é por meio desse estágio, de fato, que se pode conectar as operações das unidades produtivas com as das unidades institucionais, como se verá adiante.

Finalmente, é também no âmbito das unidades institucionais que se podem identificar os diversos mecanismos pelos quais as unidades cujos recursos excedem os usos os repassam àquelas com as quais ocorre o inverso. Estes mecanismos são denominados *operações financeiras*.

Portanto, as inúmeras transações ou operações técnico-econômicas efetuadas entre as unidades produtivas no processo de produção e distribuição operacional da renda, bem como as transações econômico-financeiras realizadas pelas unidades institucionais no processo de produção, distribuição primária, apropriação e uso da renda, acumulação e financiamento, definidas como significantes pela teoria econômica, podem ser classificadas e agrupadas em três categorias básicas: as *operações de bens e serviços*, as *operações de repartição* e as *operações financeiras*.<sup>10</sup>

## AS OPERAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS

As operações de bens e serviços referem-se a todas as operações relativas à produção, oferta e utilização de bens e serviços e estão reunidas no Quadro 2.2. Um importante saldo dessas operações, como será mencionado adiante, é o valor adicionado, resultado da diferença entre a produção e o consumo intermediário.

### Quadro 2.2 – Classificação das operações de bens e serviços

---

Produção de Bens e Serviços
Consumo Intermediário
Consumo Final
Formação Bruta de Capital
Formação Bruta de Capital Fixo
Máquinas e Equipamentos
Construções
Outros Investimentos
Variação de Estoques
Exportação de Bens e Serviços
Importação de Bens e Serviços
Aquisição Líquida de Terrenos e de Ativos Intangíveis

---

### OS NÍVEIS DE VALORAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS

Para efeito de cálculo dos diversos agregados macroeconômicos, utilizam-se informações referentes às operações de bens e serviços que estão em diferentes níveis de valoração,<sup>11</sup> conforme ilustrado na Figura 2.1, abaixo:

<sup>10</sup> Ver: CONSIDERA, C. M.; SILVA, A. B. de Oliveira e. *Estrutura das Contas Nacionais Brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, DPE, jun. 1991. (Texto para Discussão, n. 48). p. 6-10. Mimeo; IBGE. DPE. DECNA. *Novo Sistema de Contas Nacionais: ano-base 1980: metodologia e resultados provisórios*. Rio de Janeiro, dez. 1988. (Texto para Discussão, 10). p. 25-48. Mimeo. Para um maior detalhamento das operações em um Sistema de Contas Nacionais ver: SNA 1993, capítulo 5.

<sup>11</sup> Para uma descrição mais detalhada dos níveis de valoração, ver SNA, capítulo 6.

- 1) o preço básico é o valor recebido pelo produtor por uma unidade de um bem ou serviço produzido, líquido de qualquer imposto sobre produtos a pagar, acrescido de qualquer subsídio a produtos a receber, sobre aquela unidade, como consequência da sua produção ou venda. Exclui as margens de distribuição (transporte e comércio);
- 2) o preço de utilizador ou consumidor corresponde à quantia paga, excluindo qualquer IVA dedutível ou outros impostos semelhantes, para adquirir uma unidade de um bem ou serviço no momento e local requeridos por um comprador. O preço de aquisição de um bem inclui todos os custos de transporte pagos separadamente pelo comprador para aquisição no momento e local requeridos.

**Figura 2.1**



## DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS

### *PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS*

A ONU recomenda que se adote um conceito amplo de produção. Assim sendo, considera-se como produtiva toda operação socialmente organizada para a obtenção de bens e serviços, sejam eles transacionados ou não no mercado, a partir de fatores de produção transacionados no mercado. Ela é realizada por residentes no território econômico nacional, refere-se a um dado período de tempo e é valorada, nas estatísticas brasileiras, a preços básicos.

A produção de bens e serviços é considerada mercantil sempre que puder ser comercializada a um determinado preço estabelecido em mercado. Toda a produção de bens<sup>12</sup> é considerada, por convenção, mercantil, isto é, existe um mercado para aquele bem, de forma a se poder inferir um preço e, portanto, um valor da produção. Isso inclui toda a produção de bens para autoconsumo e a produção por conta própria de bens de capital fixo imobilizados pelo próprio produtor.

Já os serviços<sup>13</sup> são divididos em mercantis e não-mercantis. São considerados mercantis aqueles cujo objetivo de produção é a venda no mercado por um preço que remunera os serviços dos fatores usados na sua obtenção. Inclui, ainda, um serviço cujo valor é obtido por convenção, como se verá adiante no tratamento das Instituições Financeiras: a produção imputada de serviços de intermediação financeira.

Os serviços não-mercantis são aqueles fornecidos à coletividade (todo o país, grupos específicos de pessoas ou famílias etc.) gratuitamente ou por valor economicamente insignificante. Estes serviços são fornecidos, de forma coletiva ou individual, pelas administrações públicas ou por instituições privadas sem fins lucrativos a serviço das famílias (unidades institucionais cujo principal objetivo é atender as famílias e cuja principal fonte de financiamento é a transferência compulsória ou voluntária de recursos por meio de impostos, doações etc.).

Uma parcela desses serviços coletivos fornecidos pelas administrações públicas não possui nenhum tipo de mercado (defesa nacional, o poder judiciário etc), não se podendo, assim, definir seu preço sob nenhuma hipótese e, portanto, seu valor da produção. Entretanto, outra parcela dos

<sup>12</sup> Os bens são associados a algo tangível, sendo muitas vezes chamados de bens transportáveis.

<sup>13</sup> Os serviços são intangíveis.

mesmos (saúde, educação etc), e parte dos serviços privados não-mercantis poderia ser valorada por preços de mercado. Contudo, para se garantir a homogeneidade dos conceitos, considera-se como valor da produção dos serviços não-mercantis, públicos ou privados, a soma do consumo intermediário, das remunerações (salários brutos mais encargos sociais) e da depreciação (consumo de capital fixo).

#### *CONSUMO INTERMEDIÁRIO*

Entende-se por consumo intermediário o consumo de bens e serviços mercantis utilizados na produção de outros bens e serviços (mercantis ou não) realizado por unidades residentes no território econômico nacional. Não inclui os bens de capital nem os serviços relacionados à transferência e à instalação desses bens. Não inclui, tampouco, os bens cedidos a empregados a título de pagamento, que são considerados parte do consumo final das famílias (salário em espécie).

Os bens e serviços utilizados como consumo intermediário são valorados a preços de consumidor (incluem margens de comercialização e transporte e os impostos sobre produtos).

#### *CONSUMO FINAL*

Os bens destinados à satisfação das necessidades da população são classificados como de consumo final. Por convenção, as famílias consomem imediatamente todos os bens, inclusive os duráveis. Não há formação de estoques nas unidades familiares. O consumo final não abrange a compra de imóveis residenciais ou não-residenciais, que são considerados na formação bruta de capital fixo; e, tampouco, inclui a compra de terrenos, que é tratada como uma operação especial denominada aquisição líquida de terrenos.

Apenas às famílias e às Administrações Públicas pode ser atribuída a operação de consumo final. As empresas realizam apenas consumo intermediário. O consumo final pode ser individualizado (pessoas ou unidades familiares) ou pode ter um caráter coletivo, como é o caso dos serviços prestados pelas Administrações Públicas e pelas instituições privadas sem fins lucrativos. No primeiro caso, o consumo de bens e serviços pode ser claramente identificado e associado ao indivíduo, ou unidade familiar, ou ainda ao domicílio. São bens ou serviços que têm valor de mercado, isto é, podem ser transacionados em diferentes quantidades e são, por isso, denominados “mercantis”.

Já os de consumo coletivo não podem ser individualizados, nem divididos, e não têm valor de mercado. Embora seja possível identificar comunidades que se beneficiam de um serviço como, por exemplo, segurança pública, ele não é, necessariamente, atribuível a uma família determinada. Eles são, por convenção, destinados ao consumo final pelo seu valor da produção. Este valor da produção corresponde à soma de seus custos (consumo intermediário, remuneração de empregados e consumo de capital), conforme definido anteriormente.

A valoração depende da origem do bem: valorado a preços de consumidor, para os bens e serviços adquiridos no mercado; valorado pelo preço básico, para os bens agrícolas produzidos para autoconsumo; valorado pelo valor das remunerações, para os serviços domésticos; e, valorado pelos custos incorridos, para os serviços não mercantis.

#### *FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL*

Essa operação engloba a formação bruta de capital fixo e a variação de estoques. Considera-se como formação bruta de capital fixo o valor dos bens duráveis, assim como o dos serviços a eles incorporados, com vida útil normal superior a um ano, para serem usados no processo de produção. São considerados apenas os bens novos, se produzidos no país, ou usados, quando importados, desde que utilizados pela primeira vez no território econômico nacional. Representa um aumento da capacidade produtiva do país, ou seja, um acréscimo ao estoque de capital realizado durante o ano de referência.

Estão excluídos os bens de baixo valor unitário, pois, no Brasil, a legislação do imposto de renda permite que bens, cujo preço unitário seja inferior a um valor determinado, possam ser deduzidos como despesa.

São considerados, também, como integrantes desse agregado, todos os gastos com prospecção de minerais.<sup>14</sup> São considerados, ainda, como acréscimos aos estoques de capital do país, os serviços que aumentam a vida útil dos bens de capital. Ainda por problemas relativos à existência de informação, não são considerados os valores referentes às obras-de-arte

---

<sup>14</sup> Na verdade, o valor corresponde praticamente aos gastos com prospecção de petróleo. Até recentemente as recomendações internacionais eram no sentido de se considerar apenas os valores que resultavam em sucesso. Dadas as dificuldades práticas, o SNA – 93 passou a aceitar todo o valor gasto como Formação de Capital. Com isso, evita-se uma redução do Valor Adicionado na atividade de Extração de Petróleo, já que se assim não fosse, seria considerado consumo intermediário.

produzidas no ano, ou o valor líquido das aquisições das obras-de-arte já existentes.

No caso dos bens de capital cujo processo produtivo ultrapassa um ano, é considerado na produção do ano de referência o valor correspondente às etapas já realizadas; na verdade, esse valor corresponde ao adotado nas estatísticas de produção da indústria de transformação e construção nos Censos Econômicos. Esse mesmo critério é utilizado nos valores considerados como formação de capital das matas plantadas e de novas culturas permanentes, ou seja, os gastos efetuados no preparo do terreno, cultivo e manutenção até o momento de produção.

A variação de estoques é, na verdade, um valor de ajuste entre a entrada e a saída de bens do estoque. Essa diferença é referenciada em termos físicos, embora, na prática, efetuem-se os cálculos em valor, tentando-se eliminar os efeitos da inflação. Os estoques podem ser de bens produzidos (acabados ou em elaboração) ou de matérias-primas; e, serem de propriedade do produtor/utilizador ou do comércio.

Por convenção, as famílias não mantêm estoques de bens, assim como as unidades econômicas produtoras de serviços não-mercantis. No caso destas últimas, excetua-se o estoque de produtos estratégicos ou reguladores, mantidos por organismos ligados às Administrações Públicas. Na prática, esses organismos são classificados como mercantis, não sendo, portanto, parte da atividade não-mercantil das administrações públicas.

O valor da variação de estoques deve refletir os fluxos de entrada e saída, valorados a preços de utilizador do dia da entrada ou da saída. A obtenção desta medida exige adaptações em função da diferença de conceitos de valoração dos estoques na contabilidade empresarial e das Contas Nacionais. Estas adaptações visam anular o componente inflacionário.

#### *AS EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS*

As exportações compreendem todos os bens e serviços que saem definitivamente do território econômico do país com destino ao resto do mundo. Os serviços prestados aos não-residentes, mesmo quando no território econômico nacional são, quando estatisticamente identificados, classificados como exportação de serviços. São considerados, ainda, como exportação os combustíveis e provisões de bordo fornecidos a navios e aeronaves de bandeira estrangeira.

Um caso especial merece ser citado. O valor do ouro industrial, quando vendido no mercado financeiro nacional para outra unidade residente, é

considerado como exportação. Nesse caso, não há saída física do território econômico. O ouro financeiro é considerado um passivo financeiro do resto do mundo, constituindo-se em reserva de poder de compra. Da mesma forma, o caminho inverso é considerado importação.

As exportações são valoradas a preço FOB, (em inglês, *free on board*), significando que exclui seguros e fretes de longo curso, podendo incluir os custos domésticos de transporte e comercialização.

#### AS IMPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS

A definição de importação tem o sentido oposto à de exportação. De maneira análoga as exportações incluem também o consumo final de residentes realizado fora do território econômico nacional.

As importações de mercadorias são valoradas a preço CIF (em inglês, *cost + insurance + freight*), o que significa que inclui além do seu preço de produção no resto do mundo, os custos de seguros e fretes até o porto nacional, representando o seu preço de entrada no país, correspondente ao preço básico das importações. Com isto, os valores dos serviços de transporte de mercadorias e de seguros as mesmas, prestados por unidade não-residentes, do porto de origem até o porto nacional, que aparecem na balança de serviços do balanço de pagamentos, são associados às mercadorias importadas, quando aplicável.

#### AQUISIÇÃO LÍQUIDA DE TERRENOS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Representam o saldo das operações sobre ativos intangíveis, tais como patentes, marcas de fábricas, direitos autorais etc.

#### AS OPERAÇÕES DE REPARTIÇÃO

As operações de repartição tratam da distribuição primária da renda e de sua redistribuição e apropriação, conforme discriminadas no Quadro 2.3. As operações tanto sob o ponto de vista das unidades produtivas, quanto das unidades institucionais. A redistribuição e a apropriação da renda, por sua vez, se dão como decorrência da propriedade dos fatores de produção, qualidade atribuível apenas às unidades institucionais, ou, ainda, da ação coercitiva das administrações públicas, redistribuindo renda.

### **Quadro 2.3 - Classificação das operações de repartição**

---

DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DA RENDA

GERAÇÃO DA RENDA

- Remuneração dos assalariados
- Salários e ordenados brutos
- Contribuições sociais dos empregadores
- Contribuições sociais imputadas
- Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação

ALOCAÇÃO DA RENDA PRIMÁRIA

- Renda da propriedade
- Juros
- Lucros reinvestidos de investimento estrangeiro direto
- Rendimento de propriedade atribuídos a detentores de apólice de seguros
- Renda da terra

DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA DA RENDA

- Impostos correntes sobre a renda, patrimônio etc.
    - Contribuições sociais
    - Contribuições sociais efetivas
    - Contribuições sociais efetivas dos empregadores
    - Contribuições sociais dos empregados
    - Contribuições sociais dos não-assalariados
    - Contribuições sociais imputadas
  - Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie
    - Benefícios de seguridade social em numerário
    - Benefícios sociais com constituição de fundos
    - Benefícios sociais sem constituição de fundos
    - Benefícios de assistência social em numerário
  - Outras transferências correntes
    - Prêmios líquidos de seguros não-vida
    - Indenizações de seguros não-vida
    - Transferências correntes entre administrações públicas
    - Cooperação internacional
    - Transferências correntes diversas
  - Relação do Governo com o Banco Central
    - Compensação pela produção do Banco Central
    - Resultado do Banco Central
- 

### DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DA RENDA

As operações de distribuição primária de renda mostram como o valor adicionado bruto é distribuído pelos fatores trabalho e capital, este representado no saldo excedente operacional bruto que é a diferença entre o valor adicionado e as remunerações dos assalariados.

#### *REMUNERAÇÃO DE ASSALARIADOS*

A remuneração de assalariados compreende todas as despesas dos empregadores com seus empregados em contrapartida ao trabalho realizado no período, a saber: pagamentos diretos aos assalariados em moeda ou

espécie, encargos sociais a cargo do empregador e o fornecimento de bens e serviços gratuitos. Para o empregador corresponde ao custo total com a força de trabalho; para as famílias, fornecedoras do fator trabalho, corresponde a uma renda primária sujeita, ainda, a transferências compulsórias.

Essa remuneração pode ser decomposta em três categorias:

- Salários e ordenados brutos – salários e ordenados pagos em contrapartida ao trabalho, antes de qualquer dedução previdenciária a cargo dos assalariados ou do respectivo imposto de renda. Duas subcategorias de salários podem ser distinguidas:
  - Salários de pessoal com vínculo empregatício – que inclui, além do salário mensal, o 13º salário, a remuneração de férias, os honorários, as comissões de vendas, as ajudas de custo, as gratificações, a participação nos lucros (quando não resultante de cláusula contratual), as retiradas de sócios e proprietários dentro dos limites fixados pela autoridade fiscal e os auxílios refeição e transporte.
  - Salários de pessoal sem vínculo empregatício (sem carteira) – estimativas feitas a partir de Pesquisas Domiciliares (Censo Demográfico e Pesquisas por Amostra), para dar conta dessa anomalia da economia brasileira que mesmo na ausência de vínculos formais de emprego, mantém vasto contingente como força de trabalho assalariada.

#### *CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DOS EMPREGADORES*

As contribuições sociais dos empregadores incluem todos os pagamentos a cargo do empregador em nome de seus empregados para as instituições de seguro social. Elas podem ser de caráter obrigatório (INSS, FGTS, PIS/PASEP) ou não (previdência privada). As contribuições sociais têm como contrapartida a criação de um direito individual, diferindo de outros pagamentos compulsórios, tais como os impostos.

De acordo com as notas metodológicas do IBGE:

As informações sobre contribuições sociais efetivas a cargo dos empregadores, que aparecem originalmente como uso na conta de geração da renda dos setores institucionais ou de atividades, correspondem ao valor devido no exercício (regime de competência). Do lado das administrações públicas, para quem representa um recurso na conta de alocação da renda primária, o registro desta

operação corresponde ao efetivamente recebido (regime de caixa). Entre os dois registros há, pois, uma discrepância decorrente de regras institucionais quanto ao prazo para pagamento efetivo e de atrasos por parte do empregador. Nas contas nacionais o momento de registro das contribuições sociais deve ser o de competência e não o de entrada de caixa das administrações públicas, a discrepância entre estes dois registros deve figurar nas contas financeiras como uma variação de ativo das administrações públicas.

A diferença entre o montante pago de contribuições sociais e o recebido pelas administrações públicas, tomado como referência, tem como consequência um aumento do excedente operacional das empresas e dos saldos subseqüentes. Os ajustes foram definidos separadamente para as contribuições à previdência social (INSS), ao FGTS e ao PIS/PASEP.

Em relação às contribuições dos empregadores à previdência privada, suas estimativas vêm da conta destas entidades (recursos), e são repartidas como uso das atividade ou dos setores institucionais a partir das informações das fontes pagadoras, porém respeitando-se os dados das administrações públicas e das empresas financeiras.<sup>15</sup>

As contribuições sociais imputadas referem-se ao montante de aposentadorias e pensões pago pelas administrações públicas aos seus funcionários ou seus beneficiários, deduzido o valor das contribuições dos funcionários ativos para o plano de seguridade social do servidor e para as caixas de pensão. O montante dessas contribuições é fornecido pela conta das administrações públicas.

#### *IMPOSTOS LIGADOS À PRODUÇÃO E À IMPORTAÇÃO*

São pagamentos obrigatórios exigidos pelo Estado às unidades produtivas, incidindo sobre a produção, comercialização, importação e exportação de bens e serviços e sobre a utilização de fatores de produção.

Subdividem-se em:

- impostos sobre produtos, que recaem sobre o valor de bens e serviços mercantis. Dentre eles distinguem-se:
  - impostos sobre valor adicionado, tais como o imposto sobre produtos industrializados (IPI) e o imposto sobre circulação de mercadorias (ICM). A carga destes impostos recai sobre o

---

<sup>15</sup> IBGE. Nota metodológica n. 10: Contas Econômicas Integradas. Disponível em: < [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/default\\_SCN.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/default_SCN.shtm)>.

consumidor final dos produtos, com as empresas atuando apenas como agentes arrecadadores do Estado;

- imposto sobre a importação, que corresponde às tarifas aduaneiras incidentes sobre produtos importados no momento de sua entrada no mercado nacional;
- outros impostos sobre produto, correspondente aos demais impostos cobrados proporcionalmente ao valor dos bens e serviços;
- outros impostos ligados à produção, compreendendo impostos sobre a folha de pagamento e demais impostos e taxas incidentes sobre a atividade produtiva.

#### *SUBSÍDIOS CORRENTES*

São transferências correntes das administrações públicas para as unidades produtivas de bens e serviços mercantis. Seu efeito é reduzir o preço final do produto ou permitir uma rentabilidade suficiente a uma determinada atividade econômica. São decompostos em duas categorias:

- subsídios a produtos, definidos sobre o valor dos bens e serviços, reduzindo seu preço para o consumidor;
- subsídios à unidade produtiva, que visam compensar os custos de operação de forma a garantir seu nível de rentabilidade.

#### DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE ALOCAÇÃO DA RENDA PRIMÁRIA

##### *RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE E DA ATIVIDADE EMPRESARIAL*

Representam as diversas formas de remuneração da propriedade dos fatores de produção que não o trabalho. Incluem:

- Juros: são formas de remuneração, estabelecidas por cláusula contratual, de determinados ativos, tais como, empréstimos, obrigações, depósitos a prazo, títulos negociáveis etc.
- Rendas da terra e de direitos do uso do subsolo: estas rendas remuneram o direito de uso dos ativos tangíveis não produzidos, tais como terras e subsolo, não se constituindo numa transferência de propriedade. Incluem: as rendas recebidas pelos proprietários de terra pelo seu aluguel e as rendas dos proprietários de águas,

reservas de minerais, petróleo etc. Como no Brasil o governo é o único proprietário do subsolo, esses recursos são pagos ao governo. Um exemplo disso são os chamados *royalties* do petróleo pagos a governos federais, estaduais e municipais.

- Rendimento de propriedade atribuído aos detentores de apólices de seguro, prêmios líquidos e indenizações de seguros não-vida.
- Dividendos e retiradas: são as rendas que as empresas decidem distribuir, sob a forma de dividendos e outros rendimentos, aos seus proprietários ou acionistas.

## DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA DA RENDA

### *OPERAÇÕES CORRENTES SEM CONTRAPARTIDA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO*

Nesta categoria estão classificadas várias operações de repartição compulsórias ou voluntárias sem contrapartida no processo de produção. São decompostas em:

- Impostos correntes sobre a renda e a propriedade: são os pagamentos periódicos compulsórios feitos ao Estado, incidentes sobre a renda e o patrimônio das unidades institucionais, sem contrapartida de bens ou serviços. Distinguem-se três modalidades: imposto de renda de pessoa física, imposto de renda de pessoa jurídica, e os outros impostos correntes sobre a propriedade.
- Contribuições sociais efetivas: representam todos os pagamentos que os segurados – assalariados ou não-assalariados – ou seus empregadores efetuam aos organismos de seguro social, criando direito a benefícios previdenciários. Resultam de disposições legais, cláusulas contratuais, acordos de trabalho e decisões individuais voluntárias. Na sua maioria incidem sobre remunerações provenientes da produção. Incluem as contribuições ao INSS, FGTS, PIS/PASEP e previdência privada, conforme já descrito anteriormente. Estas contribuições são atribuídas aos empregados junto com seus salários e, por meio desta operação de redistribuição, apropriadas pela instituição responsável pela prestação do benefício.
- Contribuições sociais imputadas: tal qual a operação anterior, ela é atribuída aos assalariados e contabilizada nos seus rendimentos. No Brasil, a maior parte dessa operação é a contrapartida dos pagamen-

tos de aposentadorias e pensões do funcionalismo público federal, deduzidos das contribuições dos funcionários ativos.

- Benefícios sociais: correspondem a todas as transferências correntes – em moeda ou em espécie – fornecidas às famílias e prestadas pelas unidades institucionais gerenciadoras dos mecanismos de previdência coletiva. Estes benefícios não correspondem a contrapartidas equivalentes e simultâneas às contribuições, pois, não são estabelecidos em função dos riscos específicos que apresentam, como acontece nos seguros clássicos. As necessidades cobertas por esses benefícios sociais limitam-se às áreas de saúde, aposentadoria, falecimento, encargos de família e desemprego. Estes benefícios sociais se decompõem em três categorias:
  - os ligados a contribuições sociais efetivas, compreendendo aposentadorias; auxílios-doença; pensões; salários-família e maternidade; saques do FGTS por demissão, desemprego, aquisição de casa própria ou outro de caráter legal; abonos; rendimentos ou retiradas do PIS/PASEP e os benefícios pagos pela previdência privada;
  - os prestados diretamente pelo empregador, tratados no circuito das contribuições imputadas;
  - os outros benefícios sociais, referentes aos gastos com convênio de saúde na compra de serviços individualizados de saúde privada pela previdência pública para uso das famílias.
- Transferências correntes entre Administrações Públicas: compreendem os movimentos internos de renda entre as unidades institucionais do setor Administrações Públicas, exceto as transferências de capital. Incluem as transferências de receitas fiscais fixadas por lei – as receitas vinculadas, os recursos para financiamento de programas conjuntos, para despesas das administrações descentralizadas etc. Subdividem-se em intergovernamentais, quando referem-se aos fluxos entre níveis de governo – federal, estadual e municipal; e, intragovernamentais, quando se dão dentro do mesmo nível de governo.
- Transferências correntes às instituições privadas sem fins lucrativos: referem-se a todas as contribuições voluntárias – doações, contribuições periódicas etc. – que estas instituições recebem a fundo perdido. Excluem as transferências de capital. Incluem: pagamentos pelas famílias a entidades filantrópicas, desportivas, associações de classe, sindicatos, partidos políticos, entidades científicas, religiosas

etc; ajuda por parte das administrações públicas; contribuições voluntárias das empresas para financiamento de suas entidades de classe e outras instituições sem fins lucrativos voltadas ao atendimento de seus interesses.

- **Transferências correntes diversas.** Categoria que abrange diversas operações de transferência de pequeno valor não classificadas anteriormente. Compreendem: multas e indenizações por infrações de regulamentos; pagamento de taxas e emolumentos pela utilização, por parte das famílias, de determinados serviços não-mercantis da administração pública tais como, emissão de passaportes, carteiras de identidade, de motorista etc., e pelas empresas, tais como, taxa de alvará; contribuições e pagamentos a organismos internacionais; e remessas de residentes para não-residentes.

#### *TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL*

São transferências não-contratuais que interferem apenas no patrimônio e não nas contas correntes das unidades institucionais. Pode-se distinguir entre aquelas restritas aos fluxos internos das Administrações Públicas e as realizadas entre os diversos setores institucionais. Estas incluem: subsídios a investimentos, anulação de dívidas, recursos a fundo perdido do setor privado para a preservação do patrimônio histórico-cultural e ambiental, recursos das Administrações Públicas para investimentos em instituições privadas ligadas à cultura, ajuda para construção de casas populares etc.

#### *AQUISIÇÕES LÍQUIDAS DE CESSÕES DE ATIVOS NÃO-FINANCEIROS NÃO-PRODUZIDOS*

Nesta operação é registrado o resultado líquido da compra e venda de terrenos e o valor das concessões e permissões na área de telecomunicações, recebidas pelas administrações públicas, do setor empresas não-financeiras.

#### *VARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO DAS FAMÍLIAS NO FGTS E PIS/PASEP*

Ajuste destinado a fazer aparecer, na poupança das famílias, a variação do patrimônio do FGTS e PIS/PASEP. Estes ativos pertencem às famílias, mas ao mesmo tempo são alimentados por transações registradas como recursos das administrações públicas (contribuições sociais).

## AS OPERAÇÕES FINANCEIRAS

No processo econômico, as unidades institucionais realizam uma série de operações auxiliares do circuito produção, distribuição, apropriação e uso da renda e acumulação. Denominam-se estas de operações financeiras, conforme listadas no Quadro 2.5.<sup>16</sup> Por meio delas, as unidades institucionais transferem recursos financeiros entre si.

### DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS

As operações financeiras devem ser observadas em seus quatro aspectos básicos para que se possa compreender seu papel econômico. O primeiro diz respeito ao seu papel de meio de troca. As operações de bens e serviços descritas anteriormente, e mesmo algumas operações de renda, como o pagamento de salários, têm como contrapartida uma transferência de instrumentos financeiros. Um bem ou serviço (inclusive do fator de produção trabalho) passa de “A” para “B” enquanto um instrumento financeiro (moeda ou título/duplicata) perfaz o caminho inverso.

O segundo diz respeito ao seu papel de instrumento de financiamento. É por meio dos instrumentos financeiros que as unidades deficitárias obtêm junto às superavitárias os fundos necessários ao seu funcionamento. A obtenção do fundo se dá a partir da emissão de um instrumento denominado passivo financeiro que, ao ser adquirido por uma unidade superavitária, realiza a transferência de fundos. Para o adquirente, o instrumento é um ativo financeiro. A unidade deficitária passa a ser devedora e a unidade superavitária credora. O terceiro aspecto, intimamente relacionado ao anterior, refere-se à possibilidade de se manter o patrimônio na forma de aplicações financeiras. Sem essa característica, as unidades superavitárias não realizariam transferências de fundos.

---

<sup>16</sup> É importante que se mencione que o IBGE ainda não publica contas financeiras. Este quadro é uma adaptação do SNA às condições da contabilidade pública e bancária brasileira nas primeiras reuniões para se construir com o Banco Central uma conta financeira para o Brasil.

---

### Quadro 2.5 - Classificação das operações financeiras

---

Meio de pagamento internacionais
Ouro monetário
Direitos especiais de saque e reservas no fundo monetário internacional
Divisas
Meio de pagamentos nacionais
Papel-moeda
Depósitos à vista
Depósitos não-monetários
Depósitos em caderneta de poupança
Depósitos a prazo sem certificado
Depósitos em moeda estrangeira
Outros depósitos em moeda nacional
Títulos de renda fixa
Títulos de renda variável
Ações
Participações e cotas
Empréstimos
Curto prazo
Longo prazo
Arrendamento mercantil
Créditos comerciais
Reservas técnicas de seguro

---

Fonte: BACEN. REPEC. Reunião sobre a Tabela de Operações Financeiras – TOF, no âmbito do NSCN – IBGE. Mimeo.

A quarta característica é decorrente do conceito mais amplo de instrumento financeiro adotado nas Contas Nacionais e diz respeito à função de seguro. As seguradoras, por definição de suas funções, necessitam criar e manter reservas. Essas reservas são para cobertura dos riscos e representam uma poupança financeira de propriedade coletiva dos segurados. Essa reserva é particularmente importante no ramo “vida” dos seguros (seguros de vida).

Deve-se mencionar que o conceito de instrumentos e operações financeiras nas Contas Nacionais é mais amplo do que o da noção comum e do que o da legislação comercial. Em primeiro lugar, pode dar lugar a uma relação de crédito/débito do país com o resto do mundo, como por exemplo, com o Fundo Monetário Internacional, ou sem devedor específico, como o ouro mantido em reserva, para o qual não existe devedor. Em segundo lugar, alguns instrumentos considerados em Contas Nacionais não merecem da legislação a mesma classificação. É o caso das ações, que embora permitam a transferência de fundos conforme descrito anteriormente, não caracterizam um devedor e um credor conforme a legislação comercial. Tendo feito essas observações, pode-se utilizar a definição internacional de operação financeira aceita nos trabalhos de Contas Nacionais: “As operações financeiras são as que implicam uma modificação no montante dos ativos e/ou

passivos financeiros das unidades institucionais. Para todo ativo financeiro contabilizado existe um passivo financeiro correspondente, e por isso se utiliza a mesma classificação”.<sup>17</sup>

Distinguem-se quatro grupos de ativos (passivos) financeiros, segundo suas características de liquidez e transferibilidade:

- Instrumentos de pagamento,
- Instrumentos de aplicação de fundos,
- Instrumentos de financiamento,
- Reservas técnicas de seguro.

#### *OS INSTRUMENTOS DE PAGAMENTO*

- Meios de pagamento internacionais

Os instrumentos de pagamentos para as transações entre residentes e não residentes são denominados meios de pagamentos internacionais. No Brasil se subdividem em:

- Ouro financeiro ou monetário

Registra o ouro para fins monetários ou de aplicações de fundo e exclui o ouro destinado a fins industriais. Deve ter um grau de pureza superior a 995/1.000 e ser objeto de negociação em um mercado organizado;

- Direitos Especiais de Saque – DES

Essa é a denominação recebida pela moeda fiduciária (sem contrapartida em ouro ou divisas) do Fundo Monetário Internacional – FMI, que é atribuída como ativo financeiro aos países membros que se comprometem a aceitá-la em suas transações internacionais;

- Divisas – Moeda e depósitos à vista em moeda estrangeira

Moeda emitida pelas autoridades monetárias de outros países e mantida em poder de residentes, e depósitos à vista em moeda estrangeira. São

<sup>17</sup> SISTEMA EUROPEU DE CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS – SEC. *Tema 2: Economia e Finanças*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1990. (Série E: Métodos).

considerados depósitos à vista em moeda estrangeira aqueles que são conversíveis em moeda nacional sem qualquer restrição. Na prática, o público não mantém depósitos à vista em moeda estrangeira no Brasil, exceto as empresas que podem mantê-los junto ao Banco Central.

- Meios de pagamentos nacionais

Para as transações entre os residentes, os meios de pagamento subdividem-se em:

- Moeda fiduciária emitida pela autoridade monetária;
- Depósitos à vista em moeda nacional. Os depósitos à vista são transferíveis por cheque sem nenhuma restrição.

#### *OS INSTRUMENTOS DE APLICAÇÃO DE FUNDOS*

São os passivos financeiros emitidos principalmente pelas instituições financeiras, caracterizam-se por terem múltiplos credores individuais e se dividem em depósitos não-monetários (não podem ser movimentados livremente por cheque), títulos negociáveis e obrigações. No Brasil estão classificados como:

- Depósitos não-monetários
  - De poupança (cadernetas). Não podem ser movimentados antes do prazo, sob pena de perda dos rendimentos;
  - A prazo em moeda nacional: depósitos em moeda nacional que não podem ser movimentados antes da data fixada quando da realização do depósito, ou sem aviso prévio do depositante;
  - A prazo em moeda estrangeira: todos os depósitos em moeda estrangeira, à exceção dos depósitos à vista.
  - Títulos de renda fixa

São os títulos cuja rentabilidade é conhecida *a priori*, subdivididos em:

- Títulos federais, emitidos pelo Tesouro Nacional (ORTN, LTN, NTN etc);
- Títulos estaduais, emitidos pelos Tesouros estaduais;
- Títulos municipais emitidos pelos Tesouros municipais;

- Certificados de Depósitos Bancários – CDB’s – são passivos emitidos pelos bancos comerciais, de investimento e desenvolvimento destinados ao financiamento do capital de giro das empresas;
- Letras de Câmbio – LC – são títulos emitidos por empresas não-financeiras com aceite e co-obrigação de sociedades de crédito, financiamento e investimento destinados ao financiamento do Crédito Direto ao Consumidor;
- Outros – são outros títulos de renda fixa, com as características mencionadas e não enquadrados na classificação acima.
- Títulos de renda variável

São títulos cuja rentabilidade é conhecida *a posteriori*. Englobam ações e outras participações, definidas como ativos financeiros que dão direito à parte do lucro das empresas das quais as famílias são acionistas. As ações são títulos mobiliários, negociáveis, podendo ou não estar cotadas nas Bolsas de Valores. As participações não são títulos mobiliários e, portanto, não são livremente negociáveis. São incluídas como participações as cotas nas sociedades de responsabilidade limitada, nas cooperativas, nas sociedades em comandita por ações, a participação das Administrações Públicas em Empresas Públicas (não confundir com empresas de economia mista, onde o capital está dividido em ações) e em organismos internacionais (exceto o FMI) etc. No Brasil, a estrutura de classificação desses instrumentos financeiros é:

- Ações;
- Participações e cotas.

#### OS INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO

Os instrumentos de financiamento são ativos/passivos financeiros que representam acordos individuais entre credores e devedores por um montante e um período dados. Em geral, o credor é uma instituição financeira e os títulos não são negociáveis. Internacionalmente, eles estão agrupados segundo o prazo de duração: curto prazo, para períodos de até dois anos, e médio e longo prazos para períodos mais longos. No Brasil, os prazos foram alterados para até um ano (curto prazo) e mais de um ano (médio e longo prazo). São subdivididos em:

- Empréstimos

São as operações nas quais os valores acordados não têm destinação específica por parte do tomador. Quanto ao prazo e a classificação de sua finalidade, estão agrupados em:

- De curto prazo;
  - Empréstimos rurais de curto prazo,
  - Empréstimos industriais de curto prazo,
  - Empréstimos habitacionais de curto prazo,
  - Outros empréstimos de curto prazo.
  
- De longo prazo;
  - Empréstimos rurais de longo prazo,
  - Empréstimos industriais de longo prazo,
  - Empréstimos habitacionais de longo prazo,
  - Outros empréstimos de longo prazo.
  
- Arrendamento ou *leasing* mercantil

Operação pela qual um bem é cedido por um arrendador a um arrendatário mediante um pagamento periódico e por um período determinado, ao fim do qual o arrendatário pode optar pela compra do bem.

- Créditos comerciais

Os créditos comerciais englobam todas os ativos financeiros que por convenção registram o lapso de tempo entre uma operação e sua contrapartida financeira. A operação pode ser o fornecimento de um bem ou serviço (como o fornecimento de um bem para pagamento em 30 dias), o fato gerador de um imposto (o momento em que o imposto é devido) cuja arrecadação não foi recolhida etc.

- As reservas técnicas de seguro

As empresas seguradoras transformam riscos individuais em coletivos, constituindo para isso reservas técnicas de seguro. As reservas são constituídas para garantir o pagamento de prestações futuras. Essas reservas são consideradas como um passivo financeiro das Instituições de Seguro e direito dos segurados ou beneficiários.

## RESUMO

- 1) São três as classificações necessárias para se utilizar as Contas Nacionais: a classificação das unidades econômicas e a das operações que realizam entre elas.
- 2) As unidades econômicas são de dois tipos: as unidades produtivas e as unidades institucionais.
- 3) As unidades produtivas são classificadas segundo suas características técnicas e econômicas em três grandes atividades: agropecuária, indústria e serviços. Nestes mesmos três grandes grupos são classificados os bens e serviços por elas produzidos. As Contas Nacionais brasileiras publicam seus resultados com aberturas de até 55 atividades e 110 produtos.
- 4) As unidades institucionais são classificadas segundo suas características econômicas e financeiras em três grandes setores institucionais: empresas, famílias e administrações públicas. As empresas são subdivididas em empresas financeiras e não-financeiras (podendo ainda serem caracterizadas em privadas ou públicas). As famílias se subdividem no grupamento famílias propriamente ditas e instituições sem fins lucrativos, ao serviço das famílias. O grupamento dos setores institucionais não-residentes se denomina Resto do Mundo.
- 5) As operações realizadas pelas atividades e pelos setores institucionais são classificadas em três grupos: as operações de bens e serviços, as operações de repartição da renda e as operações financeiras.

## Capítulo III

# OS MERCADOS

Nos capítulos anteriores, definiu-se uma série de conceitos fundamentais para o entendimento do processo econômico. Iniciou-se com o principal ato do processo econômico que é a produção, com a explicação de como os fatores de produção são organizados no âmbito das unidades econômicas. Definiram-se e classificaram-se, posteriormente, esses atores da produção, bem como suas transações ou operações econômicas e financeiras. Antes de iniciarmos a descrição do processo econômico, falta definir o mercado, local em que se processam algumas das operações anteriormente descritas, e explicar como os agentes econômicos ali interagem.

O objetivo deste capítulo é duplo: em primeiro lugar, ao descrever a interação entre agentes econômicos nos mercados, vendendo bens e serviços e fatores de produção, é possível analisar a formação de seus preços e mostrar que a remuneração de cada fator corresponde a sua contribuição ao processo de produção. Assim, o agregado de remunerações dos fatores de produção constitui a renda total da economia gerada domesticamente, definida como Renda Interna Bruta (RIB). Ao mesmo tempo, a adição de valor em cada etapa de produção, ou seja, a geração do produto, quando agregada ao total da economia, corresponde ao produto total da economia gerado domesticamente, definido como Produto Interno Bruto (PIB). Daí se conclui que o produto é igual à renda:  $PIB = RIB$ .

Em segundo lugar, esse capítulo demonstrará analiticamente que a demanda dos fatores de produção depende da demanda dos bens e serviços por eles produzidos. Isso é feito em duas etapas: a primeira, que demonstra que o uso do fator depende de sua contribuição física (sua produtividade marginal); e a segunda, que depende também de sua contribuição econômica (a receita marginal obtida pela utilização de uma unidade adicional do fator). Ao aplicar esta análise ao fator trabalho, em particular, tem-se o fundamento microeconômico para o modelo clássico.

A teoria econômica define mercado como o encontro dos fluxos de oferta e demanda, sejam de fatores de produção ou de bens e serviços. Pode-se esclarecer melhor tal conceito com alguns exemplos. Tome-se uma loja onde se vendem artigos de vestuário: nela são ofertados vários desses artigos a um determinado preço; por ela transitam várias pessoas que têm a intenção de comprar artigos de vestuário e possuem recursos para isso. Neste caso, os fluxos de demanda e oferta estão presentes e se manifestam em um local específico. Por esta loja também transitam pessoas que estão

apenas olhando sem ter a intenção de comprar qualquer artigo de vestuário ou que, embora desejassem adquirir algo, não têm recursos para isto. Essas pessoas não têm qualquer significado para este mercado específico, não constituem, naquele momento, demanda de artigos de vestuário.

Suponha-se que essa loja esteja localizada em um determinado centro comercial ou em um moderno *shopping center* onde existem diversos outros estabelecimentos comerciais dedicados à venda de artigos do vestuário. Tanto neste caso, como no anterior, têm-se mercados – um restrito, outro mais amplo – de artigos do vestuário; em ambos, o que está sendo denominado como mercado, está localizado fisicamente, com os fluxos de demanda e oferta perfeitamente visualizados.

Se incluirmos, agora, todos os estabelecimentos (inclusive ambulantes), onde são vendidos artigos do vestuário na cidade do Rio de Janeiro, teremos um mercado ainda mais amplo do que os anteriores: o mercado carioca de artigos do vestuário. Nesse caso, não é necessário existir local específico ou endereço para se definir o mercado, trata-se apenas de um mercado abstrato de artigos de vestuário de uma cidade onde existem fluxos de oferta e demanda por tais bens. Esse mercado pode se referir também ao país – o mercado brasileiro de artigos do vestuário; ou, ainda, a todo o planeta – o mercado mundial de artigos do vestuário. Em todo estes casos, o que é comum é a existência de fluxos de oferta e de demanda pelo bem em questão.

Portanto, na definição genérica de mercado não há necessariamente um local físico onde esses fluxos se encontram, embora todas as transações de compra e venda se realizem em locais apropriados para tal. O conceito de mercado é mais abstrato do que o de um local onde se realizam as operações de compra e venda de bens e serviços. De fato, ele é uma expressão genérica do encontro dos atos de ofertar e demandar bens e serviços ou fatores de produção.

Os fenômenos de oferta e demanda e a formação de preços dependem, inicialmente, de cada bem ou serviço, pois, cada um deles tem seu mercado próprio. Distinguem-se aqui três tipos de mercado: o mercado de bens e serviços, o mercado de fatores de produção e o mercado financeiro.

Por sua vez, esses fenômenos dependem também do regime de mercado a que o produto está submetido. O comportamento da oferta e da demanda e, por conseguinte, a formação de preços, dependem de seus regimes de mercado. A teoria econômica identifica os seguintes regimes de mercado: concorrência perfeita e concorrência imperfeita. Neste último, distinguem-se os regimes de concorrência monopolística, oligopólio, oligopsônio, monopó-

lio, monopsonio etc. Esta diversidade de situações de mercado, entretanto, não será objeto deste livro, podendo ser aprofundada nos diversos textos de microeconomia. Aborda-se aqui, resumidamente, apenas o regime de concorrência perfeita.

Para facilitar a explicação supõe-se, ainda, neste capítulo que se trata de uma economia fechada e sem governo. Logo, estão presentes apenas os setores institucionais famílias e empresas, estando ausentes as Administrações Públicas e o resto do mundo.

## O MERCADO DE BENS E SERVIÇOS DE CONSUMO

A decisão de consumir bens e serviços, expressa na curva de demanda das famílias, depende dos seguintes elementos: sua renda, sua riqueza acumulada, o preço do produto em questão, o preço dos outros produtos disponíveis, seus gostos e preferências, as expectativas das famílias sobre sua renda e riqueza futuras e o comportamento futuro dos preços.

A demanda de um produto pode ser ilustrada por uma curva que expressa uma relação biunívoca apenas entre preços e quantidades demandadas, considerando que todos os outros elementos são mantidos constantes. Nessa hipótese, a quantidade demandada de produtos será tanto maior quanto menor for o preço dos produtos. Na Figura 3.1, se marcarmos as quantidades na ordenada e os preços na abscissa, a curva de demanda do produto terá um formato descendente da esquerda para a direita, expressando tal relação.

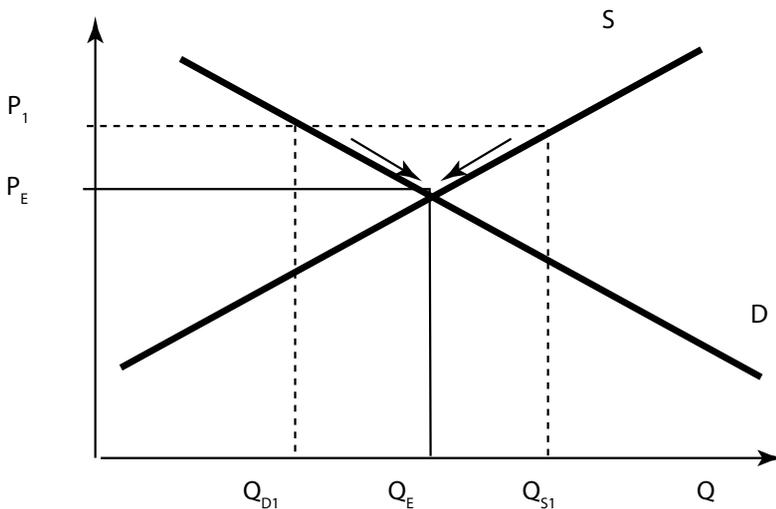
A decisão de produzir e vender, ou seja, ofertar bens e serviços, depende dos seguintes fatores: o preço do produto em questão, os custos de produção do produto em questão; os preços dos produtos relacionados ao produto em questão, que afetam tanto seu custo como sua demanda. A decisão de produzir será guiada pelo princípio da maximização de lucros, de tal maneira que a quantidade ofertada de produtos será tanto maior quanto maior for o preço dos produtos, mantidos constantes os demais elementos. Na mesma Figura 3.1, essa relação pode ser ilustrada por uma curva de oferta com um formato ascendente da esquerda para a direita.

Pode-se, então, ilustrar as decisões de preço e quantidade no mercado de bens e serviços. Suponha-se que o preço de um produto esteja estabelecido em  $P_1$ . A esse preço, as firmas desejam vender  $Q_{S1}$  quantidades de produtos enquanto as famílias desejam consumir apenas  $Q_{D1}$ , o que representa um excesso de oferta superior à demanda. Devido a esse excesso, as firmas competirão entre si, abaixando os preços até o limite em que as

quantidades ofertadas iguaem as quantidades demandadas, o que ocorre aos níveis de preço  $P_E$  e quantidade  $Q_E$ .

Se, ao contrário, houvesse um excesso de demanda em relação à oferta, tal como ocorreria a um nível de preço menor do que o de equilíbrio, as famílias competiriam entre si para adquirir maiores quantidades de produtos fazendo seu preço subir para  $P_E$ .

**Figura 3.1 – Oferta, demanda e equilíbrio no mercado de bens e serviços**



### O MERCADO DE FATORES DE PRODUÇÃO

O mercado de fatores de produção difere do de bens e serviços em diversos aspectos. Inicialmente, as posições se invertem; os ofertantes são agora as famílias e os demandantes são as empresas. Logo, os objetivos também mudam: as empresas demandarão fatores para oferecerem bens e serviços, enquanto as famílias ofertarão fatores por desejarem demandar bens e serviços. Os desejos de oferta e demanda, neste caso, não são comandados unicamente por este mercado, como se verá adiante. Portanto, a oferta e a demanda dos serviços de fatores de produção e suas respectivas remunerações diferem daquelas do mercado de bens e serviços e são, também, bastante diferenciadas, conforme se refiram a trabalho, recurso natural ou capital.

O primeiro ponto a enfatizar é que a demanda por fatores de produção depende da demanda pelos bens e serviços por eles produzidos, o que a torna

uma demanda derivada. Logo, o preço de qualquer fator de produção dependerá de como a sociedade valora os bens e serviços por ela produzidos.

A quantidade de cada bem e serviço produzido e a quantidade de cada fator necessário à sua produção definirão a produtividade média e a produtividade marginal do fator de produção. A produtividade média (PMe) é definida como a quantidade do bem ou serviço obtida por unidade de fator de produção utilizada. A produtividade marginal (PMg) é definida como a quantidade do bem ou serviço obtida com a adição de uma unidade do fator de produção utilizado.

Podemos ilustrar esses conceitos com o exemplo de uma fazenda que produz soja. Sua produção máxima é de 112 mil toneladas, que é obtida utilizando as seguintes quantidades de fatores de produção: recursos naturais, 10.000 hectares (ha) de terra; capital, dez máquinas e tratores; e, trabalho, oito maquinistas. Nesta situação, a PMe (Q/T) de cada unidade de trabalho é de 14 mil toneladas de soja. Logo, a PMg ( $\Delta Q/\Delta T$ ) com a adição do oitavo trabalhador foi zero.

A função de produção desta fazenda é:

$$\text{soja} = a(\text{ha de terra}) + b(\text{máquinas agrícolas}) + c(\text{tratoristas})$$

Onde **a** é o coeficiente de contribuição da terra na produção de soja; **b** é a contribuição das máquinas agrícolas e **c** é a contribuição da mão-de-obra. Omitindo seus valores, por hora, podemos construir a Tabela 3.1 com valores que traduzam a contribuição de cada unidade de mão-de-obra, por exemplo, para a produção de soja, mantida constante a utilização máxima dos demais fatores de produção.

**Tabela 3.1 – Função de produção de soja (com o fator trabalho variável)**

Terra (hectares)	Capital (máquinas)	Trabalho (tratorista)	Soja (em mil ton.)	Produto marginal do trabalho – ( $\Delta Q/\Delta T$ ) (em mil ton. de soja)	Produto médio do trabalho – (Q/T) (em mil ton. de soja)
10.000	5	0	0	-	-
10.000	5	1	10	10	10
10.000	5	2	30	20	15
10.000	5	3	60	30	20
10.000	5	4	80	20	20
10.000	5	5	95	15	19
10.000	5	6	108	13	18
10.000	5	7	112	4	16
10.000	5	8	112	0	14
10.000	5	9	108	-4	12
10.000	5	10	100	-8	10

Se mantivermos constantes as quantidades utilizadas dos demais fatores de produção e fizermos variar a quantidade usada de um deles, suas produtividades variam. Até um determinado ponto, o aumento da quantidade utilizada de um determinado fator de produção faz com que as produtividades média e marginal aumentem. Alcançado um certo nível, as produtividades começam a decrescer com o aumento de utilização de cada unidade daquele fator de produção. Quando o produto marginal começa a decrescer, o produto médio ainda cresce ou se mantém com a adição de mais um trabalhador que torna o produto médio também decrescente.

O produto marginal decrescente dos fatores de produção ocorre na maioria dos processos produtivos e a essa propriedade se nomeia lei dos rendimentos decrescentes.

A Figura 3.2 ilustra esta lei, derivando-a da própria função de produção. Dada uma certa quantidade de dois fatores de produção, a inclusão de unidades adicionais do terceiro fator faz com que o produto aumente, num primeiro estágio, mais do que proporcionalmente à quantidade do fator de produção, o que significa que sua produtividade marginal é crescente. A partir de um certo ponto, em que se inicia um segundo estágio, esse aumento é menos do que proporcional, mas ainda positivo, significando que a produtividade marginal do fator é decrescente. Num terceiro estágio, a contribuição de unidades adicionais do fator é negativa, o que indica que a produtividade marginal continua decrescente e se torna negativa.

Os empresários escolherão produzir em algum ponto dentro do segundo estágio da função de produção, vale dizer entre o ponto em que o produto marginal do fator passa a decrescer e o ponto em que ele se torna negativo. Esse é o estágio relevante da função de produção. Qualquer ponto fora desse intervalo é um ponto de ineficiência.

Essas relações técnicas insumo-produto são insuficientes, entretanto, para definir a curva de demanda das empresas por fatores de produção. Como mencionado anteriormente, a demanda por fatores de produção depende da demanda por bens e serviços por eles produzidos, pois isso é que propiciará às empresas as receitas que almejam por realizar a produção. Logo, o desejo de contratar unidades adicionais de fatores de produção dependerá da receita adicional que aquela contratação propiciará, vale dizer da sua receita marginal (RMg).

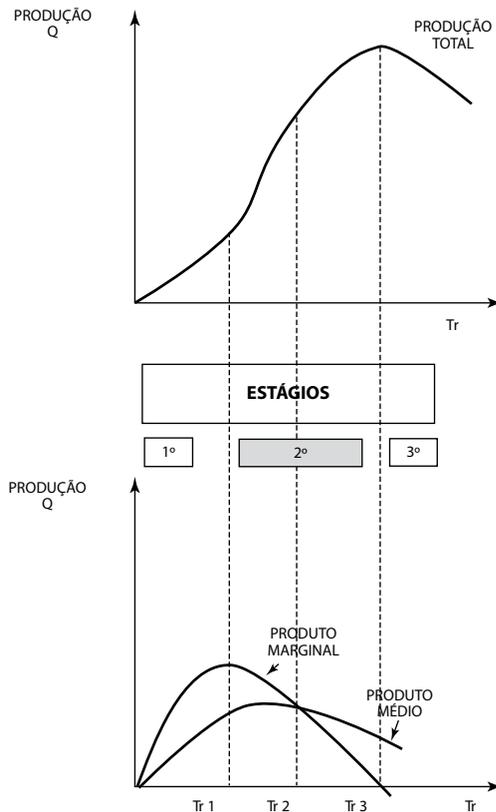
Em um mercado de competição perfeita, a receita marginal de um fator de produção é igual ao valor da produtividade marginal do mesmo, ou seja, sua produtividade física (expressa em quantidade de produtos adicionais) multiplicada pelo preço do produto (P). Em termos da Figura 3.2. equivale a

deslocar a curva de produto marginal, no seu estágio relevante, na magnitude do preço do produto, multiplicando-a por um escalar (no caso o preço), tal qual na Figura 3.3.

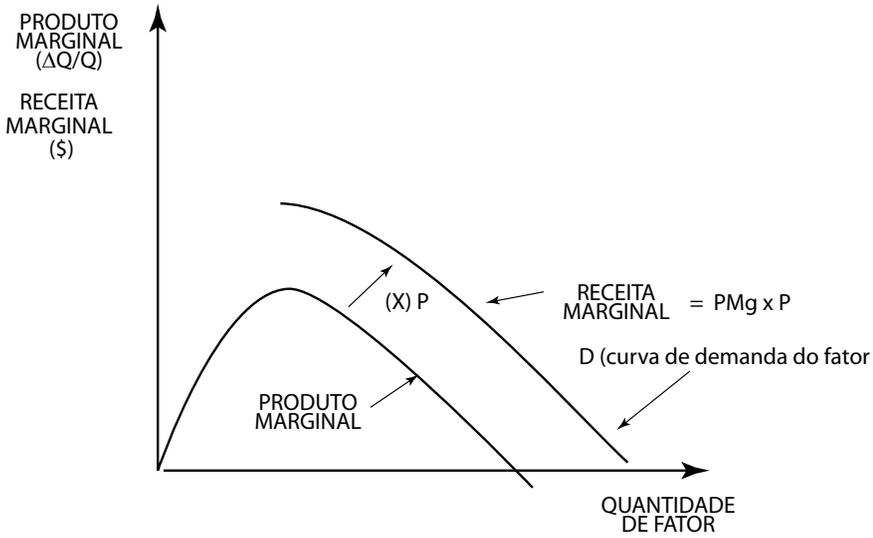
$$\text{RMg} = \text{PMg} \times P$$

Logo, pode-se concluir que, para a empresa, a curva de demanda de um fator de produção, qualquer que seja, terá o formato da curva de receita marginal desse fator e ela, almejando a maximização de seus lucros, utilizará unidades adicionais do fator até o ponto em que a receita marginal deste fator se igualar ao seu próprio preço, vale dizer, ao custo marginal do fator. Segundo o princípio da maximização de lucros, objetivo de qualquer empresa, a utilização de um fator de produção depende do custo marginal do fator comparativamente à sua receita marginal. Enquanto esta for maior, valerá a pena usar mais do fator; quando ela for menor, não.

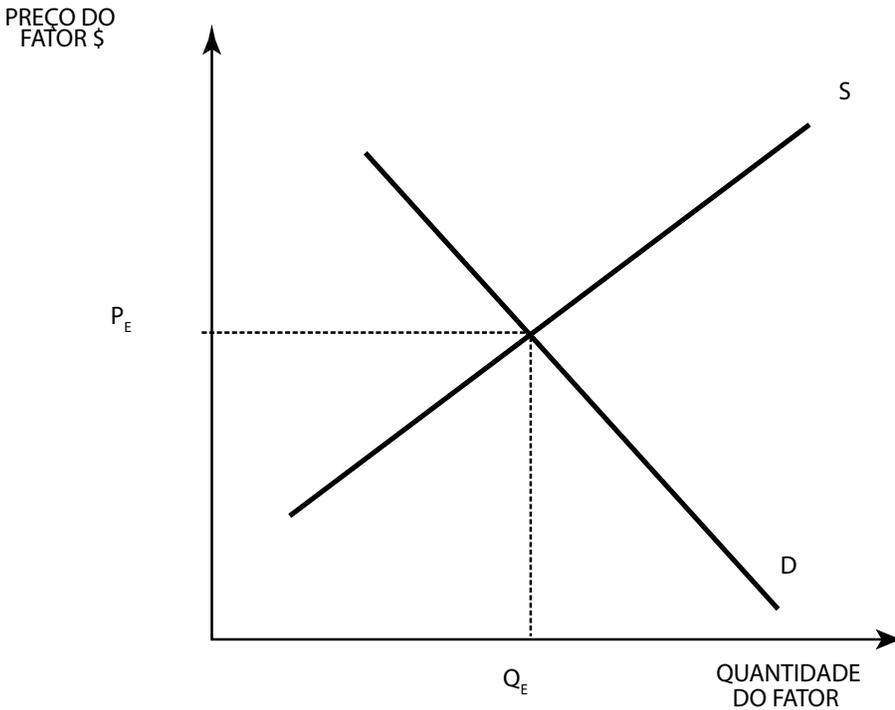
**Figura 3.2 – A Lei dos Rendimentos Decrescentes**



**Figura 3.3 – Receita marginal e demanda por fatores de produção**



**Figura 3.4 – Demanda e equilíbrio no mercado de fatores**



Na Figura 3.4, na qual se representa o mercado de fatores de produção, a curva de receita marginal do fator está agora identificada como a curva de demanda do fator. Adicionou-se à figura a curva de oferta do fator. Como em toda curva de oferta, a quantidade ofertada dependerá de quanto se quer pagar pelo bem ou serviço; quanto mais se desejar pagar, maior será a oferta, o que proporciona uma inclinação positiva a essa curva.

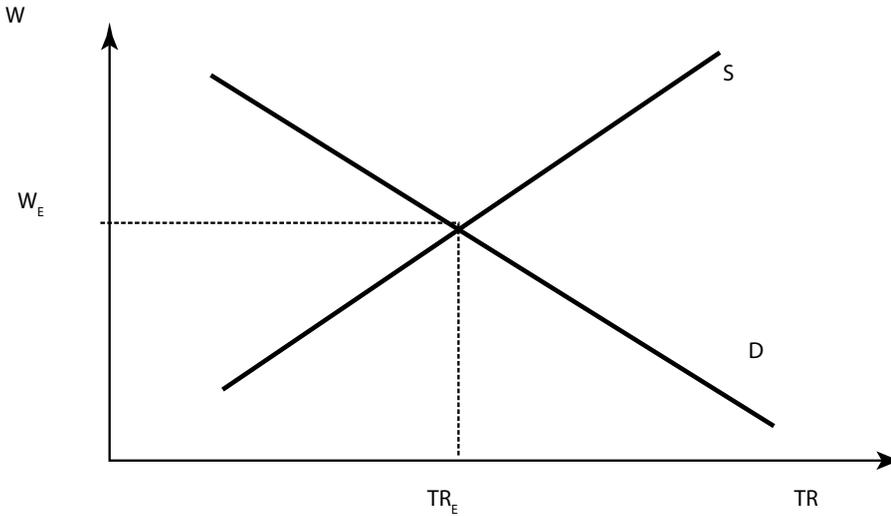
No ponto em que o valor que os empresários desejam pagar se iguala ao valor que as famílias desejam receber, a quantidade ofertada será igual à quantidade demandada (quantidade de equilíbrio) e o preço será o de equilíbrio. Qualquer preço acima do de equilíbrio provocará sobra de fator enquanto preços inferiores ao de equilíbrio provocarão escassez do fator.

## O MERCADO DE TRABALHO

A oferta de trabalho por parte dos membros das unidades familiares deriva de suas decisões sobre se vão ou não trabalhar, da quantidade de horas empregadas em tal atividade e de que tipo de trabalho desejam ofertar. Essas decisões são limitadas pela disponibilidade de emprego, pelos níveis de remuneração e pela própria qualificação de cada indivíduo.

Tais decisões envolvem, de fato, duas alternativas: uma delas, a de não trabalhar e deixar de receber remuneração, por preferir o lazer ou, mesmo, por realizar trabalho não remunerado, tal como cuidar do jardim, da casa, dos filhos etc. A outra alternativa é trabalhar em troca de remuneração. Essa remuneração pode então ser vista como o preço – ou o custo de oportunidade – de abdicar dos benefícios do lazer ou de atividades não remuneradas. Quanto maior o salário, maior a quantidade de horas de lazer de que as pessoas estarão dispostas a abdicar.

Logo, a curva de oferta de trabalho relaciona a quantidade de trabalho ofertada com diferentes níveis de remuneração. Possui uma inclinação ascendente da esquerda para a direita, o que mostra que quanto maior a remuneração, maior a quantidade de trabalho que se deseja ofertar, conforme mostra a Figura 3.5. Essa figura mostra a interação da curva de demanda de trabalho por parte das empresas com a curva de oferta por parte das famílias, definindo a remuneração ou salário de equilíbrio (WE) e a correspondente quantidade de utilização do fator trabalho (TrE).

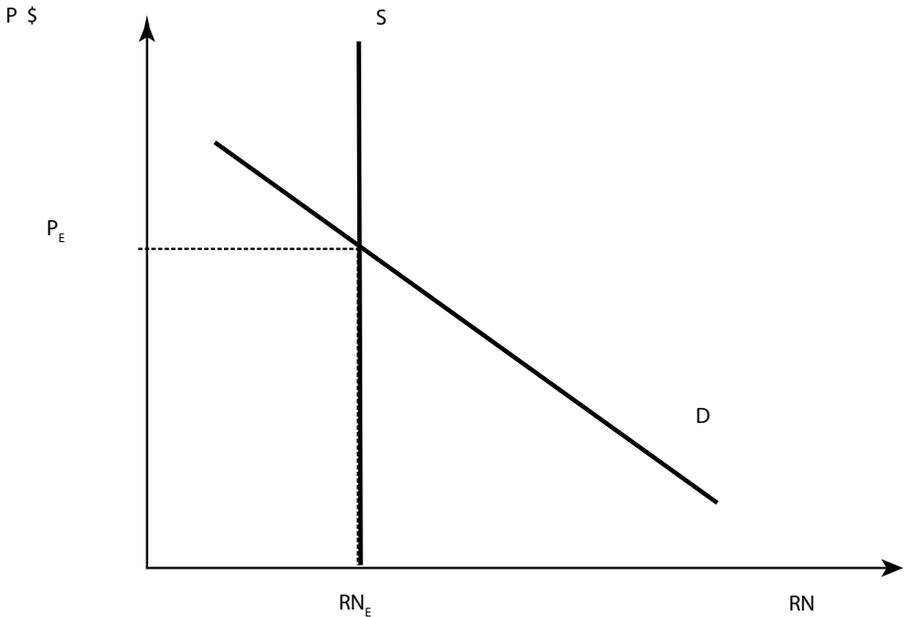
**Figura 3.5 – Oferta, demanda e equilíbrio no mercado de trabalho**

### O MERCADO DE RECURSOS NATURAIS

O fator de produção recursos naturais, disponível dada uma certa tecnologia de produção e acesso, apresenta uma característica que o difere dos dois outros fatores de produção: sua oferta é fixa, na medida em que não pode ser reproduzido. Assim sendo, sua oferta não reage a variações de preço, é inelástica e representada por uma linha reta, conforme a Figura 3.6. Seu preço de equilíbrio é, portanto, determinado pela demanda.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Deve-se salientar o fato de estarmos nos referindo à oferta de um fator em condições de concorrência. Em mercados pouco competitivos, ou ainda, em que haja condutas anti-competitivas com a intenção de restringir a oferta, o preço continuará a ser determinado pelo mercado, mas com a restrição de oferta, seu valor será maior. Esse é o caso do mercado mundial de petróleo, no qual a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) se reúne e divide o mercado segundo a quantidade que cada um exportará. Se aumentarem a quantidade o preço tende a cair, enquanto ela for restringida, o preço tende a subir.

Figura 3.6 – Oferta, demanda e equilíbrio no mercado de recursos naturais



### O MERCADO DE BENS DE CAPITAL

Uma parcela dos bens e serviços adquiridos pelas famílias não é destinada a satisfazer suas necessidades de consumo, mas sim de acumulação. Esses bens e serviços de capital, junto com os outros fatores de produção, retornam então às empresas, por meio do mercado de serviços de fatores, conforme vimos anteriormente. Este, entretanto, não é o circuito padrão das modernas economias capitalistas. As famílias, com raras exceções, não adquirem bens de capital diretamente e também não são possuidoras diretas, com raras exceções, do estoque de bens de capital. De fato, a posse é, usualmente, exercida indiretamente.<sup>2</sup>

Como já foi visto, a função principal das famílias é consumir, enquanto a das empresas é produzir e, para isto, utilizam-se de bens de capital. As famílias podem decidir entre consumir ou poupar. As empresas por sua vez podem decidir aumentar seu estoque de capital – investir, visando aumentar

<sup>2</sup> A exceção mais comum é a dos edifícios residenciais, embora, como se viu no capítulo 2, existam várias unidades econômicas classificadas como famílias, e que são possuidoras diretas de instalações produtivas.

sua capacidade de produção, ou não. Estas decisões nas economias modernas se traduzem em dois fluxos: um de oferta de recursos de poupança por parte das famílias, representando capacidade de financiamento; outro de demanda por recursos para investimentos por parte das empresas, representando necessidade de financiamento.<sup>3</sup>

Nos primórdios do capitalismo, esses fluxos se encontravam diretamente em um incipiente mercado financeiro. O aumento da divisão social do trabalho fez surgir a figura de um intermediário, responsável por realizar esta troca entre capacidades e necessidades de financiamento – as instituições financeiras.

Neste ponto, é importante notar que foi feita uma distinção. Por um lado pode-se observar a existência de um mercado de *bens* de capital. Por outro, observa-se, também, a existência de um mercado de capitais ou mercado financeiro.

O funcionamento do mercado de bens de capital é semelhante ao mercado de bens e serviços de consumo, à exceção do fato de que tanto ofertantes como demandantes são empresas. Portanto, sua demanda se dá de forma similar à dos outros fatores, como já foi explicado, e sua curva de demanda é a da receita marginal (lucro) do bem de capital. Por sua vez, sua oferta, também já explicada, se pauta pelos mesmos princípios de maximização de lucros das empresas produtoras de bens e serviços.

## O MERCADO FINANCEIRO

Nesta seção faz-se uma simplificação adicional: supõe-se que só as famílias poupam e que, portanto, só elas têm capacidade de financiamento. Isto equivale a dizer que as empresas distribuem todo o seu lucro, nada retendo para investimentos futuros.<sup>4</sup>

O mercado financeiro ou mercado de capitais é o local onde o fluxo de capacidade de financiamento da economia, ou seus recursos financeiros, de propriedade das unidades familiares, encontra-se com o fluxo de necessidade de financiamento das empresas com o objetivo de realizarem investimentos, o que inclui adquirir bens de capital, bem como contratar trabalho e comprar recursos naturais. Nas economias modernas há um agente econômico específico encarregado de intermediar esta troca – as instituições financeiras,

---

<sup>3</sup> Como se verá adiante, as famílias também podem ter necessidade de financiamento e as empresas capacidade de financiamento.

<sup>4</sup> No futuro se verá que as empresas retêm lucros para reinvestimento, representando a poupança das empresas.

expressão genérica para identificar bancos (inclusive os do governo), bolsas de valores, corretoras etc.).

No mercado financeiro, as motivações de demanda são ditadas pela comparação entre os lucros advindos do investimento financeiro realizado, vale dizer, propiciados pelos fatores de produção adquiridos com os recursos financeiros tomados emprestados às famílias, contra os custos desse empréstimo, ou seja, os juros a serem pagos pelas empresas às famílias. De fato, mais precisamente, os benefícios do investimento financeiro podem ser mensurados por uma taxa de lucro prevista do capital financeiro investido ou uma taxa esperada de retorno. Esta taxa vem a ser o fluxo de rendimentos previsto ao longo da duração do investimento, sobre o montante investido. Este conceito é análogo ao da receita marginal do bem de capital. Esta taxa esperada de retorno do investimento financeiro depende do seu custo de oportunidade, do período de tempo que durará o investimento e do seu fluxo de receita prevista durante sua vida útil.<sup>5</sup>

Pode-se, portanto, estabelecer uma relação entre o custo de oportunidade desse investimento, que seria não pagar os juros para realizá-lo, expresso pela taxa de juros, e a taxa de retorno de unidades adicionais do investimento. Esta relação representa a demanda por investimento por parte de uma empresa; no caso da economia como um todo se chama, conforme foi intitulada por Keynes, *Eficiência Marginal do Investimento*. Ela é expressa na Figura 3.8 por meio de uma curva de inclinação descendente da esquerda para a direita, mostrando que quanto menor a taxa de juros, maior será a quantidade de investimento.

A oferta de capital financeiro, por sua vez, resulta de uma decisão das famílias de não consumir no presente para consumir mais no futuro. Isto será garantido graças ao pagamento de rendimentos às famílias em troca do uso de sua renda não consumida. Estes rendimentos são os juros, e geralmente são expressos por uma taxa percentual anual. Quanto maior for a taxa de juros, maior a oferta de capital financeiro. O risco do investimento, ou seja, o risco de não se receber a remuneração, ou mesmo o capital emprestado

---

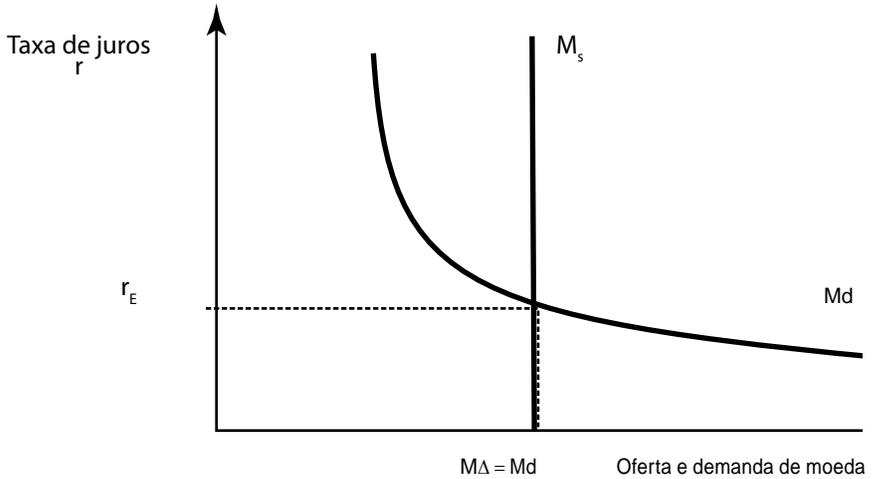
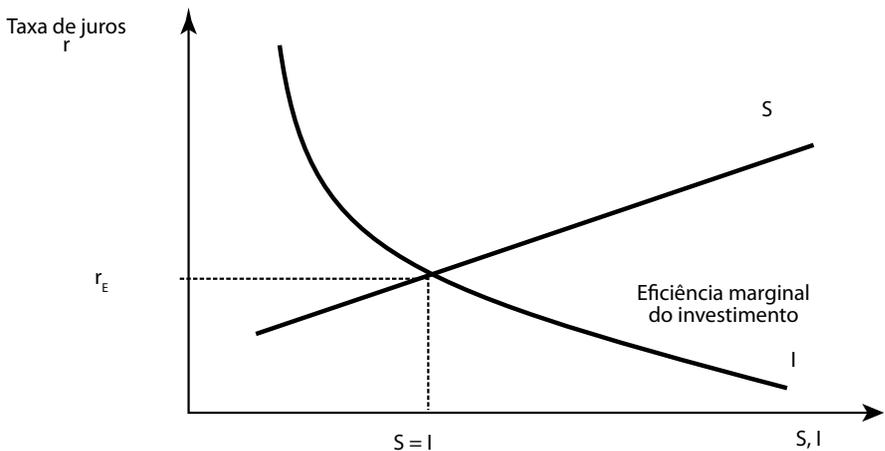
<sup>5</sup> O custo de oportunidade de um projeto de investimento é definido como os rendimentos que os recursos nele empregados poderiam estar obtendo, caso estivessem sendo aplicados em outro projeto ou emprestados no mercado financeiro. Note-se que está sendo feita uma importante distinção. Por um lado, têm-se os investimentos em bens de capital, ou a formação bruta de capital fixo das contas nacionais, que significam compra de bens de capital pelas empresas e famílias, vale dizer, investimentos em patrimônio físico. Por outro, têm-se os investimentos financeiros, que implicam no ato de a empresa tomar empréstimos no mercado financeiro e utilizá-los para financiar um projeto, o que pode incluir o financiamento da compra de bens de capital, de recursos naturais e o salário da mão-de-obra empregada.

de volta, influencia a oferta de capital. Quanto maior o risco de um empreendimento falhar, maior a taxa de juros exigida para se emprestar capital para aquele empreendimento.

A taxa de juros é determinada no mercado monetário conforme ilustrado na Figura 3.7. Os recursos poupados pelas famílias estão, num primeiro momento, em forma líquida – moeda. E as famílias preferem mantê-los dessa forma, pois isto lhes dá condições de escolher em que aplicação financeira irão utilizá-los. Essa preferência pela liquidez está representada pela curva  $M_D$ , que mostra que as famílias abrirão mão da liquidez dos seus recursos quanto maior for a remuneração por isto. A taxa de juros representa, então, um prêmio pelo fato de um proprietário de recursos financeiros abrir mão da liquidez do seu capital. De posse de recursos líquidos (moeda ou depósitos à vista) as famílias podem, a qualquer momento, decidir utilizá-los, quer para o consumo, quer para qualquer aplicação financeira. Uma vez aplicados, aqueles recursos perdem sua liquidez e, portanto, perdem sua possibilidade de serem utilizados de forma alternativa. Isto é um custo de oportunidade para as famílias, cuja remuneração é a taxa de juros.

Por sua vez, o Banco Central, ofertante único de moeda, decide a quantidade que irá ofertar ( $M_S$ ) de acordo com o nível da taxa de juros que deseja instituir. De fato, o Banco Central pode aumentar ou diminuir a taxa de juros reduzindo ou elevando a oferta de moeda; dificilmente a instituição consegue mirar uma taxa de juros desejada. A taxa de juros de equilíbrio, obtida pela interação de oferta e demanda de moeda, iguala a quantidade demandada de moeda com a quantidade ofertada.

Essa taxa de juros, determinada no mercado monetário, influenciará a taxa de juros do mercado financeiro, conforme ilustrado na Figura 3.8. Por um lado, estimulará a oferta de recursos para investimentos e, por outro lado, a demanda por capital financeiro para investimentos ao ser comparada com a eficiência marginal do investimento, ou seja, a taxa de retorno prevista do investimento.

**Figura 3.7 – Oferta, demanda e equilíbrio no mercado monetário****Figura 3.8 – Oferta, demanda e equilíbrio no mercado financeiro**

Deve-se mencionar ainda a taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) que é regularmente anunciada pelo Banco Central do Brasil. Esta é a taxa básica de juros da economia, que é a taxa de juros que o governo brasileiro está disposto a pagar sobre seus títulos da dívida

interna.<sup>6</sup> Logo, o público pode optar por correr riscos emprestando recursos ao setor privado ou ao governo comprando seus títulos. Se as contas do governo relativas a seus débitos, dívida e arrecadação estiverem bem equacionadas, e em se tratando de um governo que não ameace quebrar contratos (dar calote da dívida, por exemplo), o risco de emprestar ao governo brasileiro é geralmente inferior ao de emprestar ao setor privado, que costuma ser mais sujeito a inadimplências.<sup>7</sup>

Com isso, o público, ao abrir mão da liquidez de seus recursos, o faz a uma taxa de juros de mercado que é a média de um conjunto de taxas de juros de diferentes aplicações financeiras de acordo com o risco que cada uma oferece, inclusive a aplicação financeira oferecida pelo BACEN.

Finalmente, cabe esclarecer que a taxa SELIC influencia a taxa de juros de mercado de forma indireta: o BACEN, ao definir a taxa de juros SELIC, compete com o setor privado pelos recursos financeiros da economia. Quanto maior for essa taxa e menor o risco, maior será a quantidade de financiamento que o governo obterá; quanto maior a necessidade de financiamento do governo, maior será a quantidade de recursos financeiros que ele tirará do setor privado. Adicionalmente, ao oferecer altas taxas de juros, o BACEN atrairá mais recursos externos que serão esterilizados pela compra de títulos do governo, mas isto fará com que a oferta de divisas se eleve, o que torna a moeda doméstica mais valorizada (menos recursos em reais serão necessários para comprar uma unidade de dólar, por exemplo).

## CONCLUSÃO

Neste capítulo, os elementos determinantes da oferta e demanda dos fatores de produção foram identificadas, em particular, os do fator trabalho. Essa parte será retomada quando se construir o modelo macroeconômico clássico de determinação da renda.

Também se demonstrou que produto e renda são iguais. É no mercado de fatores, por intermédio da oferta e da demanda, que se decide o preço de cada fator e, de acordo com o preço, a intensidade de participação de cada fator no processo de produção. Com o preço de cada unidade do fator (sua

---

<sup>6</sup> O nome SELIC deve-se ao fato de que esta é ao mesmo tempo a taxa básica de juros que baliza a taxa cobrada pelo BACEN aos bancos comerciais quando estes são obrigados a recorrer a empréstimos do BACEN para honrar seus compromissos (chamada na macroeconomia de taxa de redesconto) e ao mesmo tempo a taxa de juros que remunera os depósitos compulsórios dos bancos comerciais na caixa do BACEN.

<sup>7</sup> No início de 2007, a taxa de juros SELIC era de 13,75% ao ano enquanto a taxa de juros média do mercado era de cerca de 40% chegando a mais de 400% para alguns empréstimos.

remuneração) e a sua quantidade utilizada, fica determinada a remuneração total de cada fator de produção. A totalização dessas remunerações representa a Renda Interna Bruta de um país. Ao mesmo tempo, essa remuneração é o pagamento pela contribuição de cada fator de produção ao processo produtivo, ou seja, de geração do Produto Interno Bruto.

## RESUMO

- 1) Mercado é o encontro dos fluxos de oferta e demanda;
- 2) O mercado pode ser subdividido em: mercado de bens e serviços, de fatores de produção e mercado financeiro.
- 3) As ações de oferta e demanda e a formação dos preços dependem inicialmente de cada bem ou serviço. O regime de mercado a que o produto está submetido determina o comportamento da oferta e da demanda e, portanto, a formação dos preços.
- 4) A teoria econômica distingue os regimes de mercado em concorrência perfeita e concorrência imperfeita. Neste último, encontram-se os regimes de concorrência monopolística, oligopólio, monopólio, do ponto de vista do vendedor ou, ainda, monopsônio e oligopsônio, do ponto de vista do comprador.
- 5) No mercado de concorrência perfeita, o encontro da curva de demanda por parte das unidades familiares e da de oferta por parte das empresas determina o preço que equilibra os desejos de compra e venda.
- 6) O mercado de fatores de produção difere do de bens e serviços em diversos aspectos. Inicialmente, as posições se invertem, os ofertantes são, agora, as famílias e os demandantes, as empresas. Com isso, os objetivos também mudam: as empresas demandarão fatores para oferecerem bens e serviços, enquanto as famílias ofertarão fatores por desejarem demandá-los.
- 7) O primeiro ponto a enfatizar é que a demanda por fatores de produção depende da demanda pelos bens e serviços por eles produzidos sendo, por isso, uma demanda derivada. Logo, o preço de qualquer fator de produção dependerá de como a sociedade valora os bens e serviços por ela produzidos.
- 8) A quantidade de cada bem e serviço produzido e a quantidade de cada fator necessário à sua produção definirão a produtividade média e a produtividade marginal do fator de produção. A produtividade média (PMe) é definida como quantidade do bem ou serviço obtida por unidade de fator de produção utilizada. A produtividade marginal (PMg)

é definida como a quantidade do bem ou serviço obtido com a adição de uma unidade do fator de produção utilizado.

- 9) O produto marginal decrescente dos fatores de produção ocorre na maioria dos processos produtivos e essa propriedade é denominada Lei dos Rendimentos Decrescentes.
- 10) Os empresários escolherão produzir em algum ponto dentro do segundo estágio da função de produção, vale dizer, entre o ponto em que o produto marginal do fator passa a decrescer e o ponto em que ele se torna negativo. Esse é o estágio relevante da função de produção. Qualquer ponto fora desse intervalo é um ponto de ineficiência.
- 11) As relações técnicas insumo-produto são insuficientes, entretanto, para definir a curva de demanda das empresas por fatores de produção. Como mencionado anteriormente, a demanda por fatores de produção depende da demanda por bens e serviços por eles produzidos, pois isso é que propiciará às empresas as receitas que almejam por realizar a produção. Logo, o desejo de contratar unidades adicionais de fatores de produção dependerá da receita adicional que aquela contratação propiciará, ou seja, da sua receita marginal (RMg).
- 12) Em um mercado de competição perfeita, a receita marginal do fator é igual ao valor da produtividade marginal do mesmo, ou seja, sua produtividade física expressa em quantidade de produtos adicionais multiplicada pelo preço do produto (P).
- 13) Para a empresa, a curva de demanda de um fator de produção, qualquer que seja, terá o formato da curva de receita marginal desse fator e ela, almejando a maximização de seus lucros, utilizará unidades adicionais do fator até o ponto em que a receita marginal deste fator se igualar ao seu próprio preço, vale dizer, ao custo marginal do fator. Segundo o princípio da maximização de lucros, objetivo de qualquer empresa, a utilização de um fator de produção depende do custo marginal do fator comparativamente à sua receita marginal. Enquanto esta for maior, valerá a pena usar mais do fator; quando ela for menor, não.
- 14) A oferta de trabalho por parte dos membros das unidades familiares deriva de suas decisões sobre se vão ou não trabalhar, a quantidade de horas empregadas em tal atividade e que tipo de trabalho desejam ofertar. Essas decisões são limitadas pela disponibilidade de emprego, pelos níveis de remuneração e pela própria qualificação de cada indivíduo.
- 15) Logo, a curva de oferta de trabalho relaciona a quantidade de trabalho ofertada com diferentes níveis de remuneração. Possui uma inclinação

- ascendente da esquerda para a direita, o que mostra que quanto maior a remuneração, maior a quantidade de trabalho que se deseja ofertar.
- 16) O fator de produção recursos naturais, disponível dada uma certa tecnologia de produção e acesso, apresenta uma característica que o difere dos dois outros fatores de produção: sua oferta é fixa, na medida em que não pode ser reproduzido. Assim sendo, sua oferta não reage a variações de preço, é inelástica.
  - 17) Uma parcela dos bens e serviços adquiridos pelas famílias não é destinada a satisfazer suas necessidades de consumo, mas sim de acumulação. Esses bens e serviços de capital, junto com os outros fatores de produção, retornam então às empresas, por meio do mercado de serviços de fatores.
  - 18) É importante notar que foi feita uma importante distinção. Por um lado, pode-se observar a existência de um mercado de bens de capital. Por outro, observa-se, também, a existência de um mercado de capitais ou mercado financeiro.
  - 19) O funcionamento do mercado de bens de capital é semelhante ao do mercado de bens e serviços de consumo, à exceção do fato de que tanto ofertantes como demandantes são empresas.
  - 20) O mercado financeiro ou mercado de capitais é o local onde o fluxo de capacidade de financiamento da economia, ou seus recursos financeiros, de propriedade das unidades familiares, encontra-se com o fluxo de necessidade de financiamento das empresas com o objetivo de realizarem investimentos.
  - 21) No mercado financeiro, as motivações de demanda são ditadas pela comparação entre os lucros advindos do investimento financeiro realizado, contra os custos desse empréstimo. De fato, mais precisamente, os benefícios do investimento financeiro podem ser mensurados por uma taxa de lucro previsto do capital financeiro investido ou uma taxa esperada de retorno. Esta taxa vem a ser o fluxo de rendimentos previsto, ao longo da duração do investimento, sobre o montante investido. Esta taxa esperada de retorno do investimento financeiro depende do seu custo de oportunidade, do período de tempo que durará o investimento, e do seu fluxo de receita prevista durante a sua vida útil.
  - 22) Pode-se, portanto, estabelecer uma relação entre o custo de oportunidade desse investimento, que seria não pagar os juros para realizá-lo, expresso pela taxa de juros, e a taxa de retorno de unidades adicionais do investimento. Esta relação representa a demanda por investimento por parte de uma empresa.

- 23) A oferta de capital financeiro, por sua vez, resulta de uma decisão das famílias de não consumir no presente para consumir mais no futuro. Isto será garantido graças ao pagamento de rendimentos às famílias em troca do uso de sua renda não consumida. Estes rendimentos são os juros, e geralmente são expressos por uma taxa percentual anual. Quanto maior for a taxa de juros, maior a oferta de capital financeiro.
- 24) A taxa de juros é determinada no mercado monetário. Os recursos poupados pelas famílias estão, num primeiro momento, em forma líquida – moeda. E as famílias preferem mantê-los dessa forma. É o que se chama de preferência pela liquidez evidenciando que as famílias abrirão mão da liquidez dos seus recursos quanto maior for a remuneração por isto. A taxa de juros representa, então, um prêmio pelo fato de um proprietário de recursos financeiros abrir mão da liquidez do seu capital.
- 25) Por sua vez, o Banco Central, ofertante único de moeda, decide a quantidade que irá ofertar, de acordo com o nível da taxa de juros que deseja instituir. De fato, o Banco Central pode aumentar ou diminuir a taxa de juros, reduzindo ou elevando a oferta de moeda.

## CAPÍTULO IV

# OS CIRCUITOS ECONÔMICOS

Até o presente momento, uma série de conceitos fundamentais para o entendimento do processo econômico foi definida. Iniciou-se com o principal ato do processo econômico, a produção explicando-se como os fatores de produção são organizados no âmbito das unidades econômicas. Posteriormente, esses atores da produção foram definidos e classificados, assim como suas transações ou operações econômicas e financeiras. No capítulo anterior definiu-se o mercado, local onde os agentes econômicos interagem através de suas ações de oferta e demanda, completando-se, assim, os elementos necessários para a descrição do processo econômico.

Neste capítulo, a descrição do processo econômico é feita distinguindo-se três tipos de circuitos: o dos setores institucionais, o das atividades e o das operações ou transações econômicas. Como, evidentemente, esses circuitos não operam separadamente, procura-se na explicação de cada um deles combinar esses três elementos, buscando-se alcançar os objetivos didáticos de sua separação.

### O CIRCUITO ECONÔMICO POR SETORES INSTITUCIONAIS

Quando se definiu inicialmente o mercado, falou-se apenas de duas unidades institucionais particulares que interagem no mercado por meio dos fluxos de oferta e demanda de artigos do vestuário: indivíduos (famílias) e lojas comerciais de artigos do vestuário (empresas). Não há nenhuma dificuldade em se pensar isto de forma mais genérica. Em primeiro lugar, todas as unidades institucionais, previamente definidas e classificadas em setores institucionais, interagem nos mercados por meio dos seus fluxos de oferta e demanda. Em segundo lugar, esses fluxos abrangem todos os mercados: o de fatores de produção, de bens e serviços e o financeiro.

A fim de facilitar a explicação, nosso ponto de partida será o funcionamento do circuito econômico, considerando-se apenas dois setores institucionais: as famílias e as empresas, realizando apenas suas transações típicas. As famílias ofertam fatores de produção, recebem remuneração pelos serviços dos fatores de produção e consomem bens e serviços. As empresas demandam fatores de produção, remuneram seus proprietários e ofertam bens e serviços. Trata-se, portanto, de uma economia fechada e sem governo – o resto do mundo e as administrações públicas estão ausentes. Em seguida, estas simplificações serão abandonadas.

As empresas e as famílias interagem nos dois tipos de mercado: no mercado de fatores de produção, onde as famílias ofertam estes fatores para atender à demanda das empresas; e no mercado de bens e serviços, no qual as empresas ofertam seus bens e serviços para atender à demanda das famílias.

Este circuito econômico pode ser descrito com o auxílio da Figura 4.1. O fluxo tem início com as famílias ofertando os serviços dos fatores de produção, dos quais são proprietárias, no mercado de fatores. Esta oferta depende da quantidade de renda que desejam obter (seu custo de oportunidade de abrir mão de lazer) e dos preços dos serviços dos fatores de produção que as empresas estão dispostas a pagar.<sup>1</sup> As empresas – organizadas nas suas unidades produtivas e classificadas por atividades – demandarão serviços de fatores com base na quantidade de bens e serviços que pretendem produzir, dos preços dos serviços dos fatores de produção e de acordo com a tecnologia escolhida.

Estes fluxos, de oferta e demanda, se encontrarão no mercado de serviços de fatores no qual serão trocados a um determinado nível de preços denominado de equilíbrio, nível de preços ao final prevalecente, em que as quantidades demandadas serão iguais às quantidades ofertadas. Este preço, como visto anteriormente, depende de como a sociedade valora os bens que estes fatores virão a produzir.

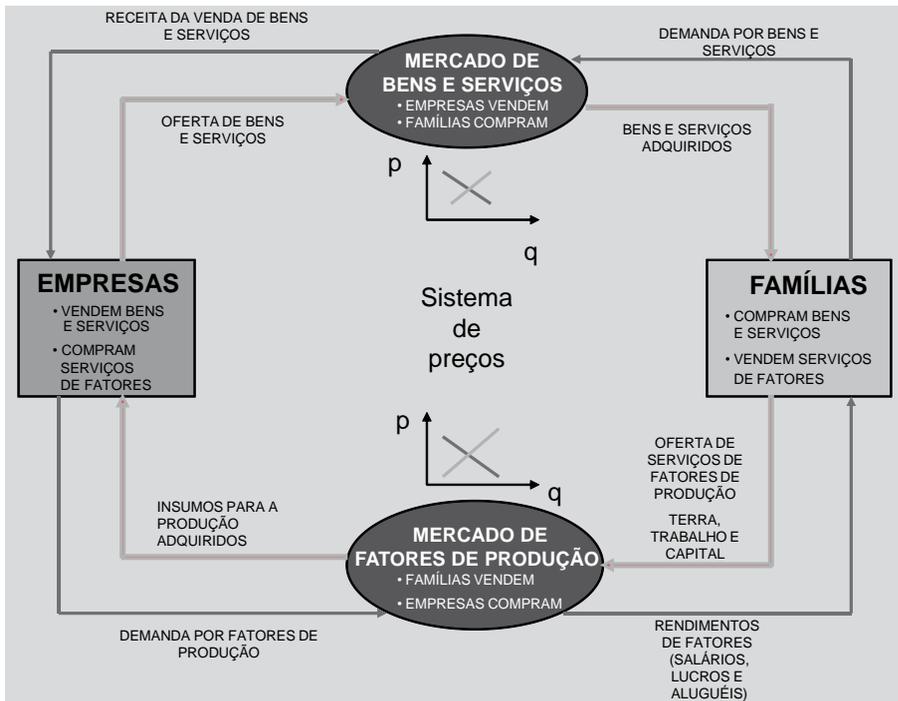
Dois novos fluxos emergem do mercado de serviços de fatores de produção: um que diz respeito às empresas, referente aos serviços de fatores por elas adquiridos; e outro, que diz respeito às famílias, referente à remuneração dos serviços de fatores vendidos. As empresas, que se utilizam dos serviços dos fatores de produção, produzem bens e serviços de diversas naturezas, ofertando-os no mercado de bens e serviços finais, no qual serão demandados pelas famílias para a satisfação de suas necessidades de consumo ou de acumulação.

Esses fluxos se encontrarão no mercado de bens e serviços finais, no qual serão trocados ao nível de preços de equilíbrio. Dois novos fluxos emergem desse mercado de bens e serviços: um, em direção às famílias, de bens e serviços finais adquiridos; e outro, em direção às empresas, de receita obtida por meio da venda dos bens e serviços.

---

<sup>1</sup> É necessário que se marque aqui essa diferença entre os serviços dos fatores de produção, ofertados pelas famílias às empresas, utilizados na produção de bens e serviços, e a infinidade de serviços de consumo ou de produção ofertados pelas empresas às famílias.

Figura 4.1 – Circuito dos setores institucionais – Economia fechada e sem governo.



O mercado do fator de produção capital pode ser dividido em bens de capital (não-financeiros) e capitais financeiros. A Figura 4.2 ilustra essa situação. O mercado dos fatores de produção está separado do mercado financeiro. Para este mercado fluirá a oferta de poupança que se origina nas famílias e a demanda por recurso para investimento, originada nas empresas. Estes fluxos serão trocados a um determinado nível da taxa de juros que igualará as quantidades ofertadas às demandadas.

Deste mercado partirá, de um lado, um fluxo de ativos financeiros representando os empréstimos feitos pelas famílias às empresas e os juros pagos às famílias pela utilização de sua poupança; e do outro lado, um fluxo de recursos que as empresas utilizarão na demanda de fatores de produção. A existência de um mercado financeiro introduz uma desagregação do setor institucional empresas, dividindo-o em: empresas financeiras, que atuam no interior desse mercado intermediando esses recursos entre as famílias com capacidade de financiamento, e as empresas não-financeiras, que têm necessidade de financiamento.

As empresas financeiras, em alguns aspectos, agem de forma idêntica às empresas não-financeiras. Assim é que demandam fatores de produção

para produzir um serviço, a intermediação financeira. O valor desses serviços é mensurado pela ótica da renda gerada por essas instituições, ou seja, as remunerações dos serviços de fatores por elas contratados. Note-se que os juros pagos e recebidos não representam renda gerada no processo de realização da intermediação financeira, mas sim redistribuição de renda, gerada em outra fase do processo de produção pelos diferentes setores institucionais e redistribuída como pagamento pelo uso de suas poupanças.

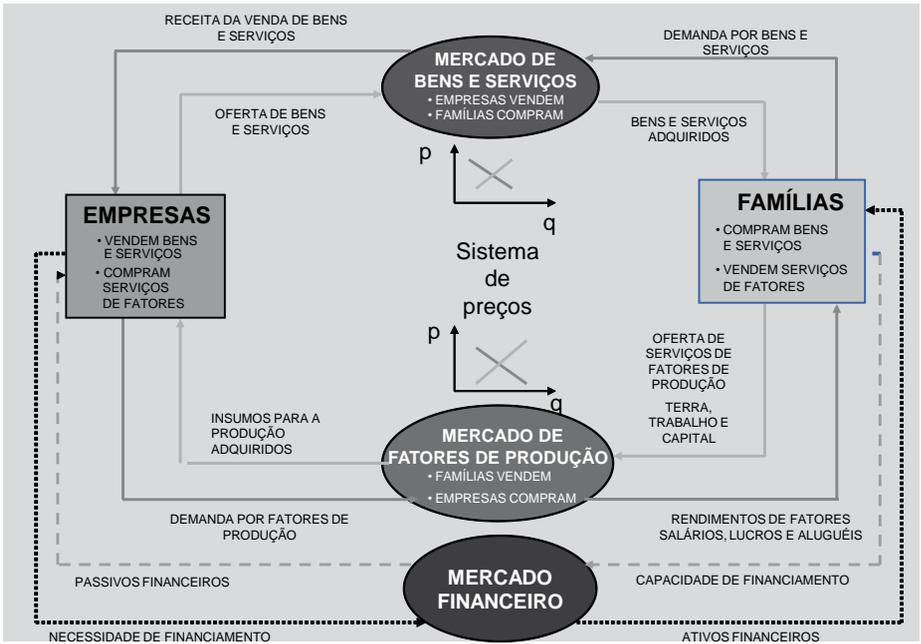
Agora, é possível retirar as restrições colocadas anteriormente, introduzindo-se o setor institucional administrações públicas na economia e levando-se em consideração as operações da economia nacional com o resto do mundo. Assim, temos uma economia completa, dotada de todos os setores institucionais: empresas, incluindo as instituições financeiras e seguradoras; as famílias, incluindo as instituições privadas sem fins lucrativos; e as administrações públicas. Por ser uma economia aberta, observa-se, ainda, a presença dos setores institucionais não-residentes, reunidos no grupamento resto do mundo.

Com o intuito de simplificar, eliminamos da Figura 4.3, as operações referentes ao fluxo de bens e serviços e de serviços de fatores para uso intermediário. Por conseguinte, eliminamos também o mercado de serviço de fatores. As famílias aparecem recebendo remuneração de empregados e rendimentos de propriedade das empresas e das administrações públicas e do resto do mundo – em troca dos serviços de fatores dos quais são proprietárias. Com esta renda realiza a operação de consumo, adquirindo bens e serviços neste mercado, e paga os impostos sobre a renda e sobre a propriedade às administrações públicas.

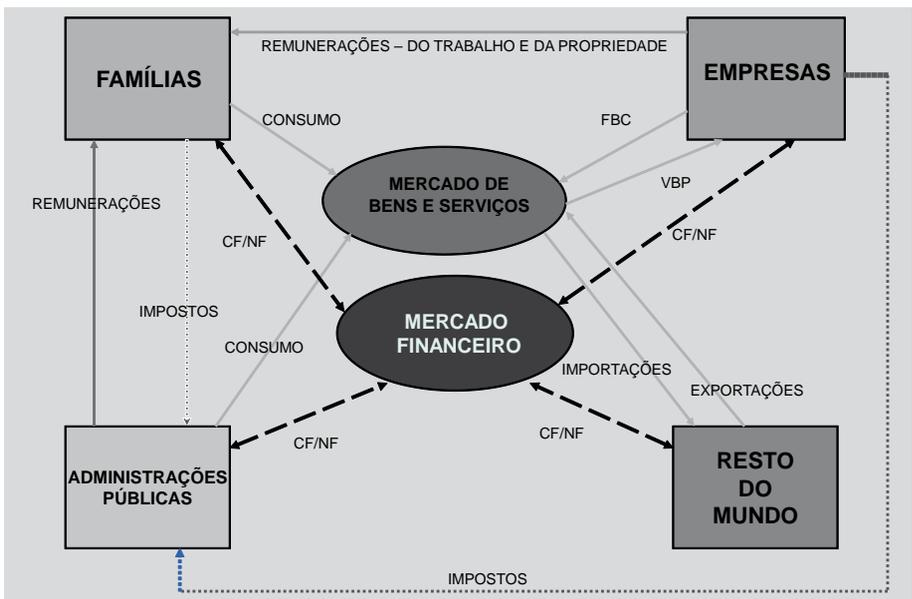
As empresas aparecem realizando as seguintes operações: recebendo receita de vendas de bens e serviços equivalentes ao seu valor bruto da produção (VBP); realizando gastos de investimento ao adquirir bens e serviços de capital (FBC); pagando às famílias a remuneração do trabalho e rendimentos de propriedade dos demais fatores de produção; recolhendo às administrações públicas os impostos sobre produtos líquidos dos subsídios dos quais é um mero arrecadador junto aos seus consumidores, bem como, pagando às administrações públicas os impostos sobre as atividades, líquidos dos subsídios.

As administrações públicas aparecem recebendo receitas das famílias na forma de impostos sobre a renda e a propriedade e das empresas sob a forma de impostos sobre a produção. Aparecem, ainda, pagando remuneração de empregados e rendimentos de propriedade às famílias pelo uso dos fatores de produção, e adquirindo bens e serviços no respectivo mercado.

**Figura 4.2 – Circuito dos setores institucionais – Economia fechada e sem governo com mercado financeiro**



**Figura 4.3 – Circuito dos setores institucionais – Economia completa**



O resto do mundo aparece pagando receitas de exportações de bens e serviços realizadas pela economia nacional e recebendo as despesas com as importações de bens e serviços feitas pela economia nacional. Aparece ainda remetendo rendimentos às famílias da economia nacional e recebendo-os dela.

Realizadas todas as operações de bens e serviços e as de repartição, os setores institucionais terão um saldo, resultado da diferença entre os seus recursos e a utilização dada a eles. Esse saldo, quando positivo, indicará uma capacidade de financiamento (CF); se negativo, indicará uma necessidade de financiamento (NF).

As capacidades e necessidades de financiamento fluirão, então, para o mercado financeiro no qual, através das instituições financeiras, serão intermediadas.

## O CIRCUITO ECONÔMICO POR SETORES DE ATIVIDADES

Parte do processo econômico pode ser observada por transações entre as atividades. Viu-se, anteriormente, que o processo econômico tem origem na produção: nela são gerados todos os bens e serviços e também toda a renda. As unidades institucionais organizam a produção em unidades produtivas que, classificadas em atividades, podem ser observadas em seu conjunto, formando o aparelho produtivo da nação.

No processo de produção, essas unidades produtivas realizam uma infinidade de operações de bens e serviços e de distribuição primária da renda que as colocam em relação umas com as outras. Este complexo de relações entre unidades produtivas no seio do aparelho produtivo pode ser representado por meio do esquema analítico conhecido como Tabelas de Recursos e Usos (TRU).<sup>2</sup> Esse esquema possibilita a mensuração e análise das inter-relações entre as atividades.

Antes de se descrever o circuito das atividades, é necessário que se definam alguns saldos das operações de bens e serviços e de distribuição operacional da renda que foram apresentadas anteriormente. Dentre esses saldos, destacam-se o valor adicionado, o excedente operacional e, prin-

<sup>2</sup> A criação deste esquema origina-se do famoso *Tableau Economique*, de François Quesnay, economista da escola fisiocrata francesa. Seu aperfeiçoamento, na forma como é hoje conhecido, deveu-se a Wassily Leontief, economista russo radicado nos Estados Unidos. Como se verá adiante, as tabelas de recursos e usos são as tabelas básicas de insumo-produto e contêm os dados básicos das operações realizadas pelas unidades produtivas; diferem, portanto, das matrizes de insumo-produto que são derivações das tabelas após aplicação a elas do modelo matemático de Leontief, e contêm coeficientes técnicos que expressam as relações entre as unidades produtivas.

principalmente, o produto interno bruto. Além disso, é necessário apresentar, de forma ainda preliminar, as tabelas de recursos e usos utilizadas para representar o aparelho produtivo sob o prisma das atividades.

### OS AGREGADOS MACROECONÔMICOS

A partir das operações de bens e serviços descritas anteriormente, são obtidos os principais saldos referentes às atividades econômicas. O principal agregado é o valor adicionado. Ele se constitui na adição de valor feita sucessivamente aos bens intermediários, visando transformá-los em bens finais.

O valor adicionado a preços de mercado só é definido para o total da economia e, como se verá adiante, não pode ser calculado para cada atividade econômica. Ele é mais conhecido como Produto Interno Bruto a preços de mercado ( $PIB_{pm}$ , ou simplesmente PIB) e é certamente o agregado macroeconômico mais conhecido pelas pessoas em geral (ver Figura 4.4).

Conforme já foi dito, aos bens e serviços intermediários são adicionados valores sucessivos até que se tornem um bem final. De forma simplificada, o valor adicionado a preços básicos ( $VA_{pb}$ ) é obtido pela diferença entre o valor da produção a preços básicos e o consumo intermediário a preços de consumidor. Nesse caso, obtém-se a identidade:

$$VA_{pb} = \text{valor da produção}_{pb} - \text{consumo intermediário}_{pc}$$

Lembrando que no processo de produção é gerada também toda a renda que equivale à remuneração dos fatores de produção usados, pode-se, alternativamente, definir que:<sup>3</sup>

$$VA_{pb} = \text{Remuneração dos Assalariados} + \text{Excedente Operacional Bruto} + \text{Outros Impostos líquidos (de subsídios) sobre a produção}$$

O Excedente Operacional Bruto (EOB), na prática, é obtido como um saldo a partir das identidades acima apresentadas.

Para se chegar ao Excedente Operacional Líquido (EOL), basta retirar o consumo de capital fixo ou a depreciação.

$$EOB = \text{Excedente Operacional Líquido} + \text{Depreciação}$$

<sup>3</sup> Não se explicita mais o valor adicionado a custo de fatores, que era anteriormente o somatório das remunerações com o excedente operacional.

Por enquanto, em razão da inexistência de estatísticas, não se mensura o consumo de capital fixo no Brasil. Como os agregados, em termos líquidos, são parte importante dos cursos de teoria econômica, faz-se menções eventuais a tal conceito.

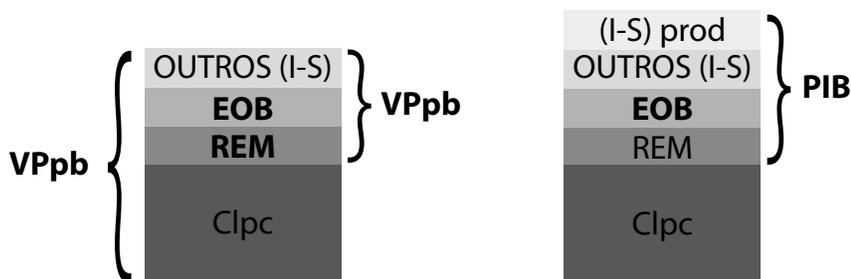
**Figura 4.4 – Os agregados macroeconômicos**

TÊM-SE PORTANTO:

$$VPpb = Clpc + VApb$$

$$VApb = REM + EOB + OUTROS (I-S)$$

$$PIB = VApm = VApb + (I-S) S/PROD$$



O PRODUTO INTERNO BRUTO

O conceito de Produto Interno Bruto a preços de mercado –  $PIB_{pm}$  ou, simplesmente, PIB –, embora fácil, pode trazer dificuldades para seu entendimento preciso. Dizer, simplesmente, que se trata do valor dos bens e serviços finais produzidos pelas unidades produtivas residentes, transmite a impressão de que só se gera valor adicionado, ou produto, ou renda, na produção de bens finais, o que é incorreto.

Outras vezes esquece-se de chamar a atenção para o fato de que devem ser considerados apenas aqueles bens e serviços finais originários nas unidades produtivas residentes, excluindo-se, portanto, aqueles importados que também fazem parte dos bens e serviços finais disponíveis para uso interno e, ainda, que o uso desses bens inclui também a exportação.

Portanto, este conceito pode ser melhor entendido pela forma como é calculado, o que pode ser feito a partir de três óticas:

## ÓTICA DO PRODUTO

Por esta ótica, o PIB é igual ao valor total da produção das unidades produtivas residentes no país diminuído do seu consumo intermediário e acrescido dos impostos sobre produtos líquidos (dos subsídios) sobre produtos.

Utilizando-se os conceitos de valor adicionado já definidos anteriormente, tem-se:

$$VA_{pb} = VP_{pb} - CI_{pc}$$

$$PIB = VA_{pb} + (\text{impostos líquidos [de subsídios] sobre produtos})$$

## ÓTICA DA RENDA

Por esta ótica, o PIB é a soma dos rendimentos gerados na produção das unidades produtivas residentes, acrescida dos impostos líquidos (de subsídios) sobre a produção (sobre produtos e outros impostos sobre a produção) podendo ser decomposto nas seguintes operações.

**$VA_{pb}$  = remuneração dos empregados + excedente operacional bruto + outros impostos sobre a produção – outros subsídios à produção**

$$PIB = VA_{pb} + (\text{impostos sobre produtos - subsídios a produtos})$$

## ÓTICA DA DESPESA

Pela ótica da despesa, o  $PIB_{pm}$  é igual ao valor dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtivas residentes disponíveis para uso final (consumo final + formação bruta de capital) da economia doméstica, acrescido daqueles exportados e reduzido daqueles importados:

$$PIB = \text{Consumo Final} + \text{Formação Bruta de Capital} + \text{Exportações} - \text{Importações}$$

Deve-se frisar que seja qual for a ótica de cálculo, o valor do PIB é único, salientada a identidade:

$$\text{Produto} = \text{Renda} = \text{Despesa}$$

## ESTRUTURA DAS TABELAS DE RECURSOS E USOS

O conjunto conhecido como Tabelas de Recursos e Usos (TRU), anteriormente mencionado, foi introduzido pelo SNA-93 e adotado pelo IBGE a partir da divulgação do novo Sistema de Contas Nacionais. Essas tabelas são as tabelas básicas do modelo de insumo-produto. A seguir descreve-se a estrutura do conjunto de tabelas intituladas de Recursos e Usos (TRU), conforme observamos na Figura 4.5. Ele é composto por três tabelas que se subdividem em outras conforme a Figura 4.6. Para facilitar, as unidades produtivas são agrupadas em apenas três grandes atividades: agropecuária, indústria, e serviços; e seus produtos, também em três grupos: produtos agropecuários, produtos industriais e serviços.

### **Tabela A – Tabela de recursos ou de oferta de bens e serviços**

Esta tabela discrimina, por grupo de produtos, a oferta de bens e serviços a preço de consumidor; esta oferta tem duas origens – a produção interna e a importação, mensuradas a preço básico.<sup>4</sup> Aos valores de cada grupo de bens e serviços adicionam-se os impostos indiretos sobre produtos líquidos dos subsídios a produtos, bem como as margens de comércio e de transporte.

### **Tabela B – Tabela de usos ou de demanda de bens e serviços**

Valorada a preço de consumidor, esta tabela mostra, para cada grupo de produtos, seu uso como consumo intermediário de cada atividade ou como demanda final. Lê-se, no sentido das linhas, por grupo de produtos, seu destino como consumo intermediário ou para as diversas categorias da demanda final, a saber: consumo final (das famílias ou das administrações públicas), formação bruta de capital (do setor privado ou das administrações públicas) ou, ainda, para exportações. No sentido das colunas, lê-se a composição do consumo intermediário de cada atividade por grupo de produtos, e das categorias da demanda final, por grupo de produtos.

---

<sup>4</sup> No caso das importações, considera-se como preço básico os valores de cada grupo a preço CIF.

### Tabela C – Tabela de componentes do valor adicionado

Esta tabela mostra os componentes do valor adicionado por setor de atividade evidenciando o processo de geração da renda e as operações de sua distribuição primária. O valor adicionado a preços básicos é o resultado da subtração do consumo intermediário, a preço de consumidor, do valor da produção, a preço básico. Ele é apresentado decomposto em remuneração de empregados, outros impostos sobre a produção, líquidos dos outros subsídios à produção e, por fim, o excedente operacional bruto. Apresenta ainda a divisão do excedente em líquido e depreciação e, em sua última linha, mostra o número de ocupações por atividade econômica.

Figura 4.5 – Esquema das tabelas de recursos e usos

#### I – Tabela de recursos de bens e serviços

<b>OFERTA</b> A	=	<b>PRODUÇÃO</b> A1	+	<b>IMPORTAÇÃO</b> A2
--------------------	---	-----------------------	---	-------------------------

#### II – Tabela de usos de bens e serviços

<b>OFERTA</b> A	=	<b>CONSUMO INTERMEDIÁRIO</b> B1	+	<b>DEMANDA FINAL</b> B2
--------------------	---	------------------------------------	---	----------------------------

<b>COMPONENTES DO VALOR ADICIONADO</b> C
---

Quadro 4.6 – As Tabelas de Recursos e Usos

1 - Tabela de recursos														
Oferta de bens e serviços			Produção das Atividades				Importação de bens e serviços (CIF)							
Descrição do produto	Oferta total a preços de consumidor	Margens	Impostos líquidos sobre produtos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total							
Agropecuária														
Indústria														
Serviços														
Total														
11 - Tabela de usos														
Oferta de bens e serviços			Consumo intermediário das atividades				Demanda Final			TOTAL				
Descrição do Produto	Oferta total a preços de consumidor	Margens	Impostos líquidos sobre produtos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	Consumo final famílias	Consumo final APU	Formação bruta de capital privado	Formação bruta de capital APU	Exportação (FOB)	Total	DA DEMANDA
Agropecuária		-	-											
Indústria		-	-											
Serviços		-	-											
Total		-	-											
Componentes do valor adicionado														
Componentes do valor adicionado			Impostos líquidos sobre produto	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	Total da economia						
Valor adicionado bruto pb (PIB)			-											
Remunerações			-											
Excedente operacional bruto			-											
Outros impostos líquidos sobre a produção			-											
Valor da produção total			-											
Pessoal ocupado			-											
Tabelas de impostos e subsídios														
Outros s/ produção			Agropecuária	Industrial	Serviços	Total								
Imposto														
(+) Subsídio														
s/ produtos			Agropecuária	(+) Subsídio	Serviços	Total								
Agropecuária														
Indústria														
Serviços														
Total														

## DESCRIÇÃO DO CIRCUITO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

O circuito econômico das atividades está representado na Figura 4.7. O processo inicia-se com os setores institucionais, organizando os fatores de produção em unidades produtivas, aqui agregadas em três atividades – agropecuária, indústria e serviços –, com o objetivo de produzir bens e serviços, aqui agregados em três grupos: produtos agropecuários, produtos industriais e serviços.

Ao utilizarem os fatores de produção, as unidades produtivas fabricam uma gama de bens e serviços que compõe sua oferta interna, identificada nas TRU pelo seu valor bruto da produção. A esta oferta interna de bens e serviços, somam-se aqueles importados do resto do mundo. A este valor, adicionam-se os impostos sobre produtos líquidos de subsídios a produtos e as margens de comercialização e de transporte, obtendo-se o valor da oferta total de bens e serviços da economia nacional a preços de utilizador.

Esta oferta de bens e serviços pode ter duas utilizações: o consumo intermediário das atividades econômicas ou a utilização final. Esta, por sua vez, pode ser destinada ao consumo final, à formação de capital ou, ainda, à exportação para o resto do mundo. Os bens e serviços finais, destinados à economia nacional, fluem então para seus respectivos mercados, tornando-se então disponíveis para consumo final ou para a formação de capital.

A renda gerada no processo de produção passa por um processo de distribuição primária, dividindo-se em remuneração do trabalho assalariado e excedente operacional. Esse conjunto de rendimentos, referentes à remuneração de serviços de fatores, passa por um processo de redistribuição e apropriação efetuado entre os setores institucionais da economia nacional e os do resto do mundo.

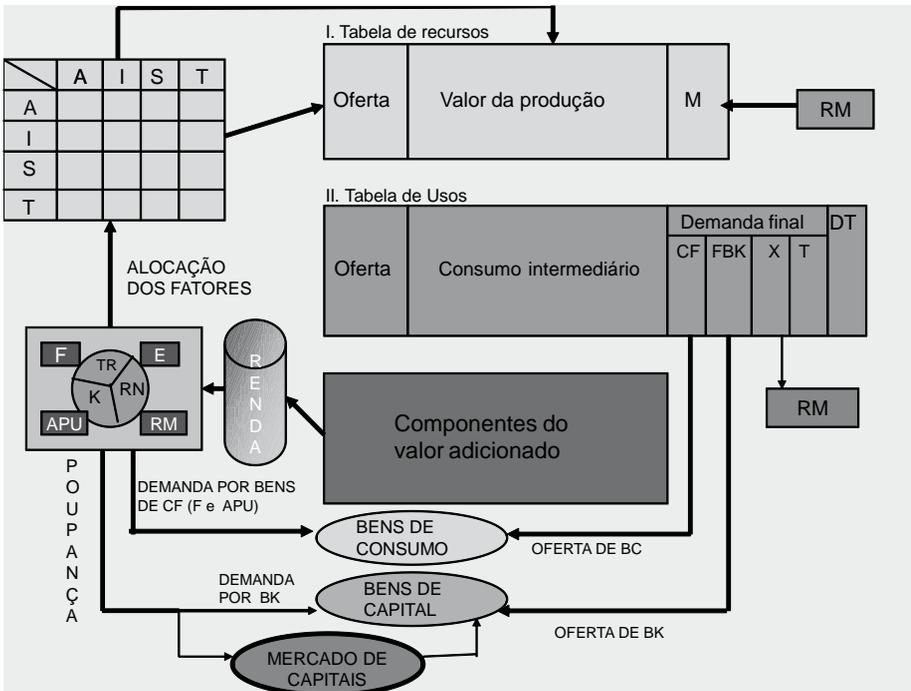
Com sua renda disponível, cada setor institucional decide entre consumir ou poupar.<sup>5</sup> A parte destinada ao consumo torna-se demanda por bens e serviços de consumo final no seu respectivo mercado. A parcela destinada à poupança tem dois destinos: uma parcela será utilizada diretamente pelas unidades institucionais na aquisição de bens e serviços de capital, tornando-se demanda por esses bens e serviços no seu respectivo mercado. A outra parcela torna-se capacidade de financiamento e se dirige ao mercado financeiro. No mercado financeiro, a capacidade de financiamento

<sup>5</sup> Ressalta-se o fato de, por convenção, apenas as famílias e as administrações públicas terem a opção de realizar consumo final. As empresas devem decidir entre poupar (reter lucros) ou distribuir lucros e dividendos. Qualquer outra despesa das empresas que não seja o investimento é considerada consumo intermediário.

de cada setor institucional será canalizada para os setores institucionais com necessidade de financiamento para investimento, retornando ao fluxo de gastos em bens de capital.

Note-se que o intuito da poupança macroeconômica é financiar o investimento (ou financiar o resto do mundo). Isto não impede que a poupança de cada unidade institucional seja, no mercado financeiro, destinada a financiar o consumo de outras unidades institucionais. No agregado, entretanto, isto será considerado como fluxo de renda destinado ao consumo e não à poupança.

**Figura 4.7 – Circuito das atividades**



**O CIRCUITO ECONÔMICO DAS OPERAÇÕES**

O processo econômico de um país se constitui de um conjunto complexo de transações interdependentes realizadas pelas unidades econômicas. Esse processo pode ser visto por meio dessas transações, conforme ilustrado na Figura 4.8.

A atividade de produção tem função fundamental no processo: nela está a origem interna de todos os bens e serviços produzidos e, também, de toda a renda. Os bens e serviços produzidos internamente destinam-se aos seus mercados; somam-se a eles os que são importados do resto do mundo, formando a oferta total de bens e serviços. Dessa oferta disponível na economia nacional, parte será exportada para o resto do mundo. Outra parte retornará ao aparelho produtivo na forma de utilização intermediária, enquanto uma outra parcela, constituída de bens e serviços finais, será destinada ao consumo ou à formação de capital.

A renda gerada na produção passa por uma série de operações de repartição: se inicia com a distribuição primária ou operacional da renda, realizada ainda no âmbito da produção, que resulta na distribuição da renda em remunerações de empregados e no saldo de excedente operacional.

Toda a renda passa, então, por um processo de redistribuição e apropriação entre unidades institucionais internas e externas: são realizados os pagamentos dos rendimentos de propriedade (aluguéis, juros, lucros, dividendos) entre os setores institucionais; os pagamentos de impostos às administrações públicas; as transferências das administrações públicas sob a forma de subsídios e transferências sociais aos outros setores institucionais; e as remessas para o exterior de diversos tipos de rendimentos referentes ao pagamento de serviços de fatores de propriedade de não-residentes e o recebimento do exterior de diversos tipos de rendimentos referentes a serviços de fatores de propriedade de residentes utilizados por não-residentes.

De posse de sua renda disponível, cada setor institucional decide pela sua utilização em consumo ou poupança. As poupanças destinam-se ao mercado financeiro do qual retornam financiando a compra de bens de capital. Este financiamento do investimento pode também ter origem na capacidade de financiamento do resto do mundo.

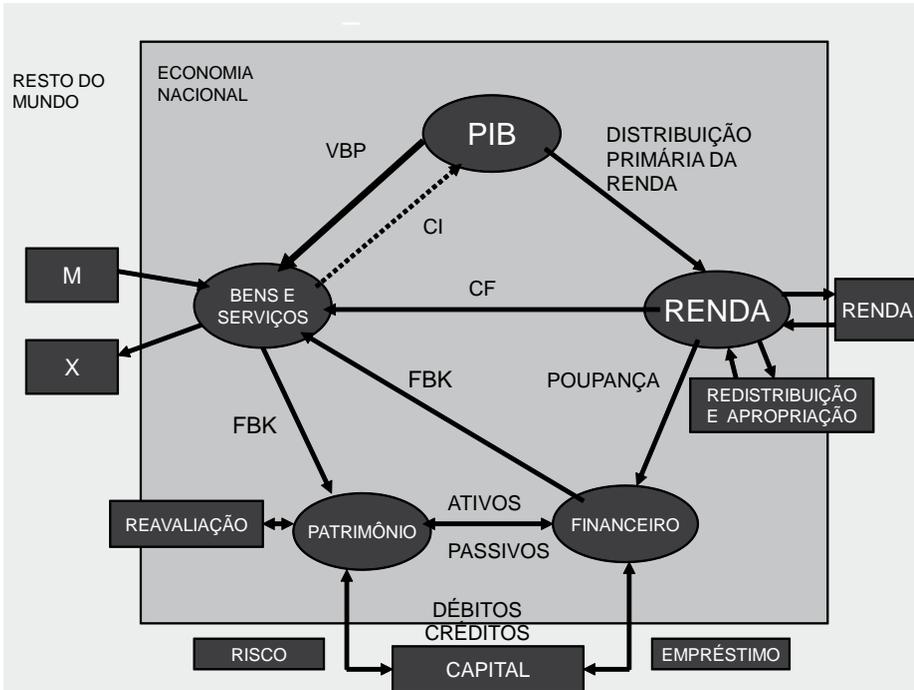
Esta poupança do exterior pode entrar na economia nacional de duas formas: a primeira é por meio do sistema financeiro, na forma de capitais de empréstimo; a outra é diretamente, na forma de capitais de risco trazidos por empresas de propriedade de não-residentes. Estes dois fluxos têm como contrapartida: no primeiro caso, o pagamento de juros sobre os empréstimos contraídos pela economia nacional e a sua amortização; no segundo caso, os pagamentos de lucros e dividendos e a eventual repatriação do capital.

Note-se, outra vez, que a poupança macroeconômica tem como objetivo financiar o investimento (ou financiar o resto do mundo). Isto não impede que a poupança de cada unidade institucional seja, no mercado financeiro, destinada a financiar o consumo de outras unidades institucionais. No agre-

gado, entretanto, isto será considerado como fluxo de renda destinado ao consumo e não à poupança.

As operações financeiras dão origem aos ativos e aos passivos financeiros como contrapartidas dos empréstimos e das dívidas contraídas e constarão no balanço patrimonial da economia nacional junto com os novos investimentos e o estoque de capital acumulado. Esse patrimônio passa por um processo periódico de reavaliação, em razão da sua valorização ou desvalorização.

**Figura 4.8 – Circuito econômico das operações**



## CAPÍTULO V

# A ESTRUTURA GERAL DO SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS

No Capítulo 4, as inúmeras transações realizadas por uma infinidade de unidades econômicas elementares foram simplificadas e descritas sob a forma de circuitos econômicos, esquemas analíticos que permitem representar a vida econômica de uma nação de acordo com a formulação da teoria macroeconômica. Embora aqueles esquemas sejam representações úteis do processo econômico, sua mensuração necessita de outros elementos. Essa tarefa é cumprida pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN), que fornece os elementos necessários para agrupar aquela imensa variedade de agentes econômicos e suas transações num número limitado de categorias essenciais, integrando-as num esquema analítico de contas, capaz de reproduzir de forma completa, ainda que simplificada, o processo econômico, em todos os seus estágios: produção, distribuição e apropriação da renda, consumo, acumulação e financiamento.

### AS IDENTIDADES DO SISTEMA DE CONTAS

O esquema analítico do Sistema de Contas Nacionais está baseado na idéia de reproduzir o processo econômico enquanto um circuito. Este esquema pode ser representado por um conjunto de nove identidades econômicas básicas, reproduzidas a seguir, que retrata as operações entre as diversas unidades econômicas fundamentais, e uma décima identidade acerca do mercado de trabalho.<sup>1</sup>

- 1) produção = consumo intermediário + valor adicionado;
- 2) produção + importação = consumo intermediário + consumo final + formação bruta de capital + exportações;
- 3) valor adicionado = somatório das rendas primárias;
- 4) renda disponível = rendas primárias + transferências líquidas recebidas;
- 5) renda disponível = consumo final + poupança;

---

<sup>1</sup> Cf. VANOLI, André. "Sur la structure générale du SCN, à partir de l'expérience du système élargi de comptabilité nationale français". *The Review of Income and Wealth*, [S.l.], série 32, n. 2, p. 155-99, jun. 1986. O SNA-93 apresenta um conjunto mais detalhado de equações – são 21 equações em que todas as operações estão representadas, contendo inclusive os números de uma economia fictícia. Deu-se preferência a esta versão visando à simplificação da abordagem, mantendo inclusive a coerência com a estrutura das contas que serão apresentadas a seguir.

- 6) poupança = formação de capital + variação de ativos financeiros - variação de passivos financeiros;
- 7) exportações - importações + rendas primárias líquidas recebidas do exterior + transferências líquidas recebidas do exterior = variação de ativos financeiros no exterior - variação de passivos financeiros em relação ao exterior;
- 8) soma das variações de ativos financeiros = soma das variações de passivos financeiros;
- 9) patrimônio de fechamento = patrimônio de abertura + formação de capital + variação de ativos financeiros - variações de passivos financeiros + reavaliações;
- 10) população total = população inativa + população ativa.

O detalhamento das operações que constam nessas identidades, quer por atividades, quer por setores institucionais, ou ainda por grupos de produtos, possibilita uma reprodução mais pormenorizada do processo econômico. Assim é que as operações de bens e serviços e de distribuição primária da renda, expressas nas identidades 1 e 3, podem ser decompostas por atividades e por setores institucionais. A partir da identidade 1, a conta de produção torna possível identificar a produção, o consumo intermediário e o valor adicionado para cada setor de atividade e para cada setor institucional. A identidade 3, que expressa a conta de distribuição primária da renda, possibilita identificar para cada setor de atividade e para cada setor institucional, o valor adicionado e suas respectivas parcelas de rendas primárias.

Por sua vez, as operações de bens e serviços, expressas na identidade 2 (conta de oferta e demanda de bens e serviços), só podem ser decompostas por grupos de produtos, o que torna possível classificar sua origem (ou oferta total) em produção doméstica e importação; e seu uso (também denominado destino, ou demanda) que se subdivide em: para uso intermediário e para uso final (consumo final, formação bruta de capital e exportação).

As operações de repartição, apropriação e de uso da renda, e as operações financeiras e de acumulação, expressas nas identidades 4 a 9, só podem ser decompostas por setores institucionais. Ao fazer isso, torna-se possível avaliar o processo de redistribuição e apropriação da renda (contas de alocação da renda primária e distribuição secundária da renda) entre os setores institucionais, retratado pela identidade 4. Esta identidade define que a renda disponível é a soma das rendas primárias (remunerações de empregados e excedente operacional bruto) geradas anteriormente por

cada setor institucional e as transferências líquidas recebidas (recebidas – pagas) por cada setor institucional. A identidade 5, por sua vez, permite mostrar como cada setor institucional usou sua renda, quer para consumo final, quer poupando.

A identidade 6, decomposta por setores institucionais, permite identificar a responsabilidade de cada um desses setores no processo de acumulação. Ao decidir poupar e não consumir sua renda, cada setor institucional decidirá entre investir (formando capital) ou emprestar seus recursos financeiros (capacidade de financiamento) a outros setores institucionais que desejam investir sem possuírem recursos (necessidade de financiamento).

As relações de redistribuição e apropriação, bem como as de financiamento e acumulação entre os setores institucionais residentes e os não residentes, estão expressas na identidade 7. Ela mostra que os recebimentos de cada setor institucional pelas exportações de bens e serviços para o resto do mundo, subtraídos dos pagamentos pelas respectivas importações, somados às rendas líquidas recebidas (recebidas – pagas) do resto do mundo por cada um dos setores institucionais, somados ainda às transferências líquidas recebidas (recebidas – pagas) do resto do mundo por cada um dos setores institucionais será igual à variação dos ativos financeiros no exterior de cada setor institucional reduzida sua respectiva variação de passivos financeiros em relação ao exterior. Essa identidade expressa exatamente o balanço de pagamentos do país por setores institucionais: ela contém os recebimentos e os pagamentos de bens e serviços não-fatores, de serviços de fatores, de transferências e o movimento de capitais que geram os ativos e os passivos em relação ao resto do mundo.

A identidade 8, decomposta por setores institucionais, expressa a conta financeira do país revelando as operações pelas quais as capacidades de financiamento de cada um dos setores institucionais mudou de mãos para os setores institucionais que têm necessidades de financiamento. A identidade 9 completa as contas econômicas, decompondo por setores institucionais seus patrimônios de fechamento (do período considerado), identificando seu patrimônio inicial (de abertura do período considerado), suas respectivas formações de capital, bem como suas respectivas variações de ativos e de passivos financeiros, resultantes das trocas de necessidades e capacidades de financiamento expressas anteriormente na identidade 8, adicionada ainda das reavaliações patrimoniais (apreciações, depreciações e destruições) respectivas.

Finalmente, a identidade 10, apesar de não ser uma identidade econômica, quando aberta por atividades econômicas e por categorias de emprego, permite construir uma matriz de emprego para o país, identificando, portanto, a população ocupada por setor de atividade e suas respectivas categorias de emprego, vistas no Capítulo 2.

Torna-se útil nesse ponto reproduzir o circuito das operações já visto no capítulo anterior, identificando-se as diversas fases do processo econômico com as identidades anteriormente descritas, conforme é feito na Figura 5.1.

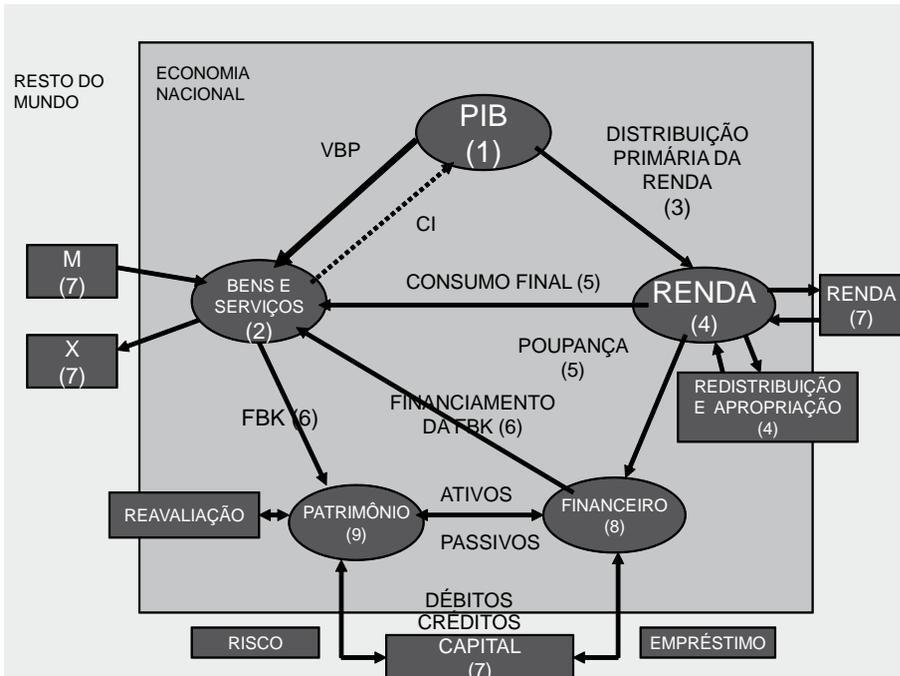
Na esfera do produto e renda interna localiza-se a identidade 1, de onde parte a produção para o mercado de bens e serviços. Esta produção pode ser identificada por setor de atividade e por setor institucional, bem como por grupo de produtos. Do mercado, retorna para a máquina produtiva um fluxo de bens intermediários que podem ser então identificados por grupo de produtos e por qual atividade ou setor institucional foi utilizado. Também da esfera da produção parte o fluxo de valor adicionado, saldo da identidade 1, ou seja, da conta de produção, agora para a esfera da renda. Este valor adicionado pode então ser identificado por setor de atividade e por setor institucional. Na esfera da produção localiza-se também a identidade 10, detalhando-se por atividades as diversas posições na ocupação da população economicamente ativa ocupada.

A esfera do mercado de bens e serviços, na qual se localiza a identidade 2, aberta por grupos de bens e serviços, mostra a composição da oferta total de bens e serviços (recursos), constituindo-se de produção interna e de importações; mostra também, por grupo de bens e serviços, a demanda (usos) dessa oferta, em bens intermediários e as diversas utilizações finais: consumo final, formação de capital e exportações. Note que a identidade 7, por meio de importações e exportações, está também presente nesta esfera.

O fluxo de valor adicionado ou de renda primária (remunerações de empregados e excedente operacional) pode ser aberto por atividades ou por setor institucional, conforme indica a identidade 3. Este fluxo destina-se à esfera da renda que retrata as operações da identidade 4, expressando o processo de redistribuição e apropriação (alocação da renda primária e distribuição secundária da renda), agora identificável apenas por setores institucionais. A identidade 7 também se encaixa nesta esfera, pois aí se dá a distribuição e a apropriação da renda entre os setores institucionais residentes e não residentes. O resultado final das operações de apropriação da renda é a renda disponível de cada setor institucional residente (nacional).

Da esfera da renda sai agora a decisão de uso da renda de cada setor institucional entre consumir ou poupar conforme a identidade 5. O consumo final pode então ser identificado por cada setor institucional, bem como por grupo de produtos consumidos. Por sua vez, a poupança resultante desta decisão, também identificada por setor institucional, parte para a esfera financeira.

**Figura 5.1 – O circuito econômico completo e as identidades das Contas Nacionais**



A utilização da poupança por cada setor institucional, expressa na identidade 6, se faz pela formação de capital fixo diretamente, pela aquisição de bens de capital no mercado de bens e serviços, ou na sua decisão de utilizar seus recursos de poupança (capacidade de financiamento) para financiar outros agentes econômicos, que têm desejo de investir e não possuem recursos, necessitando, portanto, de financiamento. Neste caso, ainda pela identidade 6 da conta de capital, aparece a formação bruta de capital realizada por cada setor institucional e o respectivo resultado das variações de ativos subtraído da variação de passivos financeiros, referente às capacidades e necessidades de financiamento trocadas.

Na esfera financeira, são feitas as trocas dessas capacidades e necessidades de financiamento conforme expressas na identidade 8 referente à

conta financeira. Nessa esfera surgem, então, para cada setor institucional, os fluxos de soma das variações de ativos financeiros que correspondem às operações de financiamento da aquisição de capital fixo que geram uma série de direitos por parte de seus detentores. Surge ainda o fluxo da soma de variações de passivos financeiros, que geram a contrapartida de obrigações pelo financiamento da aquisição de bens de capital.

A esfera do patrimônio contém a identidade 9 que expressa a conta de patrimônio de cada setor institucional, permitindo mensurar a acumulação patrimonial do país e de cada setor institucional. Ela soma ao patrimônio de abertura a formação bruta de capital e a variação de ativos financeiros, devendo-se subtrair a variação de passivos financeiros e as correspondentes reavaliações por depreciação, apreciação e eventuais destruições de capital fixo por catástrofes, acidentes ou outras causas.

A identidade 7 também está presente nestas duas últimas esferas traduzindo o movimento de capitais do mercado de capitais mundial. Esses capitais podem ser de empréstimo, os que entram no país via esfera financeira, ou de risco, os que entram no país via esfera patrimonial. Em ambos os tipos de capital são gerados ativos e passivos financeiros correspondentes aos direitos e obrigações dos setores institucionais residentes com não residentes. No caso dos capitais de empréstimos, as obrigações rendem pagamentos e recebimentos de juros, enquanto no caso dos capitais de risco rendem remessas e recebimentos de lucros.

Portanto, a identidade 7, localizada em três pontos do circuito econômico fora da economia nacional, reflete os fluxos de bens e serviços, de rendas, financeiros e patrimoniais, entre os setores institucionais residentes e o resto do mundo.

## O SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS COMPLETO

Como em qualquer trabalho de produção de estatísticas, as contas nacionais partem de definições quanto às unidades elementares e aos critérios para a sua agregação, quanto aos fenômenos que são objeto de quantificação e às variáveis tomadas para sua mensuração e, finalmente, quanto à forma de apresentação dos resultados – tabelas e contas em que as variáveis são relacionadas às unidades de observação.

Como foi visto no Capítulo 2, o sistema de contas distingue dois tipos de desagregação do sistema econômico, correspondendo a necessidades analíticas específicas. Para a análise do processo de produção, privilegia-se o enfoque das relações técnico-econômicas. A unidade básica é de pro-

dução, definida em função dos bens e serviços que produz. A este critério corresponde a partição do sistema econômico em atividades, agrupando as unidades produtivas por sua produção principal. Esta desagregação da atividade econômica é adequada apenas para a representação do processo de produção e geração da renda e sua distribuição primária e para a análise dos fluxos de bens e serviços.

Na análise da distribuição e uso da renda, da acumulação e do financiamento, o interesse está centrado no comportamento dos agentes econômicos. A unidade básica é a institucional, caracterizada por autonomia de decisões e por unidade patrimonial, e agrupada, segundo seu comportamento econômico principal, em setores institucionais. Como se viu anteriormente, essa classificação dos agentes econômicos também serve para a análise da produção e da geração de renda.

Portanto, o SCN contém várias classificações que, num determinado sentido, constituem o esqueleto do sistema e permitem dar resposta a vários aspectos da vida econômica. Quando se classificam as atividades e os setores institucionais, está se perguntando *quem* fez um determinado produto. Quando se classificam as operações, os produtos e outros fluxos, está se perguntando *o quê* foi feito. Quando se está trabalhando com ativos e passivos, a pergunta é *que estoques*. Finalmente, quando se está trabalhando com classificações funcionais, a pergunta feita é *para quê*.

Em função desta forma de definir e classificar as unidades elementares do universo econômico, a estrutura central de um sistema completo de Contas Nacionais, segundo o SNA-93,<sup>2</sup> é composta de cinco blocos que se articulam e são totalmente consistentes porque utilizam o mesmo conjunto de conceitos, definições, classificações e regras contábeis. Assim, sua estrutura consiste de:

- 1) *As contas econômicas integradas*, nas quais se apresenta todo o conjunto de contas dos setores institucionais e do resto do mundo, conjuntamente com as contas de operações (e outros fluxos) e as contas de ativos e passivos. Estas contas respondem às perguntas: *quem?*, *o que?* e *com que estoques?*
- 2) *A tabela de recursos e usos* que reagrupa as contas das atividades de acordo com o tipo de atividade econômica e as contas de operações de bens e serviços, por tipo de produto. Responde as perguntas: *quem?*, *o quê?*

<sup>2</sup> UN SNA-93, System of National Accounts, 1993, o Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas que disciplina o Sistema de Contas Nacionais dos países membros.

- 3) *A análise tridimensional* das operações financeiras e dos estoques de ativos e passivos financeiros, na qual se representam diretamente as relações entre setores, respondendo a questão *de quem a quem?*
- 4) *A análise funcional*, na qual certas operações dos setores institucionais são apresentadas de acordo com sua função (finalidade). Responde as perguntas: *quem? o que? para quê?*
- 5) *As tabelas de população e emprego.*

#### AS CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS POR SETORES INSTITUCIONAIS

As contas econômicas integradas, primeiro bloco, constituem o núcleo central do SCN e oferecem uma visão do conjunto da economia. Estas contas estão estruturadas em três subconjuntos: *contas correntes* (contas 1 e 2, com várias subdivisões), *contas de acumulação* (contas 3, com várias subdivisões) e *contas patrimoniais* (contas 4), detalhadas pelas respectivas operações, saldos e ativos e passivos.

As contas correntes (contas 1 e 2) referem-se à produção, à distribuição e ao uso da renda, que constituem os três subconjuntos destas contas. Elas representam a decomposição, por setores institucionais, das operações expressas nas identidades 1, 3, 4 e 5, incluindo as relações não-financeiras com o resto do mundo, da identidade 7.

As contas de acumulação (contas 3 e suas respectivas subdivisões) referem-se às variações de ativos, de passivos e do valor líquido do patrimônio, e se compõem da *conta de capital* e da *conta financeira*, que representam a decomposição, por setores institucionais, das operações expressas nas identidades 6 e 8 e suas contrapartes com não residentes expressas na identidade 7.

O terceiro subconjunto refere-se às *contas patrimoniais* (contas 4), que registram os estoques de ativos e passivos e o patrimônio líquido, por setores institucionais, segundo as operações expressas na identidade 9.

#### AS CONTAS CORRENTES

Os três subconjuntos das contas correntes – *de produção, de distribuição da renda (primária e secundária) e de uso da renda* – são a seguir, descritos e estão representados nos Quadros 5.1 e 5.6. O Quadro 5.1 mostra o esquema desta conta para cada setor institucional em separado, enquanto o Quadro 5.6 mostra o esquema para o conjunto dos setores institucionais. O IBGE disponibilizou este conjunto de contas no final do ano 2000.

### A CONTA DE PRODUÇÃO

A conta de produção é concebida de forma a evidenciar o valor adicionado como um dos principais saldos do sistema. Ela abrange, para cada setor institucional, as operações de produção total (valor bruto da produção) e de consumo intermediário de bens e de serviços, expressas na identidade 1. O Quadro 5.1 mostra o esquema das contas correntes de cada setor institucional em separado: a conta 1, de produção, expressa como recurso a própria produção e como uso o consumo intermediário, tendo como saldo o valor adicionado bruto. O Brasil não mede o consumo de capital fixo; caso o fizesse teríamos este fluxo como uso e restaria o valor adicionado líquido.

Todos os setores institucionais têm uma conta de produção. Nesse enfoque, institucional, a produção e o consumo figuram de forma agregada, sem abertura por produto.

### AS CONTAS DE DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

O processo de distribuição e redistribuição da renda, expresso nas identidades 3 e 4, é tão importante que o SNA-93 definiu várias fases para representá-lo, separando-o em contas diferentes. São definidas, portanto, três grandes etapas: a *distribuição primária da renda*, ou seja entre os fatores trabalho, capital e as administrações públicas (por meio dos impostos e subsídios). A *distribuição secundária da renda* realizada por meio das transferências em numerário (impostos sobre a renda e o patrimônio, contribuições sociais, pagamentos de aposentadoria, etc.). A terceira etapa constitui-se na *conta da redistribuição da renda em espécie*, que cobre as transferências em espécie. Todos os saldos destas contas podem ser medidos em termos brutos ou líquidos, caso seja descontado o consumo do capital fixo, algo que não está previsto para ser feito no Brasil.

**Quadro 5.1 – Contas econômicas integradas –  
Esquema das contas correntes de cada setor institucional**

USOS	RECURSOS
<b>I. CONTA DE PRODUÇÃO</b>	
Consumo Intermediário <b>Valor adicionado bruto*</b>	Produção
<b>II.1.1. CONTA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DA RENDA – GERAÇÃO</b>	
Remuneração de assalariados Outros impostos ligados à produção Subsídios à produção(-) <b>Excedente operacional bruto</b>	<b>Valor adicionado bruto</b>
<b>II.1.2. CONTA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DA RENDA – ALOCAÇÃO</b>	
<b>Renda primária bruta</b>	<b>Excedente operacional bruto</b> Remuneração de assalariados Impostos ligados à produção e à importação Subsídios à produção(-) Rendimentos de propriedade e de atividade empresarial (juros, dividendos, rendas de terrenos e outros ativos etc.) Operações de seguro de acidentes
<b>II.2. CONTA DE DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA DA RENDA</b>	
<b>Renda disponível bruta</b>	<b>Renda primária bruta</b> Impostos correntes sobre a renda e a propriedade Contribuições à previdência Benefícios da previdência Outras transferências correntes
<b>II.4. CONTA DE USO DA RENDA</b>	
Consumo Final <b>Poupança bruta</b>	<b>Renda Disponível Bruta</b>

\* Para o total da economia é possível associar os impostos líquidos sobre produtos ao total da produção, fazendo com que esta variável corresponda ao PIBpm.

*A CONTA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DA RENDA*

A conta de distribuição primária da renda é ainda subdividida em *conta de geração da renda* e *conta de alocação da renda primária*. A conta de geração da renda decompõe a identidade 3 por setores institucionais, identificando como recursos o valor adicionado bruto (saldo da conta de produção) e os subsídios à atividade. Seus usos compõem-se das operações de distribuição primária da renda, ligadas ao processo operacional de produção, a saber: remuneração de assalariados, impostos sobre a produção e a importação e subsídios à produção. Resulta como saldo o *excedente operacional bruto*. Nesta conta aparece ainda um destaque para o

*rendimento misto* que se trata dos rendimentos de autônomos e das pequenas empresas não constituídas em sociedades, nas quais não se consegue separar o que é rendimento do trabalho do que é rendimento do capital.<sup>3</sup>

Usualmente, uma parte desta renda aparece na produção como parte da produção oriunda da economia não registrada pelas estatísticas econômicas (erradamente intitulada no Brasil de informal).<sup>4</sup>

Chama-se a atenção para o fato de a conta de geração da renda, que nas tabelas de recursos e usos é apresentada por atividades, constituir-se no elo básico de articulação entre as duas partes do sistema – as contas por atividades e as contas por setores institucionais. Assim sendo, o total dos saldos – valor adicionado bruto e excedente operacional bruto e o próprio PIB – deve ser idêntico para a economia como um todo, seja qual for a classificação das unidades econômicas. De fato, o SNA-93 propõe que não apenas estes saldos sejam idênticos, mas todas as operações que possam ser discriminadas por setor de atividade e por setor institucional. Assim sendo, deveriam também ser idênticos o valor total da produção, da importação e da exportação de bens e serviços; os impostos líquidos de subsídios sobre a produção e sobre os produtos; o consumo intermediário; o consumo final e a formação de capital. Isto forçaria o cancelamento das transferências intra-empresa (entre estabelecimentos ou unidades produtivas); caso elas não sejam canceladas, serão contadas duplamente no valor da produção dos estabelecimentos, fazendo com que o agregado de valor da produção e do consumo intermediário da soma de estabelecimentos de uma empresa seja maior do que o valor da produção apurado no âmbito da empresa. Isto ocorre porque o IBGE desmembra artificialmente a contabilidade da empresa em estabelecimentos, enquanto a empresa apresenta sua contabilidade de forma agregada.<sup>5</sup>

A conta de alocação da renda primária (segunda fase da distribuição) decompõe por setores institucionais algumas das operações de redistribuição da renda associadas à remuneração do capital (rendimentos de propriedade e de ativos empresariais – juros, dividendos etc.), bem como à remuneração do trabalho (remuneração dos assalariados) expressas na identidade 4. Inclui também os pagamentos às administrações públicas dos

<sup>3</sup> É esse o caso, por exemplo, do rendimento dos proprietários de vans no qual estão embutidos o rendimento do seu trabalho de motorista e também o rendimento do seu capital.

<sup>4</sup> É importante notar que informal é uma categoria que se refere à mão-de-obra que não tem carteira assinada pelo empregador, ou seja um trabalhador informal ou sem carteira.

<sup>5</sup> Para os anos de 1980 a 1985, essas diferenças aparecem nos resultados divulgados pelo IBGE nos textos para discussão n<sup>os</sup> 10 e 51 da diretoria de pesquisa. O IBGE eliminou tais diferenças quando apresentou os resultados das contas de setores institucionais em 2000.

impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação. Devem também ser incluídas as operações da mesma natureza realizadas com o resto do mundo. Esta conta registra como recursos o excedente operacional bruto, saldo da conta anterior, e tem como saldo a renda primária bruta.

#### *CONTA DA DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA DA RENDA*

Esta conta evidencia a segunda fase do processo de redistribuição e apropriação da renda, por meio de pagamentos e recebimentos de: impostos sobre a renda e o patrimônio, operações de seguros, contribuições e benefícios previdenciários, transferências correntes etc., conforme expresso na identidade 4. Ela registra como recursos a renda primária bruta, saldo da conta anterior, e resulta, como saldo desse processo de redistribuição, a renda disponível bruta de cada setor institucional.

O SNA-93 prevê ainda a explicitação de uma operação de distribuição terciária da renda referente à redistribuição do rendimento em espécie. Exceto para os saldos “renda disponível e renda disponível ajustada”, todos os registros na conta de redistribuição da renda em espécie consistem em transferências sociais em espécie. As transferências sociais em espécie incluem apenas as prestações sociais em espécie e as transferências de bens e serviços não-mercantis individuais fornecidos às famílias residentes pelas unidades das administrações públicas, incluindo os fundos de segurança social e as instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias (ISFLSF). Os tipos de bens e serviços não-mercantis individuais mais comuns são os serviços de educação e saúde, os quais são prestados gratuitamente ou a preços que não são economicamente significativos, às famílias por produtores não-mercantis (unidades das administrações públicas ou instituições sociais sem fins lucrativos). Note-se, entretanto, que ao nível agregado, a renda disponível e a renda disponível ajustada são iguais.

#### *CONTA DE USO DA RENDA*

A conta de uso da renda decompõe por setores institucionais a identidade 5, evidenciando como recursos a renda disponível bruta e como usos o consumo final ou a poupança bruta. Esta resulta como saldo da conta. Deve-se salientar que apenas as famílias e as administrações públicas realizam consumo final.

Quando se consideram as transferências em espécie para as famílias, têm-se os rendimentos disponíveis ajustados, o que possibilita evidenciar

o consumo final efetivo das famílias na conta de uso da renda, ao incluir o consumo daquelas transferências em espécie.

Usualmente, seguindo o SNA-68, toda a produção não-mercantil das administrações públicas era automaticamente considerada como consumo da própria administração pública representando o consumo coletivo da sua produção. Este foi o tratamento dado pelo IBGE a esta parte da renda gerada nos resultados preliminares de 1980 a 1985. O mesmo ocorreu nas tabelas de recursos e usos 1990-96, divulgadas pelo IBGE em dezembro de 1997, nas quais aparece no uso da oferta de bens e serviços toda a produção das administrações públicas como consumo delas próprias. Entretanto, quando o IBGE divulgou, em 2000, as contas dos setores institucionais correspondentes, deu o tratamento adequado: contabilizou as operações de transferência em espécie para o setor privado (dividindo a parcela atribuível às famílias), mensurando de forma completa o real valor da renda disponível e o consumo final de cada setor institucional, notadamente o das famílias, que são as maiores beneficiárias destas transferências.

#### AS CONTAS DE ACUMULAÇÃO

Os dois subconjuntos das contas de acumulação, a conta de capital e a conta financeira, estão representados no quadro 5.2 (A e B). O Quadro 5.2A contém o esquema desta conta para cada setor institucional individualizado, enquanto o Quadro 5.2B mostra o esquema para o conjunto dos setores institucionais.

#### A CONTA DE CAPITAL

A *conta de capital* (Quadro 5.2A) decompõe a identidade 6 por setores institucionais. Seu recurso – variação de passivos e patrimônio líquido – é a poupança bruta e seus usos – variação de ativos – os componentes da formação bruta de capital. Registra, portanto, como usos as operações relativas a aquisições de ativos não-financeiros (formação *bruta* de capital fixo e as variações de estoque) e, como recursos, as transferências de capital a receber e a pagar (estas com sinal negativo). O objetivo é determinar as partes das variações do patrimônio líquido devidas exclusivamente à poupança e às devidas a transferências de capital. Quando seu saldo é positivo, indica que o setor institucional tem superávit e, portanto, *capacidade de financiamento* (+) daqueles setores institucionais que apresentam déficit os quais, portanto, têm *necessidade de financiamento* (-).

Nos países em que se mede o consumo do capital fixo, ele é registrado, com sinal negativo, no lado esquerdo da conta (variação de ativos), possibilitando contabilizar a formação *líquida* de capital fixo. No Brasil não se faz este registro. Caso fosse feito, o saldo desta conta seria a capacidade (+) ou necessidade (-) *líquida* de financiamento.

O IBGE passou a publicar, a partir do ano 2000, parte da conta de acumulação (a conta de capital), integrada com as contas correntes.

O Quadro 5.2B ilustra a mesma conta reunindo todos os setores institucionais, o que permite que se registre quem financiou o quê e com que estoques, e quem foi financiado, o que foi financiado e com estoques de quem.

#### A CONTA FINANCEIRA

A conta financeira (Quadros 5.3) decompõe por setores institucionais a identidade 8, registrando as operações relativas a cada um dos instrumentos financeiros. Mostra, portanto, a aquisição líquida de ativos financeiros do lado esquerdo e as novas responsabilidades financeiras líquidas no lado direito.

No Quadro 5.3A aparecem as contas financeiras de cada setor institucional. As colunas contêm as mesmas informações das contas anteriores, exceto na parte financeira, em que as colunas de recursos e usos se intitulam, respectivamente, fluxo líquido de créditos ou ativo e fluxo líquido de débitos ou passivo, já que se referem a fluxos financeiros que se originam por movimentos de meios de pagamentos ou de criação de dívidas.

Nas linhas aparecem as operações financeiras relativas à criação e à circulação de meios de pagamento. Note-se que, a despeito do fato de que a toda operação de bens e serviços e de repartição, além do aspecto não-financeiro, corresponde também um aspecto financeiro (os movimentos de moeda ou de créditos); no caso das contas financeiras registram-se apenas os fluxos líquidos dessas operações, vale dizer, o aumento ou redução dos ativos financeiros.

Assim é que no ativo são lançados os fluxos líquidos de créditos – os empréstimos concedidos menos as amortizações, e no passivo são lançados os fluxos líquidos de débitos – criação de dívidas menos liquidações de dívidas. No nível global das contas financeiras, o aumento de ativos de um setor institucional corresponde ao aumento de passivos de outro. Ao final têm-se os saldos líquido de débitos e créditos de cada setor institucional por instrumento financeiro.

**Quadro 5.2a – Contas econômicas integradas –  
Esquema das contas de acumulação de cada setor institucional**

USOS	RECURSOS
<b>III.1. CONTA DE CAPITAL</b>	
Formação bruta de capital fixo Variação de estoque Aquisição líquida de terrenos e ativos intangíveis Transferência de capital <b>Capacidade de financiamento (+) ou Necessidade de financiamento (-)</b>	<b>Poupança bruta</b>
<b>III.2. CONTAS FINANCEIRAS</b>	
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>VARIAÇÃO DE PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
Variação líquida de ativos financeiros	<b>Capacidade de financiamento(+) Necessidade de financiamento(-)</b> Variação líquida de passivos financeiros
	Meios de pagamentos internacionais Meios de pagamentos nacionais Depósitos não-monetários Títulos de renda fixa Títulos de renda variável Empréstimos Créditos comerciais Reservas técnicas de seguro
Outros créditos	Outros débitos <b>Saldo de débitos e créditos</b>
<b>III.3.1. Contas financeiras – OUTRAS VARIAÇÕES NO VOLUME DE ATIVOS</b>	
Ativos não-financeiros produzidos e não-produzidos Perdas resultantes de catástrofes, expropriações etc. Aparecimento de novos recursos naturais Ativos financeiros(perdas devido a catástrofes, expropriações etc.)	Passivos não-financeiros produzidos e não-produzidos   <b>Variações no patrimônio líquido</b>
<b>III.3.2. CONTAS FINANCEIRAS - REAVALIAÇÃO</b>	
Elementos de reavaliação de ativos não-financeiros Elementos de reavaliação de ativos e passivos financeiros	<b>Variações no patrimônio líquido</b>

### Quadro 5.2B – Contas econômicas integradas por setor institucional – as contas de acumulação

Contas	Registros corresp. à				Operações e saldos	Registros corresp. à					
	Conta de bens e serviços (Lucras)	Conta do resto do mundo	Total da economia	Famílias		Empresas não-financeiras	Empresas financeiras	Adm. pública	Total da economia	Conta de bens e serviços (Lucras)	Total
Totais	5.1	5.14	5.13	5.12	5.11	5.11	5.12	5.13	5.14	5.1	
<b>Contas de acumulação: Capital (1 000 000 R \$)</b>											
<b>Variações de ativos</b>											
3.1. Capital					Poupança bruta						
					Saldo externo corrente						
					Formação bruta de capital fixo						
					Variação de estoques						
					Variações do patrimônio líquido resultantes de capacidade(+)/Necessidade(-) líquida de financiamento						
<b>Contas de acumulação: Financeiras (1 000 000 R \$)</b>											
<b>Fluxo Líquido de Créditos</b>											
					Capacidade(+)/Necessidade(-) líquida de financiamento						
					Variação líquida de ativos						
					Variação líquida de passivos financeiros						
					Meios de pagamentos internacionais						
					Depósitos não-moedas						
					Títulos de renda fixa						
					Títulos de renda variável						
					Empréstimos						
					Créditos comerciais						
					Reservas técnicas de seguro						
					Outros débitos e créditos						
					<b>SALDO DE DÉBITOS E CRÉDITOS</b>						
<b>Contas de acumulação: Financeiras (1 000 000 R \$)</b>											
<b>Variações de ativos</b>											
					<b>SALDO DE DÉBITOS E CRÉDITOS</b>						
<b>Contas de acumulação: Financeiras (1 000 000 R \$)</b>											
<b>Variações de passivos e patrimônio líquido</b>											
					<b>SALDO DE DÉBITOS E CRÉDITOS</b>						
3.3 Outras variações nos ativos					Ativos não-financeiros produzidos e não produzidos						
					Ativos e passivos financeiros						
					Outras variações no patrimônio líquido						
					Elementos de reavaliação						
					Variações do patrimônio líquido resultantes de perdas e ganhos reais e nominais						

As operações financeiras pelas quais se realizam as transferências de recursos dos agentes superavitários para os deficitários podem efetuar-se diretamente entre esses setores ou por intermédio de unidades institucionais especializadas nessa tarefa: as instituições financeiras que têm essa atividade como função principal. Como exemplos de transferências diretas têm-se as subscrições, pelas famílias, de ações de uma empresa e as operações de créditos comerciais entre empresas. Como transferência intermediada, tem-se o caso de um empréstimo bancário a uma empresa ou família, cujo recurso pertença a outras unidades institucionais e seja intermediado por um banco comercial, ou a subscrição de novas ações de empresas realizada sob o intermédio das bolsas de valores.

O SNA-93 prevê ainda dois outros subconjuntos de contas financeiras referentes: (i) a outras variações no volume de ativos, passivos e patrimônio líquido, devido a fatores distintos das operações de acumulação das contas anteriores, tais como: descobertas de novos recursos do subsolo, destruição de ativos em virtude de distúrbios políticos (guerra), ou a catástrofes naturais (terremotos); e (ii) as contas de reavaliação que registram as variações de ativos e passivos devido a alterações no nível de preços.

No Brasil, a implantação das contas financeiras do setor financeiro e do resto do mundo está sob a responsabilidade do Banco Central, que construiu uma versão preliminar para o ano de 1985. Esta tarefa foi interrompida e embora sua retomada esteja prevista, não há prazo para disponibilização de dados. O IBGE está responsável pelas contas financeiras dos demais setores institucionais, e atualmente publica uma conta financeira das operações com o resto do mundo, entretanto, também não há previsão de quando estarão disponíveis as contas dos demais setores institucionais. Para os dois subconjuntos de contas restantes não há ainda sequer previsão de quando seus cálculos terão início.

#### AS CONTAS PATRIMONIAIS

O terceiro subconjunto das contas econômicas integradas é o das contas patrimoniais (Quadros 5.3). Elas decompõem a identidade 9 por setores institucionais e identificam as operações patrimoniais ativas e passivas pelas quais o patrimônio de abertura de propriedade de cada setor institucional, registrado no início do período de referência (conta de patrimônio inicial), sofre variações (conta de variações do patrimônio) chegando a um novo valor de fechamento ao final do período (conta de patrimônio final). Note-se que não há qualquer previsão de o IBGE vir a calcular estas contas para o Brasil.

Adota-se nas Contas Nacionais um conceito muito restrito de patrimônio, o mercantil. Assim sendo, ele compreende os ativos tangíveis (imóveis, máquinas e equipamentos, estradas etc.), os ativos intangíveis (patentes, programas de computação etc.), e os ativos financeiros (moedas, ações, títulos diversos etc.). Como já se chamou a atenção anteriormente, não se incluem nas contas patrimoniais os bens duráveis de consumo das famílias (automóveis, lanchas etc.), que para efeito das Contas Nacionais são consumidos instantaneamente no momento de aquisição pelas famílias.

O patrimônio mercantil exclui também o meio físico natural (florestas, rios, mares, recursos minerais não renováveis inexplorados etc.). Mais recentemente, com o desenvolvimento dos estudos das questões ambientais, surgiu a necessidade de se mensurar também o patrimônio natural, o que é feito por meio de contas especiais, as contas ambientais, também incorporadas ao novo SNA-93 pelas chamadas contas satélites.

O Quadro 5.3A apresenta um esquema das contas patrimoniais de cada setor institucional. Cada um deles inicia com um patrimônio de abertura e finda com um patrimônio de fechamento. A passagem do primeiro para o segundo é a variação patrimonial que pode ser observada sob dois aspectos: a variação efetiva ou a reavaliação do patrimônio.

A variação efetiva do patrimônio se dá por acumulação ou depreciação efetiva de capital, detectada na conta de capital e pela acumulação ou perda financeira, registrada nas contas financeiras. A reavaliação patrimonial representa ganhos ou perdas de capital, virtual ou realizada, devido basicamente a variações dos preços de mercado dos bens patrimoniais. Pode ser ainda devido a destruição, expropriações e perdas patrimoniais.

**Quadro 5.3a – Contas econômicas integradas –  
Esquema das contas patrimoniais de cada setor institucional**

ATIVOS	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
<b>IV.1. CONTA DE PATRIMÔNIO INICIAL</b>	
Ativos não-financeiros	Passivos
Ativos financeiros	<b>Patrimônio líquido</b>
<b>IV.2. CONTA DE VARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO</b>	
Transferência líquida de capital	
Outras variações no vol. de ativos	
Elementos de reavaliação	<b>Variações no patrimônio líquido</b>
<b>IV.3. Conta DE PATRIMÔNIO FINAL</b>	
Ativos não-financeiros	Passivos
Ativos financeiros	<b>Patrimônio líquido</b>

**Quadro 5.3b – Contas econômicas integradas – esquema das contas patrimoniais dos setores institucionais**

Contas	ATIVOS (1 000 000 R\$)					PASSIVOS (1 000 000 R\$)					Registros corresp. à		Total			
	Total	Conta de bens e serviços (decrusos)	Conta do resto do mundo	5.1 Total da economia	5.14 Famílias	5.13 Adm. pública	5.12 Empresas não-financeiras	5.11 Empresas financeiras	Operações e saldos	5.11 Empresas financeiras	5.12 Empresas não-financeiras	5.13 Adm. pública		5.14 Famílias	5.1 Total da economia	Conta do resto do mundo
4.1. Patrimônio Inicial									patrimônio inicial							
									Ativos não-financeiros							
									Ativos e passivos financeiros							
									Valor Líquido							
4.2. Variação Patrimonial									Valor Líquido							
									Poupança líquida							
									Transferências líquidas de capital							
									Elementos de reavaliação							
									Variação no patrimônio líquido							
4.3. Patrimônio Final									Ativos não-financeiros							
									Ativos e passivos financeiros							
									Patrimônio Líquido Final							

## A CONTA DE BENS E SERVIÇOS

A conta de bens e serviços evidencia os recursos (origem/oferta) e os usos (destino/demanda) por grupos de bens e serviços. Não mostra, entretanto, as relações diretas entre os setores que realizam as operações. Em outras palavras, a conta evidencia as relações do tipo “o quê? de quem?” e do tipo “o quê? para quem?”, e não relações do tipo “o quê? de quem? para quem?”. Nestas contas, os recursos e usos equilibram-se por definição, não havendo saldos contábeis. Elas são, portanto, uma forma de recapitular de forma agregada as operações que se encontram nas contas dos setores institucionais ou das atividades.

No caso das operações de bens e serviços, a conta de operações apresentada no Quadro 5.4 é particularmente importante. Ela evidencia para a economia como um todo ou para grupo de produtos, os recursos (oferta total = produção + importação) e os usos (demanda total = consumo intermediário + consumo final + formação bruta de capital + exportações). Esta conta pode ser desagregada por tipo de produto e por atividades, dando origem às tabelas de recursos e usos ou contas por atividades, que serão apresentadas adiante.

A conta de bens e serviços desempenha papel crucial no sistema, compondo o quadro das contas econômicas integradas para o conjunto dos setores institucionais, como pode ser observado nos quadros “B” das contas dos setores institucionais. Ela entra como uma coluna de síntese das operações de bens e serviços, como uma *conta espelho* das contas dos setores institucionais, apresentando no lado esquerdo, de forma oposta ao usual, os recursos ou a oferta de bens e serviços, enquanto no lado direito, também de forma oposta ao usual, aparecem os usos ou a demanda de bens e serviços, o que permite que para cada operação de bens e serviços, os totais de usos e recursos estejam equilibrados. Esta conta não deve ser focalizada do ponto de vista dos setores institucionais, mas do ponto de vista do mercado. Portanto, o que é recurso para o mercado é simultaneamente recurso para o fornecedor. Da mesma maneira, o que é uso para o mercado é ao mesmo tempo uso para o comprador. Daí a necessidade de se inverter os lançamentos, lançando-se à esquerda o que é recurso sobre o mercado e à direita o que é uso.

**Quadro 5.4 – Esquema da conta de bens e serviços**

RECURSOS	USOS
Produção	Consumo intermediário
Importação de bens e serviços	Consumo final
Impostos sobre produtos	Formação bruta de capital
Subsídios aos produtos (-)	Formação bruta de capital fixo
	Variação de estoques
	Exportações de bens e serviços
<b>Total</b>	<b>Total</b>

*AS CONTAS DO RESTO DO MUNDO*

As transações entre as unidades institucionais residentes e não-residentes, contidas na identidade 7, são apresentadas num conjunto de contas confeccionado sob a ótica dos não residentes, que são agrupados em um único “setor institucional” denominado resto do mundo. Portanto, um recurso do resto do mundo é um uso para a economia nacional e vice-versa. Da mesma maneira, se o saldo é positivo, isto significa um superávit para o resto do mundo e um déficit para a nação. E o oposto também se confirma.

As contas do resto do mundo traduzem, em termos das contas nacionais, as operações que compõem o balanço de pagamentos do país. Elas seguem as estruturas das contas econômicas integradas dos setores institucionais, embora haja algumas diferenças que evidenciam as características relevantes das operações externas.

O esquema das contas externas inicia-se com a conta externa de bens e serviços (Quadro 5.5 – conta 1) que lança como recurso do resto do mundo as importações de bens (*fob – free on board*) e serviços não-fatores da nação e como uso suas exportações (*fob*) de bens e serviços não-fatores. Em termos do balanço de pagamentos, esta conta agrupa a balança comercial (importação e exportação de mercadorias a preços *fob*) e a parte da balança de serviços não fatores (viagens internacionais, transportes, seguros e serviços governamentais), resultando no saldo de bens e serviços com o exterior.

Quadro 5.5 – Esquema das contas externas

USOS	RECURSOS
<b>1. CONTA DE BENS E SERVIÇOS</b>	
Exportação de bens e serviços não-fatores	Importação de bens e serviços não-fatores
Exportação de bens	Importação de bens
Exportação de serviços não-fatores	Importação de serviços não-fatores
<b>Saldo de bens e serviços não-fatores com o exterior</b>	
<b>2. CONTA EXTERNA DE RENDA PRIMÁRIA E TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	
	<b>Saldo de bens e serviços não-fatores com o exterior</b>
Remuneração de assalariados	Remuneração de assalariados
Rendimentos de propriedade	Rendimentos de propriedade
Outros serviços de fatores	Outros serviços de fatores
Transferências unilaterais	Transferências unilaterais
<b>Saldo externo corrente</b>	
<b>3. CONTA DE CAPITAL</b>	
	<b>Saldo externo corrente</b>
	Transferências de capital líquido
Capacidade (+)/ Necessidade (-) líquida de financiamento	

A segunda conta, de rendas primárias e de transferências correntes, evidencia os pagamentos e recebimentos de serviços de fatores entre a economia nacional e o resto do mundo. A partir do saldo externo de bens e serviços, são lançados em ambos os lados as remunerações dos empregados, os rendimentos de propriedade (rendas de capitais – juros, lucros e dividendos – e outros serviços de fatores – *royalties*, patentes e direitos autorais), e as transferências unilaterais. O resultado é o saldo externo corrente, equivalente ao saldo do balanço de pagamentos em conta corrente. Este saldo, como se verá mais adiante, tem papel semelhante ao da poupança dos setores institucionais. Se negativo no balanço de pagamentos, ele é positivo para o resto do mundo, o que indica que a poupança do resto do mundo é positiva em relação à economia nacional, vale dizer, seus usos foram inferiores aos seus recursos, ou seus pagamentos foram inferiores aos seus recebimentos.

Este saldo, à exceção de algumas transferências correntes e de capital que podem ser por ora ignoradas, corresponde, se positivo, à capacidade de financiamento do resto do mundo em relação à economia nacional e à necessidade de financiamento da economia nacional em relação ao resto do mundo. Se negativo, à representa a necessidade de financiamento do resto do mundo em relação economia nacional e à capacidade de financiamento da economia nacional em relação ao resto do mundo.

As contas de acumulação (de capital e financeira) do resto do mundo vis-à-vis a economia nacional registram o equivalente ao movimento de capitais autônomos e compensatórios do balanço de pagamentos e serão posteriormente detalhadas. Isto é, os capitais autônomos (investimentos diretos, empréstimos etc.) registram a forma como a economia nacional foi financiada ou financiou o resto do mundo. Por sua vez, os capitais compensatórios registram os instrumentos financeiros que representam a contrapartida dos capitais autônomos. Também posteriormente, serão detalhadas as contas patrimoniais que registram a detenção por parte de não residentes de ativos financeiros e não financeiros vis-à-vis a economia nacional e vice-versa.

As contas externas aparecem nas contas do conjunto dos setores institucionais (quadros B) como um setor institucional não-residente.

#### CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS – UMA VISÃO DE CONJUNTO

É agora possível apresentar uma visão global das contas econômicas integradas por meio de um quadro síntese, no qual aparece a seqüência das contas, seus saldos e os principais agregados econômicos resultantes. Esta síntese encontra-se no Quadro 5.6. O quadro está apresentado no seu menor nível de desagregação de setores, contas e operações. Portanto, as colunas e linhas podem então ser subdivididas de forma a detalhar mais cada setor (quem) e cada operação (o quê). Este quadro está reproduzido aqui como é hoje publicado pelo IBGE. No futuro, quando estiverem disponíveis as contas financeiras e as contas patrimoniais, elas poderão ser encaixadas a partir da última linha.

A síntese das contas econômicas integradas apresenta a seqüência das contas por setores institucionais, incluindo as transações com o resto do mundo e as contas de bens e serviços, o que evidencia as principais relações econômicas e os macroagregados. Nas linhas estão as operações, agrupadas por tipos de contas, e os seus saldos, que se constituem em agregados macroeconômicos fundamentais: valor adicionado bruto, excedente operacional bruto, renda disponível bruta, poupança bruta, a capacidade ou necessidade de financiamento, as variações no patrimônio líquido e os valores iniciais e finais do patrimônio líquido. A partir dessas informações é possível calcular o Produto Interno Bruto pelas três óticas, da mesma maneira que foi indicado nas tabelas de recursos e usos, a partir das operações de bens e serviços.

**Quadro 5.6 – Contas econômicas integradas por setor industrial**

Contas	Registros corresp. à		S.1 Total da economia	S.13 Adm. pública	S.14 Famílias	S.11 Empresas financeiras	S.12 Empresas não- financeiras	S.172 Empresas não- financeiras	S.173 Empresas financeiras	Operações e saldos	Registros corresp. à		Contas
	Total	Conta de bens e serviços (físicos)									Conta do resto do mundo	Conta de bens e serviços (físicos)	
Contas correntes (R\$ 1 000 000)													
Recursos													
1. Produção e conta externa de bens e serviços										Importação de bens e serviços Exportação de bens e serviços Produção Produção mercantil Produção não-mercantil Consumo intermediário Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos Valor adicionado bruto/Produto interno bruto (1 e 2)			1. Produção e conta externa de bens e serviços
2.1.1. Geração da renda										Saldo externo de bens e serviços Remuneração dos empregados Ordenados e salários Contribuições sociais dos empregadores Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e outros produtos, líquidos de subsídios, sobre produtos Outros impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção Excedente operacional bruto Rendimento misto bruto (rend. de autônomos) Rendas de propriedade Juros Dividendos e retiradas Renda da terra e outros ativos Saldo das rendas primárias brutas (3)			2.1.1. Geração da renda
2.1.2. Alocação da renda primária										Impostos correntes sobre a renda, patrimônio etc. Contribuições sociais Contribuições sociais efetivas Contribuições sociais imputadas Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie Outros transferências correntes Transferências correntes diversas Renda disponível bruta Consumo final efetivo Despesa de consumo final Poupança bruta Saldo externo corrente			2.1.2. Alocação da renda primária
2.2. Distribuição secundária da renda													2.2. Distribuição secundária da renda
2.4. Uso da Renda													2.3. Uso da renda
Contas de acumulação (1 000 000 R\$)													
Variações de ativos													
3.1. Capital										Poupança bruta Saldo externo corrente Formação bruta de capital fixo Variação de estoques Variações do patrimônio líquido resultantes de poupança e da transferência de capital Capacidade(+) / Necessidade(-) líquida de financiamento			3.1. Capital
Contas de acumulação (1 000 000 R\$)													
Variações de passivos e patrimônio líquido													

(1) Para o total da economia, este saldo corresponde ao produto interno bruto (PIB), que é igual ao valor adicionado dos setores institucionais acrescidos dos impostos líquidos de subsídios, sobre produtos

(2) A soma dos setores institucionais difere do total da economia por estar incluído, nesta coluna, os impostos sobre produto.

(3) Para o total da economia, o saldo das rendas primárias brutas corresponde a Renda nacional bruta.

Nas colunas, além de cada um dos setores institucionais e o total da economia, aparece também uma coluna referente à conta do resto do mundo que é feita sob sua ótica: seus recursos são usos da economia nacional e vice-versa. Assim é que, por exemplo, as exportações do país aparecem como uso (pagamentos do resto do mundo) e as importações aparecem como recurso (recebimentos do resto do mundo).

A coluna de síntese das operações de bens e serviços aparece como uma *conta espelho* das contas dos setores institucionais e apresenta no lado esquerdo – dos usos – a oferta de bens e serviços; já no lado direito – dos recursos – aparece a demanda, o que permite que para cada operação de bens e serviços os totais de usos e recursos estejam equilibrados. Esta conta não deve ser vista do ponto de vista dos setores institucionais, mas do ponto de vista do mercado. Portanto, o que é recurso para o mercado, é simultaneamente recurso para o fornecedor. Da mesma maneira, o que é uso para o mercado é simultaneamente uso para o comprador. Daí a necessidade de se inverter os lançamentos, lançando-se à esquerda o que é recurso sobre o mercado e à direita o que é uso.

#### AS CONTAS POR ATIVIDADES

O segundo bloco das Contas Nacionais compõe-se das contas de oferta e demanda de bens e serviços, de produção e da geração da renda por atividades. Estas contas correspondem às *Tabelas de Recursos e Usos (TRU)*, nas quais as unidades produtivas são classificadas por atividades e medem os fenômenos correspondentes às operações de bens e serviços (produção, consumo, formação de capital, importação e exportação) e de geração da renda (valor adicionado e seus componentes – remuneração de assalariados e excedente operacional e os outros impostos sobre a produção líquidos de subsídios) que estão expressas nas identidades 1 a 3. Mede também a oferta e a demanda por grupos de bens e serviços, subdivididas conforme na identidade 2, na qual a oferta é composta pela produção doméstica e pelas importações, enquanto a demanda é composta pelo consumo intermediário, pelo consumo final, pela formação bruta de capital e pelas exportações. Integra também estas tabelas o total de pessoas ocupadas em cada atividade, um resumo da identidade 10.

Antes de serem apresentadas num único conjunto, correspondente às Tabelas de Recursos e Usos, as contas das atividades são construídas na forma de **T** para cada setor de atividade, contabilizando os usos e recursos das operações de bens e serviços e de geração da renda correspondentes a cada uma dessas contas, conforme é detalhado a seguir.

### A CONTA DE PRODUÇÃO

A conta de produção por atividades registra, para cada setor, as operações que constituem o processo de produção e geração da renda propriamente dito. Corresponde à desagregação por atividades da identidade 1 ( $VBP = CI + VAB$ ). Registra, portanto, como recursos, a própria produção (VBP) e como usos, o consumo intermediário (CI). O saldo desta conta é o valor adicionado bruto (VAB), conforme se observa no Quadro 5.7, no qual se trabalha com a classificação mais agregada das atividades (agropecuária, indústria e serviços).

No esquema das Tabelas de Recursos e Usos, na Figura 5.2 abaixo (síntese das contas das atividades), a conta de produção reúne todas as unidades produtivas em atividades na sua grande coluna central, formada pelos retângulos  $A_1$ ,  $B_1$  e C. Esta forma de arrumação permite analisar os seguintes fenômenos: na tabela de produção (retângulo  $A_1$ ), aparece o valor bruto da produção, por grupos de bens e serviços, de cada setor de atividade da classificação adotada e para o total da economia; na tabela de consumo intermediário (retângulo  $B_1$ ), observa-se quanto cada setor de atividade usou de bens e serviços intermediários, por grupos de bens e serviços, para realizar aquela produção; e, finalmente, na tabela de geração da renda (retângulo C), têm-se o produto e a renda gerados e seus componentes (remunerações, excedente operacional bruto – inclusive o rendimento de autônomos e os outros impostos sobre produção líquidos de subsídios) para cada setor de atividade. Isto está detalhado na apresentação da Tabela de Recursos e Usos no Quadro 5.8, na qual a síntese da conta de produção está apresentada e realçada em cinza.

Como se verá adiante, a disponibilidade de informações estatísticas e a própria natureza da atividade e do bem ou serviço considerados não permitem, muitas vezes, que se observem as operações de bens e serviços dessa conta pela ótica do produto, implícita na identidade 1. Este é o caso, por exemplo, dos serviços não mercantis produzidos pelas administrações públicas, para os quais não se conhece o valor bruto da produção, mas apenas as remunerações dos empregados, único elemento do valor adicionado dessa atividade.

Assim sendo, o elemento a ser calculado será o VBP, a partir do conhecimento do VAB e das despesas (CI) realizadas para gerar o serviço. Logo, é fundamental que pelo menos dois dos três elementos da identidade estejam disponíveis nas estatísticas ou que possam ser pesquisados.

**Figura 5.2 – Esquema das Tabelas de Recursos e Usos**

**I – Tabela de recursos de bens e serviços**



**II – Tabela de usos de bens e serviços**



**Quadro 5.7 – A conta de produção das atividades**

USOS		RECURSOS
AGROPECUÁRIA		
Consumo intermediário		Produção
<b>Valor adicionado bruto</b>		
INDÚSTRIA		
Consumo intermediário		Produção
<b>Valor adicionado bruto</b>		
SERVIÇOS		
Consumo intermediário		Produção
<b>Valor adicionado bruto</b>		



## A CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA

A conta de geração da renda por atividades (Quadro 5.9) registra, para cada setor, as operações de repartição que estão diretamente ligadas ao processo de produção e constituem o processo de geração da renda. Corresponde à abertura, por atividades, da identidade 3 ( $VA = REM + EOB$ ). Registra como recursos o valor adicionado (VA) e como usos a remuneração dos assalariados (REM). O saldo desta conta é o excedente operacional bruto (EOB). Neste excedente estão incluídos os rendimentos de autônomos e das pequenas empresas (rendimentos mistos) em que não se consegue separar os rendimentos do trabalho e os rendimentos de capitais eventualmente utilizados na geração daquela renda. O IBGE destaca nas Tabelas de Recursos e Usos esta parcela de rendimentos de autônomos.

**Quadro 5.9 – Conta de geração da renda das atividades**

USOS		RECURSOS	
SETOR DE ATIVIDADE (AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA OU SERVIÇO)			
Remuneração de assalariados		Valor adicionado bruto	
<b>Excedente operacional bruto</b>			

No esquema das Tabelas de Recursos e Usos, Figura 5.2, a conta de geração da renda reúne todas as atividades no quadrante C, o que permite analisar, para cada setor, os seguintes fenômenos, quando se refere a uma economia completa (inclusive o governo): a passagem do valor adicionado bruto a preços básicos para custo de fator por meio da dedução dos outros impostos sobre a produção líquidos dos subsídios; a divisão do valor adicionado bruto a custo de fator em remuneração de assalariados, excedente operacional bruto e ainda a divisão do excedente bruto em excedente líquido e a depreciação. Portanto, o valor adicionado líquido a custo de fator é igual ao bruto menos a depreciação, e o excedente líquido é igual ao bruto menos a depreciação. Alternativamente, o valor adicionado líquido é igual ao somatório de remunerações e do excedente operacional líquido. Isto está realçado no Quadro 5.10 da Tabela de Recursos e Usos em cinza.

Estas duas contas, de produção e de geração da renda por atividades, podem ser feitas em um mesmo quadro, o que facilita enxergar o fato de que o valor adicionado bruto, saldo da conta de produção, torna-se, na conta de geração da renda, recurso a ser utilizado na remuneração tendo como saldo o excedente operacional bruto. Isto está mostrado no Quadro 5.11 abaixo e na Tabela de Recursos e Usos, Quadro 5.12, em cinza.

**Quadro 5.10 – Tabela de Recursos e Usos – Conta de geração da renda**

I - Tabela de Recursos		Oferta de bens e serviços				Produção das Atividades			Importação de bens e serviços (CIF)
Descrição do produto	Oferta total a preços de consumidor	Margens	Impostos líquidos sobre produtos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total		
Agropecuária									
Indústria									
Serviços									
Total									

II - Tabela de Usos		Oferta de Bens e Serviços				Consumo Intermediário das Atividades			Demanda Final			TOTAL DA DEMANDA	
Descrição do produto	Oferta total a preços de consumidor	Margens	Impostos líquidos sobre produtos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	Consumo final famílias	Consumo final APU	Formação bruta de capital privado	Formação bruta de capital APU	Exportação (FOB)	Total
Agropecuária		-	-										
Indústria		-	-										
Serviços		-	-										
Total		-	-										

Componentes do Valor Adicionado		Total da economia		
Componentes do valor adicionado	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
Valor adicionado bruto pb (PIB)				
Remunerações				
Excedente operacional bruto				
Outros impostos líquidos sobre a produção				
Valor da produção total				
Pessoal ocupado				

Tabelas de impostos e subsídios			
outros s/ a produção	imposto	industrial	serviços
imposto			
(-) subsídio			
total			
s/ produtos	imposto	(-) subsídio	total
agropecuária			
indústria			
serviços			
total			

### Quadro 5.11 – Conta de produção e geração da renda das atividades

USOS	RECURSOS
<b>AGROPECUÁRIA</b>	
Consumo intermediário	Produção
<b>Valor adicionado bruto</b>	
Remuneração de assalariados	Valor adicionado bruto
<b>Excedente operacional bruto</b>	
<b>INDÚSTRIA</b>	
Consumo intermediário	Produção
<b>Valor adicionado bruto</b>	
Remuneração de assalariados	Valor adicionado bruto
<b>Excedente operacional bruto</b>	
<b>SERVIÇOS</b>	
Consumo intermediário	Produção
<b>Valor adicionado bruto</b>	
Remuneração de assalariados	Valor adicionado bruto
<b>Excedente operacional bruto</b>	

**Quadro 5.12 – Tabela de Recursos e Usos – Conta de produção e geração da renda**

I - Tabela de Recursos		Produção das atividades				Importação de bens e serviços (CIF)
Oferta de bens e serviços		Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	
Descrição do produto	Oferta total a preços de consumidor	Impostos líquidos sobre produtos	Margens	Impostos líquidos sobre produtos	Total	
Agropecuária						
Indústria						
Serviços						
Total						

II - Tabela de Usos		Consumo Intermediário das Atividades				Consumo final famílias	Consumo final APU	Formação bruta de capital privado	Formação bruta de capital APU	Exportação (FOB)	Total	TOTAL DA DEMANDA
Oferta de Bens e Serviços		Agropecuária	Indústria	Serviços	Total							
Descrição do produto	Oferta total a preços de consumidor	Impostos líquidos sobre produtos	Margens	Impostos líquidos sobre produtos	Total							
Agropecuária			-									
Indústria			-									
Serviços			-									
Total			-									

Componentes do valor adicionado		Total da economia		
Componentes do valor adicionado	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
Valor adicionado bruto (PIB)				
Remunerações				
Excedente operacional bruto				
Outros impostos líquidos sobre a produção				
Valor da produção total				
Pessoal ocupado				

Tabelas de impostos e subsídios	
outros s/a produção	total
imposto	
(-) subsídio	
total	
s/ produtos	total
imposto	
(-) subsídio	
total	
agropecuária	
indústria	
serviços	
total	

## A CONTA DE OFERTA E DEMANDA DE BENS E SERVIÇOS

A conta de oferta e demanda de bens e serviços apresenta, por grupos de bens e serviços, suas origens e utilizações, conforme ilustra o Quadro 5.13. Ela registra como recursos a produção interna (VBP) e as importações (M); e como usos, o consumo intermediário (CI), e os itens da demanda final (consumo final [CF], formação bruta de capital [FBK] e exportações [X]). Esta conta é equilibrada por definição e não apresenta, em consequência, qualquer saldo. Corresponde à abertura por grupos de bens e serviços da identidade 2 ( $VBP + M = CI + CF + FBK + X$ ).

**Quadro 5.13 – Conta de oferta e demanda – Por grupos de bens e serviços**

USOS	RECURSOS
AGROPECUÁRIA	
Consumo intermediário	Produção
Consumo final	
Formação bruta de capital	
Exportação	Importação
Total	Total
INDÚSTRIA	
Consumo intermediário	Produção
Consumo final	
Formação bruta de capital	
Exportação	Importação
Total	Total
SERVIÇOS	
Consumo intermediário	Produção
Consumo final	
Formação bruta de capital	
Exportação	Importação
Total	Total

Nas tabelas de recursos e usos, na Figura 5.2, a conta de oferta e demanda de bens e serviços é formada pelos retângulos  $A = B_1 + B_2$ . Para cada categoria de bens e serviços ela permite analisar: primeiramente, as operações de recursos (oferta) dessa conta (A), identificando a origem de cada categoria de bens e serviços em produção interna (retângulo  $A_1$ ) ou importada (retângulo  $A_2$ ). A seguir, observa-se sua passagem de preço básico ou de entrada no país – CIF no caso das importações – para preço de

produtor, com a adição dos impostos sobre produtos líquidos dos subsídios a produtos; e, finalmente, sua passagem para preço de utilizador, com o acréscimo das margens de transportes e de comercialização.

Em segundo lugar, mostra as operações de usos (demanda) dessa conta, subdivididas em duas grandes categorias: utilização intermediária (retângulo  $B_1$ ), que mostra o quanto da oferta de cada grupo de bens e serviços foi utilizado por cada setor de atividade como insumo para sua produção; e a utilização final (retângulo  $B_2$ ), que mostra o quanto da oferta de cada grupamento de bens e serviços teve como destino a utilização final, subdividida em consumo final, formação bruta de capital e exportações.

No Quadro 5.14 da Tabela de Recursos e Usos a conta de oferta e demanda de bens e serviços está ressaltada em cinza. A oferta, calculada na parte superior da Tabela de recursos, soma a produção doméstica e as importações por grupo de produtos e os valora a preço de utilizador, adicionando os impostos líquidos dos subsídios à produção e à importação e as respectivas margens de comércio e de transportes das quais trataremos mais adiante. A demanda está discriminada segundo os usos para consumo intermediário e demanda final, que está subdividida em consumo final, formação bruta de capital e exportação.

#### *AS DEMAIS CONTAS*

Considerando-se que as demais contas ainda não fazem parte do programa de trabalho do IBGE, e também levando em conta seu caráter complementar ao sistema, faz-se apenas uma apresentação resumida das mesmas.

O terceiro bloco evidencia os setores que, no período considerado, mudaram de posição credora para devedora, ou vice-versa, detalhando o tipo de instrumento financeiro utilizado. A tabela tridimensional reúne um conjunto de tabelas de relações entre setores, uma para cada tipo de instrumento financeiro (de quem a quem).

As análises funcionais, desenvolvidas fora do quadro central por meio das contas satélites, permitem expandir a capacidade analítica das contas nacionais para áreas de interesse social de maneira mais flexível, pela utilização de classificações diferentes, tais como educação e saúde, detalhando suas inter-relações com as atividades e os setores institucionais.

Finalmente, as tabelas de população e emprego mostram, por setor de atividade econômica, a ocupação da população economicamente ativa sob vários aspectos. No caso do IBGE, a ocupação da PEA por posição na ocupação – empregadores, empregados, trabalhadores por conta própria e trabalhadores não-remunerados – é apresentada por setor de atividade. São apresentados, ainda, os seus respectivos rendimentos médios.

**Quadro 5.14 – Tabela de Recursos e Usos – Conta de oferta e demanda de bens e serviços**

I - Tabela de Recursos														
Descrição do produto	Oferta de bens e serviços		Produção das atividades			Importação de bens e serviços (CIF)								
	Oferta total a preços de consumidor	Margens	Impostos líquidos sobre produtos	Agrropecuária	Indústria		Serviços							
Agrropecuária														
Indústria														
Serviços														
<b>Total</b>														
II - Tabela de usos														
Descrição do produto	Oferta de bens e serviços		Consumo intermediário das atividades			Demanda final		TOTAL DA DEMANDA						
	Oferta total a preços de consumidor	Margens	Impostos líquidos sobre produtos	Agrropecuária	Indústria	Serviços	Total		Consumo final famílias	Consumo final APU	Formação bruta de capital privado	Formação bruta de capital APU	Exportação (FOB)	Total
Agrropecuária														
Indústria														
Serviços														
<b>Total</b>														
Componentes do valor adicionado														
Componentes do valor adicionado			Impostos líquidos sobre produto	Agrropecuária	Indústria	Serviços	<b>Total</b>	<b>Total da economia</b>						
Valor adicionado bruto pb (PIB)														
Remunerações														
Excedente operacional bruto														
Outros impostos líquidos sobre a produção														
Valor da produção total														
Pessoal ocupado														
Tabelas de impostos e subsídios														
outros s/ a produção			agronepecuária	industrial	serviços		total							
imposto (-) subsídio														
s/ produtos			agronepecuária	industrial	serviços		total							
imposto (-) subsídio														
agronepecuária														
indústria														
serviços														
total														

## **Capítulo VI**

# **AS TABELAS DE RECURSOS E USOS PARA UMA ECONOMIA FECHADA E SEM GOVERNO**

O objetivo deste, e dos próximos três capítulos, é ensinar os estudantes a construir uma parte das contas econômicas da nação: as Tabelas de Recursos e Usos (TRU). Parte-se do princípio de que ao aprender a construir essas contas, o estudante aprenderá a ler e analisar as Contas Nacionais brasileiras e, concomitantemente, vários conceitos econômicos importantes.

Conhecendo-se as identidades básicas das Contas Nacionais e o esquema de construção das Tabelas de Recursos e Usos (TRU) por setores de atividade econômica e por grupos de produtos, conforme foram tratadas no Capítulo 4, desenvolve-se neste capítulo um exercício de construção das contas de produção e de geração da renda por setores de atividade econômica e a conta de oferta e demanda de bens e serviços por grupos de bens e serviços para uma economia fictícia. As contas são supostamente construídas para um determinado ano em valores correntes, daí porque as estatísticas mencionadas como fontes são aquelas apropriadas para este objetivo.

Listam-se abaixo diversas informações oriundas de diferentes fontes que devem ser combinadas para se obter as tabelas de recursos e usos dessa economia. Por razões didáticas, supõe-se, inicialmente, que esta economia é composta de apenas dois setores institucionais – as famílias e as empresas. Logo, esse país não realiza transações com o resto do mundo e as administrações públicas não estão presentes nele – trata-se, portanto, nesta primeira situação, de uma economia fechada e sem governo. Essas hipóteses são posteriormente modificadas, na segunda situação (Capítulo 7) as administrações públicas são introduzidas, com todas as suas consequências sobre o processo de produção e distribuição primária da renda. A terceira situação (Capítulo 8) trata de uma economia completa (aberta e com governo) na qual as operações de bens e serviços entre os setores institucionais residentes e os não-residentes são introduzidas.

Também por razões didáticas, as contas econômicas integradas por setores institucionais serão construídas apenas quando a economia estiver completa, ou seja, no Capítulo 9. Nele construiremos por setores institucionais as contas não-financeiras da economia fictícia, vale dizer, as contas de: produção, distribuição primária da renda, alocação da renda primária, distribuição secundária da renda e uso da renda. Será também construída uma parte das contas financeiras, a conta de capital, que mostra o processo

de acumulação por setor institucional. Estes são os resultados que o IBGE divulga atualmente para as contas brasileiras.

Mencionaremos a seguir várias informações estatísticas provenientes de diferentes pesquisas econômicas, demográficas e sociais que possibilitarão mensurar o processo econômico, segundo a metodologia das Contas Nacionais. Ao final das informações, procede-se passo a passo à construção das contas acima mencionadas.

## A CONSTRUÇÃO DA TABELA DE RECURSOS E USOS

Em razão das informações por setores de atividade estarem disponíveis antes daquelas por setores institucionais, as primeiras contas a estarem prontas são as de produção e geração da renda e a de oferta e demanda de bens e serviços, que articuladas constituem a Tabela de recursos e usos. Devido ao grande número de informações e ao tamanho da desagregação, é necessário adotar-se o procedimento de construir separadamente as contas enunciadas no Capítulo 5. Inicialmente, constrói-se a conta de produção e em seguida a conta de geração da renda à semelhança dos Quadros 5.7 e 5.9. Finalmente constrói-se a conta de oferta e demanda de bens e serviços, à semelhança do Quadro 4.6. Feito isto preenche-se a Tabela de recursos e usos (à semelhança da Figura 5.2), verificando-se a coerência das contas.

O aluno deve acompanhar passo a passo a construção das contas, e aconselha-se que, posteriormente, faça o exercício numa folha separada, sem consultar a resolução do texto. Esta mecânica básica deve ser bem entendida para facilitar a compreensão do restante da matéria.

Adiante são construídas as Tabelas de Recursos e Usos com a desagregação mais ampla aqui utilizada. Detalha-se a construção de cada uma das contas para cada setor de atividade definido anteriormente. É recomendável que se inicie pela conta de produção do setor de atividade agropecuário, acompanhando cada informação e seu lançamento na conta. Cada lançamento contém a identificação da informação.

Em seguida, apresentam-se os mesmos resultados desta economia fictícia, de forma mais agregada, ou seja, considerando apenas três setores de atividade (agropecuária, indústria e serviços) e três grupos de produtos (produtos agropecuários, industriais e de serviços). Da mesma forma, deve-se acompanhar pela identificação da informação o seu lançamento em cada conta. Para que o aluno se familiarize com a apresentação das contas brasileiras, reproduz-se também a TRU brasileira referente ao ano de 2004.

## A CONTA DE PRODUÇÃO

A conta de produção de cada atividade deve ser construída separadamente, registrando-se como recursos a própria produção, conforme as informações fornecidas. Para algumas atividades, a informação primária refere-se ao próprio valor bruto da produção que está valorado, como o IBGE a coleta, isto é, a preços básicos. Para outras atividades, entretanto, este valor deve ser obtido multiplicando-se a quantidade física produzida pelo preço do produto valorado a preço básico (preço de produtor, menos impostos líquidos de subsídios a produto), obtendo-se assim o valor da produção a preços básicos.

É importante lembrar que ainda não há governo nessa economia. Com isso, os valores dos impostos e subsídios são nulos. A primeira consequência disso é a igualdade do valor adicionado a preços básicos aqui obtido e o medido a custo de fatores, obtido na próxima conta.

Note-se que, para determinados produtos, é possível imaginar *a priori* seu provável destino, como forma de controlar a informação que será obtida no seu utilizador, ou mesmo para propor uma classificação de uso que, inicialmente, é apenas uma proposta a ser ratificada nos trabalhos de equilíbrio. Isto é possível, principalmente, quando se tratam de bens de consumo intermediário ou de capital, já que as famílias não mantêm registros de como utilizam seus recursos (como consumo intermediário, no caso das famílias produtoras, ou como consumo final). Entretanto, no caso das famílias é possível ter-se uma idéia aproximada de sua composição de consumo por meio de pesquisas de orçamentos familiares.

Como usos da conta de produção são registradas todas as despesas intermediárias da produção, especificando-se o tipo de produto de forma a facilitar os lançamentos na TRU. Obtém-se, então, pela identidade 1, o valor adicionado bruto a preços básicos.

Uma primeira especificidade no registro das operações econômicas deve ser analisada aqui. No Capítulo 2, mencionaram-se entre as operações de repartição os recebimentos e pagamentos de juros, que se referem à remuneração paga por cada setor institucional pelos empréstimos contraídos de outros setores. No Capítulo 1, vimos que esses empréstimos são intermediados pelas instituições financeiras. Ao fazerem essa intermediação, as instituições financeiras se apropriam da diferença entre os juros que elas recebem pelos empréstimos que fazem e os juros que pagam pelos empréstimos que tomam dos setores institucionais (conhecido como *spread* da taxa de juros). Portanto, a maior parte de sua geração de renda é de fato

uma apropriação da renda, já que os serviços cobrados por ela não seriam suficientes para fazer frente aos seus custos de produção.

Com a divulgação da nova série de Contas Nacionais, em março de 2007, o IBGE mudou o tratamento da diferença de juros recebidos e juros pagos pelas instituições financeiras: essa diferença de juros produzidos pelas instituições financeiras e por elas apropriados passou a ser lançada, parte como consumo final das famílias e parte como consumo intermediário das atividades econômicas. Esse uso intermediário é distribuído por um critério que leva em conta a detenção de ativos e passivos, a taxa de juros SELIC e o valor adicionado em cada atividade. Com isso, a parcela que representa toda a produção de juros arrecadados das atividades econômicas é ao mesmo tempo diminuída do PIB ao se lançar esse valor como consumo intermediário. A parte que é arrecadada junto às famílias, ao compor seu consumo final, fará parte do PIB.

Uma segunda especificidade, vista mais adiante, que se refletirá principalmente na conta de oferta e demanda de bens e serviços, refere-se ao tratamento da produção de comércio e de transportes. Aqui se chama a atenção, inicialmente, para o fato de ambos serem tratados como margens, ou seja, serem incorporados ao valor da oferta dos bens que são comercializados e transportados, como foi visto no processo de valoração, quando se passa do preço de produtor para preço de utilizador.

Com referência ao cálculo do valor da produção do comércio, chama-se a atenção para o fato de as mercadorias compradas pelo comércio e vendidas ao utilizador não sofrerem qualquer processo de transformação. Elas não são, portanto, consumo intermediário da atividade de comércio, ou seja, não estão contidas no seu valor da produção. Com isso, o valor da produção do comércio é calculado reduzindo-se da receita de vendas do comércio o custo das mercadorias vendidas.

## A CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA

Nesta conta, observa-se a geração da renda e sua distribuição entre os fatores que participam diretamente da atividade produtiva. O único fator possível de ser identificado ao nível da unidade produtiva é o trabalho, por meio das remunerações que lhe são pagas. Como recursos dessa conta registra-se, então, o valor adicionado bruto a preços básicos, saldo da conta de produção, obtido anteriormente. Como o governo não está presente, os impostos líquidos sobre a atividade são nulos e o valor adicionado bruto a preço básico é igual ao valor adicionado bruto a custo de fator (fator de

produção). Como usos registra-se sua distribuição sob a forma de remunerações do trabalho, obtendo-se como saldo o excedente operacional bruto, um amálgama das diversas remunerações de propriedade de outros fatores.

No exercício, distingue-se o excedente operacional líquido que é obtido subtraindo-se do excedente operacional bruto o valor da depreciação do estoque de capital de cada atividade. O IBGE não calcula esse agregado depreciado, e mencionamos tal fato aqui para chamar a atenção dos alunos para esse conceito.

Deve-se observar, ainda, que no exercício distinguem-se três categorias de ocupação da mão-de-obra, algo que o IBGE atualmente não faz. Embora a informação seja aqui mencionada, na TRU ela é lançada de forma agregada como pessoal ocupado na atividade.

### A CONTA DE OFERTA E DEMANDA DE BENS E SERVIÇOS

Esta conta tem papel fundamental na construção das Tabelas de Recursos e Usos: por meio dela, é possível verificar a qualidade das informações básicas e corrigi-las. De fato, apenas por razões didáticas supomos que todas as informações aqui mencionadas estão disponíveis e é possível se construir as contas na ordem aqui descrita. Infelizmente isso não acontece. Na verdade, a conta de oferta e demanda de bens e serviços é construída concomitantemente com as anteriores e de forma quase independente; em grande parte dos grupos de bens e serviços a informação desta conta alimenta a própria conta de produção.

Esta conta parte do princípio de que todos os produtos que circulam na economia têm uma origem e um destino. Portanto, na apuração dessa conta, nenhum produto poderá estar presente na economia sem que sua origem seja identificada, assim como nenhum produto registrado na economia poderá deixar de ter seu destino estabelecido. Muitas vezes são necessárias pesquisas adicionais para complementar as informações usualmente disponíveis.

O recurso dessa conta é o valor total da oferta de bens e serviços, que para cada grupo de bens e serviços é decomposto, nessa primeira situação (sem importações), em valor bruto da produção e margens de comercialização e transportes. Como uso registram-se para cada grupo de bens ou serviços a sua utilização como consumo intermediário e sua demanda final, segundo a categoria de uso. Em uma economia fechada e sem governo, a demanda final constitui-se da formação de capital do setor privado e do consumo final das famílias (sem exportações).

Se todas as informações estivessem disponíveis, esta conta não teria saldo, já que toda oferta tem um destino e toda demanda tem uma origem, o que valida a identidade 2, que estabelece que a oferta é igual à demanda de bens e serviços. Entretanto, não se tem informação sobre o consumo final das famílias, já que, via de regra, a unidade familiar não registra suas operações de consumo. Dessa forma, o total da demanda final menos as demais operações que a compõem têm como resultado o consumo final das famílias, já que costuma haver registros para suas demais operações.

Muitos países que possuem pesquisas contínuas de orçamentos familiares podem, num trabalho de investigação minucioso, associar estes registros com os de produção, importação e exportação e consumo das administrações públicas de forma a ter uma informação controlada do consumo das famílias, embora o saldo inicial seja o ponto de partida da investigação. No Brasil, este controle é feito, mas devido ao grande intervalo de tempo entre as pesquisas de orçamento familiares ele é mais precário. Assim sendo, conhecendo-se o valor da oferta total, assume-se que o valor da demanda total é idêntico e que aos componentes da demanda final somam o valor da demanda total subtraída do consumo intermediário. A partir da demanda final, o valor do consumo final das famílias é obtido subtraindo-se os demais componentes (consumo das administrações públicas, formação bruta de capital – pública e privada – e exportações) para os quais costuma haver registro.

Este é o procedimento usual, mas há casos em que erros ou lacunas nas fontes de informação da oferta são corrigidos ou completados a partir da constatação de discrepância com as informações de melhor qualidade a respeito da demanda. Um exemplo marcante ocorreu durante a construção das Tabelas de Recursos e Usos brasileiras de 1980 pelo IBGE: por engano, a produção de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce foi registrada pelo Censo de Comércio, pois foi informada pelo seu departamento de vendas no escritório central da empresa, em vez de nas suas unidades produtivas. Com isso, tinha-se uma utilização de minério de ferro para uma determinada produção siderúrgica que não era compatível com a oferta registrada daquele minério. Utilizando-se o critério de que não há produto sem origem e sem destino, foi possível localizar o erro e corrigi-lo.

A já mencionada segunda especificidade da construção das Contas Nacionais tem seu principal impacto na conta de oferta e demanda de bens e serviços. No Capítulo 2, mencionou-se que a oferta de bens e serviços é valorada a preços do utilizador. Isto significa que ao seu preço básico (preço do produtor mais os impostos líquidos de subsídios à atividade), que contém

o valor da produção doméstica e as importações, são acrescidos as margens de comércio e de transportes e os impostos líquidos de subsídios a produtos. Com isso, quer se mostrar que o transporte e o comércio de bens não são consumidos como produtos específicos, estando seu valor, de fato, embutido no preço final de cada produto utilizado de forma intermediária pelas atividades produtivas, assim como nos produtos das categorias de demanda final. Note-se que ao fazer isso, aquela parte da produção de comércio e transportes destes bens, já computada como oferta do setor de atividades de comércio e de transportes, é computada duas vezes. Para se corrigir tal falha, este valor é subtraído do produto de comércio e de transportes na coluna de margens. Portanto, o valor total das margens é zero. Entretanto, deve ficar claro que só é computado como margem o valor do transporte que é pago pelo utilizador embutido no preço do produto intermediário ou final. Quando o transporte é adquirido separadamente do produto, ele é considerado consumo intermediário da atividade que o utiliza.

Outro aspecto relevante a ser mencionado é a divisão da formação bruta de capital entre formação bruta de capital fixo e variação de estoques. As contas de cada setor de atividade apresentam essa divisão, embora a TRU aqui disponibilizada não faça essa discriminação; essa separação será utilizada mais adiante nas contas econômicas integradas. É importante lembrar, ainda, que a variação de estoques pode ser positiva ou negativa.

## INFORMAÇÕES SOBRE OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

### I – ESTATÍSTICAS REFERENTES À ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

#### A – PRODUÇÃO

- 1) Produtos vegetais (feijão, arroz, cebola, mandioca, goiaba, extração vegetal, mudas de culturas permanentes etc.); VBP = \$720,00; destes, \$10,00 foram mudas de culturas permanentes
- 2) Produtos animais (gado bovino, ovos, leite etc.); VBP = \$220,00; destes, \$10,00 foram vacas leiteiras.
- 3) Produtos da Indústria de Transformação – IT (abate de gado, farinha de mandioca, goiabada etc.) VBP = \$45,00.
- 4) Produtos da Extrativa Mineral – EM (areia, pedra, etc.); VBP = \$15,00

*B – DESPESAS OPERACIONAIS DO SETOR AGROPECUÁRIO*

- 1) \$90,00 em sementes de lavouras temporárias;
- 2) \$10,00 em produtos da extrativa mineral (sal grosso);
- 3) \$300,00 em produtos da IT (fertilizantes e adubos químicos, combustíveis, defensivos agrícolas);
- 4) \$30,00 de Siup (energia elétrica, saneamento);
- 5) \$210,00 de outros serviços mercantis (de assistência veterinária, telefonia, reparação de veículos);
- 6) \$10,00 de serviços de reparação de cercas, contratados de uma empresa de construção;
- 7) \$100,00 de serviços de transporte rodoviário de suas mercadorias;
- 8) \$16,00 de serviços de instituições financeiras sendo \$15,00 de juros e \$1,00 de outros serviços.

*C – REMUNERAÇÕES E PESSOAL OCUPADO (PO) NA AGROPECUÁRIA*

- 1) \$160,00 de remunerações de pessoal não-qualificado ocupado na produção; PO = 1.500
- 2) \$10,00 de remunerações de pessoal administrativo; PO = 200

*D – DESPESAS DE CAPITAL DA AGROPECUÁRIA*

- 1) \$10,00 de culturas permanentes;
- 2) \$10,00 de vacas leiteiras;
- 3) \$10,00 de variação de estoques de produtos agropecuários

## 2 – ESTATÍSTICAS INDUSTRIAIS

*A – PRODUÇÃO DA EXTRATIVA MINERAL*

- 1) Diversos minerais extraídos pelas empresas domésticas (minério de ferro, bauxita, cobre, petróleo, calcário, argila, pedra britada, fosfato, areia lavada, sal grosso etc.) – VBP = \$675,00;
- 2) 30 m<sup>3</sup> de placas de mármore cortadas e semi-acabadas – VBP = \$25,00;
- 3) receita de transporte ferroviário de minério faturado às siderúrgicas. – VBP = \$10,00

## 1 – Setor de atividade agropecuário – Conta de produção

USOS		RECURSOS	
Consumo Intermediário	766,00	Produção	1.000,00
1. B. a) ag sementes lav temp	90,00	1. A. a) Produtos vegetais	720,00
1. B. b) em sal grosso	10,00	1. A. b) Produtos animais	220,00
1. B. c) it fert adub comb def	300,00	1. A. c) Produtos IT	45,00
1. B. d) siup energia elétrica	30,00	1. A. d) Produtos EM	15,00
1. B. e) serv assist vet tel repar	210,00		
1. B. f) cc serv rep de cercas	10,00		
1. B. g) serv transp merc	100,00		
1. B. h) serv financeiros	16,00		
Valor adicionado bruto pb	234,00		
<b>CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA</b>			
		Valor adicionado bruto pb	234,00
1. C) Remunerações (160+10)	170,00		
(I-S) outros s/ a produção	0,00		
EOB	64,00		
1. C) PO (1.500+200)	1.700		
<b>PRODUTO AGROPECUÁRIO CONTA DE BENS E SERVIÇOS</b>			
USOS		RECURSOS	
CI	970,00	Produção	1.000,00
1. A. a) ativ agro	90,00	prod agro (1. A. a/b)	940,00
2. D. a) ativ transformação	680,00	prod transf (2. B. b)	60,00
10. B. a) ativ c civil	100,00		
9. B. a) ativ outros serv merc	100,00		
FBC	30,00	Margens	100,00
1. A. a/b) FBCF	20,00	(I-S) produtos	0,00
Maq e equip	0,00		
C Civil	0,00		
Outros	20,00		
11. B. a) VE	10,00		
Consumo das famílias	130,00		
Total	1.100,00	Total	1.100,00

### B – PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

- 1) Diversos produtos da IT (cimento, tijolos, azulejos, produtos metalúrgicos de ferrosos e não-ferrosos, máquinas e equipamentos, elétricos e eletrônicos, automóveis, bicicletas, caminhões, ônibus, navios, aviões, madeira, móveis, papel e papelão, pneus e câmaras de ar, derivados de petróleo e produtos químicos diversos, produtos farmacêuticos, produtos plásticos, produtos têxteis, vestuário e calçados, produtos alimentares, bebidas, fumo, editorial e gráfica); VBP = 2.905,00
- 2) Pesca – VBP = \$60,00 (AGRO);
- 3) Extração de minerais – VBP = \$10,00 (EXM).

*C – DESPESAS OPERACIONAIS DA EXTRATIVA MINERAL*

- 1) \$50,00 referentes à compra de produtos da IT (ferramentas de baixo valor unitário; produtos químicos diversos etc.);
- 2) \$30,00 referentes a gastos com energia elétrica;
- 3) \$40,00 referentes a gastos com outros serviços mercantis (telefonia, correios, reparação de veículos etc.);
- 4) \$50,00 referentes a gastos com transporte ferroviário de suas mercadorias;
- 5) \$6,00 de serviços de instituições financeiras sendo \$5,00 de juros e \$1,00 de outros serviços.

*D – DESPESAS OPERACIONAIS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO*

- 1) \$680,00 referentes à aquisição de diversos produtos agropecuários;
- 2) \$560,00 referentes à compra de diversos produtos da extrativa mineral;
- 3) \$500,00 referentes a diversos produtos da própria indústria de transformação;
- 4) \$130,00 referentes a gastos com Siup (água e esgoto, energia elétrica);
- 5) \$10,00 referentes a gastos de conservação de seus imóveis;
- 6) \$120,00 referentes a gastos com outros serviços mercantis (telefonia, correios, reparação de veículos);
- 7) \$5,00 referentes a gastos com o transporte ferroviário de suas mercadorias;
- 8) \$11,00 de serviços de instituições financeiras sendo \$10,00 de juros e \$1,00 de outros serviços.

*E – REMUNERAÇÕES E PESSOAL OCUPADO (PO) NA EXTRATIVA MINERAL*

- 1) \$260,00 de remunerações de trabalhadores qualificados ocupados na produção; PO = 400;
- 2) \$50,00 de remunerações de pessoal administrativo; PO = 80;
- 3) \$50,00 de remunerações de presidentes, diretores e gerentes; PO = 20.

*F – REMUNERAÇÕES E PESSOAL OCUPADO (PO) NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO*

- 1) \$350,00 de remunerações de trabalhadores qualificados ocupados na produção; PO = 1.600;

- 2) \$120,00 de remunerações de pessoal administrativo; PO = 300;  
 3) \$130,00 de remunerações de presidentes, diretores e gerentes; PO = 100.

**G – DESPESAS DE CAPITAL DAS INDÚSTRIAS EXTRATIVA E DE TRANSFORMAÇÃO**

- 1) Aquisição de máquinas e equipamentos pela indústria extrativa \$50,00;  
 2) Aquisição de máquinas e equipamentos pela indústria de transformação: \$350,00;  
 3) Variação de estoques de produtos da indústria de transformação: \$20,00

**2 A – Setor de atividade extrativa mineral – Conta de produção**

USOS		RECURSOS	
Consumo Intermediário	176,00	Produção	710,00
2.C.a) it ferram, quím	50,00	2.A.a) Diversos minerais	675,00
2.C.c) siup ee	30,00	2.A.b) Prod it mármore	25,00
2.C.d) outros serv merc	40,00	2.A.c) serv transp ferrov	10,00
2.C.f) serv transp	50,00		
2.C.g) serv financeiros	6,00		
Valor adicionado bruto pb	534,00		
CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA			
		Valor adicionado bruto pb	534,00
2.E) Remuneração	360,00		
(I-S) outros s/ a produção	0		
EOB	174,00		
2.E) PO (400+80+20)	500		
PRODUTO EXTRATIVA MINERAL			
CONTA DE BENS E SERVIÇOS			
USOS		RECURSOS	
CI	710,00	Produção	700,00
1.A.a) ativ agro	10,00	1.A.d) prod agro	15,00
2.D.a) ativ transformação	560,00	2.A.a) prod extrativa	675,00
10.B.b) ativ c civil	140,00	2.B.c) prod transf	10,00
		Margens	10,00
FBC	0	(I-S) produtos	0,00
FBCF	0		
Maq e equip	0		
C Civil	0		
VE	0		
Consumo das famílias	0,00		
Total	710,00	Total	710,00

**2 B – Setor de atividade indústria de transformação – Conta de produção**

USOS		RECURSOS	
Consumo Intermediário	2.016,00	Produção	2.975,00
2.D.a) agro	680,00	2.B.a) it diversos produtos	2.905,00
2.D.b) em	560,00	2.B.b) agro pesca	60,00
2.D.c) it	500,00	2.B.c) em extr minerais	10,00
2.D.e) const civil rep imóv	10,00		
2.D.d) siup água, esgoto e elétr	130,00		
2.D.g) serv transp ferr merc	5,00		
2.D.f) outros serv merc com repar	120,00		
2.D.g) sev financeiros	11,00		
Valor adicionado bruto pb	959,00		
<b>CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA</b>			
		Valor adicionado bruto pb	959,00
2.F) Remuneração	600,00		
(I-S) outros s/ a produção	0		
EOB	359,00		
2.F) PO (1.600+300.100)	2.000		
<b>PRODUTO INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO</b>			
<b>CONTA DE BENS E SERVIÇOS</b>			
USOS		RECURSOS	
CI	1.720,00	Produção	3.000,00
1.A.a) ativ agro	300,00	prod agropec (1.A.c)	45,00
2.C.a/b) ativ em	50,00	prod extrativa (1.A.b)	25,00
2.D.a) ativ transformação	500,00	prod transf (2.B.a)	2.905,00
3.B.a/4.B.a) ativ siup	80,00	prod outros serv merc (9.A.c)	25,00
(10.B.a/c) ativ c civil	190,00		
5/6/7.B.a) ativ com e transp	200,00		
8.B.a) ativ financeira	5,00		
9.B.b) ativ outros serv mercantis	395,00		
FBC	590,00	Margens	345,00
FBCF	570,00	(I-S) produtos	0,00
Maq e equip	570,00		
C Civil	0,00		
2.G.c) VE	20,00		
Consumo das famílias	1.035,00		
Total	3.345,00	Total	3.345,00
FBCF	530		
Maq e equip	350		
C Civil	180		

### 3 – ESTATÍSTICAS DAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA

#### A – RECEITA OPERACIONAL DAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA

- 1) \$107,00 referentes à venda de energia elétrica para estabelecimentos da indústria de transformação;
- 2) \$30,00 referentes à venda de energia elétrica à indústria extrativa mineral;
- 3) \$30,00 referentes à venda de energia elétrica a estabelecimentos agropecuários;
- 4) \$8,00 referentes à venda de energia elétrica a estabelecimentos comerciais;
- 5) \$10,00 referentes à venda de energia elétrica a estabelecimentos produtores de água e esgoto;
- 6) \$5,00 referentes à venda de energia elétrica a estabelecimentos da indústria da construção civil;
- 7) \$24,00 referentes à venda de energia elétrica a estabelecimentos produtores de outros mercantis;
- 8) \$1,00 referente à venda de energia elétrica às instituições financeiras;
- 9) \$2,00 referentes à venda de energia elétrica às empresas de transporte;
- 10) \$75,00 referentes à venda de energia elétrica às famílias.

#### B – DESPESAS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA

- 1) \$60,00 referentes à compra de diversos produtos da indústria de transformação;
- 2) \$113,00 referentes a gastos com serviços prestados às empresas.
- 3) \$6,00 de serviços de instituições financeiras sendo \$5,00 de juros e \$1,00 de outros serviços.

#### C – REMUNERAÇÕES NAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA

- 1) remunerações de pessoal de operação: \$60,00; PO = 340;
- 2) remunerações de pessoal administrativo: \$17,00; PO = 40;
- 3) remunerações de presidentes, diretores e gerentes: \$13,00; PO = 20.

#### D – DESPESAS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE EE = 40,00

## 4 – ESTATÍSTICAS DAS COMPANHIAS DE ÁGUA E ESGOTO

## A – RECEITA OPERACIONAL DAS EMPRESAS DE ÁGUA E ESGOTO

- 1) \$23,00 referentes à venda de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para estabelecimentos da indústria de transformação;
- 2) \$2,00 referentes à venda de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário a estabelecimentos comerciais;
- 3) \$5,00 referentes à venda de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário a estabelecimentos da indústria da construção civil;
- 4) \$5,00 referentes à venda de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário a estabelecimentos produtores de outros serviços mercantis;
- 5) \$25,00 referentes à venda de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário às famílias.

## 3, 4 – Setor de atividade SIUP – Conta de produção

USOS		RECURSOS	
Consumo intermediário	216,00	Produção	352,00
ENERGIA ELÉTRICA			
3.B.a) prod it	60,00	3.A.a) ee p/ it	107,00
3.B.b) serv prest emp	113,00	3.A.b) ee p/ em	30,00
3.B.c) serv financeiros	6,00	3.A.c) ee p/ agro	30,00
		3.A.d) ee p/ com	8,00
		3.A.e) ee p/ água e esg	10,00
		3.A.f) ee p/ cc	5,00
		3.A.g) ee p/ outros serv merc	24,00
		3.A.h) ee p/ if	1,00
		3.A.i) ee p/ transp	2,00
		3.A.j) ee p/ famílias	75,00
ÁGUA E ESGOTO			
4.B.a) prod it	20,00	4.A.a) ag p/ it	23,00
4.B.b) serv prest emp	7,00	4.A.b) ag p/ com	2,00
4.B.c) ee	10,00	4.A.c) ag p/ const civil	5,00
		4.A.d) ag / outros serv merc	5,00
		4.A.e) ag p/ famílias	25,00
Valor adicionado bruto	136,00		
CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA			
		Valor adicionado bruto pb	136,00
3.C e 4.C) Remuneração	125,00		
(I-S) outros s/ a produção	0		
EOB	11,00		
3.C e 4.C) PO	500		

PRODUTO SIUP  
CONTA DE BENS E SERVIÇOS

USOS		RECURSOS	
CI	252,00	Produção	352,00
1.B.f) ativ agro	30,00	prod siup (3.A e 4.A)	352,00
2.C.c) ativ em	30,00		
2.C.d) ativ transformação	130,00		
4.B.c) ativ de siup	10,00		
5/6/7.B.c, 7.B.d) ativ com transp	12,00	Margens	0,00
8.B.b) ativ. financeiro	1,00		
9.B.c/d) ativ outros serv mercantis	29,00	(I-S) produtos	0,00
10.B.g/h) ativ c civil	10,00		
FBC	0		
FBCF	0		
Maq e equip	0		
C Civil	0		
VE	0		
Consumo das famílias	100,00		
Total	352,00	Total	352,00
FBCF			
Maq e equip	40		
C Civil			

**B – DESPESAS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS DE ÁGUA E ESGOTO**

- 1) \$20,00 referentes à compra de diversos produtos da indústria de transformação (produtos químicos, cloro, por exemplo);
- 2) \$7,00 referentes a gastos com serviços prestados às empresas;
- 3) \$10,00 referentes a gastos com energia elétrica.

**C – REMUNERAÇÕES E PESSOAL OCUPADO (PO) NAS EMPRESAS DE ÁGUA E ESGOTO**

- 1) remunerações de pessoal de operação: \$20,00; PO = 80;
- 2) remunerações de pessoal administrativo: \$8,00; PO = 15;
- 3) remunerações de presidentes, diretores e gerentes: \$7,00; PO = 5.

## 5 – ESTATÍSTICAS SOBRE O TRANSPORTE RODOVIÁRIO

### A – RECEITA OPERACIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

- 1) \$100,00 referentes ao transporte rodoviário de mercadorias agropecuárias;
- 2) \$110,00 referentes ao transporte rodoviário de produtos da indústria de transformação;
- 3) \$50,00 referentes a transportes de passageiros

### B – DESPESAS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

- 1) \$30,00 referentes à compra de diversos produtos da indústria de transformação;
- 2) \$1,00 referente a gastos com serviços prestados às empresas;
- 3) \$0,50 referente a gastos com energia elétrica e água e esgoto.

### C – REMUNERAÇÕES E PESSOAL OCUPADO (PO) NAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

- 1) remunerações de pessoal de operação: \$45,00; PO = 800;
- 2) remunerações de pessoal administrativo: \$3,00; PO = 230
- 3) remunerações de presidentes, diretores e gerentes: \$2,00; PO = 80.

## 6 – ESTATÍSTICAS DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

### A – RECEITA OPERACIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

- 1) \$50,00 referentes ao transporte ferroviário de minérios;
- 2) \$5,00 referentes ao transporte ferroviário de produtos da indústria de transformação.
- 3) \$50,00 referentes ao transporte de passageiros de trens e metrô.

### B – DESPESAS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

- 1) \$20,00 referentes à compra de diversos produtos da indústria de transformação;
- 2) \$1,00 referente a gastos com serviços prestados às empresas;
- 3) \$1,50 referente a gastos com energia elétrica.

- 4) \$11,00 de serviços de instituições financeiras sendo \$10,00 de juros e \$1,00 de outros serviços.

*C – REMUNERAÇÕES E PESSOAL OCUPADO (PO) NAS EMPRESAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO*

- 1) remunerações de pessoal de operação: \$13,00; PO = 300;
- 2) remunerações de pessoal administrativo: \$1,00; PO = 60;
- 3) remunerações de presidentes, diretores e gerentes: \$1,00; PO = 30.

## 7 – ESTATÍSTICAS DAS EMPRESAS COMERCIAIS

*A – RECEITA OPERACIONAL DAS EMPRESAS COMERCIAIS*

- 1) \$100,00 referentes à margem de comercialização de produtos agropecuários; esta margem é calculada subtraindo-se do valor das vendas (\$150,00) o custo das mercadorias vendidas (\$50,00);
- 2) \$235,00 referentes à margem de comercialização de produtos da indústria de transformação; calculada subtraindo-se do valor das vendas (\$415,00) o custo das mercadorias vendidas (\$180,00);

*B – DESPESAS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS COMERCIAIS*

- 1) \$150,00 referentes à compra, para consumo intermediário, de diversos produtos da indústria de transformação, tais como materiais de embalagem, canetas etc.;
- 2) \$58,00 referentes a gastos com serviços prestados às empresas;
- 3) \$8,00 referentes a gastos com energia elétrica;
- 4) \$2,00 referentes a gastos com os serviços de água e esgoto.
- 5) \$6,00 de serviços de instituições financeiras sendo \$5,00 de juros e \$1,00 de outros serviços.

*C – REMUNERAÇÕES E PESSOAL OCUPADO (PO) NAS EMPRESAS COMERCIAIS*

- 1) remunerações de pessoal de vendas: \$95,00; PO = 1.000;
- 2) remunerações de pessoal administrativo: \$18,00; PO = 400;
- 3) remunerações de presidentes, diretores e gerentes: \$10,00; PO = 100.

*D – COMPRAS DE MÁQUINA E EQUIPAMENTOS = \$10,00*

## 8 – BALANÇO CONSOLIDADO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS FONTES<sup>1</sup>

### A – RECEITA OPERACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

- 1) \$30,00 referentes à diferença entre os juros recebidos das famílias e os juros pagos às famílias, e \$70,00 da mesma operação com as empresas, de acordo com o balanço consolidado das instituições financeiras. Este valor pago pelas empresas foi distribuído nas seguintes atividades e valores: agropecuária, \$15,00; indústria extrativa, \$5,00; indústria de transformação, \$10,00; indústria da construção, \$ 15,00; siup, \$5,00; transportes, \$10,00; comércio, \$5,00; outros serviços, \$5,00.

### 5, 6, 7 – Setor de atividade comércio e transporte – Conta de produção

USOS		RECURSOS	
Consumo intermediário	289,00	Produção	700,00
5.B.a) prod it p/ transp rod	30,00	5.A.a) transp rod prod agro	100,00
5.B.b) serv prest empr p/ rod	1,00	5.A.b) margem transp rod pr it	110,00
5.B.c) siup p/ transp rod	0,50	5.A.c) transp rod passageiros	50,00
6.B.a) prod it p/ transp ferr	20,00	6.A.a) transp ferr minérios	50,00
6.B.b) serv prest emp p/ ferr	1,00	6.A.b) transp ferr it	5,00
6.B.c) ee p/ transp ferr	1,50	6.A.c) transp ferr passag	50,00
6.B.d) serv financeiros p/ tr fer	11,00	7.A.a) margem com agro	100,00
7.B.a) prod it p/ com	150,00	6.A.b) margem com it	235,00
7.B.b) serv prest emp p/com	58,00		
7.B.c) ee p/ com	8,00		
7.B.d) siup p/ com	2,00		
7.B.e) serv financeiros p/com	6,00		
Valor adicionado bruto	411,00		

<sup>1</sup> Usualmente o setor de instituições financeiras inclui as empresas de seguros. Devido à complicação do tratamento destas instituições e sua pequena participação na economia, evitamos tratar delas aqui. Observe-se, entretanto, que os seguros compreendem várias operações (vida e não-vida) e até mesmo os sistemas de seguridade privada e de fundos de pensões. Suas operações incluem a produção e o consumo de seguros, bem como as operações de redistribuição associadas aos pagamentos de seus benefícios, assim como operações de variação de ativos e passivos financeiros associadas às reservas técnicas de seguros. O SNA-93 dedica todo o anexo 4 ao tratamento destas operações.

USOS		RECURSOS	
CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA			
		Valor adicionado bruto pb	411,00
5.C, 6.C e 7.C) Remuneração	188,00		
(I-S) outros s/ a produção	0		
EOB	223,00		
PRODUTO COMÉRCIO E TRANSPORTES			
CONTA DE BENS E SERVIÇOS			
USOS		RECURSOS	
CI	610,00	Produção	710,00
ativ agro (1.B.f)	100,00	prod com e transp	700,00
ativ em (2.C.c)	50,00	prod de transp pela agro	10,00
ativ transformação (2.C.d/e)	5,00		
Margem	455,00	Margens	0,00
		(I-S) produtos	0,00
FBC	0		
FBCF	0		
Maq e equip	0		
C Civil	0		
VE	0		
Consumo das famílias	100,00		
Total	710,00	Total	710,00
FBCF	240		
Maq e equip	10		
C Civil	230		

- 2) \$11,00 referentes a diversos serviços prestados pelas instituições financeiras (cheques, doc etc.), sendo \$3,00 às famílias e \$8,00 às empresas, sendo \$1,00 para cada uma das atividades referidas no item (a).

*B – DESPESAS OPERACIONAIS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS*

- 1) \$5,00 referentes à compra de diversos produtos da indústria de transformação;
- 2) \$1,00 referente a gastos com diversos serviços industriais de utilidade pública;

- 3) \$6,00 referentes a gastos com serviços prestados às empresas.

*C – REMUNERAÇÕES E PESSOAL OCUPADO (PO) NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS*

- 1) remunerações de pessoal de operação: \$25,00; PO = 800;
- 2) remunerações de pessoal administrativo: \$5,00; PO = 300;
- 3) remunerações de presidentes, diretores e gerentes: \$5,00; PO = 200.

*D – DESPESAS COM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS = \$20,00*

## 9 – ESTATÍSTICAS DE SERVIÇOS E OUTRAS FONTES

*A – RECEITA OPERACIONAL DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS*

- 1) \$355,00 referentes à venda de serviços de comunicações;
- 2) \$800,00 referentes à venda de outros serviços mercantis;
- 3) \$25,00 referentes à venda de produtos industriais (Ex.: oficina de manutenção vende peças);
- 4) \$400,00 referentes a serviços prestados às famílias;
- 5) \$470,00 referentes a serviços prestados às empresas (\$20,00 referentes à instalação de elevadores);
- 6) \$150,00 referentes a serviços de educação mercantil;
- 7) \$200,00 referentes a serviços de saúde mercantil.

*B – DESPESAS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS PRODUTORAS DE SERVIÇOS*

- 1) \$100,00 referentes à compra de diversos produtos agropecuários;
- 2) \$395,00 referentes à compra de diversos produtos da indústria de transformação;
- 3) \$24,00 referentes a gastos com energia elétrica;
- 4) \$5,00 referentes a gastos com os serviços de água e esgoto;
- 5) \$44,00 referentes a gastos com serviços prestados às empresas.
- 6) \$6,00 de serviços de instituições financeiras sendo \$5,00 de juros e \$1,00 de outros serviços.

*C – REMUNERAÇÕES E PESSOAL OCUPADO (PO) NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS*

- 1) remunerações de pessoal de operação: \$1.145,00; PO = 2.300;
- 2) remunerações de pessoal administrativo: \$279,00; PO = 900;
- 3) remunerações de presidentes, diretores e gerentes: \$268,00; PO = 300.

*D – DESPESAS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS = \$100,00*

### 8 – Setor de atividade financeiro – Conta de produção

USOS		RECURSOS	
Consumo Intermediário	12,00	Produção	111,00
8.B.a) prod it	5,00	8.A.a) juros de fam e emp	100,00
8.B.b) siup	1,00	8.A.b) serv prest fam e emp	11,00
8.B.c) serv. prest emp	6,00		
Valor adicionado bruto	99,00		
CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA			
		Valor adicionado bruto pb	99,00
8.C) Remuneração	35,00		
(I-S) outros s/ a produção	0		
EOB	64,00		
8.C) PO	1.300		
PRODUTO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CONTA DE BENS E SERVIÇOS			
USOS		RECURSOS	
CI	78,00	Produção	111,00
	78,00	prod if	111,00
		Margens	0,00
		(I-S) produtos	0,00
FBC	0		
FBCF	0		
Maq e equip	0		
C Civil	0		
VE	0		
Consumo das famílias	33,00		
Total	111,00	Total	111,00
FBCF	20		
Maq e equip	20		
C Civil			

**9 – Setor de atividade outros serviços mercantis – Conta de produção**

USOS		RECURSOS	
Consumo Intermediário	574,00	Produção	2400,00
9.B.a) prod agro	100,00	9.A.a) comunicações	355,00
9.B.b) prod da it	395,00	9.A.b) outros mercantis	800,00
9.B.c) siup ee	24,00	9.A.c) prod it	25,00
9.B.d) siup agua e esgoto	5,00	9.A.d) serv prest famílias	400,00
9.B.e) serv prest emp	44,00	9.A.e) serv pres empresas	470,00
9.B.f) serv financeiros	6,00	9.A.f) serv educação fam	150,00
		9.A.g) serv saúde fam	200,00
Valor adicionado bruto pb	1.826,00		
<b>CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA</b>			
		Valor adicionado bruto pb	1.826,00
9.C) Remuneração	1692,00		
(I-S) outros s/ a produção	0		
EOB	134,00		
9.C) PO	3500		
<b>PRODUTO OUTROS SERVIÇOS MERCANTIS</b>			
<b>CONTA DE BENS E SERVIÇOS</b>			
USOS		RECURSOS	
CI	660,00	Produção	2.375,00
1.B.e) ativ agro	210,00	prod outros merc	2.375,00
2.C.d) ativ em	40,00		
2.C.d) ativ transformação	120,00		
3/4.B.b) ativ de siup	120,00		
5/6/7.B.b) ativ. com e transp	60,00	Margens	0,00
8.B.c) ativ. financeiro	6,00		
9.B.e) ativ outros serv mercantis	44,00	(I-S) produtos	0,00
10.B.i) ativ c civil	60,00		
FBC	20		
FBCF	20		
Maq e equip	20		
C Civil	0		
VE	0		
Consumo das famílias	1.695,00		
Total	2.375,00	Total	2.375,00
FBCF	100		
Maq e equip	100		
C Civil			

## 10 – ESTATÍSTICAS DAS EMPRESAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

### A – RECEITAS OPERACIONAIS DA ATIVIDADE DE CONSTRUÇÃO

- 1) VBP da construção de residências destinadas às famílias: \$100,00;
- 2) VBP expandido referente à construção autônoma realizada pelas famílias em suas residências: \$60,00;
- 3) VBP de construção de shopping centers para empresas: \$230,00;
- 4) VBP da construção de instalações industriais: \$180,00.
- 5) VBP de manutenção e reparação de instalações agropecuárias, industriais e comerciais: \$50,00, sendo \$10 de pequenos reparos em cercas agropecuárias e \$10 de pequenos reparos de instalações da indústria de transformação.

### B – DESPESAS OPERACIONAIS DA ATIVIDADE DE CONSTRUÇÃO

- 1) Compra de produtos agropecuários: \$100,00 (por exemplo, madeira em toras);
- 2) Compra de areia, pedra britada, e outros produtos da extrativa mineral: \$140,00;
- 3) Compra de diversos produtos da indústria de transformação, tais como: materiais elétricos; de cimento, azulejos e outros produtos de minerais não-metálicos; vergalhão, esquadrias de alumínio e outros produtos metalúrgicos; tintas, solventes e outros produtos químicos; no total de \$190,00
- 4) Gastos com água potável, água industrial e energia elétrica; no total de \$10,00;
- 5) Despesas com serviços prestados às empresas: \$60,00.
- 6) \$16,00 de serviços de instituições financeiras sendo \$15,00 de juros e \$1,00 de outros serviços.

### C – REMUNERAÇÕES E PESSOAL OCUPADO (PO) NA ATIVIDADE DE CONSTRUÇÃO

- 1) remunerações de serventes e outros trabalhadores não-qualificados: \$10,00; PO = 500;

- 2) remunerações de pedreiros, pintores e outros trabalhadores qualificados: \$50,00; PO = 1500;
- 3) remunerações de pessoal administrativo: \$5,00; PO = 300;
- 4) remunerações de presidentes, diretores e gerentes: \$5,00; PO = 200.

### 10 – Setor de atividade construção civil

#### CONTA DE PRODUÇÃO

USOS		RECURSOS	
Consumo Intermediário	516,00	Produção	620,00
10.B.a) prod agro	100,00	10.A.a) res para famílias	100,00
10.B.b) prod em	140,00	10.A.b) const aut pelas fam	60,00
10.B.c) prod it	10,00	10.A.c) const de shopping	230,00
10.B.c) prod it	60,00	10.A.d) instalações ind	180,00
10.B.c)prod it	40,00	10.A.e) reparações	50,00
10.B.c)prod it	80,00		
10.B.d) siup água	5,00		
10.B.d) siup ee	5,00		
10.B.e) serv prest emp	60,00		
10.B.f) serv financeiros	16,00		
Valor adicionado bruto	104,00		

#### CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA

10.C) Remuneração	70,00	Valor adicionado bruto pb	104,00
(I-S) outros s/ a produção	0		
EOB	34,00		
10.C) PO	2500		

#### PRODUTO CONSTRUÇÃO CIVIL

#### CONTA DE BENS E SERVIÇOS

USOS		RECURSOS	
CI	20,00	Produção	620,00
ativ agro (1.B.f)	10,00	prod cc (10.A)	620,00
ativ transformação (2.C.d/e)	10,00	Margens	0,00
		(I-S) produtos	0,00
FBC	600		
FBCF	600		
Maq e equip	0		
C Civil	600		
VE	0		
Consumo das Famílias	600,00		
Total	620,00	Total	620,00
FBCF			
Maq e equip			
C Civil			

## 11 – OUTRAS FONTES

*A – PESQUISAS QUE UTILIZAM DIVERSAS FONTES DE INFORMAÇÃO INDICAM OS SEGUINTE ESTOQUES DE CAPITAL DE CADA ATIVIDADE ECONÔMICA NO INÍCIO DO ANO QUE SOFRERAM UMA DEPRECIACÃO DE 5% NAQUELE ANO:*

- 1) Agropecuária: \$100,00;
- 2) Extrativa mineral: \$200,00;
- 3) Indústria de transformação: \$300,00;
- 4) Serviços industriais de utilidade pública: \$100,00;
- 5) Construção: \$100,00;
- 6) Comércio e transportes: \$200,00;
- 7) Instituições financeiras: \$100,00;
- 8) Serviços mercantis: \$500,00;

O estoque de capital total da economia era, portanto, de \$1.600,00.

*B – PESQUISAS JUNTO AOS PRODUTORES INDICARAM QUE HOUE VARIAÇÃO NO ESTOQUE DE PRODUTOS EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR:*

- 1) \$5,00 a mais de produtos vegetais e \$5,00 a menos de produtos animais;
- 2) \$10,00 a mais de produtos da indústria extrativa mineral;
- 3) \$20,00 a mais de produtos da indústria de transformação.

### A TABELA DE RECURSOS E USOS DESAGREGADA

Na página seguinte está reproduzida a Tabela de Recursos e Usos desagregada para nove setores de atividade e nove grupos de bens e serviços. Esta TRU usa as informações dos quadros por setores de atividades apresentados no decorrer do capítulo.

### AS CONTAS POR SETORES DE ATIVIDADE E A TABELA DE RECURSOS E USOS AGREGADA

Nas páginas seguintes estão reproduzidas as contas dos setores de atividade e a Tabela de Recursos e Usos agregada para três setores de atividade e três grupos de bens e serviços.

6.1 – Tabela de Recursos e Usos – Economia fechada e sem governo

I. Tabela de Recursos														
Descrição do produto	Oferta de bens e serviços			Produção das atividades						Total da economia (CPI)				
	Oferta total a preços de consumo	Transferências líquidas sobre fatores	Oferta total a preços básicos	Agricultura/ extrativa	Indústria extrativa	Indústria transformação	SIUP	Construção civil	Comércio transp.		Instituições financeiras	Outros serviços mercantis	APU	Total das atividades
Agricultura	1.100	100	1.000	940	0	60	0	0	0	0	0	0	1.000	0
Indústria extrativa	710	10	700	15	675	10	0	0	0	0	0	0	700	0
Indústria transformação	3.345	345	3.000	45	25	2.905	0	0	0	0	25	0	3.000	0
SIUP	352	0	352	0	0	0	352	0	0	0	0	0	352	0
Construção civil	620	0	620	0	0	0	0	620	0	0	0	0	620	0
Comércio e transporte	255	-455	0	0	10	0	0	0	700	0	0	0	710	0
Instituições financeiras	111	0	111	0	0	0	0	0	0	111	0	0	111	0
Outros serviços mercantis	2.375	0	2.375	0	0	0	0	0	0	0	2.375	0	2.375	0
Serviços não-mercantis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>8.888</b>	<b>0</b>	<b>8.888</b>	<b>1.000</b>	<b>710</b>	<b>2.975</b>	<b>352</b>	<b>620</b>	<b>700</b>	<b>111</b>	<b>2.400</b>	<b>0</b>	<b>8.888</b>	<b>0</b>

II. Tabela de Usos																			
Descrição do produto	Oferta de bens e serviços			Consumo intermediário das atividades						Total da economia	Consumo das famílias	Consumo da APU	Demanda final			Total da demanda final	Demanda total		
	Oferta total a preços de consumo	Transferências líquidas sobre fatores	Oferta total a preços básicos	Agricultura/ extrativa	Indústria extrativa	Indústria transformação	SIUP	Construção civil	Comércio transp.				Instituições financeiras	Outros serviços mercantis	APU			Total das atividades	Consumo de bens e serviços (privado)
Agricultura	1.100	0	1.100	90	0	680	0	100	0	0	0	0	970	100	0	0	0	1.100	
Indústria extrativa	710	0	710	10	0	560	0	140	0	0	0	0	710	0	0	0	0	710	
Indústria transformação	3.345	0	3.345	300	50	500	80	190	200	5	395	0	1.720	1.035	0	590	0	1.625	3.345
SIUP	352	0	352	30	30	130	10	10	12	1	29	0	252	100	0	0	0	100	352
Construção civil	620	0	620	10	0	10	0	0	0	0	0	0	20	30	0	570	0	600	620
Comércio e transporte	255	0	255	100	50	5	0	0	0	0	0	0	155	100	0	0	0	100	255
Instituições financeiras	111	0	111	16	6	11	6	16	17	0	6	0	78	33	0	0	0	33	111
Outros serviços mercantis	2.375	0	2.375	210	40	120	120	60	60	6	44	0	660	1.695	0	20	0	1.715	2.375
Serviços não-mercantis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>8.888</b>	<b>0</b>	<b>8.888</b>	<b>766</b>	<b>176</b>	<b>2.016</b>	<b>216</b>	<b>516</b>	<b>289</b>	<b>12</b>	<b>574</b>	<b>0</b>	<b>4.595</b>	<b>3.093</b>	<b>0</b>	<b>1.210</b>	<b>0</b>	<b>4.303</b>	<b>8.888</b>

Componentes do valor adicionado												
Valor adicionado bruto (VAB)	0	234	534	859	136	104	411	89	1.826	0	4.303	4.303
Remunerações	-	170	360	600	125	70	188	35	1.692	0	3.240	3.240
Excedente operacional bruto	-	64	174	359	11	34	223	64	134	0	1.063	1.063
Quase impostos líquidos e a produção	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor da produção total	-	1.000	710	2.975	352	620	700	111	2.400	0	8.888	8.888
Pessoal ocupado	-	1.720	500	2.500	500	2.500	3.000	1.300	3.500	0	15.000	15.000

**1 – Setor de atividade agropecuário**

## CONTA DE PRODUÇÃO

USOS		RECURSOS	
Consumo intermediário	766,00	Produção	1.000,00
1. B.a) ag sementes lav temp	90,00	1.A.a) Produtos vegetais da agro	720,00
1. B.b) em sal grosso	10,00	1.A.b) Produtos animais da agro	220,00
1. B.c) it fert adub comb def	300,00	1.A.c) Produtos IT	45,00
1. B.d) siup energia elétrica	30,00	1.A.d) Produtos EM	15,00
1. B.e) serv assist vet tel repar	210,00		
1. B.f) cc serv rep de cercas	10,00		
1. B.g) serv transp merc	100,00		
1. B.h) serv financeiros (16+1)	16,00		
Valor adicionado bruto pb	234,00		

## CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA

		Valor adicionado bruto pb	224,00
1.C) Remunerações (160+10)	170,00		
(I-S) outros s/ a produção	0,00		
EOB	64,00		
1. C) PO (1500+200)	1.700		

## PRODUTO AGROPECUÁRIO

## CONTA DE BENS E SERVIÇOS

USOS		RECURSOS	
CI	970,00	Produção	1.313,00
ativ agro (1.A.a)	90,00	prod agro (1.A.a/b)	940,00
ativ transformação (2.D.a)	680,00	prod transf (2.B.b)	60,00
ativ c civil	100,00		
ativ outros serv mercantis	100,00	Margens	100,00
FBC	30,00	(I-S) produtos	0,00
FBCF	20,00		
Maq e equip	0,00		
C Civil	0,00		
Outros	20,00		
Variações estoques	10,00		
Consumo das Famílias	100,00		
Total	1.100,00	Total	1.100,00

**2 – Setor de atividade industrial**

## CONTA DE PRODUÇÃO

USOS		RECURSOS	
Consumo intermediário	2.924,00	Produção	4.657,00
2.D.a e 10.B.a) agro	780,00	2.B.a e 2.A.b) it diversos produtos	2.930,00
2.D.b e 10.B.b) em	700,00	2.B.b) agro pesca p/it	60,00
2.D.c, 2.C.a, 3.B.a, 10.B.c/f) it	820,00	2.B.c e 2.A.a) Diversos EM	685,00
2.D.e) const civil rep imóv	10,00	2.A.c) serv transp ferrov p em	10,00
2.C.c; 2.D.d; 4.B.a/c; 10.B.d) siup	180,00	3.A e 4.a) Diversos SIUP	352,00
2.C.f e 2.D.g) serv transp ferr merc	55,00	10.A) Diversos da CC	620,00
2.C.d; 2.D.f; 3.B.b e 10.B.i) outros serv merc	340,00		
2.C.g; 2.D.h; 3.C.c; 10.B.g) serv fin (39+4)	39		
Valor adicionado bruto pb	1.133,00		

## CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA

		Valor adicionado bruto pb	1.733,00
2.F) Remuneração	1.155,00		
(I-S) outros s/ a produção	0		
EOB	1.133,00		
2.F) PO	5.500		

## PRODUTOS DO INDUSTRIAIS

## CONTA DE BENS E SERVIÇOS

USOS		RECURSOS	
CI	2.702,00	Produção	4.672,00
ativ agro (1.A.a)	350,00	prod agropec (1.A.c/d)	60,00
ativ em (2.C.a/b)	80,00	prod extrativa (1.A.b/2.A.a)	685,00
ativ transformação (2.D.a)	1.200,00	prod transf (2.B.a)	2.930,00
ativ siup (3.B.a/4.B.a)	90,00	prod outros serv merc (9.A.c)	25,00
ativ c civil	340,00	prod constr civil (10.A.a/e)	620,00
ativ com e transp	212,00	prod siup	352,00
ativ financeira	6,00		
ativ outros serv mercantis (9.B.b)	424,00		
FBC	1.160,00	Margens	355,00
FBCF	1.140,00	(I-S) produtos	0,00
Maq e equip	570,00		
C Civil	570,00		
VE	20,00		
Consumo das Famílias	1.165,00		
Total	5.027,00	Total	5.027,00

---

FBC	530,00
-----	--------

Maq e equip	350,00
-------------	--------

---

C Civil	180,00
---------	--------

**3 – Setor de atividade serviços**

## Conta de Produção

USOS		RECURSOS	
Consumo intermediário	875,00	Produção	3.211,00
5. 6 e 7.B.a) prod it p/ transp e com	200,00	5.A.a/c; 6.A.a/b/c) transp rod prod agro	255,00
5. 6.e 7.B.b) serv prest empr p/ transp e com	60,00	5.A.b) margem transp rod pr it	110,00
5.B.c e 7.B.d) siup p/ transp e com	2,50	7.A.a) margem com agro	100,00
6.B.c) ee p/ transp e com	9,50	6.A.b) margem com it	235,00
8.B.a) prod it p/ fin	5,00	8.A.a) juros de fam e emp	100,00
8.B.b) siup p/ fin	1,00	8.A.b) serv fin prest fam e emp	11,00
8.B.c) serv. prest emp p/ fin	6,00	9.A.a) comunicações	355,00
9.B.a) prod agro p/ outros serv	100,00	9.A.b) outros mercantis	800,00
9.B.b) prod da it p/ outros serv	395,00	9.A.c) prod it	25,00
9.B.c) siup ee p/ outros serv	24,00	9.A.d) serv prest familias	400,00
9.B.d) siup agua e esgoto p/ outros serv	5,00	9.A.e) serv pres empresas	470,00
9.B.e) serv prest emp p/ outros serv	44,00	9.A.f) serv educação fam	150,00
Serviços financeiros	23,00	9.A.g) serv saúde fam	200,00
Valor adicionado bruto	2.336,00		

## CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA

		Valor adicionado bruto pb	2.336,00
5.C, 6.C e 7.C) Remuneração	1.915,00		
(I-S) Outros s/ produção	0		
EOB	421,00		
5.C, 6.C, 7.8 e 9.C) PO	7.800		

## PRODUTO SERVIÇOS

## CONTA DE BENS E SERVIÇOS

USOS		RECURSOS	
CI	1.006,00	Produção	3.19706,00
ativ agro (1.B.e/f)	326,00	prod com e transp	700,00
ativ industrial	434,00	prod transp pela extrativa	10,00
ativ transformação	136,00	prod if	111,00
ativ serviços	110,00	prod de outros merc	2385,00
3/4.B.b) ativ de siup			
5/6/7.B.b) ativ. com e transp			
8.B.c) ativ. financeiro			
9.B.e) ativ outros serv mercantis			
10.B.i) ativ c civi			
		Margens	-455,00
		(I-S) produtos	0,00
FBC	20,00		
FBCF	20,00		
Maq e equip	20,00		
C Civil	0,00		

### **3 – Setor de atividade serviços (Cont.)**

PRODUTO SERVIÇOS  
CONTA DE BENS E SERVIÇOS

VE	0,00		
Consumo das Famílias	1.715,00		
Total	2.741,00	Total	2.741,00
FBCF	360,00		
Maq e equip	130,00		
C Civil	230,00		

**Tabela 6.2 – TRU Agregada – Tabela de recursos e usos fechada e sem governo**

**I. Tabela de recursos**

Descrição do produto	Oferta de bens e serviços		Produção das atividades			Importação de bens e serviços (CIF)	
	Oferta total a preços de consumidor	Margens	Impostos líquidos sobre produtos	Agropecuária	Indústria		Serviços
Agropecuária	1.100	100	0	940	60	0	1.000
Indústria	5.027	355	0	60	4.587	25	4.672
Serviços	2.741	-455	0	0	10	3.186	3.196
Total	8.868	0	0	1.000	4.657	3.211	8.868

**II. Tabela de Usos**

Descrição do produto	Oferta de bens e serviços		Consumo intermediário das atividades					Consumo final famílias	Consumo final APU	Demanda final			Total	DA DEMANDA
	Oferta total a preços de consumidor	Margens	Impostos líquidos sobre produtos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total			Formação bruta de capital privado	Formação bruta de capital APU	Exportação (FOB)		
Agropecuária	1.100	-	-	90	780	100	970	100	0	30	0	0	130	1.100
Indústria	5.027	-	-	350	1.710	642	2.702	1.165	0	1.160	0	0	2.325	5.027
Serviços	2.741	-	-	326	434	133	893	1.828	0	20	0	0	1.848	2.741
Total	8.868	-	-	766	2.924	875	4.565	3.093	0	1.210	0	0	4.303	8.868

Componentes do valor adicionado	Total da economia			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
Valor adicionado bruto pb (PIB)	234	1.733	2.336	4.303
Remunerações	170	1.155	1.915	3.240
Excedente operacional bruto	64	578	421	1.063
Outros impostos líquido s/ a produção	0	0	0	0
Valor da produção total	1.000	4.657	3.211	8.868
Pessoal ocupado	1.700	5.500	7.800	15.000

Outros s/ a produção	Tabelas de impostos e subsídios		Total
	agropecuária	industrial	
Imposto	0	0	0
(-) subsídio	0	0	0
total	0	0	0
s/ produtos	imposto	(-) subsídio	total
agropecuária	0	0	0
indústria	0	0	0
serviços	0	0	0
total	0	0	0

## CAPÍTULO VII

# AS TABELAS DE RECURSOS E USOS PARA UMA ECONOMIA FECHADA E COM GOVERNO

### O PAPEL DO SETOR INSTITUCIONAL ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Neste capítulo, retira-se a restrição da ausência do governo. O governo, enquanto Administração Pública, assume características de agente econômico que lhe são muito peculiares: em primeiro lugar, pela natureza dos serviços que, na qualidade de produtor, presta à comunidade; e em segundo lugar, pela sua ação como agente de transferência de recursos entre os demais setores institucionais, combinando o sistema tributário com despesas de transferências, não apenas tradicionais, como é o caso de subsídios, mas, também, por meio dos benefícios previdenciários. Dessa maneira, as administrações públicas interferem amplamente no processo econômico, não apenas na esfera da produção, elevando ou diminuindo os custos de produção e os preços dos bens e serviços, mas, principalmente, na esfera de distribuição, apropriação e uso da renda gerada.

O setor institucional Administração Pública se subdivide em Administração Pública exceto previdência e a previdência social. Ele abrange os órgãos da Administração Pública central e descentralizada no âmbito federal, estadual e municipal; as entidades públicas juridicamente constituídas como empresas, com funções típicas de governo, ou cujos recursos originem-se, na sua maior parte, de órgãos do governo, tal como o SERPRO; e os fundos de gerência de programas especiais, tais como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Programa de Integração Social do setor privado e do setor público (PIS e PASEP).

O governo precisa ser financiado para exercer as atividades de produtor de determinados serviços que lhe são atribuídos pela sociedade. Diferentemente das empresas, o governo, enquanto Administração Pública, não auferir receita de vendas de seus serviços, já que produz apenas serviços não-mercantis, ou seja, serviços que não são alvo de transações nos mercados e que, portanto, não têm preços. Além disso, os serviços que o governo presta à sociedade não são individualizáveis; seu consumo é coletivo, não pode ser identificado por setor institucional. Em razão dessa dificuldade em se identificar a sua destinação – famílias ou empresas – por convenção, os serviços não mercantis prestados pelo governo à coletividade são tratados como consumo final do próprio setor institucional Administrações Públicas

que representa, assim, essa mesma coletividade. Portanto, em princípio, toda oferta de bens e serviços não mercantis, prestado pela Administração Pública tem como destinação, única e exclusivamente, o consumo final da própria Administração Pública.

Evidentemente, é possível identificar comunidades que se beneficiam de alguns desses serviços, como a educação e a saúde pública: seu uso será sempre das famílias. Entretanto, a grande maioria dos serviços não-mercantis prestados pelo governo à coletividade não tem seu usuário identificado, como por exemplo, a segurança pública, a segurança nacional, ou os serviços burocráticos que têm como usuário toda a coletividade, quer sejam unidades familiares, quer sejam empresas. Como se viu no Capítulo 5, o SNA-93 prevê que alguns serviços não-mercantis, para os quais é possível identificar o setor institucional beneficiário, tenham um tratamento diferenciado. Isto ocorre, por exemplo, com a educação e a saúde em que os beneficiários sem dúvida são as famílias. Nesse caso, essa produção das administrações públicas deve ser, na conta de distribuição secundária da renda, transferida em espécie para as famílias e por elas consumida na conta de uso da renda. Este é um tratamento que deve ser feito no âmbito das contas econômicas integradas. No âmbito da Tabela de Recursos e Usos é possível identificar que parte dos serviços não-mercantis é consumo final das famílias.

Além do problema de sua destinação, há o problema de se calcular o seu valor de produção. Como foi visto, os serviços não-mercantis não têm preço. Utilizando-se a identidade 1 ( $VBP = CI + VA$ ) é possível calcular seu valor bruto da produção pelos seus custos de produção – o consumo intermediário mais as remunerações de empregados e a depreciação (consumo do capital fixo), incluindo-se aí todos os gastos com a manutenção dos serviços prestados por civis e militares nas três esferas de poder (executivo, legislativo e judiciário), e de governo (federal, estadual e municipal). Vale dizer, o valor adicionado pelas administrações na produção de serviços não-mercantis é composto, unicamente, das remunerações dos empregados e da depreciação, sem qualquer outro dos componentes do excedente.

Diante da incapacidade de se financiar diretamente, via preços, pela venda de seus serviços a consumidores voluntários, o governo recorre ao financiamento indireto como uso de um mecanismo para arrecadar contribuições compulsórias dos demais setores institucionais. Sua fonte de financiamento principal é a receita tributária formada de diversos tipos de impostos e taxas cobrados de forma generalizada à comunidade, além das contribuições sociais compulsórias. Caso esses recursos não sejam suficien-

tes para financiar seus gastos em determinados anos, o governo recorre a empréstimos junto aos demais setores institucionais.

O governo exerce seu papel de agente de transferência de recursos entre os demais setores institucionais mediante a combinação da estrutura do sistema tributário, com seus gastos de transferência. Por sistema tributário entende-se o conjunto de tributos (impostos, taxas, contribuições de melhoria etc.) cobrados pelas distintas esferas de governo. Seus gastos de transferências assumem diversas formas, inclusive aquelas destinadas às famílias, como os subsídios a produtos e os pagamentos de aposentadorias e aquelas destinadas às empresas, como subsídios à atividade, e as isenções fiscais.

### A CONTABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Essas ações do governo interferem radicalmente no processo de apropriação da renda gerada entre os setores institucionais, na distribuição pessoal e regional da renda, trazendo conseqüências sobre a estrutura da demanda e da produção, por isso merecem ser evidenciadas de forma a sofrerem uma rigorosa avaliação da comunidade. Para evidenciar essas transações, as Contas Nacionais destacam as ações típicas do setor institucional Administrações Públicas, separando-as das atividades produtivas que porventura sejam exercidas por empresas públicas que, como já se mencionou anteriormente, são classificadas como atividades empresariais, financiadas via preços dos bens e serviços vendidos no mercado.

A seguir, detalham-se as operações de receitas e despesas do setor público e seu tratamento distinto feito pela contabilidade pública e pelas Contas Nacionais. Importa destacar que as informações básicas sobre as atividades das Administrações Públicas provêm, em parte, dos registros administrativos da própria Administração Pública, como é o caso daqueles mantidos pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Secretaria da Receita Federal e pelas Secretarias Estaduais de Fazenda. Outra parte, notadamente aquela referente à execução orçamentária, origina-se na pesquisa do IBGE, *Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas*, baseada nos balanços dessas entidades. Após a implantação do Sistema de Informações (SIAFI), esta pesquisa passou a ser realizada pelo acesso direto àquela base de dados organizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

*A RECEITA TRIBUTÁRIA DO GOVERNO*

A receita tributária do governo fundamenta-se em dois tipos de tributos: os tributos que incidem sobre a renda e a propriedade e os que incidem sobre a produção.<sup>1</sup> Os tributos sobre a renda e a propriedade incidem sobre os rendimentos provenientes do trabalho, da atividade empresarial e da propriedade e sobre o patrimônio dos demais setores institucionais.<sup>2</sup> São tributos que interferem no processo de redistribuição e apropriação da renda gerada, e não têm contrapartida no processo de produção. No Brasil, os mais importantes em valor são os impostos: de renda, o territorial rural (IPTR), o predial e territorial urbano (IPTU), o incidente sobre a transmissão de bens móveis e imóveis, e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Devem ser ainda computadas no âmbito desses tributos algumas taxas de autoria estadual e municipal, que cobram serviços prestados por essas esferas de governo que são, de fato, complemento dos impostos predial e territorial urbano e rural, tais como as taxas de iluminação pública e de prevenção e extinção de incêndios, de autoria de governos municipais e estaduais, respectivamente.

Os tributos sobre a produção se dividem entre os que incidem sobre o valor dos produtos (quer sejam bens ou serviços) e os demais impostos que incidem sobre a produção e a importação.<sup>3</sup> Estes ônus se transferem total ou parcialmente, via preços, do contribuinte de direito – empresas que recolhem o imposto – ao contribuinte de fato – o usuário final do bem ou serviço. De fato, as empresas produtoras dos bens e serviços do país atuam como agentes arrecadadores de impostos sobre a produção, cobrando-os, total ou parcialmente dos consumidores dos bens ou serviços, por elas produzidos. Como sabemos dos estudos da microeconomia, consumidores e produtores arcam com o ônus do imposto, e o quanto será efetivamente pago por um ou por outro depende de vários aspectos não pertinentes a esta matéria.

Estes tributos ou impostos sobre a produção se constituem em operações de repartição, na sua fase ainda operacional, de distribuição primária da renda (conta de geração da renda) e interferem na esfera da produção pela alteração da valoração dos bens e serviços. No Brasil, os principais impostos sobre a produção são aqueles que incidem sobre o valor da produção dos bens e serviços, entre eles: imposto sobre produtos industrializados (IPI),

<sup>1</sup> A estrutura tributária brasileira vigente origina-se na reforma tributária de 1967. Essa estrutura sofreu modificações marginais ao longo dos anos, mas foi alterada de forma mais ampla em 1988 com a nova Constituição brasileira. Periodicamente, essa estrutura de tributos sofre alterações. Por esta razão, mencionam-se aqui apenas os impostos mais importantes.

<sup>2</sup> Estes tributos eram anteriormente intitulados tributos diretos.

<sup>3</sup> Estes tributos eram anteriormente intitulados tributos indiretos.

sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), sobre as operações financeiras (IOF), sobre importações e exportações, e sobre serviços (ISS).

Existem ainda, dentro da estrutura tributária, várias taxas (na sua maioria de autoria dos governos estaduais e municipais) que não incidem diretamente sobre o valor dos bens e serviços, embora incidam sobre sua produção, alterando sua valoração. Essas taxas independem, geralmente, do volume e do valor da produção, sendo fixadas segundo o tipo de atividade. Esse é o caso, por exemplo, da taxa instituída por prefeituras municipais para obtenção do alvará de localização, exigido para a instalação de atividades de serviços, como comércio e outros serviços, inclusive aqueles prestados por trabalhadores autônomos.

#### *OUTRAS RECEITAS CORRENTES DO GOVERNO*

Uma pequena parcela das receitas do governo advém de diversas outras receitas, entre elas, a receita de exploração do patrimônio imobiliário do governo, tais como: aluguel de imóveis, arrendamentos, foros, laudêmios etc., e, do patrimônio mobiliário, tais como: juros, incluindo a correção monetária, participações e dividendos em empresas públicas e sociedades de economia mista.

Outra parcela da receita do governo provém da margem comercial das unidades mercantis que intervêm na comercialização de produtos agrícolas, tais como trigo, açúcar e café, embora sejam, usualmente, operações deficitárias. Finalmente, há as vendas residuais, correspondentes a receitas esporádicas da venda de bens e serviços por parte de alguns órgãos da administração pública. Este é o caso da venda de publicações do IBGE, do IPEA etc., ou da prestação de serviços tal como a atividade mercantil de furar poços artesianos, a preços aviltados (muito inferiores ao seu custo), que era executada nas fazendas de deputados nordestinos, pelo antigo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS).

#### *A RECEITA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL*

A previdência social, na contabilidade pública, tem seu orçamento totalmente separado das contas do Tesouro Nacional apesar de, por ser tradicionalmente deficitária, ser sempre obrigada a recorrer a dotações do Tesouro para sua cobertura. Nas Contas Nacionais, a previdência social é um subsetor das administrações públicas e abrange os organismos que administram a proteção social pública, em todas as esferas de poder e de governo, além dos órgãos de assistência social. Estão aí, portanto, incluídos além do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a Legião Brasileira de Assistência (LBA), a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM)

etc. Deve-se salientar que a previdência pública é totalmente financiada pelo Tesouro Nacional; as receitas provenientes do plano de seguridade social bem como as despesas de pagamentos de aposentadorias são contabilizadas diretamente no caixa do Tesouro Nacional.

São também incluídos como previdência o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Programa de Integração Social (PIS/PASEP), em razão da natureza de seus recursos e, em parte, da sua função econômica. No caso do FGTS, seus recursos têm características de contribuição social – são pagamentos obrigatórios que criam como contrapartida um direito individualizado, cujo objetivo é claramente o de servir como alternativa ao seguro desemprego. No caso do PIS/PASEP, embora sem a mesma característica, seu objetivo é claramente o de complementar salário e redistribuir renda.

#### *A UTILIZAÇÃO DA RECEITA DO GOVERNO*

A contabilidade pública classifica a utilização da receita do governo em despesas correntes e de capital.

#### *AS DESPESAS CORRENTES DO GOVERNO*

A contabilidade pública classifica o fluxo de despesas correntes do governo em quatro categorias básicas: consumo, subsídios, transferências e juros e encargos da dívida pública (interna e externa).

Na categoria de consumo do governo, segundo a contabilidade pública, são consideradas as despesas com todas as remunerações do funcionalismo civil e militar, ativo e inativo, de suas três esferas de governo, bem como os gastos com bens e serviços adquiridos das empresas, destinados ao exercício e à manutenção das funções desempenhadas pela máquina administrativa do governo, gastos geralmente identificados como despesas de custeio. Nas Contas Nacionais, esta categoria que reúne as despesas de custeio das Administrações Públicas se constitui, de fato, no seu valor bruto da produção em que as remunerações são o valor adicionado pelas Administrações Públicas, enquanto as outras despesas de custeio, constituídas dos bens e serviços adquiridos, são consideradas como seu consumo intermediário.

Deve-se salientar que, como não é possível valorar os serviços prestados pelo governo por seus preços, já que são não-mercantis, o cálculo do seu valor da produção é feito segundo a direção original da identidade 1. Inicialmente, o cálculo do valor adicionado é feito pela ótica da renda, somando-se todas as remunerações primárias que se constituem apenas dos valores das remunerações dos seus servidores civis e militares, mais o consumo do capital fixo (depreciação), único componente do Excedente Operacional Bruto. A partir daí, torna-se possível, pela ótica do produto,

compor o valor bruto da produção das Administrações Públicas, bastando para isso somar àquele valor adicionado, o consumo intermediário incorrido no processo de produção de seus serviços não-mercantis.

Pode-se exemplificar isso com o caso da educação pública. Para prestar este serviço, a Administração Pública utiliza diversos bens e serviços adquiridos às empresas, tais como, energia elétrica, água e esgoto, papel, canetas e outros materiais de escritório, giz etc., classificados como de consumo intermediário daquela atividade. Os professores e funcionários administrativos dessa escola pública recebem remuneração pelos serviços que aí prestam. Os prédios, móveis e equipamentos daquela escola se constituem nos seus bens de capital, que também são consumidos no processo de produção daquele serviço, devendo ser computados como depreciação (consumo de capital fixo).

As outras despesas correntes do governo, subsídios e transferências, fazem parte das operações de repartição da renda. Os subsídios, da mesma forma que os impostos indiretos, agem na fase de distribuição primária da renda, interferindo na esfera da produção por meio da alteração da valoração dos bens e serviços. De maneira geral, representam recursos destinados à cobertura de prejuízos operacionais de empresas atuando em determinadas atividades, cuja produção o governo tem o interesse social de assegurar. Com isso, o governo garante ao consumidor final preços inferiores aos custos de produção (incluindo a margem de lucro).

Além disso, tal qual os impostos sobre a produção, os subsídios podem ser concedidos diretamente a produtos ou a determinadas atividades produtivas. Os subsídios a produtos reduzem diretamente os preços dos itens aos quais são concedidos e derivam, quase sempre, da atividade de intermediação que as Administrações Públicas exercem na comercialização de produtos agrícolas. De fato, correspondem não apenas a diferenças entre preços de compra e de venda desses itens, mas também a custos dessa atividade (administrativos e de estocagem), não transferidos totalmente aos seus preços de revenda.

Os outros subsídios à produção decorrem de transferências explícitas, via de regra, a empresas públicas que visam à cobertura de déficit e financiamento de despesas correntes. Alguns subsídios à atividade são também concedidos por meio de fundos e programas especiais, tais como o PROAGRO, com o intuito de saldar dívidas de agricultores por motivo de quebra de safra; para cobrir diferença de juros nos empréstimos subsidiados à agricultura; ou ainda para compensar diferença de custos de produção de usineiros do Nordeste. Havia, ainda – até 31/12/2001 –, os casos dos fundos especiais que visavam unificar nacionalmente os preços dos combustíveis e lubrificantes, compensando as diferenças relativas a custos de transportes; ou ainda para reduzir os preços de álcool anidro.

As transferências, nas Contas Nacionais, são operações de repartição da renda que representam gastos unilaterais das Administrações Públicas dirigidos às famílias, aumentando sua renda disponível, sem nenhuma contrapartida de serviços. Incluem transferências da previdência social relativas ao pagamento de inativos, pensionistas, salário-família, assistência médico-hospitalar, indenizações por acidente de trabalho e outras; transferências a instituições privadas sem fins lucrativos; e saques do FGTS e PIS/PASEP.

Os juros da dívida pública (interna e externa) correspondem a despesas com o cumprimento de obrigações financeiras contratadas por meio da emissão de títulos da dívida pública e de operações de crédito junto a entidades financeiras públicas ou privadas. Além dos juros, incluem comissões, correções monetária e cambial, deságios e outros encargos. A diferença entre dívida interna e externa está no fato de o pagamento ser feito, respectivamente, a residentes ou a não-residentes.

As Contas Nacionais tratam os juros da dívida pública na conta de alocação da renda, que aumentam a renda disponível dos outros setores institucionais e reduz a da Administração Pública.

#### *A POUPANÇA DO GOVERNO EM CONTA CORRENTE*

A poupança do governo, na contabilidade pública, é calculada como resíduo da diferença entre o total das receitas e das despesas correntes. As Contas Nacionais, como se verá nas contas dos setores institucionais no Capítulo 9, não usam diretamente esta informação. O agregado macroeconômico poupança bruta do governo é obtido na conta de utilização da renda, como saldo da diferença entre a renda disponível do governo (produção + apropriação da renda) e o seu consumo final que, como foi dito acima, é idêntico ao seu valor bruto da produção.

#### *AS DESPESAS DE CAPITAL DO GOVERNO*

A contabilidade pública classifica como despesas de capital as despesas gerais de investimento, aí incluídos os gastos com planejamento e execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos e material permanente; as despesas com investimentos financeiros, e as amortizações de dívidas.

As Contas Nacionais contabilizam as despesas gerais de investimento na categoria de formação bruta de capital fixo, dividindo-as em dois grupos: construção e equipamentos e material permanente.

Classificam-se como construção as obras que resultam em novas estruturas permanentes e os reparos de maior vulto naquelas preexistentes, que possam vir a traduzirem-se em aumento ou manutenção da capacidade

produtiva da economia e do funcionamento dos serviços governamentais. Incluem-se nesta categoria a construção de prédios da Administração Pública – ministérios, secretarias, escolas, hospitais, museus, residências do pessoal civil e militar, delegacias policiais, prisões etc. –, estradas, pontes, monumentos, bem como as obras para sua manutenção e reparação as quais teoricamente comporiam a depreciação.

Consideram-se equipamentos e material permanente as máquinas e equipamentos diversos e os gastos de sua instalação, além dos móveis e utensílios, que têm duração superior a um ano.

Uma ampla discussão sobre o tratamento dos gastos militares ocorreu durante a reformulação do Sistema de Contas Nacionais da ONU – SCN-ONU, aprovado durante sua Conferência de Estatística em fevereiro de 1993. O sistema até então vigente designava que todas as despesas militares, à exceção daquelas relativas a construção e reparação de alojamentos para as famílias de militares, deveriam ser computadas como consumo intermediário da Administração Pública. O novo SCN-93, entretanto, diferencia alguns prédios e bens de consumo duráveis de uso militar que devem ser computados como bens de capital. Este é o caso, por exemplo, de hospitais militares que podem ser também utilizados para uso civil. Entretanto, outros bens, tais como os prédios dos quartéis, o material bélico, inclusive caminhões de transporte de tropas, continuam a ser tratados como consumo intermediário da Administração Pública. Diferentemente, todas as construções que abrigam as polícias militar e civil, bem como os equipamentos dessas forças de Segurança Pública, são tratados como bens de capital.<sup>4</sup>

Os investimentos financeiros e as amortizações de dívidas são tratados como itens da conta financeira. Ocorre que o governo, de posse de sua renda disponível, consome ou poupa. Sua poupança será, no âmbito das contas de acumulação, utilizada na aquisição de capital fixo, o saldo restante será sua capacidade ou necessidade de financiamento. Esses recursos terão

<sup>4</sup> Isto, certamente, é um contra-senso. O objetivo das Contas Nacionais é medir de forma ampla toda a produção de bens e serviços de um país, com o intuito de mensurar da forma mais abrangente possível o bem-estar da comunidade. Estes dois serviços produzidos pela Administração Pública, Segurança Pública e Defesa Nacional são serviços intangíveis que, entretanto, para serem produzidos utilizam os fatores de produção clássicos, comuns à produção de outros bens e serviços. Alguns desses fatores são duráveis, permanentes, como as construções e alguns armamentos e materiais bélicos, que evidentemente podem ser casualmente destruídos no processo de produção desses serviços, quer de Segurança Pública ou de Defesa Nacional. No caso de Defesa Nacional, essa destruição é mais provável de ocorrer em épocas de guerra do que em épocas de paz, à exceção dos eventuais acidentes. Tais riscos correm também os equipamentos de Segurança Pública, durante as intervenções policiais. Outros fatores de produção desses serviços não duráveis serão certamente destruídos quando usados, tal como ocorre com mísseis, munição etc., constituindo-se, sem dúvida, em bens intermediários. Fica, portanto, a dúvida do porquê da distinção adotada pela ONU para classificar os bens duráveis utilizados na produção deste dois serviços da Administração Pública.

destinação no âmbito das contas financeiras, sendo utilizados quer como investimentos financeiros, quer como amortização de suas dívidas.

#### AS CONTAS DAS ATIVIDADES PARA UMA ECONOMIA FECHADA E COM GOVERNO

Como foi visto, a introdução do governo na economia não altera apenas o número de atividades da mesma e de seu valor da produção, de consumo intermediário e do valor adicionado. Estas alterações se fazem presentes de forma bem mais ampla, tanto no âmbito das operações de bens e serviços como nas de repartição e financeiras. Para efeito deste Capítulo, examinam-se apenas as operações que influenciam as contas das atividades.

##### *A CONTA DE PRODUÇÃO*

- 1) Passa a existir uma conta de produção para o setor de atividade Administração Pública, cujo produto principal é o valor dos serviços não-mercantis. A forma de elaboração desta conta difere da das demais atividades, pois os serviços não-mercantis não têm preço de mercado, logo não se dispõe do seu valor de produção. Têm-se como informação seu consumo intermediário por tipo de produto e seus gastos com remunerações de empregados que, segundo sua conta de distribuição (geração) primária da renda, constitui-se no seu valor adicionado líquido. A depreciação, único elemento de excedente, é somada para se obter o valor adicionado bruto. Somando-se esses elementos (consumo intermediário e valor adicionado bruto), calcula-se o valor da produção de serviços não-mercantis das Administrações Públicas. Como a Administração Pública produz secundariamente bens e serviços mercantis, suas vendas residuais realizadas são consideradas e lançadas como sua produção dos bens e serviços respectivos.
- 2) O valor da produção de todos os setores de atividade é agora medido a preços básicos, pois inclui os impostos líquidos de subsídios à atividade, como mostra a conta de geração da renda.

##### *A CONTA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DA RENDA – GERAÇÃO DA RENDA*

- 1) Esta conta, no caso das Administrações Públicas, deve ser a primeira a ser construída, pois a partir dela será possível obter o valor adicionado líquido, saldo necessário para a construção da conta de produção. Ele conterà apenas as remunerações de assalariados (salários + contribuições sociais), já que as Administrações Públicas não auferem outras rendas (excedente) na produção de serviços não-mercantis. A

depreciação deve ser somada para que se obtenha o valor adicionado bruto. Entretanto, toda a produção residual de bens e serviços mercantis referidos anteriormente é considerada excedente líquido das Administrações Públicas e somada ao resto do valor adicionado de serviços não-mercantis para obter o valor adicionado desta atividade.

- 2) Para todos os setores de atividade o valor adicionado, que anteriormente continha apenas o montante das remunerações e do excedente, passa a ser valorado a preços básicos, como decorrência da adição dos impostos e subsídios à atividade. De fato, como foi visto anteriormente, a produção está valorada a preços básicos, enquanto o consumo intermediário, com o governo presente, está valorado a preços de consumidor, já que inclui no seu preço as margens e os impostos sobre produtos e atividades, líquidos dos respectivos subsídios, resultando o valor adicionado a preços básicos. Para se obter o excedente, é agora necessário retirar, além das remunerações, também os outros impostos líquidos de subsídios à produção (já contidos no valor da produção).

#### *A CONTA DE OFERTA E DEMANDA DE BENS E SERVIÇOS*

- 1) Esta conta sofre alteração passando a incluir nas Tabelas de Recursos e Usos uma linha referente à produção de serviços não-mercantis.
- 2) Esta conta sofre também alteração nas operações que são computadas em suas colunas. Em primeiro lugar, na Tabela de Recursos, à produção, agora valorada a preços básicos, somam-se, além das margens de comercialização, os impostos sobre produtos, líquidos dos respectivos subsídios, obtendo-se então a oferta de bens e serviços a preços de consumidor (utilizador).
- 3) A tabela de consumo intermediário, como já mencionado, passa a incluir uma coluna referente ao setor de atividade Administração Pública, produtora de serviços não-mercantis.
- 4) A tabela de demanda final passa a incluir como consumo final o consumo final das Administrações Públicas, que é idêntico ao valor bruto da produção de seus serviços não-mercantis.<sup>5</sup> Sempre que se tiver informação de serviços não-mercantis típicos de consumo final das famílias, faz-se essa separação lançando-os como consumo final das famílias e os demais serviços não-mercantis são lançados como consumo final das Administrações Públicas. Passa também a incluir na coluna de

<sup>5</sup> Chama-se a atenção para o fato de que, como mencionado anteriormente, caso se contabilizem as transferências em espécie de serviços não-mercantis de uso exclusivo das famílias, parte do valor da produção das Administrações Públicas em vez de ser computada como seu próprio consumo (consumo coletivo) será imputada como consumo das famílias.

formação bruta de capital fixo a demanda das Administrações Públicas por bens e serviços de investimentos produzidos pelos demais setores da economia.

#### INFORMAÇÕES PARA UMA ECONOMIA FECHADA E COM GOVERNO

Nesta segunda situação, em que o governo se faz presente na economia, procurou-se conservar ao máximo as informações referentes à situação anterior em que ele estava ausente. Em vez de informarmos novamente os itens que compõem cada setor de atividade, como foi feito no Capítulo 6, informaremos apenas as alterações decorrentes da introdução das Administrações Públicas na economia. Algumas pequenas mudanças na situação anterior devem ser vistas na Tabela 7.2.

Em relação à situação anterior, a economia passa agora a contar com um setor de atividade adicional – as Administrações Públicas –, produtoras basicamente de serviços não-mercantis. Relacionam-se abaixo as informações que decorrem diretamente da ação desse novo setor de atividade. Como se verificará pelas informações adiante, a introdução da APU alterará as contas das atividades: agropecuária, indústria de transformação, construção e outros serviços. Essas mudanças serão feitas diretamente na TRU desagregada (Tabela 7.2) e mais adiante nas contas dos setores e na TRU agregada (Tabela 7.3).

#### *INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS IMPOSTOS E SUBSÍDIOS ÀS ATIVIDADES*

- 1) emolumentos de mineração: \$1,00;
- 2) taxa de fiscalização das telecomunicações: \$3,00;
- 3) taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica: \$2,00;
- 4) taxa de utilização de faróis: \$3,00;
- 5) taxa de classificação de produtos vegetais: \$3,00;
- 6) taxa de fiscalização de produtos controlados pelo Ministério do Exército, paga pela indústria de transformação: \$5,00;
- 7) programa de financiamento às exportações (PROEX) sobre produtos da indústria de transformação: \$1,00;
- 8) programa de financiamento às exportações (PROEX) sobre produtos agrícolas: \$2,00;

*INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS IMPOSTOS E SUBSÍDIOS A PRODUTO*

- 1) imposto sobre produtos industriais (IPI) sobre cigarro, recaindo sobre o consumo final: \$73,00;
- 2) imposto sobre operações financeiras no valor de \$6,00, recaindo sobre o consumo final: \$1,00; e \$5,00 sobre as empresas da indústria de transformação;
- 3) imposto sobre serviços recaindo sobre o consumo final: \$9,00;
- 4) ICMS sobre produtos agrícolas, recaindo sobre o consumo final: \$3,00;
- 5) ICMS sobre minerais, recaindo \$3,00 sobre a indústria de transformação e \$1,00 sobre a construção civil;
- 6) ICMS sobre produtos da indústria de transformação, recaindo sobre o consumo final: \$15,00.

*INFORMAÇÕES REFERENTES ÀS REMUNERAÇÕES E PESSOAL OCUPADO (PO)*

- 1) salários do pessoal civil e militar de todas as esferas de poder e de governo: \$380,00; PO = 1.000.

*INFORMAÇÕES RELATIVAS A OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO*

Com a introdução das APUs, parte da produção anterior passa a ser consumida por ela para que possa produzir os serviços mercantis que a caracterizam. Para não alterar as contas das demais atividades, o que nos obrigaria a modificar várias das informações anteriores, todo o consumo intermediário das APUs será compensado pela diminuição do consumo das famílias, exceto se for de outra forma explicitado.

- 1) despesas com produtos agropecuários: \$25,00;
- 2) despesas com produtos da indústria de transformação: \$100,00;
- 3) despesas com energia elétrica e água e esgoto: \$5,00;
- 4) despesas com serviços mercantis diversos: \$15,00;
- 5) despesas financeiras: \$10,00.

*INFORMAÇÕES RELATIVAS A VENDAS RESIDUAIS E DA APU E DE NÃO-EMPRESAS PÚBLICAS*

- 1) A EMPRABA vendeu sementes e mudas selecionadas a produtores agropecuários no valor de \$10,00;

- 2) A gráfica do Senado Federal, o IPEA e o IBGE imprimiram diversas publicações vendidas às empresas de consultoria no valor de \$20,00;
- 3) Os museus públicos auferiram uma receita pela venda de ingressos no valor de \$10,00.

#### *OUTRAS INFORMAÇÕES*

- 1) Os governos federal, estadual e municipal adquiriram máquinas e equipamentos no valor de \$20,00; esses bens já estavam disponíveis anteriormente nos estoques da Indústria de Transformação.
- 2) As três esferas de governo realizaram gastos de construção no valor de \$120,00 e reparação de rodovias, pontes e prédios públicos, contratados a empresas privadas de construção, no valor de \$30,00. Estes bens e serviços tiveram de ser produzidos para atender a APU.
- 3) O estoque de capital do governo no início do ano era de \$100,00.
- 4) Os serviços de educação e saúde não-mercantis, prestados às famílias, somaram \$109,00.
- 5) O governo arrecadou \$428,00 de impostos sobre a renda e o patrimônio, sendo: \$262,00 de famílias; \$30,00 das APU; \$106,00 das empresas não-financeiras e \$30,00 das empresas financeiras.
- 6) O governo recebeu contribuições sociais a cargo de empregadores no valor total de \$630,00, sendo: de empresas não-financeiras no valor de \$445,00; de empresas financeiras no valor de \$5,00; de famílias no valor de \$50,00; de várias Administrações Públicas no valor de \$130,00.
- 7) O governo recebeu contribuições sociais a cargo de empregados no valor total de \$260,00.
- 8) O governo recebeu e pagou juros nos valores de \$110,00 e de \$120,00, respectivamente.
- 9) O governo recebeu dividendos no valor de \$30,00.
- 10) O governo concedeu benefícios sociais no valor de \$927,00.

**Tabela 7.1 – Impostos e subsídios sobre a produção**

Outros Impostos sobre a Produção (atividade)		17
a) Emolumentos da mineração		1
b) Taxa de fiscalização das telecomunicações		3
c) Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica		2
d) Taxa de utilização de faróis		3
e) Taxa de classificação de produtos vegetais		3
f) Taxa de fiscalização de produtos controlados pelo Ministério do Exército pago pela indústria de transformação		5
Outros Subsídios à Produção (atividades)		3
g) Programa de financiamento às exportações (PROEX) sobre produção da indústria de transformação		1
h) Programa de financiamento às exportações (PROEX) sobre produtos agrícolas		2
Impostos sobre Produtos		110
a) Imposto sobre produtos industriais sobre cigarro recaindo sobre CF		73
b) Imposto sobre operações financeiras no valor de \$6, recaindo \$1 sobre as famílias e \$5 sobre a indústria de transformação		6
c) Imposto sobre serviços recaído sobre o consumo final		9
d) ICMS sobre produtos agrícolas, recaindo sobre as famílias		3
e) ICMS sobre minerais, sendo \$3 pagos pela indústria de transformação e \$1 pela construção civil		4
f) ICMS sobre produtos da transformação industrial, recaindo sobre CF		15
Impostos sobre produtos recaindo sobre as famílias		89
Impostos sobre produtos recaindo sobre as empresas	da indústria de transformação	5
	da indústria de transformação	3
	da construção civil	1

**11 – Setor de Atividade Administração Pública**

## CONTA DE PRODUÇÃO

USOS		RECURSOS	
Consumo Intermediário	155,00	Produção total	540,00
		produção não-mercantil	500,00
		produção mercantil	40,00
a) despesas produção agro	25,00	a) receitas EMBRAPA	10,00
b) despesas produção transf	100,00	b) receitas publicações	20,00
c) despesas SIUP	5,00	c) receitas museus	10,00
d) despesas serviços diversos	15,00		
e) despesas financeiras	10,00		
Valor adicionado bruto pb	385,00		

## CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA

salários	380,00	Valor adicionado bruto pb	385,00
(I-S) outros sobre produção	0,00		
EOB	5,00		
EOL			
Depreciação	5,00		

## PRODUTO DA APU – SERVIÇOS NÃO-MERCANTIS

USOS		RECURSOS	
Saúde e educação não-mercantil para famílias	109,00	Produção não-mercantil	500,00
consumo final da APU	391,00	(I-S) sobre produtos	0,00
Total da demanda	500,00	Total da oferta	500,00
Gastos da APU em FBCF	180,00	Estoque de capital	100,00
FBCF máquinas	30,00	PO	1.000
FBCF construção	150,00	Depreciação	5,00



**1 – Setor de atividade agropecuário**

## CONTA DE PRODUÇÃO

USOS		RECURSOS	
Consumo Intermediário	776,00	Produção	1.000,00
1. B.a) ag sementes lav temp	90,00	1.A.a) Produtos vegetais da agro	720,00
1. B.b) em sal grosso	10,00	1.A.b) Produtos animais da agro	220,00
1. B.c) it fert adub comb def	300,00	1.A.c) Produtos IT	45,00
1. B.d) siup energia elétrica	30,00	1.A.d) Produtos EM	15,00
1. B.e) serv assist vet tel repar	210,00		
1. B.f) cc serv rep de cercas	10,00		
1. B.g) serv transp merc	100,00		
1. B.h) serv financeiros (16+1)	16,00		
Sementes adquiridas Embrapa	10,00		
Valor adicionado bruto pb	224,00		

## CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA

		Valor adicionado bruto pb	224,00
1.C) Remunerações (160+10)	170,00		
(I-S) outros s/ produção	1,00		
EOB	53,00		
1. C) PO (1.500+200)	1.700		

## PRODUTO AGROPECUÁRIO

## CONTA DE BENS E SERVIÇOS

USOS		RECURSOS	
CI	1.005,00	Produção	1.010,00
ativ agro (1.A.a)	100,00	prod agro (1.A.a/b)	940,00
ativ transformação (2.D.a)	680,00	prod transf (2.B.b)	60,00
ativ c civil	100,00	Sementes Embrapa	10,00
ativ outros serv mercantis	100,00		
ativ apu	25,00	Margens	100,00
FBC	30,00	(I-S) produtos	3,00
FBCF	20,00		
Maq e equip	0,00		
C Civil	0,00		
Outros	20,00		
VE	10,00		
Consumo das Famílias	78,00		
Total	1.113,00	Total	1.113,00

## 2 - Setor de Atividade Industrial

## CONTA DE PRODUÇÃO

USOS		RECURSOS	
Consumo Intermediário	2.933,00	Produção	4.807,00
2.D.a e 10.B.a) agro	780,00	2.B.a e 2.A.b) it diversos produtos	2.930,00
2.D.b e 10.B.b) em	704,00	2.B.b) agro pesca p/it	60,00
2.D.c, 2.C.a, 3.B.a, 10.B.c/f) it	820,00	2.B.c e 2.A.a) Diversos EM	685,00
2.D.e) const civil rep imóv	10,00	2.A.c) serv transp ferrov p em	10,00
2.C.c; 2.D.d; 4.B.a/c; 10.B.d) siup	180,00	3.A e 4.a) Diversos SIUP	352,00
2.C.f e 2.D.g) serv transp ferr merc	55,00	10.A) Diversos da CC	770,00
2.C.d; 2.D.f; 3.B.b e 10.B.i) outros serv merc	340,00		
2.C.g; 2.D.h; 3.C.c; 10.B.g) serv fin (39+4)	44,00		
Valor adicionado bruto pb	1.874,00		

## CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA

		Valor adicionado bruto pb	1.874,00
2.F) Remuneração	1.155,00		
(I-S) outros s/ produção	7		
EOB	712,00		
2.F) PO	5.500		

## PRODUTOS INDUSTRIAIS

## CONTA DE BENS E SERVIÇOS

USOS		RECURSOS	
CI	2.831,00	Produção	4.842,00
ativ agro (1.A.a)	350,00	prod agropec (1.A.c/d)	60,00
ativ em (2.C.a/b)	80,00	prod extrativa (1.A.b/2.A.a)	685,00
ativ transformação (2.D.a)	1.203,00	prod transf (2.B.a)	2.930,00
ativ siup (3.B.a/4.B.a)	90,00	prod outros serv merc (9.A.c) + apu	45,00
ativ c civil	341,00	prod constr civil (10.A.a/e)	770,00
ativ com e transp	212,00	prod siup	352,00
ativ financeira	6,00		
ativ outros serv mercantis (9.B.b)	444,00		
ativ. Apu	105,00		
FBC privado	1.140,00	Margens	355,00
FBCF	1.140,00	(I-S) produtos	92,00
Maq e equip	570,00		
C Civil	570,00		
VE privado	0,00		
FBC APU	170,00		
FBCF APU	170,00		
MAQ EQUIP APU	20,00		
CONSTRUÇÃO APU	150,00		
VE			
Consumo das Famílias	1.148,00		
Total	5.289,00	Total	5.289,00
FBCF	530		
Maq e equip	350		
C Civil	180		

**3 – Setor de Atividade Serviços**

## CONTA DE PRODUÇÃO

USOS		RECURSOS	
Consumo Intermediário	1.050,00	Produção	3.751,00
5, 6 e 7.B.a) prod it p/ transp e com	200,00	5.A.a/c; 6.A.a/b/c) transp rod prod agro	255,00
5, 6.e 7B.b) serv prest empr p/ transp e com	60,00	5.A.b) margem transp rod pr it	110,00
5.B.c e 7.B.d) siup p/ transp e com	2,50	7.A.a) margem com agro	100,00
6.B.c) ee p/ transp e com	9,50	6.A.b) margem com it	235,00
8.B.a) prod it p/ fin	5,00	8.A.a) juros de fam e emp	100,00
8.B.b) siup p/ fin	1,00	8.A.b) serv fin prest fam e emp	11,00
8.B.c) serv. prest emp p/ fin	6,00	9.A.a) comunicações	355,00
9.B.a) prod agro p/ outros serv	100,00	9.A.b) outros mercantis	800,00
9.B.b) prod da it p/ outros serv	395,00	9.A.c) prod it	25,00
9.B.c) siup ee p/ outros serv	24,00	9.A.d) serv prest famílias	400,00
9.B.d) siup agua e esgo- to p/ outros serv	5,00	9.A.e) serv pres empresas	470,00
9.B.e) serv prest emp p/ outros serv	44,00	9.A.f) serv educação fam	150,00
Publicações públicas para outros serv	20,00	9.A.g) serv saúde fam	200,00
Cons. Intermediário da apu	155,00	Sementes da embrapa ag	10,00
a) desp prod agro	25,00	Publicações do Senado it	20,00
b) desp prod transf	100,00	Rec museus	10,00
c) desp com prod siup	5,00		
d) desp financeiras	10,00	Produção apu não mercantil	500,00
e) desp serv diversos	15,00		
Serviços financeiros	23,00		
Valor adicionado bruto	2.701,00		
CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA			
		Valor adicionado bruto pb	2.701,00
5.C, 6.C e 7.C) Remuneração +apu	2.295,00		
(I-S) outros s/ produção	6		
EOB	400,00		
5.C, 6.C, 7,8 e 9.C) PO	8.800		
FBCF (Máq e equip 130 + C Civil 230)	360,00		

(continua)

**3 – Setor de Atividade Serviços (cont.)**

## CONTA DE BENS E SERVIÇOS

USOS		RECURSOS	
CI	923,00	Produção	3.706,00
ativ agro (1.B.e/f)	326,00	prod com e transp	700,00
ativ. Ind	439,00	prod transp pela extrativa	10,00
ativ em (2.C.c/d)		prod if	111,00
ativ transformação (2.C.d/e)		prod de outros merc	2.385,00
3/4.B.b) ativ de siup		produtos não mercantis	500,00
10.B.i) ativ c civil		serviços de saúde e educação p famílias	109,00
ativ serviços	158,00		
5/6/7.B.b) ativ. com e transp			
8.B.c) ativ. financeiro			
9.B.e) ativ outros serv mercantis		Margens	-455,00
6.B.d; 7.b.e; 9.B.f) serv financeiros		(I-5) produtos	15,00
FBC privado	20		
FBCF	20		
Maq e equip	20		
C Civil			
VE privado			
consumo final das apu	391,00		
Consumo das Famílias	1.932,00		
Total	3.266,00	Total	3.266,00

**Tabela 7.2 – Tabela de Recursos e Usos agregada – Fechada e com governo**

**I - Tabela de Recursos**

Oferta de bens e serviços		Produção das atividades			Importação de bens e serviços (CIF)	
Descrição do produto	Oferta total a preços de consumidor	Margens líquidos sobre produtos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
Agropecuária	1.113	100	940	60	10	1.010
Indústria	5.289	385	60	4.737	45	4.842
Serviços	3.266	-455	0	10	3.696	3.706
<b>Total</b>	<b>9.668</b>	<b>0</b>	<b>1.000</b>	<b>4.807</b>	<b>3.751</b>	<b>9.558</b>

**II - Tabela de Usos**

Oferta de bens e serviços				Consumo intermediário das atividades			Consumo final		Demanda final			TOTAL DA DEMANDA	
Descrição do produto	Oferta total a preços de consumidor	Margens líquidos sobre produtos	Impostos líquidos sobre produtos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	Consumo final famílias	Consumo final APU	Formação bruta de capital privado	Formação bruta de capital APU	Exportação (FOB)	Total
Agropecuária	1.113	-	-	100	780	125	1.005	78	0	30	0	0	108
Indústria	5.289	-	-	350	1.714	767	2.831	1.148	0	1.140	170	0	2.458
Serviços	3.266	-	-	326	439	158	923	1.932	391,00	20	0	0	2.343
<b>Total</b>	<b>9.668</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>776</b>	<b>2.933</b>	<b>1.050</b>	<b>4.759</b>	<b>3.158</b>	<b>391</b>	<b>1.190</b>	<b>170</b>	<b>0</b>	<b>4.909</b>
<b>Componentes do valor adicionado</b>				<b>Componentes do valor adicionado</b>			<b>Componentes do valor adicionado</b>			<b>Componentes do valor adicionado</b>			
Componentes do valor adicionado		Impostos líquidos sobre produtos		Agropecuária	Indústria	Serviços	<b>Total</b>	<b>Total da economia</b>					
Valor adicionado bruto pb (PIB)		110		224	1.874	2.701	4.799	4.909					
Remunerações		-		170	1.155	2.295	3.620	3.620					
Excedente operacional bruto		-		53	712	400	1.165	1.165					
Outros impostos líquido s/a produção		-		1	7	6	14	14					
Valor da produção total		-		1.000	4.807	3.751	9.558	9.558					
Pessoal ocupado		-		1.700	5.500	8.800	16.000	16.000					
				<b>Tabletas de impostos e subsídios</b>			<b>Tabletas de impostos e subsídios</b>			<b>Tabletas de impostos e subsídios</b>			
outros s/produção				agropecuária	industrial	serviços	<b>total</b>						
imposto		3		8	6	0	17						
(-) subsídio		2		1	0	0	3						
total		1		7	6	0	14						
s/produção		imposto		(+) subsídio	total								
agropecuária		3		0	3	0	3						
indústria		92		0	92	0	92						
serviços		15		0	15	0	15						
total		110		0	110	0	110						

## CAPÍTULO VIII

# AS TABELAS DE RECURSOS E USOS PARA UMA ECONOMIA COMPLETA

### O RESTO DO MUNDO

Neste Capítulo retira-se a última restrição para se mensurar de forma completa o processo econômico. A partir de agora se consideram, também, as relações econômicas e financeiras da economia nacional com o resto do mundo; agrupamento que reúne todos os setores institucionais não-residentes.

As relações da economia nacional com o resto do mundo têm como principal característica a complementaridade. Através das trocas internacionais é possível às nações obterem bens e serviços e fatores de produção de que não dispõem. Essa complementaridade, entretanto, não se refere apenas à existência doméstica, ou não, desses produtos, mas à sua existência de forma competitiva internacionalmente.

As relações externas da economia nacional são classificadas em:

- 1) importações de bens e serviços – a importação pela economia nacional de bens e serviços produzidos pelo resto do mundo reflete suas necessidades no que tange aos fatores de produção, notadamente insumos e equipamentos não disponíveis internamente; aos bens duráveis e não duráveis, em busca da diversificação do consumo das famílias residentes; e a uma série de serviços, todos necessários ao pleno funcionamento da economia doméstica. Gera-se, com as importações, um fluxo de receitas pagas ao resto do mundo ou um fluxo de obrigações financeiras, caso essas importações tenham sido financiadas por não-residentes.
- 2) exportações de bens e serviços – com a receita obtida por meio das exportações de bens e serviços, ou de financiamento, será possível realizar as importações, já que estas devem ser pagas, necessariamente, com moedas que tenham aceitação internacional. As exportações, diferentemente das importações, não estão sob o controle da economia nacional; dependem da demanda do resto do mundo.
- 3) pagamentos (ou recebimentos) por parte de residentes a não-residentes, de rendimentos de fatores de produção de propriedade dos não-residentes. Nesta categoria estão classificados todos os rendimentos de propriedade, tais como: lucros, juros, aluguéis e salários.
- 4) transferências unilaterais – trata-se de doações de bens e serviços de residentes para não-residentes da economia nacional para o resto do

mundo (ou vice-versa), geralmente em espécie, visando socorrer nações amigas; ou, ainda, de remessas de recursos monetários líquidos de não-residentes para residentes da economia nacional (ou vice-versa). Não criam nenhuma contrapartida prévia ou futura.

5) fluxo de capitais – nesta categoria estão as entradas de capitais na economia nacional, vinda do resto do mundo e as saídas de capitais da economia nacional para o resto do mundo. Este fluxo de capitais pode ser de duas espécies:

1) capitais de risco – trata-se de investimentos diretos (ou reinvestimentos) de empresas não-residentes, na forma de unidades produtivas ou parte delas. Essas aplicações trazem, além do capital propriamente dito, novas tecnologias de produto e de produção, gerando renda e produto no interior da economia nacional, aumentando a capacidade produtiva da economia nacional. Em contrapartida, alteram o regime de propriedade de fatores na economia nacional, o que gera com o resto do mundo a obrigação de pagamentos de rendimentos desses fatores de produção de propriedade de não-residentes, além da sua eventual repatriação. Colateralmente, não-residentes, pelo controle das decisões econômicas de suas unidades que operam na economia nacional, passam a responder por parte das decisões econômicas dessa economia.

2) capitais de empréstimos – são aportes de capitais concedidos a residentes, por parte de não-residentes. Estes capitais não alteram diretamente o regime de propriedade interna de fatores. Geram com o resto do mundo obrigações financeiras futuras, na forma de pagamentos de juros e amortização. A dívida externa de uma nação constitui-se de empréstimos não-amortizados.

#### A CONTABILIZAÇÃO DAS TRANSAÇÕES COM O RESTO DO MUNDO – O BALANÇO DE PAGAMENTOS (BP)

O registro das transações econômicas e financeiras das economias nacionais com o resto do mundo é feito numa peça contábil chamada Balanço de Pagamentos, cuja confecção é de responsabilidade do Banco Central. Os registros contábeis no balanço de pagamentos são feitos dentro do princípio das partidas dobradas, em dois grupos de contas: as contas operacionais e as de caixa. A um débito em uma delas, corresponde necessariamente um crédito na outra.

As contas operacionais registram os fatos geradores do recebimento ou da transferência de recursos do exterior, tais como as importações e as exportações de bens e serviços, as remunerações de fatores de produção, os investimentos, os empréstimos etc. Por sua vez, as contas de caixa registram o movimento dos meios de pagamento internacionais, tais como, ouro monetário, direitos especiais de saque etc.

Como se verá no Capítulo 10, por serem operações financeiras, na classificação das contas nacionais, as transações registradas nas contas de caixa são computadas nas contas financeiras. As transações das contas operacionais, para as contas nacionais, são operações de bens e serviços (exportações e importações), ou operações de apropriação de rendas entre residentes e não-residentes.

#### A ESTRUTURA DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

O Balanço de Pagamentos, ilustrado na Figura 8.1, divide as transações entre a economia nacional e o resto do mundo em dois grandes grupos: as transações correntes e os movimentos de capital. Como transações correntes registram-se as movimentações de mercadorias (bens) e serviços, incluindo aquelas transações que se referem à remuneração de serviços de fatores de produção, tais como salários, juros, dividendos e as transferências unilaterais. Os movimentos de capitais autônomos registram as transferências de moeda, títulos de crédito e de investimentos. Os capitais compensatórios, por sua vez, fazem parte das contas de caixa, que são ditas abaixo da linha, ou seja, do resultado do balanço. De fato, as transações correntes junto com os movimentos de capitais autônomos são transações das contas operacionais, enquanto as referentes aos movimentos de capitais compensatórios, são transações contabilizadas nas contas de caixa. Dessa maneira, os movimentos de capital compensatórios são as contrapartidas das transações correntes e dos movimentos de capitais autônomos, levando a concluir que o saldo do balanço de pagamentos será sempre idêntico à soma dos capitais compensatórios.

**Figura 8.1 – Estrutura geral do Balanço de Pagamentos**

Operações e Saldos	Pagamentos ao resto do mundo	Recebimentos do resto do mundo
I) Balança comercial		
Exportações de mercadorias (fob)		
Importações de mercadorias (fob)		
II) Balança de serviços		
Viagens		
Transportes		
Comunicações		
Seguros		
Serviços governamentais		
Outros serviços (aluguéis de filmes cinematográficos, corretagens e comissões, <i>royalties</i> e licenças, direitos autorais)		
III) Balança de rendas		
Rendas de capitais (lucros, dividendos, juros)		
Salários e ordenados		
IV) Transferências unilaterais		
V) Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente (I+II+III+IV)		
VI) Movimento de capitais autônomos		
Investimentos diretos		
Reinvestimentos		
Empréstimos e financiamentos		
Amortizações		
Capitais de curto prazo		
Outros capitais autônomos		
VII) Erros e omissões		
VIII) Saldo total do Balanço de Pagamentos (V+VI+VII)		
IX) Movimento de capitais compensatórios		
Reservas internacionais		
Haveres a curto prazo no exterior		
Ouro monetário		
Direitos especiais de saque		
Reservas no FMI		
Empréstimos de regularização		
Atrasados		

A seguir descrevem-se as transações especificadas no Balanço de Pagamentos.

#### I) A BALANÇA COMERCIAL

A balança comercial registra as operações de exportações (recebimentos da economia nacional) e importações (pagamentos da economia nacional) de mercadorias (bens), vale dizer produtos tangíveis ou visíveis, classificáveis nas categorias de produtos da agropecuária ou da indústria. As informações sobre essas transações originam-se nos registros administrativos mantidos pelos órgãos encarregados de conceder as licenças de exportação e importação, no caso brasileiro atual, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento e do Comércio Exterior. As exportações e as importações são, no Balanço de Pagamentos, valoradas a preços fob (valor de embarque, excluídos os fretes e seguros).

#### II) A BALANÇA DE SERVIÇOS

A balança de serviços registra as operações de pagamentos e recebimentos por serviços adquiridos e vendidos. Trata-se de transações de produtos intangíveis ou invisíveis. Essas informações originam-se nos registros administrativos do próprio Banco Central.

- Viagens internacionais – Este item engloba os pagamentos (ou, analogamente, os recebimentos) realizados por residentes em viagens temporárias, de lazer ou a negócios, ao resto do mundo.
- Transportes – Como tal, registram-se os gastos de residentes da economia nacional realizados no resto do mundo, pelo uso dos meios de transportes e da infra-estrutura portuária e de fronteira de propriedade de não-residentes.
- Seguros – Nesta categoria contabilizam-se os pagamentos de residentes da economia nacional feitos a empresas não-residentes, resultantes de prêmios e indenizações pela prestação de serviços de seguros.
- Serviços governamentais – Este item refere-se a despesas com embaixadas, consulados e representações no exterior, mantidas pela economia nacional no resto do mundo, bem como contribuições a organizações internacionais.
- Outros serviços – Nesta categoria enquadram-se os pagamentos feitos pela economia nacional ao resto do mundo pela prestação de

diversos outros serviços não incluídos nas categorias de serviços anteriores, tais como: alugueis de filmes cinematográficos, corretagens e comissões, *royalties* e licenças, direitos autorais etc. No caso brasileiro, destaca-se a aquisição de energia elétrica do Paraguai (da binacional Itaipu) que na classificação de atividades é um serviço industrial de utilidade pública (SIUP) e aqui no BP é classificada como serviços.

### III) BALANÇA DE RENDAS

Como mencionado anteriormente, este item contém as rendas do trabalho (salários e ordenados), de capital de risco (lucros e dividendos) e de empréstimo (juros).

### IV) TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS

Referem-se às transferências unilaterais de diversos tipos de donativos voluntários ou compulsórios, privados ou oficiais, sem qualquer contrapartida prévia ou futura. Parte é destinada à manutenção de residentes, tais como funcionários do corpo diplomático. Grande parte são doações que fluem em espécie sob a forma de ajuda humanitária a países carentes, embora possam também conter ajuda para fins militares, reparações de guerra. Contabiliza-se ainda, nesse item, as remessas particulares de imigrantes ou estrangeiros residentes no exterior para suas pátrias.

### V) SALDO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS EM CONTA CORRENTE

Este item representa o resultado da diferença entre pagamentos e recebimentos efetuados na balança comercial, balança de serviços, balança de rendas e transferências unilaterais. De fato, este saldo representa todas as compras e vendas de bens e serviços (pagas ou a pagar e recebidas ou a receber), todos os pagamentos e recebimentos de rendas, além das transferências unilaterais.

Se este saldo for deficitário, significa que ele foi de alguma maneira financiado por um dos itens da categoria referente aos movimentos de capital autônomo, cujo saldo deverá ser necessariamente idêntico e positivo para que se tenha o equilíbrio contábil do Balanço de Pagamentos. Logo, significa também que o resto do mundo, de alguma maneira, financiou a economia nacional, transferindo para ela parte de sua poupança. Se o

saldo for superavitário, significa que o resto do mundo foi financiado pela economia nacional.

#### VI) MOVIMENTO DE CAPITAIS AUTÔNOMOS

Nesta categoria são registradas as entradas e saídas de capitais voluntários sob as seguintes formas:

- Investimentos diretos – correspondem basicamente à entrada ou à saída de capitais de risco no país, decorrentes de investimentos por parte de empresas multinacionais não-residentes e residentes; incluem os empréstimos intercompanhias e os investimentos em carteira de ações;
- Reinvestimentos – referem-se a lucros de propriedade de empresas multinacionais não residentes não remetidos e reinvestidos na economia nacional;
- Empréstimos e financiamentos – nesta categoria são registradas as operações de crédito de médio e de longo prazos, junto às instituições internacionais de financiamento, privadas ou oficiais, destinadas a financiar projetos privados ou públicos;
- Amortizações – registram-se nesta categoria as parcelas de amortizações de empréstimos e financiamentos contraídas em períodos anteriores;
- Capitais de curto prazo – compreendem operações de empréstimos e financiamentos de curto prazo, geralmente resultantes de transações correntes – exportações, importações de bens e serviços;
- Outros capitais autônomos – correspondem a capitais autônomos não classificados nas categorias anteriores.

#### VII) ERROS E OMISSÕES

Como todas as estatísticas, o Balanço de Pagamentos contém erros decorrentes de imperfeições na contabilização das operações. Assim sendo, é comum que a soma do saldo de transações correntes com o movimento de capitais autônomos (parcelas acima da linha) apresente diferenças em relação ao saldo dos capitais compensatórios (parcela abaixo da linha), que é a contrapartida de caixa daquelas parcelas operacionais. Por serem transações que foram contabilizadas pelo método das partidas dobradas, a única diferença entre estes saldos deveria estar no sinal invertido.

Sabendo-se que os movimentos de capitais compensatórios são apurados com bastante rigor pelo Banco Central, presume-se que os erros e omissões na contabilização das transações tenham ocorrido na contabilização das transações das contas operacionais. Assim sendo, por convenção, adiciona-se esta rubrica às contas operacionais, obtendo-se a mesma por resíduo, como a diferença do total das contas de caixa e das contas operacionais. Logo, o registro válido é o segundo, o que obriga a que se lance numa linha de erros e omissões as eventuais diferenças. Esses valores podem ser expressivos como os -4,3 bilhões de dólares, de 1998, ou irrelevantes como os +194 milhões de dólares de 1999.

#### VIII) SALDO TOTAL DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

Este item corresponde ao somatório do saldo das transações correntes, do movimento de capitais e dos erros e omissões. Representa uma linha divisória entre as contas operacionais, situadas acima dessa linha, e as contas de caixa, situadas abaixo dessa linha.

#### IX) MOVIMENTO DE CAPITAIS COMPENSATÓRIOS

Esta categoria, abaixo da linha, reúne basicamente as contas de caixa, descritas anteriormente (Capítulo 2) como operações financeiras das contas nacionais, a saber: haveres a curto prazo no exterior, ouro monetário, direitos especiais de saque e a posição de reservas no Fundo Monetário Internacional (FMI). Adicionalmente, contém as contas referentes aos empréstimos de regularização do FMI e outras instituições, destinadas a cobrir déficits no Balanço de Pagamentos; e os atrasados, que são contas vencidas no exterior não pagas pelo país.

#### AS CONTAS DAS ATIVIDADES PARA UMA ECONOMIA COMPLETA (ABERTA E COM GOVERNO)

Com a introdução do setor externo ao modelo que vinha sendo desenvolvido, não há nenhuma alteração quanto aos setores de atividade econômica até então considerados. Não se alteram também os valores brutos da produção de cada setor de atividade, nem seus valores adicionados, tampouco as transações intermediárias. Ou seja, as contas de produção e de distribuição primária da renda não sofrem alteração.

Altera-se, entretanto, a conta de oferta e demanda de bens e serviços. Isto ocorre, por um lado, porque à oferta interna de bens e serviços deve-se agora somar as importações de bens e serviços do resto do mundo, introduzindo-se, portanto, uma coluna na tabela de recursos de bens e serviços, fazendo com que a oferta total de bens e serviços se amplie no montante das importações. Por outro lado, à demanda interna de bens e serviços finais somam-se agora as vendas de bens e serviços ao resto do mundo, o que está representado na tabela de demanda final por uma coluna de exportações, fazendo com que a demanda final se amplie no montante dos bens e serviços exportados. Pode também haver alterações no consumo intermediário das atividades na medida em que parte dos produtos importados podem ser bens intermediários. Caso isso ocorra, pode haver a substituição de parte da demanda de bens intermediários produzidos domesticamente por outros importados.

Deve-se ressaltar o fato de nas Tabelas de Recursos e Usos o valor das importações estar, diferentemente do que ocorre no Balanço de Pagamentos, valorado a preços *cif*, que inclui nos preços das mercadorias os custos de transportes e dos seguros desse transporte, no caso de eles serem feitos por não-residentes na economia nacional. Isso ocorre para que se coloquem as mercadorias importadas valoradas a preços semelhantes àqueles da produção nacional. Vale dizer, o preço pelo qual as mercadorias importadas entram no território nacional (preços *cif*) é equivalente assim ao preço do produtor. Quando as mercadorias importadas são transportadas e seguradas por residentes na economia nacional, os valores correspondentes a esses fretes e seguros serão imputados como exportação desses serviços não-fatores, junto com os outros serviços vendidos por residentes a não-residentes.

As alterações nas demais contas do sistema são bem amplas, como se verá adiante: em primeiro lugar, nas contas não-financeiras o resto do mundo passa a participar também do processo de apropriação da renda ao receber e pagar rendimentos de serviços de fatores; o saldo na conta de capital registrará como capacidade ou necessidade de financiamento do resto do mundo o saldo de transações correntes do Balanço de Pagamentos; as contas financeiras registrarão os movimentos de capital financeiro entre a economia nacional e o resto do mundo; e, finalmente, as contas patrimoniais registrarão as alterações de propriedade de patrimônio ocorridas entre a economia nacional e o resto do mundo.

Com a inclusão do resto do mundo, para se calcular o PIB pela ótica do dispêndio na Tabela de Recursos e Usos, é necessário, agora, diminuir

a parcela de produtos importados e somar a de exportados. Ou seja, a demanda final da economia não é mais idêntica ao PIB; para se obtê-lo pela ótica do dispêndio deve-se subtrair da demanda final as importações de bens e serviços.

Além disso, com o setor externo presente na economia, passa-se a ter um outro agregado macroeconômico – o Produto Nacional Bruto (PNB), ou Renda Nacional Bruta. Até o momento tratou-se apenas da produção doméstica, e o conceito a ela associado era o do Produto Interno Bruto (PIB), que representa tudo que foi produzido pelos setores institucionais residentes. Com a economia fechada, toda a renda gerada domesticamente, e somente ela, era apropriada pelos setores institucionais residentes. Com a abertura da economia, a parcela dos fatores de produção utilizada internamente pode ser de propriedade de não residentes; analogamente, parte dos fatores de produção utilizados no resto do mundo pode ser de propriedade de residentes na economia nacional. Portanto, parte da produção doméstica pode ter sido realizada utilizando-se fatores de produção de propriedade do resto do mundo, enquanto parte da produção do resto do mundo pode ter sido realizada com fatores de produção de propriedade de residentes na economia nacional.

A remuneração desses fatores de produção de propriedade de não-residentes dá origem a um fluxo de rendimentos entre a economia nacional e o resto do mundo, que no Balanço de Pagamentos corresponde aos fluxos de rendas, cujo saldo entre os pagamentos efetuados pela economia nacional e os seus recebimentos é denominado Renda Líquida do Exterior. O Produto Nacional Bruto é um conceito que visa estabelecer a diferença entre o que foi produzido domesticamente (PIB) e o que foi apropriado pelos residentes na economia nacional. Esta diferença é a Renda Líquida do Exterior (RLE).

Logo:

$$\text{PNB} = \text{PIB} - \text{RLE},$$

Onde:

$$\text{RLE} = \text{RENDA ENVIADA} - \text{RENDA RECEBIDA}$$

A Renda Líquida do Exterior será positiva se os pagamentos efetuados pela economia nacional ao resto do mundo forem superiores aos recebimentos, caso contrário, será negativa. Se esta diferença for positiva, a economia nacional estará remetendo mais renda ao resto do mundo do que recebendo.

Logo, o total do produto ou da renda apropriada pela economia nacional, seu PNB ou sua RNB, será inferior ao PIB ou à RIB. Se o saldo for negativo, a economia nacional estará recebendo mais renda do resto do mundo do que remetendo. Logo, na equação, terá seu sinal trocado e será adicionado ao PIB, fazendo com que o produto apropriado pelos seus residentes, seu PNB, seja superior ao seu PIB.

Isto decorre do fato de a conta de operações da economia nacional com o resto do mundo ser feita sob a ótica deste. Assim, nessa conta, os recursos são recursos do resto do mundo, e os usos são usos do resto do mundo. Portanto, são recursos do resto do mundo as importações de bens e serviços feitas pela economia nacional, bem como os resultados líquidos de pagamentos menos recebimentos pela economia nacional de rendas e transferências unilaterais. Estes saldos líquidos, se positivos, são lançados com sinal positivo como recurso do resto do mundo; se negativos, são lançados com sinal negativo sob a mesma rubrica, sendo, portanto, subtraídos. São usos do resto do mundo suas despesas com exportações de bens e serviços, e os pagamentos de rendas e transferências unilaterais efetuados pela economia nacional. Caso o saldo dessa conta seja positivo, será considerado capacidade de financiamento; se negativo, necessidade de financiamento do resto do mundo. No primeiro caso, o resto do mundo financia a economia nacional, enquanto no segundo é por esta financiado.

Como se verá mais adiante, da mesma forma que o Produto Interno Bruto é idêntico à Renda Interna Bruta ( $PIB = RIB$ ), o Produto Nacional Bruto é igual à Renda Nacional Bruta ( $PNB = RNB$ ). Entretanto, há uma diferença entre a Renda Nacional Bruta e a Renda Nacional Disponível Bruta que é obtida subtraindo-se da primeira as Transferências Líquidas do Exterior num procedimento semelhante ao da obtenção da Renda Líquida do Exterior. Ou seja, as transferências unilaterais são tratadas no âmbito da conta da distribuição secundária da renda, enquanto os pagamentos de fatores são considerados no âmbito da conta de alocação da renda.

**Figura 8.2 – As operações com o resto do mundo**

Usos	Recursos
Exportações da economia nacional	Importações da economia nacional
	Juros (líquidos)
	Dividendos (líquidos)
	Remunerações do Trabalho (líquidos)
	Outros serviços fatores (líquidos)
	Transferências unilaterais (líquidos)
Capacidade (+) ou Necessidade (-) de financiamento do resto do mundo	

### INFORMAÇÕES PARA UMA ECONOMIA COMPLETA

Neste capítulo, com a introdução do setor externo, procurou-se preservar ao máximo as informações referentes aos capítulos anteriores, de uma economia fechada. Continuamos informando apenas os dados referentes às transações da economia nacional com o resto do mundo, introduzidas neste capítulo. Informam-se abaixo todas as transações necessárias à construção do Balanço de Pagamentos, embora apenas parte delas venha a ser utilizada nas Tabelas de Recursos e Usos.

Para efeito de simplificação, o total das operações de crédito é igual ao das de débito nas contas operacionais. Não há, portanto recursos a haver ou obrigações a dever. Com isso o saldo do Balanço de Pagamentos é zero, já que pagamentos e recebimentos se igualam.

### INFORMAÇÕES RELATIVAS À BALANÇA COMERCIAL

#### IMPORTAÇÕES (FOB)

- 1) produtos agropecuários – \$ 180,00, destinados ao consumo das famílias; esta informação altera o consumo final das famílias anteriormente conhecido.
- 2) produtos da extrativa mineral – \$ 35,00 destinados à indústria de transformação; esta informação irá alterar o consumo intermediário da indústria anteriormente conhecido e, portanto, o valor adicionado pela indústria;
- 3) produtos da indústria de transformação – \$ 530,00, sendo \$ 500,00 referentes à aquisição de máquinas e equipamentos para as diversas ativi-

dades, e o restante para consumo das famílias; esta informação alterará a FBC e o consumo final das famílias, anteriormente conhecidos.

- 4) energia elétrica (serviços industriais de utilidade pública) – \$110,00, absorvidos pelas famílias. Esta informação altera apenas o consumo final das famílias anteriormente conhecido.

#### EXPORTAÇÕES (FOB)

Todas as informações da exportação em princípio alterarão o consumo final das famílias obtido por saldo na demanda final.

- 1) produtos agropecuários – \$ 130,00;
- 2) produtos da indústria de transformação – \$ 100,00, referente a máquinas e equipamentos.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A BALANÇA DE SERVIÇOS

Todas as informações da exportação em princípio alterarão o consumo final das famílias, obtido por saldo na demanda final. As informações de importação alteram a oferta total, e dependendo do bem ou serviço importado, alterará o consumo intermediário e o valor adicionado da atividade.

- 1) Turistas da economia nacional realizaram gastos em países estrangeiros no total de \$20,00 enquanto turistas estrangeiros realizaram gastos na economia nacional no total de \$10,00;
- 2) Os custos de transportes e seguros das mercadorias importadas pela economia nacional, feitos por empresas estrangeiras, foram, respectivamente, de: mercadorias agropecuárias, \$15,00 e \$5,00; produtos da extrativa mineral, \$5,00 e \$5,00; produtos da indústria de transformação, \$40,00 e \$30,00, incidentes sobre os bens de capital importados.
- 3) Os custos de transportes das mercadorias exportadas pela economia nacional, feitos por empresas nacionais, foram de \$5,00, sendo \$3,00 de transporte para as mercadorias agropecuárias e \$2,00 para as industriais.
- 4) As embaixadas do resto do mundo, localizadas no país fictício, realizaram serviços para os residentes no valor de \$5,00.
- 5) A economia nacional pagou ao resto do mundo diversos outros serviços no valor de \$20,00 e recebeu \$5,00.
- 6) O resto do mundo pagou ao país fictício \$118,00 a título de juros.
- 7) O resto do mundo pagou ao país fictício \$143,00 a título de dividendos;

- 8) O resto do mundo pagou como salários de residentes da economia nacional, \$20,00, e recebeu de seus residentes \$50,00.
- 9) A título de ajuda humanitária, o país fictício enviou para o resto do mundo medicamentos e roupas no valor de \$3,00 e recebeu deste a mesma quantia.
- 10) As empresas de propriedade de não-residentes realizaram investimentos e reinvestimentos no país fictício no valor de \$900,00, enquanto empresas de propriedade de residentes do país fictício realizaram investimentos no resto do mundo no valor de \$230,00.
- 11) Empresas do país residente recorreram a empréstimos e financiamentos de médio e longo prazo do resto do mundo no valor de \$100,00, enquanto os bancos do país fictício concederam o mesmo tipo de financiamento a empresas do resto do mundo no valor de \$300,00.
- 12) As empresas do país fictício amortizaram parte de sua dívida com o resto do mundo no valor de \$100,00 enquanto as empresas do resto do mundo amortizaram dívidas no valor de \$58,00.
- 13) Os bancos estrangeiros concederam a empresas do país fictício empréstimos de curto prazo no valor de \$97,00, enquanto os bancos nacionais emprestaram a empresas do resto do mundo recursos de curto prazo no valor de \$6,00.
- 14) O saldo total do Balanço de Pagamentos fechou equilibrado em \$1.689,00. Não houve erros e omissões.

A seguir são apresentadas as contas por nove setores de atividade e nove grupos de produtos (a TRU) e também o Balanço de Pagamentos. Na TRU são realçadas em cinza as alterações observadas na tabela do Capítulo 7. Para efeito de simplificação, apresentam-se as contas das atividades em separado para três setores e três grupos de produtos (Agropecuária, Indústria e Serviços) e também a TRU com essa mesma agregação.

**Tabela 8.3 – Balanço de pagamentos do país fictício**

OPERAÇÕES E SALDOS	PAGAMENTOS AO RESTO DO MUNDO	RECEBIMENTOS DO RESTO DO MUNDO	SALDO
I) BALANÇA COMERCIAL (fob)	745,00	230,00	-515,00
Exportações		230,00	
Mercadorias Agropecuárias		130,00	
Mercadorias extr mineral		0,00	
Mercadorias ind transf		100,00	
Importações	745,00		
Mercadorias Agropecuárias	180,00		
Mercadorias extr mineral	35,00		
Mercadorias ind transf	530,00		
II) BALANÇA DE SERVIÇOS	255,00	20,00	-235,00
Energia Elétrica	110,00	0,00	
Viagens Internacionais	20,00	10,00	
Transportes	60,00	5,00	
Transporte de mercadorias agropecuárias	15,00	3,00	
Transporte de mercadorias extrat	5,00	1,00	
Transporte de mercadorias trasnsf	40,00	1,00	
Seguros	40,00	0,00	
Seguro de mercadorias agropecuárias	5,00	0,00	
Seguro de mercadorias extrat	5,00	0,00	
Seguro de mercadorias transf	30,00	0,00	
Serviços Governamentais	5,00	0,00	
Outros Serviços	20,00	5,00	
III) BALANÇA DE RENDAS	50,00	281,00	231,00
Salários e Ordenados	50,00	20,00	
Rendas de Capitais	0,00	261,00	
IV) TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS	3,00	3,00	0,00
V) SALDO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS EM TRANSAÇÕES CORRENTES (I+II+III+IV)	1.053,00	534,00	-519,00
VI) CONTA DE CAPITAL E FINANCEIRA	636,00	1.155,00	519,00
Capitais de Curto Prazo	6,00	97,00	91,00
Investimento Direto	230,00	900,00	670,00
Empréstimos e Financiamentos	300,00	100,00	-200,00
Amortizações	100,00	58,00	-42,00
VII) RESULTADO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS (V+VI)	1.689,00	1.689,00	0,00

Tabela 8.2 – Tabela de Recursos e Usos – Economia completa

I. Tabela de Recursos										Produção das Atividades										Total de economia			Impacto		
Oferta de bens e serviços										Consumo intermediário das Atividades										Total de economia			Demanda Final		
Descrição do produto	Oferta total a preços de consumidor	Margens sobre produto	Impostos líquidos sobre bens	Oferta total a preços base	Agropecuária	Indústria extrativa	Indústria transformação	SUP	Construção civil	Comércio temp.	Instituições financeiras	Outros serviços mercantis	APU	Total da atividade	Total de economia	Consumo das famílias	Consumo da APU	Formação bruta de capital (privada)	Formação bruta de capital (pública)	Exportação (FOB)	Total das transações lim.	Demanda Total			
Agropecuária	1.313	100	3	1.010	940	0	60	0	0	0	0	0	10	1.010	0	0	200	0	0	0	0	0	0	759	
Indústria extrativa	4.053	10	4	700	15	675	10	0	0	0	0	25	20	3.020	0	0	600	0	0	0	0	0	0	4.053	
Indústria transformação	462	0	0	352	0	0	2.905	0	0	0	0	0	0	352	0	0	0	0	0	0	0	0	0	462	
SUP	770	0	0	770	0	0	0	0	770	0	0	0	0	770	0	0	0	0	0	0	0	0	0	770	
Construção civil	255	0	0	255	0	0	0	0	0	700	0	0	0	700	0	0	0	0	0	0	0	0	0	255	
Instituições financeiras	117	0	0	117	0	0	0	0	0	0	111	0	0	111	0	0	0	0	0	0	0	0	0	117	
Outros serviços mercantis	2.439	0	0	2.385	0	0	0	0	0	0	0	2.375	10	2.385	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.439	
Services não-mercantis	500	0	0	500	0	0	0	0	0	0	0	0	500	500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	500	
Total	10.688	0	110	9.558	1.000	710	2.975	352	770	700	111	2.400	540	9.558	0	-100	845	1.760	170	250	5.864	10.688			
II. Tabela de Usos																									
Oferta de bens e serviços										Consumo intermediário das Atividades										Total de economia			Demanda Final		
Descrição do produto	Oferta total a preços de consumidor	Margens sobre produto	Impostos líquidos sobre bens	Oferta total a preços base	Agropecuária	Indústria extrativa	Indústria transformação	SUP	Construção civil	Comércio temp.	Instituições financeiras	Outros serviços mercantis	APU	Total da atividade	Total de economia	Consumo das famílias	Consumo da APU	Formação bruta de capital (privada)	Formação bruta de capital (pública)	Exportação (FOB)	Total das transações lim.	Demanda Total			
Agropecuária	1.313	100	0	1.313	100	0	680	0	100	0	0	100	25	1.005	0	148	0	30	0	0	130	308	1.313		
Indústria extrativa	4.053	10	0	4.053	10	50	500	80	180	200	5	415	100	1.840	0	953	0	1.140	20	100	2.213	4.053			
Indústria transformação	462	0	0	462	30	30	130	10	10	12	1	29	5	257	0	205	0	0	0	0	205	462			
SUP	770	0	0	770	10	0	0	0	0	0	0	0	0	155	0	30	0	570	150	0	750	770			
Construção civil	255	0	0	255	100	50	5	0	0	0	0	0	0	155	0	95	0	0	0	5	100	255			
Instituições financeiras	117	0	0	117	16	6	16	6	16	17	0	6	10	93	0	24	0	0	0	0	24	117			
Outros serviços mercantis	2.439	0	0	2.439	210	40	120	120	60	60	6	44	15	675	0	1.729	0	20	0	15	1.764	2.439			
Services não-mercantis	500	0	0	500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	500	0	109	391	0	0	0	500	500			
Total	10.688	0	110	9.558	776	176	2.069	216	517	289	12	594	155	4.804	0	3.283	391	1.760	170	250	5.864	10.688			
Complementos do valor adicionado																									
Valor adicionado bruto (VAB)	110	224	534	906	136	253	411	99	1.806	385	4.754	4.864													
Remunerações	-	170	360	600	125	70	188	35	1.692	380	3.620	3.620													
Excedente operacional bruto	-	53	173	302	9	183	220	64	1.120	5	1.420	1.420													
Impostos líquidos sobre as atividades	-	1	1	4	2	0	3	0	0	3	0	3	540	540											
Valor da produção total	-	1.000	710	2.975	352	770	700	111	2.385	1.000	1.300	3.500	1.000	16.000											
Preços correntes	-	1.700	500	2.000	500	2.500	3.000	1.300	3.500	1.000	16.000	16.000													

767

**1 – Setor de Atividade Agropecuário**

## CONTA DE PRODUÇÃO

USOS		RECURSOS	
Consumo Intermediário	776,00	Produção	1.000,00
1. B.a) ag sementes lav temp	90,00	1.A.a) Produtos vegetais da agro	720,00
1. B.b) em sal grosso	10,00	1.A.b) Produtos animais da agro	220,00
1. B.c) it fert adub comb def	300,00	1.A.c) Produtos IT	45,00
1. B.d) siup energia elétrica	30,00	1.A.d) Produtos EM	15,00
1. B.e) serv assist vet tel repar	210,00		
1. B.f) cc serv rep de cercas	10,00		
1. B.g) serv transp merc	100,00		
1. B.h) serv financeiros (16+1)	16,00		
Sementes adquiridas Embrapa	10,00		
Valor adicionado bruto pb	224,00		

## CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA

		Valor adicionado bruto pb	224,00
1.C) Remunerações (160+10)	170,0		
(I-S) outros s/ a produção	1,0		
EOB	53,0		
1. C) PO (1.500+200)	1.700		

## PRODUTO AGROPECUÁRIO

## CONTA DE BENS E SERVIÇOS

USOS		RECURSOS	
CI	1.005,00	Produção	1.313,00
ativ agro (1.A.a)	100,00	prod agro (1.A.a/b)	940,00
ativ transformação (2.D.a)	680,00	prod transf (2.B.b)	60,00
ativ c civil	100,00	prod pela embrapa = apu	10,00
ativ outros serv mercantis	100,00	Importações	200,00
cons intermed apu	25,00	Margens	100,00
DEMANDA FINAL	308,00		
FBC	30,00	(I-S) produtos	3,00
FBCF	20,00		
Maq e equip	0,00		
C Civil	0,00		
Outros	20,00		
VE	10,00		
Exportações	130,00		
Consumo das Famílias	148,00		
Total	1.313,00	Total	1.313,00

**2 – Setor de Atividade Industrial**

## CONTA DE PRODUÇÃO

USOS		RECURSOS	
Consumo Intermediário	2.978,00	Produção	4.807,00
2.D.a e 10.B.a) agro	780,00	2.B.a e 2.A.b) it diversos produtos	2.915,00
2.D.b e 10.B.b) em + trans importado	714,00	2.B.b) agro pesca p/it	60,00
2.D.c, 2.C.a, 3.B.a, 10.B.c/f) it	855,00	2.B.c e 2.A.a) Diversos EM	700,00
2.D.e) const civil rep imóv	10,00	2.A.c) serv transp ferrov p em	10,00
2.C.c; 2.D.d; 4.B.a/c; 10.B.d) siup	180,00	3.A e 4.a) Diversos SIUP	352,00
2.C.f e 2.D.g) serv transp ferr merc	55,00	10.A) Diversos da CC	770,00
2.C.d; 2.D.f; 3.B.b e 10.B.i) outros serv merc	340,00		
2.C.g; 2.D.h; 3.C.c; 10.B.g) serv fin (39+4)	44,00		
Valor adicionado bruto pb	1.829,00		

## CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA

		Valor adicionado bruto pb	1.829,00
2.F) Remuneração	1.155,00		
(I-S) outros s/ a produção	7		
EOB	667,00	FBCF	#REF!
2.F) PO	5.500	Maq e equip dom + importados	#REF!
		C Civil	180,00

## PRODUTOS DO INDUSTRIAIS

## CONTA DE BENS E SERVIÇOS

USOS		RECURSOS	
CI	2.866,00	Produção	4.842,00
ativ agro (1.A.a)	350,00	prod agropec (1.A.c/d)	60,00
ativ em (2.C.a/b)	80,00	prod extrativa (1.A.b/2.A.a)	700,00
ativ transformação (2.D.a)	1.238,00	prod transf (2.B.a)	2.915,00
ativ siup (3.B.a/4.B.a)	90,00	prod outros serv merc (9.A.c) +apu	45,00
ativ c civil	341,00	prod constr civil (10.A.a/e)	770,00
ativ com e transp	212,00	prod siup	352,00
ativ financeira	6,00		
ativ outros serv mercantis (9.B.b)	444,00	Importações cif	760,00
ativ. Apu	105,00		
DEMANDA FINAL	3.183,00	Margens	355,00
FBC privado	1.710,00	(I-S) produtos	92,00
FBCF	1.710,00		
Maq e equip dom + importados cif	1.140,00		
C Civil	570,00		
VE privado	0,00		
FBC APU	170,00		
FBCF APU	170,00		
MAQ EQUIP APU	20,00		
CONSTRUÇÃO APU	150,00		
VE			
Exportações fob	115,00		
Consumo das Famílias	1.188,00		
Total	6.049,00	Total	6.049,00

**3 – Setor de Atividade Serviços**

## CONTA DE PRODUÇÃO

USOS		RECURSOS	
Consumo Intermediário	1.050,00	Produção	3.751,00
5, 6 e 7.B.a) prod it p/ transp e com	200,00	5.A.a/c; 6.A.a/b/c) transp rod prod agro	255,00
5, 6 e 7B.b) serv prest empr p/ transp e com	60,00	5.A.b) margem transp rod pr it	110,00
5.B.c e 7.B.d) siup p/ transp e com	2,50	7.A.a) margem com agro	100,00
6.B.c) ee p/ transp e com	9,50	6.A.b) margem com it	235,00
8.B.a) prod it p/ fin	5,00	8.A.a) juros de fam e emp	100,00
8.B.b) siup p/ fin	1,00	8.A.b) serv fin prest fam e emp	11,00
8.B.c) serv. prest emp p/ fin	6,00	9.A.a) comunicações	355,00
9.B.a) prod agro p/ outros serv	100,00	9.A.b) outros mercantis	800,00
9.B.b) prod da it p/ outros serv	395,00	9.A.c) prod it	25,00
9.B.c) siup ee p/ outros serv	24,00	9.A.d) serv prest famílias	400,00
9.B.d) siup agua e esgoto p/ outros serv	5,00	9.A.e) serv pres empresas	470,00
9.B.e) serv prest emp p/ outros serv	44,00	9.A.f) serv educação fam	150,00
Publicações públicas para outros serv	20,00	9.A.g) serv saúde fam	200,00
Cons. Intermediário da apu	155,00	Sementes da embrapa ag	10,00
a) desp prod agro	25,00	Publicações do Senado it	20,00
b) desp prod transf	100,00	Rec museus	10,00
c) desp SIUP	5,00	Produção apu não mercantil	500,00
d) desp serv diversos	15,00		
e) serviços financeiros da apu	10,00		
Serviços financeiros	23,00		
Valor adicionado bruto	2.701,00		
CONTA DE GERAÇÃO DA RENDA			
		Valor adicionado bruto pb	2.701,00
5.C, 6.C e 7.C) Remuneração +apu	2.295,00		
(I-S) Outros s/ a produção	0		
EOB	406,00		
5.C, 6.C, 7,8 e 9.C) PO	8.800		

(continua)

**3 – Setor de Atividade Serviços (Cont.)**

## PRODUTO SERVIÇOS

## CONTA DE BENS E SERVIÇOS

USOS		RECURSOS	
CI	913,00	Produção	3.706,00
ativ agro (1.B.e/f)	326,00	prod com e transp	700,00
ativ. Ind	439,00	prod transp pela extrativa	10,00
ativ em (2.C.c/d)	96,00	prod if	111,00
ativ transformação (2.C.d/e)	141,00	prod de outros merc	2.385,00
3/4.B.b) ativ de siup	126,00	produtos não mercantis	500,00
10.B.i) ativ c civil	76	serviços de saúde e educação p famílias	109,00
ativ serviços	148,00		
5/6/7.B.b) ativ. com e transp	77,00		
8.B.c) ativ. financeiro	6,00	IMPORTAÇÕES CIF	45,00
9.B.e) ativ outros serv mercantis	50,00	Margens	-455,00
APU	15,00	(I-S) produtos	15,00
DEMANDA FINAL	2.398,00		
FBC privado	20,00		
FBCF	20,00		
Maq e equip	20,00		
C Civil			
VE privado			
FBC APU			
FBCF APU			
MAQ EQUIP APU			
CONSTRUÇÃO APU			
VE			
EXPORTAÇÕES	30,00		
Consumo das APU	381,00		
Consumo das Famílias	1.967,00		
Total	3.311,00	Total	3.311,00
FBCF	360,00		
Maq e equip	130,00		
C Civil	230,00		

**Tabela 8.3 – Tabela de Recursos e Usos para economia completa agregada**

**TABELA DE RECURSOS E USOS PARA A ECONOMIA COMPLETA AGREGADA**

I. - Tabela de Recursos	Oferta de bens e serviços		Produção das atividades			Importação de bens e serviços ( CIF )		
	Descrição do Produto	Oferta total a preços de consumidor	Margens	Impostos líquidos sobre produtos	Agropecuária		Indústria	Serviços
Agropecuária	1.313	100	3	940	60	10	1.010	200
Indústria	6.044	355	92	60	4.737	45	4.842	755
Serviços	3.311	-455	15	0	10	3.696	3.706	45
Total	10.668	0	110	1.000	4.807	3.751	9.558	1.000

**II - Tabela de Usos**

Descrição do Produto	Oferta de bens e serviços			Consumo Intermediário das Atividades				Demanda Final				TOTAL		
	Oferta total a preços de consumidor	Margens	Impostos líquidos sobre produtos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	Consumo final famílias	Consumo final APU	Formação bruta de capital privado	Formação bruta de capital APU		Exportação (FOB)	Total
Agropecuária	1.313	-	-	100	780	125	1.005	148	0	30	0	130	308	1.313
Indústria	6.044	-	-	350	1.759	767	2.876	1.188	0	1.710	170	100	3.168	6.044
Serviços	3.311	-	-	326	439	458	923	1.957	391	20	0	20	2.388	3.311
Total	10.668	-	-	776	2.978	1.050	4.804	3.293	391	1.760	170	250	5.864	10.668

Componentes do valor adicionado				Tabelas de impostos e subsídios					
Componentes do valor adicionado	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total da economia	Outros Imp. e subs. sobre a produção	agropecuária	industrial	serviços	total
Valor adicionado bruto pb (PIB)	224	1.829	2.701	4.754	imposto	3	8	6	17
Remunerações	-	170	2.295	3.620	(-) subsídio	2	1	0	3
Excedente operacional bruto	-	53	400	1.120	total	1	7	6	14
Outros impostos líquido sobre a produção	-	1	6	14	s/ produtos	imposto	(-) subsídio	total	
Valor da produção total	1.000	4.807	3.751	9.558	agropecuária	3	0	3	
Pessoal ocupado	1.700	5.500	8.800	16.000	indústria	92	0	92	
					serviços	15	0	15	
					total	110	0	110	

# **CAPÍTULO IX**

## **AS CONTAS DOS SETORES INSTITUCIONAIS PARA A ECONOMIA FICTÍCIA**

### **AS CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS – CONTAS CORRENTES E DE CAPITAL**

#### **BASE CONCEITUAL**

Como foi visto no Capítulo 5, o Sistema de Contas Nacionais do Brasil apresenta, atualmente, as Contas Econômicas Integradas apenas com as contas correntes (primeiro subconjunto de contas) e a conta de capital (que é parte das contas de acumulação, segundo subconjunto de contas por setores institucionais). As contas correntes compreendem as contas: de produção, de distribuição primária da renda, de distribuição secundária da renda e a de uso da renda. Essas contas são construídas na forma de **T** para cada setor institucional, contabilizando os usos e recursos das operações a elas pertinentes.

Elas contêm a decomposição, por setores institucionais, das operações expressas nas identidades do Sistema de Contas Nacionais, apresentadas no Capítulo 5, de números 1 e 3 a 5. Registram-se também as operações não-financeiras da economia nacional (unidades residentes) com o resto do mundo (unidades não-residentes), expressas na identidade 7.

A adoção do enfoque institucional pelo Sistema de Contas Nacionais teve como conseqüências não só a ampliação das aplicações do sistema, mas trouxe, também, alterações no seu próprio processo de elaboração, ampliando-se a utilização de dados microeconômicos individualizados como fonte de informações.

Todas as informações utilizadas compõem uma única base de dados e as informações carregadas no sistema recebem atributos correspondentes – oferta/demanda, modo de produção, setor institucional de contrapartida etc., o que permite que cada técnico possa acessar a totalidade das informações correspondentes aos seus trabalhos. A metodologia de trabalho utilizada proporciona a compatibilização dos dados dos setores de atividades e dos setores institucionais desde o início do processo, o que permite equilibrar as diferenças entre fontes de forma interligada.

### AS CONTAS SINÓTICAS

Antes de apresentar as contas desagregadas por setores institucionais, o IBGE apresenta as contas sinóticas que são uma versão agregada das CEI. Trata-se de um resultado preliminar devido ao lapso de tempo existente para a divulgação das informações que permitirão, posteriormente, separar as informações das empresas e das famílias. Ou seja, no primeiro momento, em que estão disponíveis a Tabela de Recursos e Usos e o Balanço de Pagamentos, é possível construir-se um conjunto de tabelas que contêm o resultado preliminar das contas até o saldo capacidade e necessidade de financiamento da nação como um todo. Posteriormente, com as informações do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) será possível construir-se as contas da distribuição e da alocação da renda dos setores institucionais. Os resultados das contas sinóticas para a economia fictícia encontram-se apresentados na Tabela 9.1, à frente.

Aconselha-se fazer primeiramente o Quadro 1, referente às contas de bens e serviços. Note-se que esse Quadro é construído ao revés do usual: os recursos estão do lado direito enquanto os usos estão do lado esquerdo. Como recursos (oferta) constam a produção e a importação valoradas a preço de utilizador, adicionando-se os impostos líquidos de subsídios a produto. Nos usos (demanda) listam-se o consumo intermediário, o consumo final, a formação bruta de capital (FBCF + VE) e as exportações. Os totais de recursos e usos serão idênticos. Todas as informações aí lançadas estão na Tabela de Recursos e Usos.

Em seguida, deve-se fazer o Quadro 3, referente à conta de operações correntes com o resto do mundo. Notem que este Quadro é feito sob a ótica do resto do mundo. Assim é que se listam como seus recursos (do lado direito do quadro), as importações de bens e de serviços da economia nacional (pagas aos demais países) e todos os outros pagamentos de salários e rendas de propriedade e as transferências. Como usos do resto do mundo (do lado esquerdo) constarão os seus pagamentos pelas exportações de bens e serviços da economia nacional e seus demais pagamentos de salários e de rendas de capitais e as transferências. Todas as informações para fazer esta conta constam do Balanço de Pagamentos. O saldo dessa conta constará do lado esquerdo do quadro e coincide com o saldo de transações correntes do BP (com o sinal inverso), e é obtido somando-se seus recursos e subtraindo-se seus usos. O valor, se positivo (o saldo em transações correntes do BP será negativo no mesmo valor), representa que o resto do mundo teve menos usos do que recursos e portanto tem capacidade de financiamento.

Como se verá, no Quadro 2, este valor também coincidirá com seu saldo, com sinal inverso, representando a necessidade de financiamento da economia nacional. Se negativo, o resto do mundo tem necessidade de financiamento em relação à economia nacional (que tem capacidade de financiamento).

O último quadro a ser feito deve ser o Quadro 2. Trata-se dos resultados da nação. Do lado esquerdo constam seus recursos e do direito seus usos. Inicia-se obtendo o PIB do país, somando-se a produção com os impostos líquidos sobre produtos e retirando-se o consumo intermediário. O PIB, saldo desta conta, será recurso (transferindo-o para o lado direito) da próxima conta, de geração de renda. O PIB terá como usos as remunerações, os impostos sobre a produção e a importação (sobre as atividades e sobre os produtos), e os subsídios, com sinal negativo, sobre a produção (às atividades e aos produtos) e restará como saldo o excedente. Note que o total das remunerações pagas domesticamente se dividirá em pagas a não-residentes (conforme consta do BP) e pagas a residentes (obtidas por diferença entre o total e o que foi pago a não-residentes).

A próxima conta mostra as operações de alocação da renda. As remunerações dos residentes obtidas anteriormente se somarão com as remunerações recebidas dos nacionais residentes há menos de um ano no resto do mundo – logo considerados residentes da economia nacional – embora não residentes domesticamente (valor que consta do BP) de forma a se obter o total das remunerações dos residentes da economia nacional. A seguir serão repetidos os valores de impostos e subsídios. Em seguida serão lançadas as operações de pagamentos e recebimentos de remunerações de propriedade (rendas de capitais do BP). Somando-se os recursos da economia nacional e deles se retirando os seus usos, obtém-se do lado esquerdo o saldo correspondente à renda nacional bruta. Este saldo será recurso da próxima conta.

A conta seguinte refere-se à distribuição secundária da renda. Ela tem como recursos a renda nacional bruta e a esse valor se somarão as transferências correntes recebidas do resto do mundo. Como uso têm-se as transferências correntes pagas ao resto do mundo. O saldo será a renda disponível bruta da nação. Este saldo será recurso da próxima conta.

A conta subsequente, de uso da renda, mostra a decisão dos agentes econômicos domésticos em consumir (famílias e governo) ou poupar (famílias, governo e empresas), que será obtida como saldo desta conta. Este saldo de poupança será recurso da próxima conta – a conta de acumulação que no Brasil contém até o presente momento a conta de capital. O uso da poupança será a formação bruta de capital; se no BP constar na conta de transferências a diferenciação de transferências correntes e de capital, nesta

conta constará uma linha com os recebimentos e os pagamentos dessa rubrica. O saldo desta conta será, se positivo, a capacidade de financiamento da economia nacional em relação ao resto do mundo ou, se negativo, sua necessidade de financiamento. Como se mencionou anteriormente, esse saldo terá valor semelhante ao superávit ou déficit do BP em transações correntes e sinal inverso quando comparado ao saldo do Quadro 3.

A seguir, na Tabela 9.1 (Quadros 1, 2 e 3 antigo e novo), são apresentadas as contas econômicas sinóticas para a economia fictícia. Estes resultados são perfeitamente compatíveis com a Tabela de Recursos e Usos e o Balanço de Pagamentos apresentados anteriormente no Capítulo 8. Portanto, usando as informações de cada uma das operações contidas nas tabelas mencionadas é possível construir-se a Tabela 9.1 das contas da economia nacional. Note que se apresentam duas versões do Quadro 3 das contas correntes com o resto do mundo: a primeira passou a ser adotada pelo IBGE após 1995, e a segunda, a versão apresentada vigorou até 1994.

### **Tabela 9.1 – Contas Econômicas Integradas Economia Nacional**

#### **Quadro 1 – Conta de bens e serviços**

<b>Recursos</b>	<b>Operações e saldos</b>	<b>Usos</b>
		(\$)
<b>9.558</b>	<b>Produção</b>	
<b>1.000</b>	<b>Importação de bens e serviços</b>	
<b>110</b>	<b>Impostos líquidos sobre produtos</b>	
	Consumo intermediário	4.804
	Consumo final	3.684
	Formação bruta de capital fixo	1.920
	Varição de estoque	10
	Exportação de bens e serviços	250
<b>10.668</b>	<b>Total</b>	<b>10.668</b>

## Tabela 9.1 – Contas Econômicas Integradas Economia Nacional

Quadro 2 – Contas de produção, renda e capital

Usos	Operações e saldos	Recursos
<b>Conta 1 – Conta de produção</b>		
	Produção	9.548
4.804	Consumo intermediário	
	Impostos líquidos sobre produtos	110
4.874	<b>Produto Interno Bruto</b>	
<b>Conta 2 - Conta de renda</b>		
2.1 - Conta de distribuição primária da renda		
2.1.1 - Conta da geração da renda		
	Produto interno bruto	4.864
3.620	Remuneração dos empregados	
3.570	Residentes	
50	Não-residentes	
127	Impostos sobre a produção e de importação	
3	Subsídios à produção ( - )	
1.120	<b>Excedente operacional bruto inclui Rendimentos de Autônomos</b>	
2.1.2 - Conta de alocação da renda		
	Excedente operacional bruto inclusive rendimento de autônomos	1.120
	Remuneração dos empregados	3.590
	Residentes	3.570
	Não-residentes	20
	Impostos sobre a produção e de importação	127
	Subsídios à produção ( - )	-3
0	Rendas de propriedade enviadas e recebidas do resto do mundo	261
6.505	<b>Renda nacional bruta</b>	
2.2 - Conta de distribuição secundária da renda		
	Renda nacional bruta	5.095
3	Transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo	3
5.095	<b>Renda disponível bruta</b>	
2.3 - Conta de uso da renda		
	Renda disponível bruta	5.095
3.684	Consumo final	
1.411	<b>Poupança Bruta</b>	
<b>Conta 3 - Conta de acumulação</b>		
3.1 - Conta de capital		
	Poupança bruta	1.411
1.920	Formação bruta de capital fixo	
10	Variação de estoque	
-519	<b>Capacidade ( + ) ou Necessidade ( - ) de financiamento</b>	

## Tabela 9.1 – Contas Econômicas Integradas Economia Nacional

### Quadro 3 antigo – Operações correntes com o resto do mundo

(\$)

Usos	Operações e saldos	Recursos
250	Exportação de bens e serviços	
	Importação de bens e serviços	1.000
20	Remuneração dos empregados não-residentes	50
261	Rendas de propriedade enviadas e recebidas do resto do mundo	0
3	Transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo	3
519	Saldo de operações Correntes com o Resto do Mundo	

### Quadro 3 novo – Transações do resto do mundo com a economia nacional

(\$)

Usos	Operações e saldos	Recursos
<b>Conta 1 - Conta de bens e serviços do resto do mundo com a economia nacional</b>		
250	Exportação de bens e serviços	
230	Exportação de bens	
20	Exportação de serviços	
	Importação de bens e serviços	1.000
	Importação de bens	845
	Importação de serviços	155
750	Saldo externo de bens e serviços	
<b>Conta 2 - Conta de distribuição primária da renda e transferências correntes do resto do mundo com a economia nacional</b>		
	Saldo externo de bens e serviços	750
20	Remuneração dos empregados	50
261	Rendas de propriedade	0
118	Juros	0
143	Dividendos	0
3	Outras transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo	3
	Prêmios líquidos de seguros não-vida	
	Indenizações de seguros não-vida	
3	Transferências correntes diversas	3
519	Saldo externo corrente	
<b>Conta 3 - Conta de acumulação do resto do mundo com a economia nacional</b>		
	3.1 - Conta de capital	
	Saldo externo corrente	519
0	Transferências de capital enviadas e recebidas do resto do mundo	0
0	Variações do patrimônio líquido resultantes de poupança e de transferências de capital	519
519	Capacidade ( + ) ou Necessidade ( - ) líquida de financiamento	

## AS CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS (CEI)

Conforme já foi visto anteriormente, no Capítulo 5, as contas não-financeiras dos setores institucionais podem ser reunidas num único quadro que se denomina Contas Econômicas Integradas (CEI), que consiste num quadro de síntese da economia (Quadro 5.6).

Os trabalhos que possibilitam a construção destas contas são denominados trabalhos de síntese. Parte-se das informações disponíveis para cada setor institucional, na busca do equilíbrio macroeconômico, em que usos e recursos se igualam para cada operação. Esta identidade é obtida confrontando-se os valores, para cada operação, de pagamentos e recebimentos, ajustando-os ou imputando valores quando necessário. As alterações feitas dependem de uma hierarquia definida para cada setor institucional, conforme a operação que se está analisando.

As pesquisas do IBGE fornecem dados para as operações das contas de produção e geração da renda referentes às empresas não-financeiras. As demais operações do sistema, que alimentam as contas das empresas não-financeiras, provêm do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

Para as Administrações Públicas, instituições financeiras, seguradoras e entidades de previdência privada são utilizadas informações de registros administrativos de diversas fontes tais como o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) da Secretaria do Tesouro Nacional, Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas, publicação elaborada pelo próprio IBGE, estatísticas econômico-financeiras fornecidas pelo Banco Central do Brasil e Secretaria de Previdência Complementar, entre outras.

A síntese das operações de repartição apresenta dificuldades variadas, decorrentes na sua maioria das discrepâncias entre os valores de uma operação informados como pagos por um setor institucional e o valor daquela mesma operação informado como recebido pelo outro setor institucional. Em grande parte, essas discrepâncias podem ser atribuídas a falhas na informação ou a momentos diferentes de registros (caixa *versus* competência), como ocorrem com os valores recebidos pelas Administrações Públicas referentes a contribuições sociais e impostos arrecadados. Outras discrepâncias decorrem de problemas de registro, quando a operação, por exemplo, não está detalhada nos registros administrativos de um setor e sim inserida em outros custos ou despesas.

O equilíbrio para cada operação do Sistema de Contas é obtido levando-se em consideração a hierarquia das fontes em função da operação que se está analisando, ou seja, para impostos e contribuições respeita-se

o total arrecadado pelas Administrações Públicas; para o total de juros pagos e recebidos respeita-se o dado informado pelo Banco Central; para operações de seguro, as informações do IRPJ e da Secretaria de Previdência Complementar se sobrepõem às oriundas de outros setores. Os resultados dos setores contrapartidas são usados quase sempre como estrutura de distribuição dos totais recebidos ou pagos.

Após o equilíbrio de cada operação da CEI, uma nova análise deve ser feita criticando-se agora os saldos resultantes das contas de cada setor institucional. Essa análise se faz necessária na medida em que os dados originários das fontes primárias podem ter sido alterados. Se o resultado não se mostrar satisfatório, volta-se a criticar o equilíbrio das operações.

O trabalho de síntese, portanto, é compatibilizar informações para construir um quadro coerente do comportamento econômico do país, evidenciando as transações entre as unidades econômicas. A versão das contas econômicas integradas completas (CEI) usualmente está disponível apenas, pelo menos, dois anos após o período de referência; assim é que ao final de um ano, por exemplo 2006, têm-se estas contas referentes ao ano de 2004. A principal razão para essa defasagem é o tempo necessário para que a Secretaria da Receita Federal trabalhe os dados do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e os entregue segundo as necessidades do IBGE, mantendo o sigilo das informações fiscais. As informações referentes às Administrações Públicas federais são rapidamente apuradas (*on line*) e de livre acesso para o IBGE, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), administrado pela Secretaria do Tesouro Nacional. O mesmo não ocorre com as administrações estaduais e municipais, com raras exceções, sendo necessária uma pesquisa especial do IBGE. Além disso, as pesquisas anuais do IBGE, embora mais rapidamente apuradas, também precisam ser devidamente tratadas para as necessidades das Contas Nacionais, e integradas com as informações do IRPJ, e do Balanço de Pagamentos. Além disso, o IBGE se vale de outras informações, tais como balanços contábeis de empresas e outros registros administrativos que também levam tempo para serem apurados.

Apresentam-se a seguir a origem de várias informações oriundas desse tipo de fonte para a economia fictícia e que são posteriormente integradas na CEI completa por setores institucionais:

- 1) Todas as informações relativas à separação das operações realizadas pelas famílias e pelas empresas (não-financeiras e financeiras e as instituições de seguros) vêm das seguintes fontes:
  - 1) Empresas não-financeiras: IRPJ

- 2) Empresas financeiras: Banco Central
  - 3) Seguradoras: IRPJ e Secretaria de Previdência Complementar
  - 4) Famílias: para grande parte, os registros são feitos por meio de informações sociais (PNAD) e há várias produções as quais se classificam como famílias dada a impossibilidade de se separar a propriedade do capital de sua operação.
- 2) Todas as informações das operações da economia nacional e do resto do mundo têm origem no Balanço de Pagamentos e outros registros do Banco Central.
  - 3) Por hipótese de trabalho, para simplificar o trabalho no âmbito da economia fictícia que criamos, as famílias são responsáveis por 30% da produção das atividades mercantis não-financeiras e as empresas por 70%. Esta também é a repartição para o consumo intermediário e as remunerações.

A Tabela 9.2 apresenta os resultados.



## CAPÍTULO X

# ANÁLISE VOLUME X PREÇO NAS CONTAS NACIONAIS

Nos capítulos anteriores explicamos como se constrói um sistema de Contas Nacionais para uma economia fictícia num determinado ano-base. Até este momento não se considerou nesta apresentação do Sistema de Contas Nacionais uma das questões relevantes na análise da evolução temporal de uma variável macroeconômica: a identificação, ou decomposição, dos fatores que são responsáveis pela variação do seu valor corrente entre dois anos (consecutivos ou não).

Apresentamos abaixo, como provocação para introduzir nossa questão, a Tabela 5 do Sistema de Contas Nacionais do Brasil, calculado e publicado pela Coordenação de Contas Nacionais do IBGE.

**Tabela 5 – Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *per capita*, população residente e deflator – 2000-2005**

1	2	3	4	5	6	7	8	9
Ano	Produto Interno Bruto			População residente 1.000 hab. (1)	Produto Interno Bruto per capita			Deflator
	1.000.000 R\$		Variação real anual (%)		R\$		Variação real anual (%)	
	Preços correntes	Preços do ano anterior			Preços correntes	Preços do ano anterior		Variação anual (%)
2000	1.179.482	1.110.861	4,3	171.280	6.886	6.486	2,8	6,2
2001	1.302.136	1.194.970	1,3	173.822	7.491	6.875	(-) 0,2	9,0
2002	1.477.822	1.336.748	2,7	176.391	8.378	7.578	1,2	10,6
2003	1.699.948	1.494.767	1,1	178.985	9.498	8.351	(-) 0,3	13,7
2004	1.941.498	1.797.054	5,7	181.586	10.692	9.896	4,2	8,0
2005	2.147.239	2.002.843	3,2	184.184	11.658	10.874	1,7	7,2

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Coordenação de População e Indicadores Sociais.

(1) População estimada para 1º de julho – revisão 2004.

### VALORES CORRENTES E CONSTANTES

Vamos iniciar a análise desta tabela pela sua primeira coluna de valores (coluna 2). Os dados apresentados têm a indicação de: *preços correntes*. Isto no leva a uma primeira definição:

*Preço corrente ou valor corrente*: são os valores de uma variável calculados ao preço médio do ano de referência. Seja, por exemplo, a produção de um determinado bem em um ano *t* qualquer. Assim, o valor corrente desta

produção é calculado pela multiplicação da quantidade produzida deste bem pelo preço médio deste bem no ano t.

O preço médio é definido como a média aritmética ponderada dos preços no ano. Teoricamente, este preço é obtido pela divisão do valor total pela quantidade total, o que é equivalente à média dos preços ponderada pela quantidade produzida.<sup>1</sup>

Esquemáticamente:

$$p(t) \times q(t)$$

Onde:

q = quantidade total produzida no período

$$p = \frac{V}{q} = \frac{\sum p(t) \cdot q(t)}{\sum q(t)}$$

Voltando à questão introduzida. A divisão do valor corrente de um ano pelo valor corrente do ano anterior nos dá o que chamamos: *variação nominal*.

Um ponto deve ser ressaltado quando se analisa uma variação entre variáveis de Contas Nacionais: esta variação deve ser entendida como a variação entre duas médias, ou seja, estamos analisando variações entre os pontos médios de dois anos. Desta forma, a variação entre dois anos, por exemplo, 2005 e 2004, é a razão entre o valor médio de 2005 em relação ao valor médio de 2004.

No entanto, quando se divide o valor total de um ano pelo valor total do ano anterior, realiza-se uma operação equivalente a dividir valor médio de um ano pelo valor médio do ano que o antecede.

Considerando um conjunto i de n produtos, a variação entre os valores do ano t e do ano t-1 seria:

$$\frac{\text{valor total do ano t}}{\text{valor total do ano t - 1}} = \frac{\sum_i p(t) \cdot q(t)}{\sum_i p(t-1) \cdot q(t-1)}$$

<sup>1</sup> O uso da média simples para estimar o preço médio pode causar distorções fortes nos resultados finais. O preço médio anual deve incorporar não apenas o movimento dos preços durante o ano como também as variações na operação à qual se refere. Exemplos desse tipo de distorção são as exportações ou importações, produtos com sazonalidade etc.

Dividindo pelo número de produtos considerados

$$\frac{\sum_i p(t).q(t) / n}{\sum_i p(t-1).q(t-1) / n} = \text{valor médio de } t / \text{valor médio de } t-1.$$

Assim, para o período de 2004 até 2005, o PIB apresentou uma variação nominal de:

$$2.147.239 / 1.941.498 = 1,106 \text{ ou } 10,6\% (1,106 \times 100 - 100)$$

O que se pode depreender dessa variação é que o montante total do produto gerado entre os anos de 2005 e 2004 aumentou de 10,6%. Esta informação, no entanto, não permite uma análise mais fina de como realmente este PIB evoluiu. Apenas com a variação calculada, ainda nos faltariam dois elementos fundamentais na análise das variações temporais. Não sabemos se a economia produziu mais bens e serviços ou se os preços aumentaram.

O que é necessário calcular é qual a variação no volume e qual a variação dos preços. Nos Sistemas de Contas Nacionais adota-se, atualmente, a denominação de *variação em volume* para a variação das quantidades e da qualidade dos bens e serviços.<sup>2</sup>

Para que se possa decompor uma variação nominal nos dois fatores que a compõem – volume e preço –, é definida uma variação real, ou variação em volume, em que são consideradas apenas as variações em quantidade e qualidade com os preços constantes no período inicial. E, em seguida, incorpora-se a variação de preços com as quantidades constantes no período final.

Esquemáticamente, pode-se escrever para um ano t qualquer:

$$\text{Valor corrente do ano } t-1 = p(t-1) \times q(t-1).$$

$$\text{Valor constante do ano } t = p(t-1) \times q(t)$$

$$\text{Valor corrente do ano } t = p(t) \times q(t).$$

<sup>2</sup> Os índices clássicos como Laspeyres, Paasche e Fischer incorporam as variações de quantidade e qualidade.

Se considerarmos que existem vários produtos, as relações acima serão representadas como a soma dos valores de cada produto, ou seja:

$$\text{Valor corrente do ano } t-1 = \sum p_{t-1}^i \times q_{t-1}^i$$

$$\text{Valor constante do ano } t = q(t) \times p(t-1) \sum p_{t-1}^i \times q_t^i$$

$$\text{Valor corrente do ano } t = \sum p_t^i \times q_t^i$$

$$i \in [1, \dots, n]$$

Desta forma, podemos estimar:

$$\text{Variação em volume} = \text{Valor constante do ano } t / \text{Valor corrente do ano } t-1.$$

$$\text{Variação em preços} = \text{Valor corrente do ano } t / \text{Valor Constante do ano } t.$$

Para o caso de vários produtos, a variação em volume obtida pela relação acima é a mesma da fórmula de um número – índice de Laspeyres – e a variação de preços, a fórmula de Paasche.<sup>3</sup>

Voltando à Tabela 5 do Sistema de Contas Nacionais:

O PIB em valor constante é apresentado a preços do ano anterior, chamado de base móvel, pois a referência para o preço constante é móvel. A recomendação de se apresentar os valores constantes a preços do ano imediatamente anterior foi introduzida no SNA de 1993. Até então se considerava que as séries de dados a preços constantes deveriam manter seu período de referência fixo em um ano, chamado de base fixa, com mudanças dessa base a cada cinco ou dez anos.

Com essa recomendação se introduz na estimação das variações a estrutura de preços relativos do ano anterior, evitando que mudanças fortes nessa estrutura distorçam os resultados. Ao fim deste capítulo é apresentado um exemplo com o impacto deste tipo de recomendação nos resultados obtidos pelas duas alternativas.

A partir dos dados em valores correntes e a preços do ano anterior as variações em volume entre dois anos podem ser calculadas (variação real anual % – quarta coluna da Tabela 5).

<sup>3</sup> As fórmulas dos números-índice estão apresentadas no anexo no final desse capítulo.

A variação entre o ano de 2005 e o de 2004 é obtida por:

Valores de 2005 a preços constantes de 2004 / Valores correntes de 2004

$$2.002.843 / 1.941.498 = 1,0316 \text{ ou } 3,16\%^4$$

A variação de preços (última coluna da Tabela 5) é obtida a partir dos valores correntes de 2005 e dos valores de 2005 a preços de 2004 assim:

$$2.147.239 / 2.002.843 = 1,0721 \text{ ou } 7,21\%.$$

Quando a variação de preços se refere ao PIB é chamada de *deflator do PIB*.<sup>5</sup>

Com estes dados podemos identificar as variações entre os valores correntes de 2004 e 2005 através da seqüência:

$$\frac{2.147.239}{1.941.498} = \frac{2.002.843}{1.941.498} \times \frac{2.147.239}{2.002.843}$$

#### IMPACTO DA ADOÇÃO DA BASE FIXA E DA BASE MÓVEL

Para que se compreenda melhor os impactos de se estimar variações de volume e preço<sup>6</sup> com uma base fixa ou com uma base móvel, introduzimos um exemplo numérico com dois produtos eletroeletrônicos que tiveram, no período considerado, uma grande redução em seus preços e um grande crescimento na quantidade produzida.

A tabela abaixo apresenta dados fictícios de preço, quantidade produzida e valor corrente da produção para os produtos *A* e *B* e o valor total produzido (soma do valor de produção de *A* e de *B*) para os anos de 1980, 1999 e 2000.

As três últimas colunas apresentam, para os períodos indicados, os valores constantes a preços do período inicial, ou 1980 ou 1999. Por exemplo, para a coluna 99/80 (período de 1980 a 1999) a coluna da tabela apresenta os preços de 1980 e as quantidades de 1999. Conseqüentemente, a multipli-

<sup>4</sup> Nas publicações oficiais, os valores são apresentados com números inteiros e as taxas com apenas uma casa decimal. Assim, na Tabela 5 registrou-se 3,2 o arredondamento matemático de 3,16.

<sup>5</sup> Não se adota mais a terminologia "deflator implícito".

<sup>6</sup> Variações de valor corrente não são afetadas.

cação p x q calcula o valor de 1999 a preços de 1980. Para a coluna 00/80 são apresentados os preços de 1980 e as quantidades de 1999 e, finalmente, para 00/99, os preços de 1999 e as quantidades de 2000.

O objetivo deste exemplo é calcular a variação em volume entre o ano 2000 e o ano 1999:

Alternativa 1 – através de uma base fixa, ou seja, todos os valores correntes a preços de 1980 e calculando a variação 00/99 pela divisão da variação 00/80 pela variação 99/80. Ou mais formalmente, para uma série com base fixa em 1980:

$$\Delta t / t - n = \frac{\Delta t / 80}{\Delta t - n / 80} \text{ onde } \Delta t / 80 = \frac{\text{valor do ano } t \text{ a preços de 1980}}{\text{valor do ano } t - n \text{ a preços de 1980}}$$

ou

Alternativa 2 – através de uma base móvel, ou seja, calculando diretamente a partir dos dados a variação entre 2000 e 1999 – o que significa que adotamos 1999 como base. Nesta alternativa (base móvel) a base é sempre o ano de referência. Neste caso:

$$\Delta 00 / 99 = \frac{\text{valor de 2000 a preços de 1999}}{\text{valor corrente de 1999}}$$

		1980	1999	2000	99/80	00/80	00/99
A	p	1.000	140	150	1.000	1.000	140
	q	100	950	1.000	950	1.000	1.000
	p.q	100.000	133.000	150.000	950.000	1.000.000	140.000
B	p	800	200	150	800	800	200
	q	50	300	450	300	450	450
	p.q	40.000	60.000	67.500	240.000	360.000	90.000
Valor total		140.000	193.000	217.500	1.190.000	1.360.000	230.000

A seguir são calculados os valores constantes e as variações entre os diversos anos

	Valor de 2000 a preços de 1980	Valor corrente de 1980	Varição 2000/1980
A	1.000.000	100.000	10,00
B	360.000	40.000	9,00
TOTAL	1.360.000	140.000	9,71

	Valor de 1999 a preços de 1980	Valor corrente de 1980	Varição 1999/1980
A	950.000	100.000	9,50
B	240.000	40.000	6,00
TOTAL	1.190.000	140.000	8,50

## Alternativa 1 – Base fixa

	Valor de 2000 a preços de 1980	Valor de 1999 a preços de 1980	Varição 2000/1999
A	1.000.000	950.000	1,05
B	360.000	240.000	1,50
TOTAL	1.360.000	1.190.000	1,14

## Alternativa 2 – Base móvel

	Valor de 2000 a preços de 1999	Valor corrente de 1999	Varição 2000/1999
A	140.000	133.000	1,05
B	90.000	60.000	1,50
TOTAL	230.000	193.000	1,19

Analisando os resultados obtidos, pode-se observar que para os produtos A e B, individualmente, as variações independem das alternativas adotadas. No entanto, quando se calcula a variação do agregado (A + B), a alternativa 1 obteve uma variação de 14% enquanto a alternativa 2 obteve uma variação de 19%. Esta diferença é explicada pela forte variação na estrutura de preços dos dois produtos. Quando se adota uma base fixa, os agregados não incorporam os novos preços relativos ficando, desta forma, distorcidos em relação à realidade. Motivo pelo qual, atualmente, a base móvel é a recomendação internacional.

Como a variação nominal não é afetada pela base adotada no cálculo das variações em volume, e esta varia em função da base, as variações dos preços também serão afetadas.

No exemplo adotado, a variação nominal entre 1999 e 2000 é:

$$217.500 / 193.000 = 1,1269 \text{ ou } 12,69\%.$$

Pela alternativa 1, a variação de preços seria:

$$1,1269 / 1,14 = 0,98 \text{ ou } -2\%$$

Pela alternativa 2:

$$1,1269 / 1,19 = 0,947 \text{ ou } -5,3\%.$$

No caso recente do Brasil, onde os preços relativos dos bens importados tiveram uma forte mudança em função da taxa de câmbio, a adoção de uma base fixa teria distorcido completamente os valores constantes e suas variações nas Contas Nacionais.

### PIB PER CAPITA

Nas colunas 6 e 7 são divulgados os valores do PIB per capita a preços correntes e a preços do ano anterior. Estes valores são obtidos dos valores do PIB para o Brasil, dividindo-o pela população total no dia 1º de julho. Esta data é a referência por ser o meio do ano, e as relações das variáveis de Contas Nacionais referem-se sempre à média do ano como apresentado no início deste capítulo.

O cálculo da variação real anual do PIB per capita (coluna 8 da Tabela 5) é realizado como os anteriores: valor do ano t a preços do ano t-1 dividido pelo valor corrente do ano t-1.

Assim para o período 2004 a 2005 teríamos:

$$\text{PIB per capita de 2005 a preços de 2004} = 2.002.843 / 184.184 = 10.874$$

$$\text{PIB per capita de 2004} = 1.941.498 / 181.586 = 10.692$$

Com a seguinte variação real:

$$10.874 / 10.692 = 1,0170 \text{ ou } 1,7\%.$$

A variação do PIB per capita deve ser analisada considerando os dois fatores que a influenciam: pelo denominador a variação real do PIB, e pelo numerador a variação da população.

Assim, quando calculamos a variação de 1,7% poderíamos decompô-la na variação real do PIB e na variação da população.

É possível escrever que:

Varição no PIB per capita = Variação real do PIB / Variação na população.

Para o período 2004 a 2005:

Variação real do PIB = 1,0316.

Variação na população = 181.184 / 181.184 = 1,01431.

Variação no PIB per capita = 1,0316 / 1,01431 = 1,017.

## MÉTODOS PARA ESTIMAR O VALOR ADICIONADO A PREÇOS CONSTANTES

Nesta seção apresentamos um resumo de vários métodos adotados para calcular o valor adicionado a preços básicos em valores constantes.

Como o valor adicionado é uma variável de saldo no Sistema de Contas Nacionais, o melhor método para sua estimação a preços constantes é estimar o valor da produção e o consumo intermediário a preços constantes e obter o valor adicionado como saldo também a preços constantes. Entretanto, há casos em que se adotam indicadores para estimar os valores constantes por meio de indicadores de volume e/ou preço diretamente para o valor agregado.

A estimação de Tabelas de Recursos e Usos é um passo fundamental para a estimativa do valor adicionado com qualidade, pois, como temos quadros nos quais são detalhados atividades e produtos, é possível realizar um cálculo detalhado por produto e atividade estimando-se Tabelas de Recursos e Usos a preços do ano anterior com muito detalhe.

Como o valor adicionado – VA – é uma variável obtida pelo saldo:

$$VBPpb - CIpc = VApb$$

*Métodos de duplo indicador:* é necessário estimar indicadores para o valor da produção e para o consumo intermediário. Neste caso, há duas possibilidades: dupla deflação e dupla extrapolação.

Definindo:

$$V(x,y) = \text{variável no período } x \text{ a preços do período } y$$

Deflação é o cálculo do valor constante do ano t a preços de t-1 pela divisão do valor corrente de t por um índice de preço entre t-1 e t.

Extrapolação é o cálculo do valor constante do ano t a preços de t-1 pela multiplicação do valor corrente de t-1 por um índice de volume entre t-1 e t.

Esquemáticamente:

VALOR CORRENTE DE t-1	EXTRAPOLAÇÃO	VALOR CONSTANTE DE t A PREÇOS DE t-1	DEFLAÇÃO	VALOR CORRENTE DE t-1
--------------------------	--------------	--	----------	--------------------------

### *Dupla Deflação*

$$VBP(t, t-1) = VBP(t,t) / IPp(t-1,t)$$

$$CI(t, t-1) = CI(t,t) / IPC(t-1,t)$$

$$VA(t, t-1) = VBP(t,t-1) - CI(t,t-1)$$

Onde:

IPp e IPC = multiplicadores de preço entre t-1 e t

Para adotar a dupla deflação são necessários dados da produção e do consumo intermediário a preços correntes do período atual (t) e variações de preços para a produção e o consumo intermediário por produto e/ou atividade de uma Tabela de Recursos e Usos.

### *Dupla Extrapolação*

$$VBP(t, t-1) = VBP(t-1,t-1) \times IVp(t-1,t)$$

$$CI(t, t-1) = CI(t-1,t-1) \times IVc(t-1,t)$$

$$VA(t, t-1) = VBP(t,t-1) - CI(t,t-1)$$

Onde:

IVp e IVc = multiplicadores de volume entre t-1 e t

Para adotar a dupla extrapolação são necessários dados da produção e do consumo intermediário a preços correntes para o período anterior (t-1) e variações de volume e/ou quantidade para a produção e o consumo intermediário

### *Deflação – Extrapolação*

$$\begin{aligned} \text{VBP}(t, t-1) &= \text{VBP}(t-1, t-1) \times \text{IVp}(t-1, t) \\ \text{CI}(t, t-1) &= \text{CI}(t, t) / \text{IPc}(t-1, t) \end{aligned}$$

ou

$$\begin{aligned} \text{VBP}(t, t-1) &= \text{VBP}(t-1, t-1) / \text{IPp}(t-1, t) \\ \text{CI}(t, t-1) &= \text{CI}(t, t) \times \text{IVc}(t-1, t) \end{aligned}$$

*Métodos de indicador simples (único):* esses métodos são adotados quando não se dispõe de indicadores para o valor da produção e o consumo intermediário. Nesse caso, utiliza-se um indicador para extrapolar ou deflacionar o valor adicionado a preços correntes. Esses métodos não são indicados e sua utilização vem diminuindo com a maioria dos países desenvolvendo Sistemas de Contas Nacionais com Tabelas de Recursos e Usos.

*Extrapolação direta do VA*

$$\text{VA}(t, t-1) = \text{VA}(t, t) \times \text{IVva}(t-1, t)$$

*Deflação direta do VA*

$$\text{VA}(t, t-1) = \text{VA}(t, t) / \text{IPva}(t-1, t)$$

ANEXO: FORMULAÇÕES CLÁSSICAS DE NÚMEROS – ÍNDICE

ÍNDICE DE LASPEYRES

- Média aritmética ponderada dos relativos.
- Considera como base de ponderação o período inicial.

PREÇO

$$L_{p_{0,t}} = \frac{\sum \omega^i_0 \left( \frac{p^i_t}{p^i_0} \right)}{\sum \omega^i_0}, \text{ como } \sum \omega^i_0 = 1$$

$$= \sum \omega^i_0 \left( \frac{p^i_t}{p^i_0} \right) = \frac{\sum p^i_0 x^i_0 \left( \frac{p^i_t}{p^i_0} \right)}{\sum p^i_0 x^i_0} = \frac{\sum p^i_t x^i_0}{\sum p^i_0 x^i_0}$$

Onde

$\omega^i_0$  = pesos para o produto i no período 0

$p^i_t$  = preço do produto i no período t

QUANTIDADE

$$L_{q_{0,t}} = \frac{\sum \omega^i_0 \left( \frac{q^i_t}{q^i_0} \right)}{\sum \omega^i_0} = \sum \omega^i_0 \left( \frac{q^i_t}{q^i_0} \right) = \frac{\sum q^i_t x^i_0}{\sum q^i_0 x^i_0}$$

## ÍNDICE DE PAASCHE

- Média harmônica ponderada dos relativos.
- Considera como base de ponderação o período final.

### PREÇO

$$P_{0,t}^p = \frac{\sum \omega_i^t}{\sum \omega_i^t x \left( \frac{p_i^0}{p_i^t} \right)} = \frac{1}{\sum \omega_i^t \left( \frac{p_i^0}{p_i^t} \right)} = \frac{1}{\frac{\sum p_t^i x q_t^i \left( \frac{p_t^0}{p_t^i} \right)}{\sum p_t^i x q_t^i}} = \frac{\sum p_t^i x q_t^i}{\sum p_0^i x q_t^i}$$

### QUANTIDADE

$$P_{0,t}^q = \frac{\sum \omega_i^t}{\sum \omega_i^t x \left( \frac{p_i^0}{p_i^t} \right)} = \frac{1}{\sum \omega_i^t \left( \frac{p_i^0}{p_i^t} \right)} = \frac{\sum p_t^i x q_t^i}{\sum p_t^i x q_0^i}$$

## ÍNDICE DE FISCHER

- Média geométrica de Laspeyres e Paasche.

$$F_{0,t}^p = \sqrt{L_{0,t}^p \times P_{0,t}^p}$$

$$F_{0,t}^q = \sqrt{L_{0,t}^q \times P_{0,t}^q}$$

# Referências

- CONSIDERA, C. M.; SILVA, A. B. de Oliveira e. *Estrutura das Contas Nacionais Brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, DPE, jun. 1991. (Texto para Discussão, n. 48). Mimeo.
- COSTA, Margaret Hanson. Prêmio Nobel de Economia, 1984: Richard Stone. *Literatura Econômica*, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 41-46, fev. 1986.
- EUROSTAT. Sistema Europeu de Contas Econômicas Integradas - SEC. *Tema: Economia e Finanças*. Luxemburgo, 1978. (Série Métodos, Serviço de Estatística das Comunidades Européias)
- GÓES, Magdalena Cronemberger. *A modernização das estatísticas econômicas, IBGE*. Texto apresentado no Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais; Sessão Temática: Novo Modelo de Estatísticas Econômicas do IBGE. Rio de Janeiro, 1996. Mimeo.
- IBGE. *Classificação Nacional de Atividades Econômicas*. Versão 2.0. Rio de Janeiro, dez. 2006.
- IBGE. DPE. DECNA. *Novo Sistema de Contas Nacionais: ano-base 1980: metodologia e resultados provisórios*. Rio de Janeiro, dez. 1988. (Texto para Discussão, 10)
- IBGE. DPE. DECNA. *Novo Sistema de Contas Nacionais: séries correntes, 1981-1985: metodologia, resultados provisórios e avaliação do projeto*. Rio de Janeiro, jul. 1991. (Texto para Discussão, 51)
- INSÉÉ. *System Elargi de Compatibilité Nationale, base 1980, Méthodes*. Paris, 1987.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1992.
- PINDYCK, Robert; RUBINFELD, Daniel. *Microeconomia*. São Paulo: Makron Books, 1999.
- SISTEMA EUROPEU DE CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS - SEC. *Tema 2: Economia e Finanças*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Européias, 1990. (Série E: Métodos)

UNITED NATIONS. *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities*. Revision 2. New York, 1975.

UNITED NATIONS. *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities*. Revision 3. New York, [19--].

UNITED NATIONS. *System of National Accounts – SNA*. Revision 2. New York, 1952.

UNITED NATIONS. *System of National Accounts – SNA*. Revision 3. New York, 1968.

UNITED NATIONS. *System of National Accounts – SNA*. New York, 1993. (SNA-93)

VANOLI, André. *Rapport de Mission au Brésil*. 29 mai/ 8 juin. 1995.

VANOLI, André. Sur la structure générale du SCN, à partir de l'expérience du système élargi de comptabilité nationale français. *The Review of Income and Wealth*, [S.l.], série 32, n. 2, p. 155-99, jun. 1986.



PRIMEIRA EDITORA NEUTRA EM CARBONO DO BRASIL

Título conferido pela OSCIP PRIMA ([www.prima.org.br](http://www.prima.org.br)) após a implementação de um Programa Socioambiental com vistas à ecoeficiência e ao plantio de árvores referentes à neutralização das emissões dos GEE's – Gases do Efeito Estufa.



[www.editora.uff.br](http://www.editora.uff.br)

Este livro foi composto na fonte ITC Cheltenham corpo 12  
Impresso na Flama Ramos Manuseio e Acabamento Gráfico,  
em papel Reciclatto 75g (miolo) e Cartão Supremo 250g (capa)  
produzido em harmonia com o meio ambiente.  
Esta edição foi impressa em fevereiro de 2009.

Tiragem: 500 exemplares